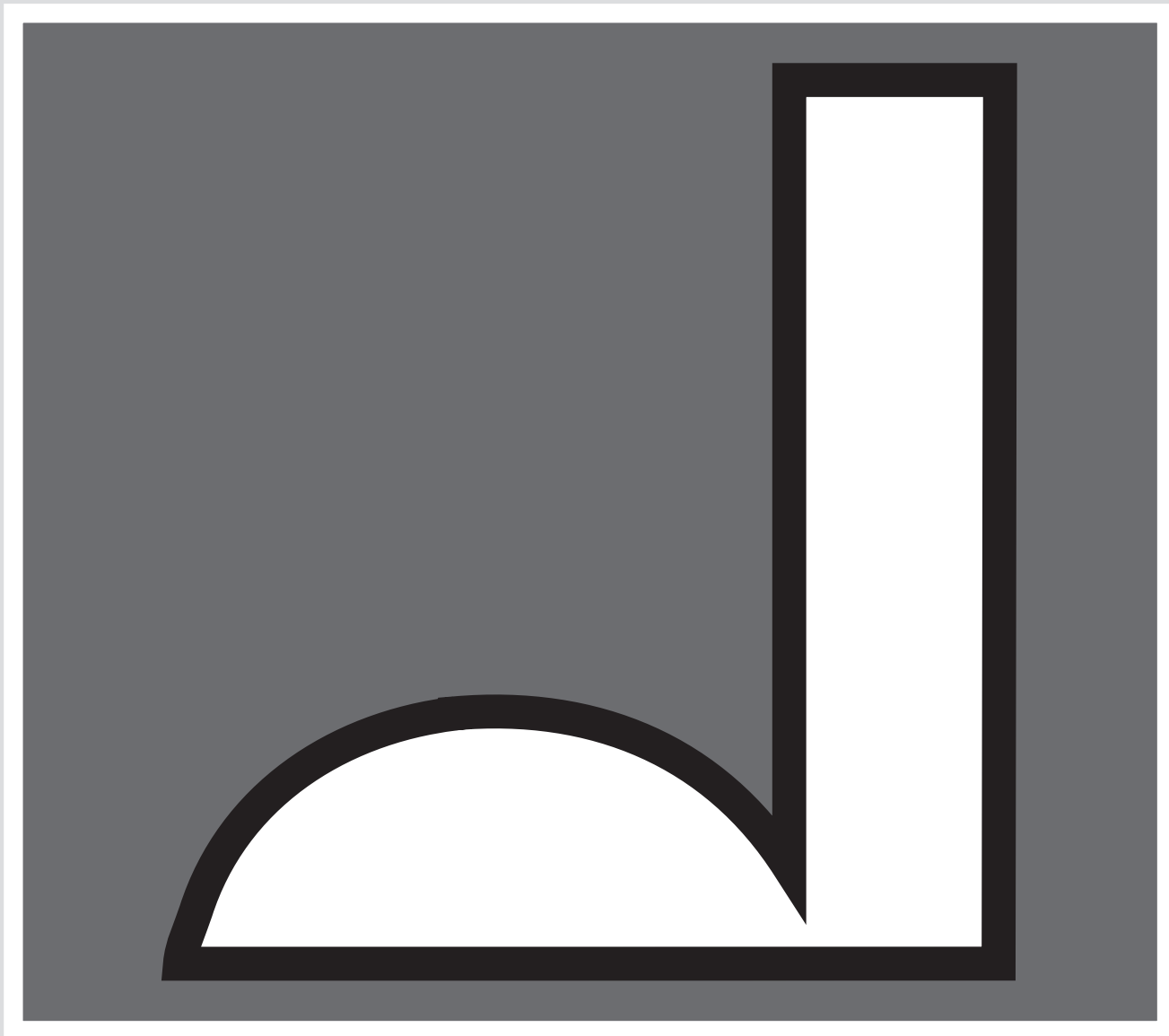




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 184 - QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17</p>	<p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PL Aeton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB (vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge</p>	<p>Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Gereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2005-CN

Mantêm-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de Macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, Vinculando-as aos Programas de Trabalho 15.451.1138.1662.0020 (Obras de Macrodrenagem – na Região Nordeste), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (Apóio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Macrodrenagem Urbana Sustentável – Maceió – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam mantidas no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (Obras de Macrodrenagem – Na Região Nordeste), Sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 015.451.1138.0578.0226 (Apóio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Macrodrenagem Urbana Sustentável – Maceió – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 9 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 198ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 1.881 e 1.882, de 2005, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 44, de 2005, de autoria do Senador , que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, e sobre as Emendas 1 a 8-PLEN, oferecidas ao Projeto. 38672

Nº 1.883, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dá nova redação ao § 2º do art. 46 e ao caput do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção internacional. 38682

1.2.2 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 149/2005, de 31 de outubro último, comunicando a aprovação em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004, em reunião realizada em 19 de outubro último. 38685

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 38685

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.263, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, solicitando voto de repúdio à Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerante e de Bebidas não alcoólicas, sobre matéria divulgada fazendo referência ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2004, de autoria do primeiro autor, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal... 38685

1.2.5 – Ofício

Nº 122/2005, de 9 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Fed-

eral, comunicando que o Senador José Agripino deixa de integrar a Comissão de Educação. 38686

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 39, de 2005 (nº 458/2005, na origem), de 31 de outubro último, do Ministério da Fazenda, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real relativo ao terceiro trimestre de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 38686

Arquivamento, definitivo, do Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, que solicita a apresentação de voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente, pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto. 38686

Redistribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2004-Complementar. 38686

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 1.264, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso à Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH-SC, pelo transcurso de seus 40 anos de fundação. 38686

Nº 1.265, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iolanda Pires, esposa do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União. 38687

Nº 1.266, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro das Relações Exteriores as informações que menciona. 38687

Nº 1.267, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iolanda Azena Nunes de Souza, esposa do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União. 38687

Nº 1.268, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 38688

Nº 1.269, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona. 38688

Nº 1.270, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Esporte as informações que menciona. 38689

1.2.8 – Ofícios

Nº 97/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. ... 38689

Nº 99/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura..... 38689

Nº 100/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de indicação de membro para compor, como suplente, a Comissão de Educação. *Designação do Senador Cristovam Buarque para integrar, como suplente, a referida Comissão.*..... 38690

Nº 1.592/2005, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Designação do Deputado Osvaldo Reis para integrar, como suplente, a referida Comissão.*..... 38690

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro das realizações do Governo do Estado de Roraima, que completa um ano amanhã.. 38690

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Apoio a pauta de reivindicações dos prefeitos em Brasília. 38691

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Reflexões sobre a aprovação hoje, na CCJ, do substitutivo ao projeto de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. 38694

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Manifestação em defesa das crianças e adolescentes, por ocasião da elaboração do Orçamento da União. 38695

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro da abertura, no próximo sábado, na cidade de Sobral, da Biblioteca Municipal Jornalista Lustosa da Costa. 38701

SENADOR GERSON CAMATA, como Líder – Questionamento pelo não cumprimento da Emenda Constitucional nº 46 sobre a exclusão das ilhas costeiras dos terrenos de marinha. 38702

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários sobre a entrevista concedida pelo presidente Lula ao programa “Roda Viva”. 38703

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Chamada de atenção à Casa sobre processo contra a Editora Abril patrocinado pelo Partido dos Trabalhadores. 38705

SENADOR OSMAR DIAS – Os desdobramentos da entrevista concedida pelo presidente Lula ao programa “Roda Viva”. O impacto da crise política sobre a economia no país. 38717

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Apelo ao STF no sentido de não impedir a realização de CPI. 38718

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Indignação e preocupação em razão da subtração de assinaturas para a prorrogação dos trabalhos da CPMI dos Correios. 38723

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da inquietação que tem sido gerada na Comissão de Orçamento, em razão das negociações em torno da Lei Kandir..... 38725

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Debate de assuntos relacionados à economia brasileira, sobretudo a taxa de crescimento econômico. 38726

SENADOR TIÃO VIANA – Manifestação das entidades que atuam no Brasil e no mundo em torno da matéria regulada pela Lei nº 10.651, relativa ao uso da Talidomida..... 38727

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Transmissão de pleito formulado pelos defensores públicos da União..... 38731

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Questionamentos sobre a execução orçamentária no governo Lula e a área de segurança pública.... 38733

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 1.271, de 2005, de urgência para o Projeto de Resolução nº 44, de 2004, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil..... 38734

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2005, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969; estabelece o medicamento genérico de uso veterinário; dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário, e dá outras providências..... 38736

Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2005, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que altera o art. 636 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever o recolhimento de percentual de vinte por cento da multa devida na interposição de recursos contra decisões administrativas e dá outras providências..... 38739

Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2005, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que susta a aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 245 da Instrução Normativa do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Receita Previdenciária nº 3, de 14 de julho de 2005. 38740

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 1.272, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando a transformação em sessão especial,

da Hora do Expediente de sessão ordinária, solicitada anteriormente através do Requerimento nº 1.177, de 2005, aprovado ontem, dia 8, destinada a comemorar o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco..... 38742

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Especial do Senado Federal a realizar-se no dia 23 do corrente, às 11 horas, destinada a homenagear o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Mello Franco..... 38743

1.2.14 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.151, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, lido em sessão anterior, solicitando a prorrogação, por sessenta dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno. **Aprovado.** 38743

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. (Votação nominal) 38743

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (**Parecer nº 1.884, de 2005-CDIR**). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 38750

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal). **Aprovado.** À sanção. 38758

Item Extrapauta

Parecer nº 1.522, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 211, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor ARTHUR BADIN para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **Aprovado,** tendo usado da palavra os Srs. Aloizio Mercadante, Gerson Camata e Ney Suassuna..... 38758

Item Extrapauta

Parecer nº 1.885, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 240, de 2005 (nº 666/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica –

CADE. **Aprovado,** tendo usado da palavra os Srs. Aloizio Mercadante e Romeu Tuma..... 38761

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). (Votação nominal) **Adiado para a sessão deliberativa de amanhã.** 38765

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). (Votação nominal) **Adiado para a sessão deliberativa de amanhã.** 38765

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. (Votação nominal) **Adiado para a sessão deliberativa de amanhã.**..... 38766

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. (Votação nominal) **Adiado para a sessão deliberativa de amanhã.**..... 38766

Item 7

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Aprovado** (Votação nominal), após usarem da palavra os Srs. Aloizio Mercadante, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Sibá Machado. À Comissão Diretora para redação final. 38766

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar (**Parecer nº 1.886, de 2005-CDIR**). **Aprovada,** nos termos do Requerimento nº 1.273, de 2005. À Câmara dos Deputados..... 38771

Item 8

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos,

no âmbito de sua própria residência. **Leitura das Emendas nºs 1 a 4-PLEN. É lido e aprovado o Requerimento nº 1.274, de 2005**, de adiamento da discussão para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos..... 38772

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a continuação da sessão conjunta do Congresso Nacional, suspensa hoje, às 10 horas e 6 minutos..... 38774

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Aprovada a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo)**. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar. 38775

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **É lido e aprovado o Requerimento nº 1.275, de 2005**, de adiamento da discussão para a sessão do dia 15 de dezembro próximo. 38775

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. **Aprovado**. À sanção..... 38776

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. **Aprovado**. À sanção..... 38776

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. **É lido e aprovado o Requerimento nº 1.276, de 2005**, de adiamento da discussão para a sessão de 24 de novembro próximo. 38777

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Arthur Virgílio, Eduardo Siqueira Campos, Aloizio Mercadante, Antero Paes de Barros,

Romeu Tuma, Leomar Quintanilha, José Agripino, Sibá Machado e a Sra. Heloísa Helena. À sanção. 38777

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. **Aprovado**. À promulgação. 38780

Item 16 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa. **É lido e aprovado o Requerimento nº 1.277, de 2005**, de adiamento da votação para a sessão do dia 7 de dezembro próximo. 38781

Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. **Aprovada a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo)**. 38781

Item 18 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. *(Leitura do Requerimento nº 1.278, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, pelo transcurso de seu 70º aniversário de criação.)*. **Aprovados**..... 38781

Item 19

Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado**. 38782

Item 20 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando que seja concedido voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”. **Aprovado**..... 38782

1.3.3 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 1.261, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a criação de

Comissão Temporária Interna de Segurança Pública, com a participação de 07 (sete) Senadores titulares e 07 (sete) suplentes, com a finalidade de estudar os principais problemas de segurança pública no País. **Aprovado**, após usarem da palavra a Sra. Heloísa Helena e os Srs. Aloizio Mercadante, José Agripino e Arthur Virgílio. (Votação nominal) 38783

Requerimento nº 1.080, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. **Aprovado** 38787

Requerimento nº 1.081, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. **Aprovado** 38787

Requerimento nº 1.082, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2004, com o de nº 84, de 1999, já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001, e 210 e 368, de 2003, por regularem sobre a mesma matéria. **Aprovado** 38787

Requerimento nº 1.129, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 128 e 168, de 2005, por regularem a mesma matéria. **Aprovado** 38788

Requerimento nº 1.130, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2005, da qual é o primeiro signatário. **Aprovado** 38788

Requerimento nº 1.150, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 470, de 2003, e 82, de 2005, por regularem a mesma matéria. **Aprovado** 38788

Requerimento nº 1.168, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado** 38788

Requerimento nº 1.172, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 213, de 2001, por regularem a mesma matéria. **Aprovado** 38788

Requerimento nº 1.179, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de dis-

tribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado** 38789

Requerimento nº 1.216, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, que já se encontram apensados, por tratarem do mesmo assunto. **Aprovado** 38789

Requerimento nº 1.271, de 2005, de urgência para o Projeto de Resolução nº 44, de 2004, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado** 38789

1.3.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.279, de 2005, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando voto de congratulações ao povo do município de Nossa Senhora das Dores, no Estado de Sergipe. 38790

1.3.5 – Leitura de pareceres

Nºs 1.887 a 1.889, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os Avisos nºs 18 e 27, de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando os Relatórios de Execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativos aos períodos de 1º de janeiro a 31 de março de 2005, e de 1º de abril a 30 de junho de 2005; e sobre o Aviso nº 31, de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, por novos limites globais. 38790

Nº 1.890, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/26, de 2004 (nº 1.589/2004, na origem), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que encaminha ao Senado Federal cópia da análise do processo em que a Monsanto Company adquiriu a Cargill Incorporated, para as providências que esta Casa julgar cabíveis. 38798

Nº 1.891, de 2005, da Comissão Diretora, sobre a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. 38800

1.3.6 – Ofícios

Nº 605/2005, de 9 do corrente, da Senadora Serys Slhessarenko, justificando sua ausência na sessão plenária de ontem, dia 8 de novembro de 2005. 38800

Nº 396/2005, de 9 do corrente, do Senador Paulo Paim, justificando sua ausência na sessão plenária de hoje, dia 9. 38800

1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro de matérias de autoria do Senhor Antônio Oliveira

Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC. Comentários ao artigo intitulado “Sombras, mais sombras”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de outubro do corrente..... 388801

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Gravidade da epidemia de diabetes e a necessidade de providências urgentes na área da Saúde Pública. 38806

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Comentários ao artigo do jornalista Clóvis Rossi, intitulado “Melhor nem acreditar”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 de novembro do corrente.... 38807

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro do artigo intitulado “Torresmo cabeludíssimo”, de autoria da colunista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 4 de novembro do corrente. 38808

SENADOR **JUVÊNCIO DA FONSECA** – Comentários à matéria intitulada “Crise da aftosa prejudica vasta cadeia do agronegócio”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 30 de outubro do corrente..... 38809

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Registro da matéria intitulada “A propaganda é a alma do governo”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 de novembro do corrente. 38810

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro do artigo intitulado “Além de qualquer limite”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 3 de novembro do corrente..... 38812

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Considerações sobre diversas matérias publicadas na imprensa a respeito do possível envio de dinheiro de Cuba ao PT..... 38813

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Comentários ao artigo intitulado “Risco real”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 6 de novembro do corrente. 38823

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Registro do artigo intitulado “Anestesia moral”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 de novembro do corrente..... 38825

SENADOR **REGINALDO DUARTE** – Registro da matéria intitulada “Ex-assessores que só dão problema”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 de novembro do corrente. 38826

SENADOR **ROMEUTUMA** – Realização da 74ª Reunião da Assembléia Geral da Interpol, em Berlim. 38828

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Cumprimentos à Conab por sua contribuição para o progresso e desenvolvimento da agricultura do Brasil. 38830

1.3.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 10, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 38832

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Alvaro Dias, proferidos nos dias 28 de outubro e 7 de novembro de 2005..... 38835

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 100ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2005, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 38841

Ata da 159ª Sessão Especial, realizada em 15 de setembro de 2005, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 38841

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 9-11-2005

5 – EMENDAS (Publicadas em suplemento a este Diário)

Nºs 1 a 17, apresentadas ao Projeto de Lei nº 46, de 2005-CN..... 38842

Nºs 1 a 56, apresentadas ao Projeto de Lei nº 47, de 2005-CN..... 38844

Nºs 1 a 104, apresentadas ao Projeto de Lei nº 51, de 2005-CN..... 38846

Nºs 1 a 73, apresentadas ao Projeto de Lei nº 52, de 2005-CN..... 38848

Nºs 1 a 15, apresentadas ao Projeto de Lei nº 53, de 2005-CN..... 38851

Nºs 1 a 16, apresentadas ao Projeto de Lei nº 55, de 2005-CN..... 38852

Nºs 1 a 45, apresentadas ao Projeto de Lei nº 56, de 2005-CN..... 38854

Nºs 1 a 33, apresentadas ao Projeto de Lei nº 57, de 2005-CN..... 38856

Nºs 1 a 46, apresentadas ao Projeto de Lei nº 59, de 2005-CN..... 38858

Nºs 1 a 198, apresentadas ao Projeto de Lei nº 61, de 2005-CN..... 38860

Nºs 1 a 16, apresentadas ao Projeto de Lei nº 62, de 2005-CN..... 38863

Nºs 1 a 63, apresentadas ao Projeto de Lei nº 63, de 2005-CN..... 38865

Nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 65, de 2005-CN. 38868

Nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 66, de 2005-CN. 38870

Nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 68, de 2005-CN. 38872

Nºs 1 a 41, apresentadas ao Projeto de Lei nº 69, de 2005-CN..... 38874

Nºs 1 a 83, apresentadas ao Projeto de Lei nº 70, de 2005-CN..... 38876

6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 162 e 163, de 2005. 38878

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.954 a 3.971, de 2005. 38879

SENADO FEDERAL

- 8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
 - 9 – SECRETARIA DE COMISSÕES
 - 10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
 - 11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
 - 12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 - 13 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
 - 14 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
 - 15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 18 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 19 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 20 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.
-

Ata da 198ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza,
Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes e Romeu Tuma*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS
SRAS. E OS SRS.SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/11/2005 07:29:37 até 9/11/2005 19:15:44

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 80 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 1.881 E 1.882, DE 2205

Sobre o Projeto de Resolução nº 44, de 2004, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil; e sobre as Emendas nº 1 a 8, de Plenário, oferecidas ao Projeto.

Parecer Nº 1.881, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (sobre o Projeto e as Emendas, em audiência, por solicitação da Comissão de Assuntos Econômicos.)

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 180, de 2004, o Presidente da República solicitou ao Senado Federal autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD).

Conforme a Mensagem, os recursos do empréstimo destinam-se a financiar, parcialmente, o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR II).

A Comissão de Assuntos Econômicos, em reunião realizada em 7 de dezembro de 2004, aprovou a contratação da operação de crédito pretendida pelo Estado do Maranhão, nos termos do Projeto de Resolução nº 44, de 2004.

Em Plenário, a esse projeto de resolução foram oferecidas 08 emendas, que, basicamente, podem ser reunidas nos seguintes grupos temáticos:

1. as que objetivam alterações nas condições financeiras do empréstimo pretendido, de forma a adequá-las, no entendimento de seus autores, às restrições orçamentárias que afligem o Estado do Maranhão: Emendas nos 1 e 2;

2. a que visa conferir ao Tribunal de Contas da União competência de fiscalização e controle sobre a devida aplicação dos recursos desembolsados pelo BIRD: Emenda nº 3;

3. as que pretendem demarcar as modalidades de aquisição de bens e serviços a serem utilizados nas licitações relativas à execução do programa objeto do financiamento pretendido: Emenda nºs 4 e 5;

4. as que definem critérios a serem observados para a distribuição dos recursos do empréstimo entre os municípios participantes do programa: Emendas nºs 6, 7 e 8.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 22/2005-CAE, de autoria do Senador Ney Suassuna, vem esta matéria à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso V, define que compete privativamente ao Senado Federal *autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*. Fica definido ainda nos demais dispositivos desse artigo que cabe ao Senado Federal dispor sobre os limites e condições a serem observados pelos entes da Federação na contratação de operações de crédito. Dessa forma, não restam dúvidas da necessidade da prévia apreciação do Senado Federal a respeito.

E, como definido no Regimento Interno do Senado Federal, arts. 389 e 390, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos manifestar-se sobre a matéria, concluindo seu parecer pela autorização ou pela denegação da autorização solicitada. Assim procedeu essa Comissão, nos termos do Projeto de Resolução nº 44, de 2004.

Como mencionado no relatório acima, a esse projeto de resolução foram oferecidas 08 emendas,

razão pela qual foi solicitada a apreciação da matéria por esta Comissão.

Inicialmente, cabe enfatizar que a própria Constituição Federal, ao reservar ao Senado Federal competência para exercer o controle do processo de endividamento público, limita o seu alcance, pois fica também definido nesse texto constitucional que ela será exercida mediante a definição de condições e exigências a serem observadas pelo setor público na contratação de operações de crédito e por intermédio de autorizações específicas a determinadas modalidades de operações financeiras.

É de se enfatizar, assim, que esse mesmo dispositivo constitucional, ao assegurar, privativamente, ao Senado Federal a competência autorizativa, exercida caso a caso, confere, também, implicitamente, a competência da iniciativa de pedidos desta natureza ao Poder Executivo.

Nesse entendimento, a matéria contida nas referidas emendas não é passível de enquadramento nos limites da competência institucional e privativa atribuída ao Senado Federal, onde, sim, com oportunidade, o instituto da Resolução reveste-se do poder de cogência e incorpora, em decorrência, poder típico de lei. Caberá ao Senado Federal tão-somente autorizar ou denegar autorização ao pleito, nos termos pretendidos pelo Poder Executivo. O exercício da competência atribuída ao Senado Federal efetiva-se e limita-se, dessa forma, na concessão de autorização para a contratação de operações de crédito, sujeitas, igualmente, a limites, condições e exigências de instrução definidas pelo próprio Senado Federal na regulamentação daquele preceito constitucional.

Só seriam admissíveis restrições, como as pretendidas pelas emendas, nesse nível normativo, ou seja, por ocasião de decisão do Senado Federal quanto definição das condições, exigências e dos limites de endividamento a serem observados por todos os entes públicos, e não em apreciações específicas, concretas, onde ao Senado Federal cabe, como enfatizado, tão-somente autorizar ou denegar autorização a pleitos de estados ou municípios.

As emendas ao Projeto de Resolução nº 44, de 2004, nos termos propostos, ensejariam, dessa forma, sob o prisma técnico-jurídico, a estipulação de procedimentos operacionais que extrapolariam aquele mandamento constitucional, o que condicionaria sua eficácia material à possível e voluntária revisão dos termos contratuais previamente acordados entre a União, o Estado

do Maranhão e o Banco Mundial. Caso contrário, a decisão do Senado Federal, nessa direção, ou inviabilizaria, em verdade, a realização da pretendida operação de crédito, ou não seria capaz de produzir quaisquer efeitos materiais, por absoluta incapacidade coercitiva.

Cumprе enfatizar que matérias pertinentes à administração das políticas de financiamento público enformam também atos que são típicos da Administração Pública, diferenciados dos atinentes ao controle do processo de endividamento público. E, enquanto ato atinente ao exercício da Administração Pública, é privativo do Poder Executivo, que o exerce nos termos da lei que o autorize.

Quer-nos parecer, assim, que a lei representa o instrumento do processo legislativo próprio à regulação das políticas de dívida pública e de suas operações de crédito, enquanto delimitadoras do conteúdo e da forma de intervenção do setor público na sociedade.

É nessa dimensão, a do conteúdo e da forma da intervenção do Estado na sociedade, da formulação e execução de políticas públicas, onde estão incluídas as políticas e os programas orientados para o combate à pobreza rural do Maranhão, que se aplica e prevalece a lei como instrumento do processo legislativo pertinente à regulação dos atos inerentes.

Nesse aspecto, parece-nos, as emendas são injurídicas e inconstitucionais.

Mais ainda, os termos do contrato de empréstimo submetidos à apreciação do Senado Federal já se encontram previamente acordados, devidamente registrados e credenciados pelo Banco Central do Brasil, produzindo efeitos financeiros e atos jurídicos a partir da necessária autorização do Senado Federal.

III – Voto

Em conclusão, é nosso entendimento que as emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 44, de 2004, contém matéria que não é passível de equacionamento por meio de resolução.

Resoluções constituem instrumentos do processo legislativo próprio à regulação e ao exercício de competência privativa atribuída ao Senado Federal: em matéria financeira, restringe-se e adquire conteúdo no (1) controle do processo de endividamento do setor público, que, nos termos constitucionais vigentes, implica a estipulação de toda uma série de condições e procedimentos a serem observados pelos entes públicos para a sua efetivação, e em (2) autorizações

de operações de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as quais se efetivam caso a caso, de acordo com aquelas exigências, restrições, vedações e outros condicionantes definidos pelo Próprio Senado Federal na regulamentação daquele preceito constitucional.

À matéria submetida à apreciação do Senado Federal, ou seja, pleito para a realização de operação de crédito por um ente público, é cabível, tão-somente, como conclusão, a apresentação de projeto de resolução que autorize ou denegue autorização ao respectivo pedido.

A própria resolução que regulamenta o preceito constitucional relativo às operações financeiras, internas e externas, enquanto competência privativa consignada ao Senado Federal, tem seu alcance material delimitado aos limites e condições das operações e aos aspectos relacionados a sua tramitação no Senado Federal, portanto, às informações julgadas necessárias e imprescindíveis à pertinente apreciação do pleito. Não insere em seu âmbito disposições relativas ao mérito propriamente dito de cada operação que, como enfatizado, corresponde a ato típico e privativo

da administração pública, exercida nos termos e limites definidos em lei, pelo Poder Executivo.

Em suma, diante do exposto e do ponto de vista eminentemente técnico-jurídico, entendemos que as emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 44, de 2004 – conquanto meritórias porque aperfeiçoadoras dos procedimentos de aplicação de tais recursos – não são passíveis de aprovação, devendo, portanto, ser rejeitadas. Cabe ao Senado Federal, por via de consequência, tão-somente autorizar ou denegar a autorização solicitada, o que, de forma jurídica e constitucional, já foi preliminarmente efetivado pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Projeto de Resolução nº 44, de 2004, que concede autorização ao Estado do Maranhão para contratar a referida operação de crédito externo.

Somos, assim, pela constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto de Resolução nº 44, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, e pela rejeição das emendas de nºs 1 a 8, a ele oferecidas em Plenário.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emendas nos 1 a 8 de Povoamento oferecidas por

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 44 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/11/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Senador Edison Lobão</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(PRESIDENTE)</i>	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>(RELATOR)</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI <i>Cláudio</i>
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾ <i>Gr</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>Edmundo</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- JOÃO CAPIBERIBE ⁽³⁾
IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys</i>	7-MARCELO CRIVELLA ⁽⁴⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz</i>
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁶⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 28/10/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(4) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(5) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(6) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

PARECER Nº 1.882, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 1 a 8, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Resolução nº 44, de 2004.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 180, de 2004, o Presidente da República solicitou ao Senado Federal autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD).

Conforme a Mensagem, os recursos do empréstimo destinam-se a financiar, parcialmente, o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR LI).

A Comissão de Assuntos Econômicos, em reunião realizada em 7 de dezembro de 2004, aprovou a contratação da operação de crédito pretendida pelo Estado do Maranhão, nos termos do Projeto de Resolução nº 44, de 2004.

Em Plenário, a esse projeto de resolução foram oferecidas 08 emendas que, basicamente, podem ser reunidas nos seguintes grupos temáticos:

1. as que objetivam alterar as condições financeiras do empréstimo pretendido, de forma a adequá-las, no entendimento de seus autores, às restrições orçamentárias que afligem o Estado do Maranhão: Emendas nºs 1 e 2;

2. a que visa conferir ao Tribunal de Contas da União competência de fiscalização e controle sobre a devida aplicação dos recursos desembolsados pelo BIRD: Emenda nº 3;

3. as que pretendem demarcar as modalidades de aquisição de bens e serviços a serem utilizados nas licitações relativas à execução do programa objeto do financiamento pretendido: Emendas nºs 4 e 5;

4. as que definem critérios a serem observados para a distribuição dos recursos do empréstimo entre os municípios participantes do programa: Emendas nºs 6, 7 e 8.

Nos termos regimentais, cabe-nos oferecer parecer a essas emendas, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

II – Análise

As emendas nºs 1 e 2 visam proceder a alterações nas condições financeiras do empréstimo pretendido, notadamente por meio de ampliação de seu prazo de carência, de forma a adequá-lo, no entendimento de seus autores, às restrições orçamentárias que afligem o Estado do Maranhão.

De fato, uma análise apressada do pleito do Estado pode-nos induzir à conclusão de que a atual situação financeira do Estado do Maranhão, **em princípio**, não comportada a assunção de novas obrigações financeiras que adviriam com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado do Maranhão não atende os limites definidos nas Resoluções nos 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos no inciso II do art. 7º, que trata do limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada, e no inciso III do mesmo artigo, que trata do montante da dívida consolidada dos estados, ambos da Resolução nº 43, de 2001.

Ou seja, essa operação de crédito implicaria montantes globais de dispêndios com os serviços da dívida do Estado que ultrapassariam o valor máximo de 11,5% da Receita Líquida Real definido e admitido para aquele limite, num contexto em que o Estado apresenta, também, endividamento consolidado excessivo, isto é, superior ao montante global admitido nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

Entretanto, numa análise detida das próprias resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, verificamos que, para esse empréstimo, não se aplicam os limites e outras condições financeiras estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, ambas do Senado Federal.

Nos termos dispostos nos § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001, ambas do Senado Federal, ficam dispensadas do cumprimento dos referidos limites as operações de crédito previstas no contrato de refinanciamento de dívidas estaduais pela União. E a operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no contrato de refinanciamento de dívidas celebrado pelo Estado do Maranhão com a União.

Entendeu o Senado Federal, por ocasião da edição das Resoluções nºs 40 e 43, ambas de 2001, que nessas situações poderia ser concedido tratamento excepcional aos limites de endividamento, pois, pela natureza dos empréstimos ali previstos, seriam possíveis efeitos positivos em termos das finanças estaduais e municipais. Esses empréstimos e financiamentos, no médio e longo prazo, implicariam reduções importantes de despesas estaduais e municipais com impactos favoráveis ao próprio ajuste fiscal dos entes públicos.

Esse é o caso da atual operação de crédito pretendida. Muito embora não estejam disponibilizadas informações acerca da provável redução de despesas que a implementação de ações no âmbito do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão – PCPR II ensejaria, o fato é que o Senado Federal já deliberou, como enfatizado, favoravelmente à concessão de tratamento excepcional para essas operações de crédito.

A natureza extralimite conferida a operações de crédito previstas nos contratos de renegociações de dívidas com a União não traz necessariamente, o entendimento de que as contratações dessas operações de crédito far-se-ão à revelia da própria capacidade de pagamento do tomador, ou com engendramento e aprofundamento dos desequilíbrios financeiros do estado ou do município.

Contrariamente, as operações de crédito que se pretende sejam excluídas dos referidos limites ou contribuem, como mencionado, para o próprio processo de ajuste fiscal dos referidos entes públicos ou não implicam elevação dos montantes de suas obrigações.

Mais ainda, é razoável supor e prever que vários estados e municípios que apresentem limites de endividamento extrapolados, particularmente os referentes ao montante global de suas dívidas e ao percentual de comprometimento máximo admitido para suas receitas correntes líquidas, possuem capacidade de pagamento compatível com um nível de endividamento maior.

Em verdade, os limites de endividamento definidos na Resolução nº 43, de 2001, têm implícito uma equação ótima de gastos públicos que não, necessariamente, contempla todas as situações financeiras passíveis de verificação e de compatibilidade com o equilíbrio das finanças públicas. Nesse contexto, e com esse entendimento, é, no mínimo, razoável admitir que determinadas modalidades de operações de crédito devam e possam ser diferenciadas. Assim, entendemos que há espaço para a possibilidade de autorização a determinadas operações de crédito para

entes federados sem que essa decisão proporcione desequilíbrios entre as receitas e gastos correntes. Sem dúvida, essa é a situação engendrada pelas operações que se pretende sejam excetuadas dos limites de endividamento.

Com efeito, por ocasião da apreciação do pleito, a Secretaria do Tesouro Nacional procedeu à análise dos resultados fiscais do Estado do Maranhão, onde ficou demonstrado que o Estado possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente aos compromissos de sua dívida, inclusive os da operação de crédito referida. Pelas projeções realizadas por essa Secretaria, que se estendem até 2012, o Estado do Maranhão possui margem disponível, sempre positiva, nesse período, no que diz respeito ao comprometimento de suas receitas, incluídas as transferências constitucionais.

É bem verdade que constatações como as aqui procedidas não invalidam ou sequer restringem a importância e a pertinência da idéia de limites como mecanismo de controle do processo de endividamento do setor público. É ele fundamental para atribuir conteúdo ao pleno e adequado exercício de competência privativa que a Constituição Federal assinala ao Senado Federal.

Por sua vez, a Emenda nº 3 visa conferir ao Tribunal de Contas da União competência de fiscalização e controle sobre a devida aplicação dos recursos desembolsados pelo BIRD.

Sem dúvida, a adoção de mecanismo que vise ao aperfeiçoamento do processo de fiscalização sobre a aplicação dos recursos obtidos pelo Estado, inclusive por intermédio dessa operação de crédito externo, contribuiria para uma maior eficiência e eficácia na sua utilização, ensejando, assim, desestímulo às práticas irregulares e ilegais, e restringindo, em decorrência, as possibilidades de práticas lesivas ao erário.

Todavia, a despeito de seu mérito, acreditamos que a proposição em análise incorpora vícios de inconstitucionalidade, a saber:

a) submeter a prestação de contas do estado e municípios, ainda que sejam as provenientes de operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União fere a autonomia conferida a esses entes da Federação por intermédio dos arts. 18, 25 e 29 da Constituição Federal;

b) a Constituição Federal enforma modelo de fiscalização a ser observado pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios, onde compete privativamente aos respectivos poderes legislativos o exercício de fiscalização e de tomada de contas do

correspondente poder executivo, mediante controle externo; esse controle externo é exercido, nos termos constitucionais, com o auxílio dos respectivos tribunais ou conselhos de contas (arts. nºs 31 e 70 da Constituição Federal);

c) inadequação quanto à inclusão e extensão do processo de fiscalização e de prestação de contas dos estados, ao Tribunal de Contas da União, dos recursos provenientes de suas operações de crédito; certamente, esses recursos são provenientes das mais diversas fontes, internas e externas, públicas e privadas; só ocasionalmente são provenientes da União, quando originários das operações oficiais de créditos constantes do Orçamento Geral da União; entretanto, mesmo nesse contexto, não constituem recursos repassados pela União e sim recursos contratados junto à União, sobre os quais incidem encargos financeiros; em consequência, é inapropriada a sujeição da aplicação e da prestação de contas desses recursos ao Tribunal de Contas da União.

Já as Emendas nº 3 4 e 5 pretendem demarcar as modalidades de licitação a serem utilizadas para a aquisição de bens e serviços do Programa. Essas ficariam limitadas ao pregão e ao pregão eletrônico (Emenda nº 4), ou, quando sob a modalidade de convite, limitada a valores não superiores a cinquenta mil reais (Emenda nº 5).

Mais uma vez afigura-se inadequação formal e material das emendas, uma vez que a matéria concernente à licitação não se encontra no âmbito da competência atribuída ao Senado Federal, de forma privativa, pela Constituição Federal. As modalidades e procedimentos passíveis de serem utilizados pelo setor público, para a realização de suas compras, são matéria de lei, e não de resolução, como explicitamente pretendido pelas emendas referidas. Sabe-se que licitação é o meio de que se utiliza a administração pública para a seleção das propostas mais convenientes quando realiza uni contrato. Enquanto ato típico da Administração Pública é privativo do Poder Executivo, que deverá praticá-lo nos termos da lei, pois ao Poder Público só é lícito praticar e exercer atos previstos em lei.

Aliás, a própria Constituição Federal assim determina em seu art. 37, inciso XXI: *ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos*

da lei, o qual somente permitirá as exigências econômicas e de qualificação indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A matéria, a propósito, está disciplinada nas Leis nº 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002.

Mais ainda, o art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, preceitua que é da competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional. É admitido, ademais, que lei estadual ou municipal poderá ampliar o leque de abrangência dessa lei federal, mas não poderá desviar-se dos princípios nela consignados ou então substituí-los.

Por fim, as Emendas nº 5 6, 7 e 8 definem critérios a serem observados para a distribuição dos recursos do empréstimo entre os municípios participantes do programa, destacando como fatores orientadores o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e/ou a participação da população rural.

Como previsto nos vários documentos que acompanham a referida mensagem, e reafirmado na própria minuta de acordo de empréstimo com o BIRD, o objetivo do programa é o de promover a elevação do IDH do Estado do Maranhão por intermédio de ações nas áreas de geração de renda e trabalho, apoio à educação, cultura, saúde e saneamento, além de investimentos ambientais, todas estratégicas e vinculadas à ampliação do IDH-M.

Para tanto, cerca de 60% dos recursos a serem alocados no programa deverão ser aplicados em 80 municípios com os menores IDH-M, cabendo aos demais municípios, num total de 136, o montante de 40%. Deverão ser atingidas 108 mil famílias, que representam cerca de 32% da população do Estado.

Portanto, as emendas nºs 6, 7 e 8 são inócuas, porquanto tão-somente definem critérios para a alocação dos recursos do empréstimo já previstos pelo Projeto de Combate a Pobreza Rural do Maranhão, aliás, também reafirmados na minuta do contrato de empréstimo a ser firmado com o BIRD.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela rejeição das emendas de nº 1 a 8, oferecidas em Plenário ao Projeto de Resolução nº 44, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos e pela aprovação do Projeto de Resolução *ad referendum* a regularização junto ao Tesouro Nacional, conforme disposto na Resolução nº 43 de 2001 do Senado Federal.

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 E 08 OFERECIDAS AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2004 (MSF Nº 180, DE 2004)
NÃO TERMINATIVAS

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/05 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR(A): _____

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
LBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III
Da Organização do Estado

CAPÍTULO I
Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido ao disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CAPÍTULO III
Dos Estados Federados

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás cana-

lizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995)

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas a microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

CAPÍTULO IV
Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

III – posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV – número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI – o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corres-

ponderará a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

VII – o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

IX – proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

X – julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XI – organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XII – cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIII – iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV – perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. (Renumerado do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle ex-

terno, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

SEÇÃO IV Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios:

SEÇÃO IX Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto

à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 8.686, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002

Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 44, de 2004.

Sala das Comissões, – Senador **Ney Suassuna**.

PARECER Nº 1.883, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dá nova redação ao § 2º do art. 46 e ao caput do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção internacional.

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

Relator *ad hoc* Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dá nova reda-

ção ao § 2º do art. 46 e ao **caput** do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alteração do § 2º do art. 46 da Lei nº 8.069/90 visa a alterar o prazo mínimo do estágio de convivência cumprido no território nacional, nos casos de adoção de criança brasileira por estrangeiro residente ou domiciliado fora do País.

O § 2º do art. 46 da Lei nº 8.069/90, na sua redação atual, prevê que o prazo mínimo de convivência no caso acima descrito é de 15 (quinze) dias para crianças até 2 (dois) anos de idade, e 30 (trinta) dias quando se tratar de adotando acima de 2 (dois) anos de idade.

Caso seja aprovada a alteração proposta, o prazo mínimo de estágio de convivência no País passa a ser de 30 (trinta) dias para todos os casos.

A segunda parte do Projeto, referente ao art. 52 da Lei nº 8.069/90, visa a alterar a regra referente ao estudo prévio e análise da comissão estadual judiciária de adoção. A regra hoje em vigor dispõe que a adoção internacional poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de umas comissões estaduais judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo competente. Não há, portanto, na redação atual, obrigatoriedade do estudo prévio e do laudo da comissão estadual de adoção. O Projeto pretende tornar obrigatório o estudo e o parecer da Comissão.

Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Análise

Merecem aplausos ambas as propostas apresentadas no Projeto de Lei sob exame. A adoção internacional envolve sempre um risco para o adotando, tendo em vista que a criança ou o adolescente deixará, após a adoção, de estar diretamente subordinado à Jurisdição brasileira.

A regulação atual da matéria prevê prazo exíguo de convivência no território nacional para crianças menores de 2 (dois) anos de idade, de apenas 15 (quinze) dias, sendo razoável a sua extensão para 30 (trinta) dias, a fim de se poder aferir melhor o grau de adaptação do adotando aos adotantes.

Imperioso também se apresenta a alteração da regra da oitiva prévia da comissão estadual de adoção, para o fim de se tornar obrigatória a manifestação desse órgão, como mais uma providência com a finalidade de dar à criança e ao adolescente maior segurança em casos de adoções internacionais.

III – Voto

Pelo exposto, o parecer é no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2005.
– **Sérgio Cabral**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 314 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/10/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR "AD HOC":	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEUA TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ , PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (RELATOR "AD HOC")	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPPLY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA (PMR) ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
(VAGO)	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-(VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA (PC do B) ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 03/10/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 314, DE 2004

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PT, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PT, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLFO TOURINHO	X			
JOÃO BATISTA MOTTA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL) ¹				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, P, PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, P, PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARDO CAVALCANTI				
SÉRSY SILHESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR) ³				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
(VAGO)					2 - LUIZ OTÁVIO	X			
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCA					(VAGO)				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA (PC do B) ⁴				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
TITULAR - PDI					SUPLENTE - PDI				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 13 SIM: 14 NÃO: 14 ABSTENÇÃO: 14 AUTOR: PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 10 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 03/10/2005)

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao DMD em 29/06/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005.

É lido o seguinte:

Ofício nº 122/05

Brasília, 9 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Conforme entendimento prévio, comunico à Vossa Excelência que, a partir desta data, o Senador José Agripino deixa de integrar, como membro suplente, a Comissão de Educação.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 39, de 2005** (nº 458/2005, na origem), de 31 de outubro último, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real relativo ao terceiro trimestre de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, juntado ao processado do **Aviso nº 11, de 2005**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Requerimento nº 1.601, de 2004**, do Senador Marcelo Crivella, que *solicita a apresentação de voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente, pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004*.

A matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que redistribuiu o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2004-Complementar, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2004 – COMPLEMENTAR

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências”, e a manifestação do Senador Antonio Carlos Magalhães na Sessão de 8 de março de 2005

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Senado Federal, 9 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.264, DE 2005

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requereiro seja consignado voto de aplauso à ABIH-SC, pelo transcurso de seus 40 anos, de fundação.

Justificação

Em todas as oportunidades que se me oferecem, faço questão de manifestar minha convicção no extraordinário potencial que a atividade turística possui como instrumento de crescimento econômico para o País e de melhoria das condições de vida para a sua população.

No País, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), existem, atualmente, 18 mil meios de hospedagem, gerando cerca de um milhão de empregos, entre diretos e indiretos. A receita bruta do setor está em torno de 2 bilhões de dólares, enquanto o patrimônio imobilizado chega a cerca de 10 bilhões de dólares. A arrecadação de impostos e de taxas efetuada pela indústria hoteleira supera a casa dos 400 milhões de dólares.

Hoje, a ABIH-SC é uma das mais atuantes entre suas congêneres estaduais, e suas iniciativas e ações servem de exemplo às demais pelo seu dinamismo e capacidade de articulação com os demais integrantes do *trade* turístico. A ABIH-SC está intensamente envolvida em todas as iniciativas públicas e privadas que visam ao crescimento da hotelaria e do turismo em Santa Catarina.

Para comemorar os 40 anos de sua fundação, que se completam amanhã, a ABIH-SC elaborou uma programação especial, com lançamento de novos serviços aos associados, entre os quais um portal

na Internet no qual o próprio afiliado poderá lançar pacotes e promoções especiais. Enfim, é a indústria hoteleira, sempre inovando para oferecer sempre o melhor aos seus clientes, sejam turistas ou não, o tratamento dispensado pela rede hoteleira brasileira é muito especial.

Por todas essas razões é que requeiro que essa Casa Legislativa, apresente seu voto de aplauso aos hoteleiros, representado pela sua afiliada que comemora seus 40 anos de fundação.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO Nº 1.265 DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, da Senhora Iolanda Pires, esposa do Ministro Waldir Pires.


Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, 9 de novembro de 2005, da Exmª Senhora Iolanda Pires, esposa do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.

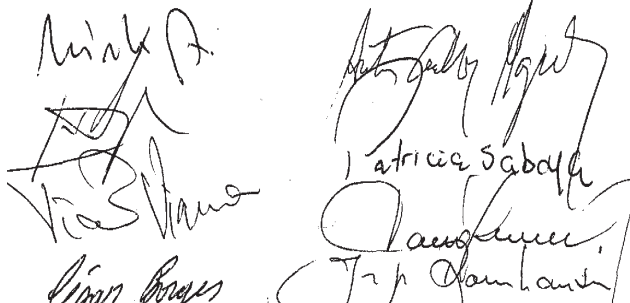
Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Ministro e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar proposto justifica-se. O falecimento da Senhora Iolanda Pires a todos nos sensibiliza, mormente pelo respeito e consideração que tenho pelo seu ilustre esposo, o Ministro Waldir Pires.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.266, DE 2005

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca de suposta emissão de passaporte especial ou diplomático em nome do Sr. Marcos Valério.

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro das Relações Exteriores, a fim de que se esclareça se procede a informação de que tenha sido emitido passaporte especial ou diplomático em nome do Sr. Marcos Valério para viagem a Portugal.

Justificação

Essas informações são solicitadas para que ao Congresso Nacional sejam fornecidos dados que esclareçam se há procedência em denúncias segundo as quais o Sr. Marcos Valério, no momento sujeito a investigações em torno do chamado Mensalão, teria realizado a viagem a Portugal, fartamente noticiada, com a utilização de passaporte especial ou diplomático.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.267, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Iolanda Azena Nunes de Souza, esposa do Exmº Sr. Ministro Waldir Pires de Souza, Controlador-Geral da União, ocorrido hoje às 13 horas.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senadora **Ideli Salvatti** – **Tião Viana** – **Roberto Saturnino** – **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.268, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos em publicidade e em ações de programas sociais nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos em publicidade e em ações de programas sociais nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data:

1. Qual foi o orçamento destinado a ações de publicidade dos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?
2. Qual foi o percentual executado dos recursos disponíveis para ações de publicidade dos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data?
3. Qual foi o orçamento destinado aos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?
4. Como foi a distribuição desses recursos entre os diversos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?
5. Qual foi o percentual executado dos recursos disponíveis para os programas sociais acima citados nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense** do último dia 6 de novembro do corrente publicou matéria intitulada “A propaganda é a alma do negócio” mostrando que levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC revelou que os programas sociais dos ministérios da Educação, da Saúde e dos Esportes tiveram execução orçamentária menor do que o percentual gasto com publicidade.

Segundo a matéria:

A realidade dos humildes contrasta com a das peças publicitárias que sugerem programas sociais capazes de resolver qualquer problema. A divulgação de um serviço de ambulâncias que atende as vítimas em minutos ou de **jingles** sobre as vantagens da leitura se contrapõem à realidade de boa parte da população.

Assim, o objetivo deste requerimento é esclarecer as razões que justificam essa desproporção entre gastos com publicidade e gastos com programas sociais afinal, essa desproporção acaba configurando uma “propaganda enganosa”.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – **Arthur Virgílio.**

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.269, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre os gastos em publicidade e em ações de programas sociais nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre os gastos em publicidade e em ações de programas sociais nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data:

1. Qual foi o orçamento destinado a ações de publicidade dos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?
2. Qual foi o percentual executado dos recursos disponíveis para ações de publicidade dos programas sociais desta Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data?
3. Qual foi o orçamento destinado aos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?
4. Como foi a distribuição desses recursos entre os diversos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?
5. Qual foi o percentual executado dos recursos disponíveis para os programas sociais acima citados nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense** do último dia 6 de novembro do corrente publicou matéria intitulada “A propaganda é a alma do negócio” mostrando que levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC revelou que os programas sociais dos ministérios da Educação, da Saúde e dos Esportes tiveram execução orçamentária menor do que o percentual gasto com publicidade.

Segundo a matéria:

A realidade dos humildes contrasta com a das peças publicitárias que sugerem programas sociais capazes de resolver qualquer problema. A divulgação de um serviço de ambulâncias que atende as vítimas em minutos ou de **jingles** sobre as vantagens da leitura se contrapõem à realidade de boa parte da população.

Assim, o objetivo deste requerimento é esclarecer as razões que justificam essa desproporção entre gastos com publicidade e gastos com programas sociais afinal, essa desproporção acaba configurando uma “propaganda enganosa”.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – **Arthur Virgílio**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.270, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte sobre os gastos em publicidade e em ações de programas sociais nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao sr. ministro de Estado do esporte sobre os gastos em publicidade e em ações de programas sociais nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data:

1. Qual foi o orçamento destinado a ações de publicidade dos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?

2. Qual foi o percentual executado dos recursos disponíveis para ações de publicidade dos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data?

3. Qual foi o orçamento destinado aos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?

4. Como foi a distribuição desses recursos entre os diversos programas sociais dessa Pasta nos anos de 2003, 2004 e 2005?

5. Qual foi o percentual executado dos recursos disponíveis para os programas sociais acima citados nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data?

Justificação

O Jornal **Correio Braziliense**, do último dia 6 de novembro do corrente publicou matéria intitulada “A propaganda é a alma do negócio” mostrando que levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC – revelou que os programas sociais dos ministérios da Educação, da Saúde e dos Esportes tiveram execução orçamentária menor do que o percentual gasto com publicidade.

Segundo a matéria:

A realidade dos humildes contrasta com a das peças publicitárias que sugerem programas sociais capazes de resolver qualquer problema. A divulgação de um serviço de ambulâncias que atende as vítimas em minutos ou de jingles sobre as vantagens da leitura se contrapõem à realidade de boa parte da população”.

Assim, o objetivo deste requerimento é esclarecer as razões que justificam essa desproporção entre gastos com publicidade e gastos com programas sociais afinal, essa desproporção acaba configurando uma “propaganda enganosa”.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 97/05 – GLPDT

Brasília, 9 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor, como suplente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador Cristovam Buarque em substituição ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 099/05 – GLPDT

Brasília, 9 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor, como titular, a Comis-

são de Serviços e Infra-Estrutura, o Senador Cristovam Buarque em substituição ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 100/2005 – GLPDT

Brasília, 9 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor, como suplente, a Comissão de Educação, o Senador Cristovam Buarque, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nesta Casa, de acordo com o Ofício nº 121/2005, em anexo.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 121/05

Brasília, 9 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Osmar Dias
Líder do PDT no Senado Federal
Nesta

Senhor Líder,

Comunico a cessão da vaga de membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão de Educação, para a indicação pelo PDT, do Senador Cristovam Buarque.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência designa o Sr. Senador Cristovam Buarque, como suplente, para compor a Comissão Educação, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº1.592

Brasília, 9 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Osvaldo Reis passa a participar, na qualidade de Su-

plente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência designa o Sr. Deputado Osvaldo Reis, como suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a poderá fazer uso da palavra agora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu precisava falar antes da Ordem do Dia, como Líder, mas preciso ainda conseguir o documento com a autorização. Farei o documento chegar às mãos de V. Ex^a em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Aguardamos o documento. V. Ex^a fica na expectativa de ser o segundo Líder a falar, após o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por cinco minutos, como Líder.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de amanhã, Roraima completa um ano de novo governo. São 365 dias a serem comemorados porque o Estado conseguiu, enfim, sair do noticiário negativo da imprensa nacional, transformando-se num pólo de desenvolvimento com grandes perspectivas de futuro.

O Governador Ottomar Pinto tem trabalhado muito, noite e dia, madrugadas adentro, para reconstruir o Estado – e não tem sido fácil. Roraima tem sua história marcada pelas dificuldades impostas por quem teria, por dever constitucional, a obrigação de promover o desenvolvimento e de compensar as desigualdades regionais: o Governo Federal.

Não bastassem as dificuldades de um Estado pobre, o novo Governo tem ainda que recuperar uma malha viária de 4,5 mil Km, que está completamente

destruída; recolocar a saúde pública nos trilhos; promover a educação de qualidade; e estimular o setor produtivo na geração de emprego e renda.

Além dessas dificuldades, Roraima trava uma luta de Davi contra Goliás, tendo do outro lado o Governo Federal, detentor de 93% de nossas terras, em mãos da Funai – que tem 46% –, do Ibama e do Incra. O Governo do Presidente Lula se nega a transferir para Roraima as terras que são suas. Nós, roraimenses, somos os palestinos do Brasil – um povo sem terra.

Em um ano, o Governador Ottomar Pinto já recuperou quatro mil quilômetros de estradas vicinais, rodovias estaduais e federais, está levando energia ao homem do campo e implementos agrícolas para o pequeno produtor. Na agricultura de larga escala, também investe pesado. Roraima tem hoje os melhores índices de produtividade de soja do Brasil, com quase quatro mil quilos de grãos por hectare.

Na área da saúde pública, o Governo ampliou o Hospital Rubens de Souza Bento e a Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, e está concluindo o Hospital de Rorainópolis, um Município mais ao sul do meu Estado. Estendeu o atendimento médico-odontológico às populações ribeirinhas do Baixo Rio Branco e levou remédio a todas as unidades de saúde. Além disso, contrata novos médicos especialistas e reaparelha, com equipamentos de última geração, os nossos hospitais.

A educação herdada pelo Governador Ottomar Pinto estava entre as piores do País, e isso requeria medidas urgentes. E essas medidas vêm sendo implementadas. Aliás, o Governador foi além: criou a Universidade Estadual de Roraima e a Universidade Virtual, concedeu mais de mil bolsas de estudo para estudantes carentes em faculdades particulares e está implantando o estágio remunerado para estudantes secundaristas de famílias de baixa renda, beneficiando sete mil alunos da rede pública de ensino.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo de Roraima dá educação e dá futuro. A auto-estima do povo roraimense agora é outra. Enxergamos, enfim, uma luz no fim do túnel, e isso somente está sendo possível porque temos à frente do Governo um personagem que transmite segurança, administra com os pés no chão e mede o alcance de cada meta do Governo. Estou falando do atual Governador, o Brigadeiro Ottomar Pinto, um símbolo do progresso, do desenvolvimento da Amazônia, uma figura cuja conduta moral é inquestionável.

O Governo de Roraima volta a gozar de credibilidade. As pesquisas de opinião pública mostram isso. E olha que não tem sido fácil. Nós que apoiamos o Governador Ottomar Pinto somos testemunhas do

grande esforço para aplicar bem os poucos recursos do Estado em obras de fato necessárias.

“Roraima na moral!” Esse é o mote da propaganda oficial do Governo de Roraima no rádio e na TV. Na moral mesmo, porque agora o que se vê, como eu já disse antes, é uma administração séria, competente, voltada para os verdadeiros interesses, para a verdadeira vocação de nosso Estado – o desenvolvimento com justiça social.

Sr. Presidente, Roraima é a porta de entrada do estrangeiro que chega ao Brasil pelo extremo-Norte, vindo da Venezuela ou de outros países mais ao norte. Reivindicamos o papel de guardiões de nossa fronteira. Somos a terra de Macunaima, do Monte Roraima, do Caburaí, o ponto mais ao extremo-Norte – onde começa o Brasil –, uma terra de gente forte, bonita, trabalhadora, orgulhosa, que defende, de peito aberto, os valores morais e a integridade do território brasileiro.

Portanto, cumprimento o Governador e toda a equipe de Governo. Também desejo ao meu povo de Roraima que possamos ter, daqui para frente, paz e progresso, que é o que todos queremos naquela terra.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, como primeiro orador inscrito. S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e dois minutos, se necessário for, de prorrogação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pretendia abordar nesta tarde um assunto do mais alto relevo, relacionado com patentes e propriedade intelectual, mas não posso deixar passar a largo o forte apelo, a enorme manifestação, a grita quase geral da grande maioria dos prefeitos brasileiros, que, de pires na mão, com as costas envergando com tanta responsabilidade, muitas das prefeituras fechando as portas, não sabem como fazer e o que fazer para resolver os problemas que afligem suas comunidades, que afligem suas populações, por quem foram escolhidos.

Registro, nesta tarde, a presença do ilustre Prefeito da Capital do meu querido Estado do Tocantins, Palmas, o Prefeito Raul Filho, que nos honra com sua presença nesta sessão, acompanhado do Professor Bernardino Granja Campos e do Deputado Osvaldo Mota.

O Prefeito Raul Filho vem se somar, com seu esforço e sua inteligência, ao trabalho que a Frente Nacional de Prefeitos vem desenvolvendo com vistas a alcançar avanços na relação com o Governo Federal, buscando, sobretudo, mitigar as dificuldades enormes

que as prefeituras enfrentam para atender às demandas de suas populações.

Buscam os prefeitos que estão hoje em Brasília solucionar pelo menos aquilo que vislumbram ser o possível – e não de forma cabal –, as dificuldades e os sofrimentos que enfrentam. Isso passaria, Sr. Presidente, por uma reforma total na relação federativa que hoje existe entre União, Estados e Municípios.

É preciso que modifiquemos essa situação e essa relação. No Município vemos as demandas serem, de forma mais acentuada, efetuadas em cima dos prefeitos. No entanto, na distribuição do bolo, é o Município quem fica com a menor parte dos recursos arrecadados pelo Brasil. As prefeituras recebem 16% ou 14%, se não me falha a memória, na distribuição desse bolo, enquanto os Estados recebem 24%, e a União 62%. Enquanto isso, os problemas se multiplicam e se acumulam. Por isso, os prefeitos buscam, pelo menos nessa reforma que está sendo discutida – já foi votada no Senado Federal e está sendo votada na Câmara dos Deputados –, o acréscimo de 1% na distribuição dos Fundos de Participação.

Observem que há dois meses, quando o Governo Federal resolveu antecipar a distribuição do Imposto de Renda, houve um choque, mas um choque que quase mata as aspirações dos prefeitos, que viram deles reduzida a parcela em mais de 80%. Com os compromissos assumidos, ficaram os prefeitos com as mãos na cabeça, sem saber o que fazer, que solução dar, já que a grande maioria dos Municípios brasileiros tem como principal fonte de renda o Fundo de Participação.

Na questão de transportes coletivos, a Prefeitura de Palmas, para citar como exemplo, pois sei que enfrenta problemas semelhantes aos de outros Municípios, está em uma situação que não pode mais, ou seja, se ela concede aumento de tarifa da passagem, o povo não pode pagar; se ela aumenta a tarifa – as empresas quase não estão dando conta de colocar os ônibus para rodar, pois estão ficando sucateados –, diminui o número de usuários; e inviabiliza a situação.

Com relação à habitação, a demanda continua reprimida, embora justiça se faça aos esforços que o Governo Federal vem envidando nessa direção, conseguindo mitigar um pouco o sofrimento de milhares e milhares de famílias que ainda não têm condições dignas para morar.

O que dizer das dívidas antigas, inclusive com a União, com o INSS, que os atuais gestores herdaram, uma dificuldade imensa para pagar? Ainda como exemplo, Palmas, nossa Capital, com apenas 17 anos e 200 mil habitantes, tem uma dívida de R\$44 milhões. É uma situação que deixa os prefeitos sem alternativas.

Com relação à saúde, qual é o problema? Nas cidades pequenas, inexistente estrutura para o atendimento às demandas de saúde, e aí correm para as capitais. E, aí, o que ocorre nas capitais? Ocorre uma superlotação que acaba, também, sucateando a já precária estrutura de atendimento às populações.

Com relação à educação, vários são os problemas, notadamente agora, Senador Mozarildo Cavalcanti, quando aprovamos aqui a criação das creches, mas o Fundeb não contempla recursos para o atendimento a crianças de até três anos.

Os problemas se acumulam à medida que aumentam as responsabilidades dos prefeitos.

É preciso que esta Casa, que já tem revelado preocupação com a situação dos municípios brasileiros, participe mais ativamente da discussão com o Governo Federal e obtenha dele uma presença mais atuante, principalmente nos municípios mais pobres, que não têm alternativas. Neles, ouvimos a grita generalizada causada pelo desemprego, um fantasma que assombra a grande maioria dos lares brasileiros. E não é só a juventude que chega ao mercado de trabalho sem perspectivas de ganhar o sustento através do seu esforço. Mas multiplicam-se pais e mães de famílias que não conseguem, com o seu trabalho, trazer o sustento para casa, para si e seus familiares.

As demandas de obras de infra-estrutura, saneamento básico, água tratada, energia elétrica, transporte coletivo, enfim, a demanda de ações e obras mínimas exigidas pelas comunidades estão deixando os nossos prefeitos em polvorosa, loucos da vida, sem saber que atitude tomar. Eis a razão de verificarmos o fechamento de várias prefeituras. Vejam a que ponto estamos chegando: prefeitura, uma instituição criada para atender às demandas do seu patrão, o povo, tem que cerrar as portas porque não está encontrando meios de atender aos anseios, às aspirações e às necessidades da sua comunidade.

Ouçó com muito prazer, Senador Mozarildo Cavalcanti, a manifestação de V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Leomar Quintanilha, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pelo pronunciamento em defesa das nossas prefeituras. Notadamente aquelas em que o número de habitantes não chega a 25 mil são as que mais sofrem, porque sequer têm arrecadação própria, uma vez que, geralmente, estão situadas em regiões distantes, pobres. De modo geral, as prefeituras das regiões Norte e Nordeste são as que sofrem mais. Ontem, em pronunciamento aqui, relatei as visitas que fiz aos municípios do interior do meu Estado de Roraima; e hoje V. Ex^a aborda, de maneira mais ampla, as dificuldades por que passam as prefeituras. Esse 1% de aumento

do FPM pleiteado ainda é pouco para atender a todas as necessidades das prefeituras. É preciso entender o problema. Muita gente pede a extinção de municípios que não se sustentam – aliás, fico triste quando vejo na grande imprensa nacional esse tipo de sugestão –, mas deveria ser o contrário; o Governo Federal deveria estimular a criação de municípios, principalmente nas regiões mais pobres, como forma de eliminar as desigualdades regionais. Portanto, uno-me a sua análise e ao seu pronunciamento, porque o Senado está a dever uma discussão séria sobre o assunto e uma mudança no nosso modelo federativo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– As ponderações de V. Ex^a são perfeitamente compreensíveis e aceitáveis, notadamente quando dizem respeito à criação de municípios, ainda que possuam baixa densidade populacional.

Senador Mozarildo Cavalcanti, essa é uma forma de distribuir renda. Se os recursos já são escassos no município, como vai sobrar dinheiro para os distritos, para os povoados? Não sobra praticamente nada. A autonomia, a independência desses pequenos municípios força a distribuição de renda. Por isso, estamos sempre nesta tribuna – V. Ex^a, eu e tantos parlamentares que respondem pelas regiões mais pobres –, lutando pela eliminação das desigualdades regionais.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me conceder mais um tempo, ouço, com prazer, as ponderações do nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Leomar Quintanilha, este é um tema que deve voltar sempre à tribuna desta Casa, e V. Ex^a o tem estudado bastante. No Brasil, há 5.561 municípios e, em breve, serão criados mais 50, por aprovação do Congresso Nacional. A última lei que coibiu a criação de novos municípios acabou prejudicando a criação desses 50, mas ela foi aproveitada e serão criados mais municípios. Do pouco que conheço deste assunto, sei que todos os municípios brasileiros estão passando por uma fase muito difícil de autogestão, pois a situação financeira é precária. Tomei conhecimento hoje, pela imprensa, de importante reunião ocorrida ontem entre o Ministro Nelson Jobim, Presidente do STF, e os Líderes desta Casa, para tentar encontrar uma saída para a lei dos precatórios, para dívidas de mais de R\$20 bilhões dos municípios, de mais de R\$40 bilhões dos Estados com a União. É uma situação para a qual precisa ser encontrada uma saída. Ainda mais porque é no município que o cidadão mora. Então, é preciso entender a escala de prioridade estabelecida no município em termos de ação social, infra-estrutura e desenvolvimento futuro. Nesse caso, é claro que a União precisa de grandes volumes para realizar gran-

des investimentos. Mas se o município não for visto, como V. Ex^a bem disse, como um distribuidor de renda, como aquele que leva oportunidade, de imediato, à casa do cidadão e da cidadã, estaremos aqui fadados a conviver eternamente com uma situação de penúria nesses tão importantes entes federativos. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Agradeço a contribuição que V. Ex^a traz às considerações que faço.

É preciso ser revisto o pacto federativo. É preciso que revejamos, a partir desta Casa, estabelecendo uma discussão segura, firme, as relações entre Municípios, Estados e União. Se não se modificar este panorama, este cenário, não sei o que acontecerá com os municípios brasileiros.

Sr. Presidente, não me traz nenhuma alegria, como tenho certeza que não traz nenhuma alegria a nenhum dos membros desta Casa, a matéria que publica **O Globo** de quarta-feira sob o título “Retratos do Brasil: menor PIB do País, São Félix do Tocantins equivale a imóvel do Leblon”. E mostra os 10 municípios mais pobres do País. Diz a matéria que o PIB desse município se equipara a um imóvel no Leblon.

É com tristeza que vejo a responsabilidade de redobrar o meu esforço e o meu trabalho nesta Casa, pois, dos 10 municípios mais pobres do Brasil aqui listados, 5 são do meu querido Estado do Tocantins.

Estou seguro de que contarei com a solidariedade dos meus pares no Senado para que esta triste realidade dos municípios brasileiros seja modificada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Leomar Quintanilha!

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço desculpas a V. Ex^a, uma vez que não deveria interromper a ordem de inscrição dos oradores. Todavia, como uma aflição pessoal muito grande me atinge, gostaria de expor rapidamente, em dois minutos no máximo, essa aflição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje, Senador Mozarildo Cavalcanti, na CPI do Mensalão, foram depor membros da Interbrasil, uma empresa que fraudou seguros. Não vou aqui entrar no mérito, pois a discussão fica por conta da CPI. E, lá, a Senadora Ideli, com justa razão e preocupação, questionou sobre as ajudas que a empresa fez às campanhas eleitorais. E, como ele havia dito que nunca ajudou ninguém, o **Estadão**

publicou, com uma resposta minha, que recebi uma ajuda de R\$3.000,00 – dado esse colhido do Tribunal Eleitoral pelo jornal.

É claro que ofereci, caso precisem naquela CPI, o recibo e toda a prestação de contas. Estou às ordens, pois não foi dinheiro guardado em cueca, nem de pacote recebido em hotel, nada disso! Foi dinheiro legalmente recebido, com contas prestadas no Tribunal Eleitoral, cujo contra-recibo está em meu poder, bem guardado pela minha esposa. Então, quero só esclarecer que não houve nenhum tipo de falcatura e nenhum tipo de acordo com essa empresa, que realmente não agiu corretamente. Sem nenhuma crítica à Senadora Ideli, porque já começaram a fazer fofoca de que houve briga minha com ela e discussão. Absolutamente, Presidente. Eu nem estava presente quando S. Ex^a questionou o depoente.

Então, é o que quero esclarecer. Já procurei a Senadora Ideli, coloquei-me à disposição, mas S. Ex^a disse que não se interessava e que sabia que era legal. O único objetivo era mostrar que o depoente estava mentindo.

Portanto, foi apenas para prestar um esclarecimento de ordem pessoal, para que as pessoas que acreditam em mim saibam que nunca fiz nada que pudesse me martirizar por uma ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Romeu Tuma, nós todos agradecemos seu esclarecimento. Saiba que V. Ex^a é um Senador, um político que tem o respeito de toda esta Nação. Muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, analisamos um projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim que me chamou bastante a atenção. Eu pretendia, naquele momento, fazer algumas considerações. Porém, o tempo era muito curto e a intenção no momento era de que se votasse a matéria, que exigia votação nominal em dois turnos, e não haveria tempo. Trata-se do Estatuto da Igualdade Racial.

No dia 20, comemora-se mais um ano de lembrança da memória de Zumbi. E, é claro, também estamos trabalhando cada vez mais pela igualdade racial no Brasil. Como eu me sinto negro – bastante misturado, mas assumo minha negritude – e o autor do projeto, que é o Senador Paulo Paim, não está aqui neste momento, e tantos outros, no Plenário deste

Senado, que também assumem essa condição, pretendo lembrar alguns fatos antes de falar do projeto do nobre Senador.

Sr. Presidente, colhi, pelo Google, todas as proposições legais que o Brasil já teve no sentido de coibir a segregação racial. Há várias leis. Iniciam-se em 1815, quando aconteceu o Tratado Anglo-Português, pelo qual os portugueses e ingleses se comprometiam a restringir o tráfico de negros ao sul do Equador. Em 1826, o Brasil se compromete a acabar com o tráfico de negros em três anos. Em 1831, a Inglaterra pressiona pelo fim do tráfico no Brasil. Em 1838, a Inglaterra aboliu a escravidão em todas as suas colônias. Em 1843, os ingleses são proibidos de comercializar escravos em qualquer lugar do mundo. Em 1845, a Inglaterra aprova a lei que permite combater o tráfico no Brasil. Em 1850, vem a Lei Eusébio de Queiroz, que, por pressão da Inglaterra, proíbe o tráfico de negros no Brasil. Em 1865, a escravidão é abolida nos Estados Unidos. Em 1871, é criada no Brasil a Lei do Ventre Livre e, em seguida, a Lei do Sexagenário. E, em 1888, a Lei Áurea.

O importante de citar essas idéias todas é que, no fundo, essas leis e tratados não se destinavam apenas a respeitar a igualdade racial no mundo, Sr. Presidente, mas, acima de tudo, visavam ao interesse dos ingleses, que era puramente comercial. Os ingleses estavam tendo prejuízo no mercado internacional e, é claro, na hora de exportar, os negros não representavam um poder aquisitivo, porque recebiam apenas o necessário para sobreviverem. Então, da confluência de interesses entre os verdadeiros abolicionistas brasileiros com os interesses comerciais ingleses é que tivemos a lei de 1888, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel.

De lá para cá, constantemente nos deparamos com situações como a que ouvimos esta semana em pronunciamento do Senador Paulo Paim, a respeito do tratamento que os jogadores negros recebem nos campos de futebol. Como é apertado o funil para que negros possam adentrar as academias, as universidades! Como é apertado o funil para que negros possam participar das instâncias de poder deste País, do Parlamento, de tantas outras oportunidades e, principalmente, do Judiciário!

Então, Sr. Presidente, aproveitamos este momento de reflexão, esperando que seja aprovado o projeto e que a sessão do dia 20 seja de homenagem. Já foi enviado requerimento à Mesa nesse sentido, assinado pelo Senador Paulo Paim e outros Senadores, pedindo essa homenagem.

Hoje, na reunião da CCJ – é a esse assunto que quero me ater –, foi importante saber que, em tempo

muito hábil, o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, apresentou seu relatório, que foi bastante discutido. Em caráter bastante simbólico, chegou lá uma delegação de nigerianos. É claro que eles estavam tendo outras atividades aqui, mas o Senador Ney Suassuna pediu permissão para que eles entrassem na sala de reuniões da Comissão, por conta da aprovação dessa lei. O Senador Antonio Carlos Magalhães lembrou que poderia ser destinado o voto simbólico de todos que estavam presentes naquela reunião como votos dados ao projeto.

Precisamos aprovar essa lei, no plenário desta Casa, antes do dia 20, para que até lá o Presidente da República possa sancioná-la.

Esse é um gesto muito forte, muito nobre, muito bonito, muito interessante do ponto de vista de todas as pessoas, tanto dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como daqueles que estarão aqui no plenário do Senado aprovando essa lei.

Assim, Sr. Presidente, vou deixar para que o próprio autor venha aqui, em momento oportuno, explicar a natureza do Estatuto da Igualdade Racial, bem como o Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

Era sobre isso que eu queria falar.

Agradeço a V. Ex^a o tempo de tolerância com que me agraciou.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB-AP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, por permuta com o Senador Roberto Saturnino, sem prejuízo da ordem de inscrição.

V. Ex^a terá dez minutos, mais dois minutos de tolerância, se necessário for.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento aqueles que nos assistem pela TV Senado e os que hoje vieram prestigiar o nosso pronunciamento. Agradeço ao Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fernando da Silva, pela presença; ao Itamar Gonçalves, representante da Fundação Abrinq e do Fórum DCA, e ao Francisco Sadeck, representante do Inesc, que nos ouvem neste momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o meu primeiro dia de trabalho no Senado Federal, tenho procurado exercer, ao lado de tantos outros Parlamentares, o papel de porta-voz das necessidades, dos sonhos, desejos e angústias das nossas crianças e adolescentes.

O que falo pode até soar repetitivo aos ouvidos de muitos. Mas não pretendo abrir mão dessa defesa intransigente, enquanto persistirem no cenário nacio-

nal as tremendas injustiças e os problemas gravíssimos que afetam, de forma cruel, milhões de meninos e meninas de todo o nosso País.

Hoje ocupo esta tribuna mais uma vez, Sr. Presidente, para falar de uma questão muito importante e – por que não dizer – uma questão central para o cotidiano dos quase sessenta milhões de brasileiros entre zero e dezessete anos de idade.

Nós, que militamos na causa da infância e da adolescência, costumamos dizer que lugar de criança é no nosso coração e no Orçamento Público. Lamentavelmente, no Brasil, as crianças e os adolescentes ainda não conquistaram o lugar que merecem no Orçamento. Em muitos corações certamente, mas, no Orçamento Público da União, dos Estados e dos Municípios, ainda não. E esse triste quadro tem se agravado ao longo dos últimos anos.

Não sou uma adepta fervorosa das estatísticas porque acho que, muitas vezes, o que mais nos falta é olhar com carinho, determinação e vontade política para as pessoas que estão por trás desses indicadores. No entanto, quando vamos discutir o Orçamento, é fundamental analisarmos esses números para que possamos corrigir algumas sérias distorções.

Uma análise profunda e detalhada realizada pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) no Orçamento da União de 2005, a partir de dados do Siafi, permite-nos chegar a conclusões bastante preocupantes. Nos 9 primeiros meses do ano, o Governo Federal só executou 40,8% do Orçamento-Geral autorizado para 2005, Senador Mão Santa, o que significa cerca de R\$ 657,7 bilhões.

É importante ressaltar que, dentro desse universo de 40,8% executados até setembro, ínfimos 2,3% foram aplicados em programas e ações que atendem, direta ou indiretamente, todas as crianças e adolescentes do nosso País.

Isso significa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que apenas R\$ 15,2 bilhões foram destinados, até o final de setembro, aos quase 60 milhões de brasileiros na faixa etária, Senador Romeu Tuma, entre 0 e 17 anos para as ações nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, cultura, lazer, esporte, habitação, saneamento básico, assistência social e proteção de direitos. De acordo com os cálculos do Inesc, o gasto **per capita** foi de apenas R\$ 260,36 nesse período.

Senador José Jorge, que é um grande especialista, cuidadoso na defesa dos direitos da criança e do adolescente, principalmente na educação, eu falava agora há pouco do Orçamento da União para as crianças e os adolescentes, dos cortes que já estamos prevendo, do que foi de Orçamento para 2005 e de como isso é insignificante, diante da enorme demanda que

exigem as crianças e adolescentes do nosso País e da vontade que temos de resgatar essa dívida enorme que nós temos para com todos os adolescentes e crianças do nosso País.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, peço um aparte, na hora em que V. Ex^a puder me conceder.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Pois não.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse valor de R\$ 260,36 me assusta, me entristece. Isso é revoltante! Como podemos investir, durante longos 9 meses, somente R\$ 260,36 em cada criança e adolescente deste País? Isso significa, Senador Romeu Tuma, uma média de R\$ 28,90 por mês para cada menina e menino do Brasil, menos de R\$ 1,00 por dia. Portanto, não podemos nos conformar diante de situação tão absurda. Temos a obrigação de sair desse estado de letargia que parece ter contaminado todo o Brasil.

Esses números não foram inventados. São números que hoje o **Correio Braziliense** coloca em destaque: menos de R\$ 1,00 por dia é o que o Governo brasileiro destina a 60 milhões de crianças, de brasileiros entre 0 e 17 anos de idade.

Com prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senadora, por interromper este importante discurso, mas é V. Ex^a a maior defensora dos direitos da criança. Sinto de perto, desde o início do seu mandato, que V. Ex^a tem uma dedicação quase que exclusiva, além dos interesses do seu Estado, à defesa das crianças, haja vista seu excelente trabalho na CPI do abuso e violência contra o menor. Mas é interessante como, às vezes, Deus põe na nossa cabeça as mesmas coisas que as pessoas de bem colocam e conseguem transmitir. Hoje, pela manhã, tive uma reunião com o Ministro Nelson Jobim sobre o problema de um processo que tem que ser desenvolvido pela CAS. Na ante-sala havia prefeitos, parlamentares e juízes e, na porta, uma manifestação de ex-funcionários demitidos da Febem de São Paulo que estavam em greve de fome, reivindicando o retorno ao trabalho. É difícil o controle sobre um menor infrator. Digo sinceramente, Senador Mão Santa, Senadora Patrícia, é difícil esse controle. V. Ex^{as} sabem qual é o grande problema? Custa mais de R\$ 1 mil por mês uma criança na Febem. V. Ex^a fala em R\$ 1,00 por dia para uma criança que pode ser tratada a fim de não ir parar na Febem, quando na Febem ela custa R\$ 1 mil por mês. Então eu dizia da dificuldade de se impor qualquer idéia – e acho que a sua voz é mais forte que a minha. A criança tem que ser tratada, principalmente essas de família de origem pobre, desde o berço, Senadora. É desde o berço que ela tem que

ser cuidada; tem-se que investir na creche, investir no primeiro grau, no segundo grau, para a criança saber que está sendo observada e que vai ter um futuro. Porque ela cai na rua, é abandonada – primeiro passo –, depois entra na criminalidade, e ninguém segura mais. Essas casas de custódia – eu diria casa de custódia –, onde os menores infratores vão cumprir pena que o Juizado de Menores impõe ou a segregação, em razão da virulência com que eles agem, não têm nada de recuperação, não têm nada de formação para o futuro. Senadora, pelo amor de Deus, continue a gritar! A sua voz é mais forte que a nossa.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a tem sempre sido muito atencioso e tem acompanhado os nossos trabalhos desde a época de nossa CPMI, que investigou essas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. V. Ex^a tem sido uma voz muito forte também na defesa dos direitos das crianças de nosso País, e eu diria que V. Ex^a tem toda a razão. Aqui o nosso trabalho tem sido sempre uma voz permanente. Talvez algumas vezes, como eu disse no começo de meu pronunciamento, até muito repetitiva, e alguns até me alertaram: “Senadora Patrícia, está na hora de abraçar outras causas”. Porque esta causa não é tão nobre como outras.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, dá licença.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Uma vez eu tive uma questão relacionada a um crime de imprensa e vi que, na defesa que o advogado fez, a representação era repetitiva. Eu falei: “Mas o senhor está repetindo cinco vezes”. Ele respondeu: “Às vezes o juiz lê só um trecho. Enquanto eu repito, ele vai ler um deles e vai saber o que eu quero dizer”. Então, se V. Ex^a, Senadora Patrícia Saboya, repetir duzentas vezes, alguém vai ouvir uma vez e procurar cumprir.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Senador Romeu Tuma. Agradeço muito a sua solidariedade.

Mesmo se analisarmos, Srs. Senadores, o Orçamento autorizado para 2005, no que se refere à área da criança e do adolescente, chegaremos à conclusão de que os recursos para os nossos meninos e meninas são irrisórios, aviltantes, inaceitáveis, Senadora Heleína Helena. Como V. Ex^a, ontem, tratou da questão do Orçamento para a segurança, hoje trago também aqui a questão do Orçamento das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Eu mostrava há pouco às Sr^{as}. Senadoras e aos Srs. Senadores que o jornal **Correio Braziliense** hoje publica que é apenas R\$

1,00 por dia o que se gasta com as crianças e os jovens do nosso País.

A fatia destinada à infância e à adolescência para este ano é de cerca de R\$ 28 bilhões, o que representa apenas 1,75% do total do Orçamento da União – 1,75%! Portanto, aqui não se trata apenas de fazer uma crítica à conhecida lentidão no ritmo de liberação dos recursos orçamentários, que é a mesma ladainha todos os anos. Isso porque, dos R\$ 28 bilhões destinados às crianças e adolescentes, R\$ 15,2 bilhões foram aplicados até setembro – o que significa uma execução de apenas 54% no período. O mais grave, a meu ver, é o montante irrisório que está reservado para a infância e a adolescência no contexto do Orçamento Geral da União.

Não é preciso, Sr^{as} e Srs. Senadores, ser especialista em economia para perceber que há algo de muito errado nisso. Sabemos que, ao longo dos últimos anos, conseguimos uma conquista importantíssima, que foi o controle da inflação. No entanto, o modelo econômico adotado pelo País nos colocou em uma encruzilhada: a encruzilhada dos juros altos, da dívida pública, do tal do superávit primário.

Na semana passada, vimos em todos os jornais a notícia de que o Brasil também nos nove primeiros meses do ano, ultrapassou a meta do superávit primário estabelecida para 2005, chegando a uma economia de 6,1% do PIB, ou seja, R\$86,5 bilhões, quando a meta era apenas de 4,25%.

Essa diferença, Senador Reginaldo Duarte, entre a meta do FMI e a poupança que fizemos a mais deveria, sim, ter sido empregada em investimentos. Para que ser mais realista do que o próprio rei? Por que deixar de investir em educação, saúde, saneamento, se dispomos dos recursos? Como podemos poupar mais do que o necessário, se isso se dá em detrimento do investimento, do aporte de recursos para estruturar o País, o que dará condições para que ele volte a crescer de verdade?

Para termos uma idéia, Sr. Presidente, essa poupança feita pelo País até setembro é simplesmente 10 vezes, pasmem, o Orçamento previsto para o Bolsa Família em 2006, fixado em R\$8,5 bilhões para o atendimento de 11 milhões de famílias.

Não quero aqui, Senadora Heloísa Helena, de forma alguma, parecer irresponsável. Sei que o Brasil precisa honrar seus compromissos, porque, se não o fizer, quem perde é a maioria do nosso povo. Mas temos de lutar, a partir de agora, pelo estabelecimento de novos paradigmas nas negociações externas. Precisamos voltar a investir pesado e urgentemente na área social! Não me canso de dizer: chega de fazer políticas pobres para os pobres deste País...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – ...porque isso nunca lhes vai dar a oportunidade de enfrentar uma vida no futuro com condições e com dignidade, para que possam ter uma vida melhor que a de seus pais. Pois, cada dia que se passa sem que priorizemos as nossas crianças e os nossos adolescentes significa mais um inexorável passo na corrida de milhões de brasileiros rumo à pobreza, rumo à exclusão social.

Temos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a obrigação de inverter essa rota.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, mesmo depois de o Presidente que me antecedeu ter prorrogado o tempo de V. Ex^a, esta Presidência, em atenção a V. Ex^a e aos Srs. Senadores que pedem apartes, vai lhe conceder mais dois minutos, pedindo aos companheiros que sejam breves, porque o Senador Gerson Camata já aguarda, como próximo orador inscrito.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Tenho certeza de que o Senador Gerson Camata vai adorar aguardar, porque Rita Camata, sua esposa, foi a maior defensora dos direitos da criança e do adolescente. Creio que S. Ex^a vai gostar de ouvir-nos.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Certamente.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senador Camata.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Também o Senador Eduardo Siqueira Campos já falou várias vezes sobre a criança. Com certeza, vou falar também pelos Senadores Ramez Tebet, Mão Santa e Papaléo Paes. Já tive a oportunidade de dizer, várias vezes, Senadora Patrícia Saboya Gomes, o quanto foi e é essencial a presença de V. Ex^a nesta Casa ao trazer esse debate. Evidentemente, todos podem dizer que esse tema já era conhecido, que já tinham instalado CPIs em vários Estados e que já havia alternativas concretas e eficazes para isso. Porém, se não estiver ou no Parlamento ou no Executivo uma pessoa como V. Ex^a, definitivamente comprometida com a causa da criança e do adolescente, nada se resolve. Comprometer-se com a causa da criança e do adolescente é também estar comprometido com o futuro e com o presente do País e minimizar as dores do passado, das injustiças que muitas dessas crianças e adolescentes trazem na sua alma e no seu pequeno coração. Portanto, quero saudar V. Ex^a, que tem uma gigantesca preocupação com esse tema. Ontem, quando eu tratava de um assunto relativo à criança especialmente, na área de

segurança pública, tudo aquilo pelo que V. Ex^a tantas vezes já lutou na Casa, tanto em relação aos programas contra a exploração sexual como aos programas de atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei, eu verifiquei que o que foi disponibilizado para o Nordeste é praticamente zero.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Vergonha.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É uma das piores rotas e inclusive foi muito bem identificada por V. Ex^a durante a CPI. Em relação à prevenção da violência, do crime organizado para o Brasil todo, estavam previstos 54 milhões para o combate ao tráfico de drogas e à exploração de crianças e adolescentes, que são tragados pela marginalidade e pelo narcotráfico como último refúgio. Desses 54 milhões que estavam previstos, uma quantia insignificante, se comparada com o que V. Ex^a disse que se guarda para os serviços da dívida, para o superávit, zero foi liberado, nenhum real. Então, isso é realmente muito triste; é uma indignidade, mas é especialmente muito triste. Portanto, quero abraçar, saudar, parabenizar o pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senadora Heloísa Helena. Nós já estivemos aqui, em diversas ocasiões, juntas na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente, quando da aprovação da proposta de V. Ex^a. Apesar de bastante polêmica, conseguimos convencer a Casa da necessidade, da importância de cuidarmos das crianças principalmente na primeira idade, que é aquela em que elas são mais vulneráveis, mais frágeis, e precisamos, sim, de nós mães, de nós adultos, de nós pais, do Governo, da sociedade, da própria família, para que possam ter uma infância pelo menos feliz. Agradeço o aparte de V. Ex^a e passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que tem sido também ardorosa na luta da causa das crianças.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Sr^a Senadora Patrícia Saboya, quero parabenizá-la por levar a essa tribuna um tema de extrema importância como é este do Orçamento voltado para a criança. E quero também, neste momento, Senadora Patrícia, alertá-la para um fato que acontece no Orçamento em relação à erradicação do trabalho infantil. Esse é um programa de sucesso, por meio do qual o Brasil se comprometeu junto à Organização do Trabalho de combater, de forma efetiva, o trabalho infantil. Levamos o nosso modelo para Oslo, para a Bélgica, e essa formatação de projeto foi homenageada em todos os fóruns em que tivemos oportunidade de trabalhar. Este ano, o Orçamento faz uma coisa que considero extremamente séria e grave: tira novecentos mil reais do Programa

de Erradicação do Trabalho Infantil e coloca no Bolsa Família. Tenho buscado alertar o Governo no sentido de prestar atenção na questão do Bolsa Família e do Peti. O Peti tem objetivos diferentes, e um deles é tirar a criança do trabalho penoso e insalubre, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso da criança na escola. A centralidade do projeto não está na bolsa que recebe, e sim na Jornada Ampliada. A bolsa é um estímulo para que freqüente a Jornada Ampliada, que é o reforço escolar e as atividades que visam ao desenvolvimento das suas habilidades. À medida que essa bolsa vai para o Bolsa Família, deixa de ser um direito individual da criança na faixa etária de 7 a 14 anos, e se mistura a um programa muito mais amplo. Isso vai ser um desestímulo para que a criança volte a estudar e deixe o trabalho. Portanto, quero parabenizar e me solidarizar com V. Ex^a. Juntas eu tenho certeza de que na Comissão de Orçamento vamos romper com esse novo modelo que estão querendo implantar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a tem tido uma grande atuação como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, principalmente com o trabalho que implementou o Programa Peti, motivo de orgulho e satisfação para todos nós brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, me desculpe, mas já foi feita mais uma prorrogação de três minutos. Peço encarecidamente que, atendidos os apartes, V. Ex^a encerre o seu pronunciamento, porque as reclamações já começaram.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Agradeço e passo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, ao Senador Ramez Tebet e, em seguida, concluo o pronunciamento.

O Sr. Reginaldo Duarte (PSDB – CE) – Senadora Patrícia Gomes, discordo de V. Ex^a quando diz em seu pronunciamento que está sendo bastante repetitiva em tocar na tecla objeto do seu discurso, mas V. Ex^a fique certa de que o seu pronunciamento é de grande importância para todas as crianças, para todos os adolescentes de nosso País. Nunca é repetitivo V. Ex^a falar sobre o assunto. Nós tivemos a oportunidade de ver a sua *performance* na CPI em que presidiu com muita propriedade, com muita serenidade e com muita justiça. Quero parabenizá-la pelo belo pronunciamento que está fazendo em prol das crianças de nosso País.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Obrigada, Senador Reginaldo Duarte, meu conterrâneo, cearense, que sempre nos apoiou nesse trabalho pela infância e juventude.

Com prazer, ouço o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Patrícia Saboya, um dos meus filhos está presente nesta Casa, meu filho Rodrigo, visitando o Senado. Quando V. Ex^a esteve em Mato Grosso do Sul, eu pensei em recepcioná-la. Ele me questionou... Mas, em verdade, eu não pude recebê-la porque V. Ex^a não parou de trabalhar! V. Ex^a chegou ao meu Estado e foi varando madrugada nesse trabalho incansável e meritório que faz em favor das crianças, principalmente das crianças desassistidas. Ao vê-la, nesta tribuna, reclamando por recursos para as crianças, eu vejo que V. Ex^a está no caminho certo e, por isso, V. Ex^a recebe a solidariedade de toda a Casa. Não é possível cortar verbas das nossas crianças! Tenham paciência! Isso já é demais! Fala-se de tantos programas sociais, dê-se o nome que se der, mas não se pode tirar das crianças para aplicar em nenhum outro programa, Senadora Patrícia. Por isso, saúdo a sua presença nessa tribuna.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Obrigada, Senador Ramez Tebet. Não pude estar na sua residência, mas V. Ex^a nos acompanhou e nos deu a chance, nos deu...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Patrícia, peço a V. Ex^a que conclua.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Vou concluir...

Eu só queria agradecer, também, ao Senador Ramez Tebet e aos Senadores e Senadoras da Casa. É uma matéria que poderia ser muito debatida. Peço, então, à Mesa que, por favor, publique o resto do meu pronunciamento.

Agradeço, dizendo a frase que costumamos repetir: criança deve estar, Senador Arthur Virgílio, no coração e no Orçamento. Repito a frase que V. Ex^a citou aqui que eu tinha dito: não adianta políticos beijarem criancinhas às vésperas de campanha, a população não aguenta mais ver isso porque, na hora do Orçamento, não há um tostão para elas.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o meu primeiro dia de trabalho aqui no Senado Federal, tenho procurado exercer, ao lado de tantos outros parlamentares, o papel de porta-voz das necessidades, sonhos, desejos e angústias das nossas crianças e adolescentes.

O que falo pode até soar repetitivo aos ouvidos de muitos. Mas não pretendo abrir mão dessa defe-

sa intransigente, repetitiva, sim, dos direitos infanto-juvenis enquanto persistirem no cenário nacional as tremendas injustiças e os problemas gravíssimos que afetam, de forma cruel, milhões de meninos e meninas do nosso País.

Hoje, ocupo mais uma vez esta tribuna para falar de uma questão importante e – por que não dizer, central!!! – para o cotidiano dos quase 60 milhões de brasileiros entre zero e 17 anos. Nós, militantes da causa da infância e da adolescência, costumamos dizer que lugar de criança é no nosso coração e no Orçamento Público. Lamentavelmente, no Brasil, as crianças e os adolescentes ainda não conquistaram o lugar que merecem no Orçamento. E esse triste quadro tem se agravado ao longo dos últimos anos.

Não sou uma adepta fervorosa das estatísticas porque acho que, muitas vezes, o que mais nos falta é olhar, com carinho, determinação e vontade política, para as pessoas que estão por trás dos indicadores. No entanto, quando vamos discutir o Orçamento, é fundamental analisarmos esses números para que possamos corrigir algumas sérias distorções.

Uma análise profunda e detalhada realizada pelo Inesc (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) no Orçamento da União de 2005, a partir de dados do Siafi, permite-nos chegar a conclusões preocupantes. Nos nove primeiros meses do ano, o governo federal só executou 40,8% do Orçamento Geral autorizado para 2005 – o que significa cerca de 657,7 bilhões de reais. É importante ressaltar que, dentro desse universo de 40,8% executados até setembro, ínfimos 2,3% foram aplicados em programas e ações que atendem, direta ou indiretamente, todas as crianças e adolescentes do nosso País.

Isso significa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que apenas 15,2 bilhões de reais foram destinados, até o final de setembro, aos quase 60 milhões de brasileiros na faixa etária entre zero e 17 anos para ações nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, cultura, lazer, esporte, habitação, saneamento básico, assistência social e proteção de direitos. De acordo com cálculos do Inesc, o gasto **per capita** foi de apenas 260,36 reais nesse período.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse valor me assusta, me entristece, me revolta! Como podemos investir, durante longos nove meses, somente 260,36 reais em cada criança e adolescente deste País? Isso significa uma média de 28,9 reais por mês para cada menino e menina do Brasil, menos de um real por dia! Não podemos nos conformar diante de situação tão absurda. Temos a obrigação de sair desse estado de letargia que parece ter contaminado todo o Brasil.

Mesmo se analisarmos o Orçamento autorizado para 2005 no que se refere à área da criança e do adolescente, chegaremos à conclusão de que os recursos para nossos meninos e meninas são irrisórios, aviltantes, inaceitáveis. A fatia destinada à infância e à adolescência para este ano é de cerca de 28 bilhões de reais, o que representa apenas 1,75% do total do Orçamento da União.

Portanto, aqui não se trata apenas de fazer uma crítica à conhecida lentidão no ritmo de liberação dos recursos orçamentários. Isso porque, dos 28 bilhões destinados às crianças e adolescentes, 15,2 bilhões foram aplicados até setembro – o que significa uma execução de 54% no período. O mais grave, a meu ver, é o montante irrisório que está reservado para a infância e a adolescência no contexto do Orçamento Geral da União.

Não é preciso ser especialista em economia para perceber que há algo de muito errado nisso. Sabemos que, ao longo dos últimos anos, conseguimos uma conquista importantíssima, que foi o controle da inflação. No entanto, o modelo econômico adotado pelo País nos colocou em uma encruzilhada. A encruzilhada dos juros altos, da dívida pública, do superávit primário.

Na semana passada, vimos, em todos os jornais, a notícia de que o Brasil, também nos nove primeiros meses do ano, ultrapassou a meta de superávit primário estabelecida para 2005, chegando a uma economia de 6,1% do PIB, ou R\$86,5 bilhões, quando a meta era de 4,25%.

Essa diferença entre a meta do FMI e a poupança que fizemos a mais deveria ter sido empregada em investimento. Pra quê ser mais realista do que o rei? Por que deixar de investir em educação, saúde, saneamento, se dispomos dos recursos? Como podemos poupar mais do que o necessário se isso se dá em detrimento do investimento, do aporte de recursos para estruturar o País, o que dará condições para que ele volte a crescer de verdade?

Para termos uma idéia, essa poupança feita pelo País até setembro é simplesmente 10 vezes o Orçamento previsto para o Bolsa-Família em 2006, fixado em R\$8,5 bilhões para o atendimento de 11 milhões de famílias.

Não quero parecer irresponsável. Sei que o Brasil precisa honrar seus compromissos porque se não o fizer quem mais perde é o povo. Mas temos que lutar, a partir de agora, pelo estabelecimento de novos paradigmas nas negociações externas. Precisamos voltar a investir pesada e urgentemente na área social! Pois, cada dia que passa sem que nós priorizemos as nossas

crianças e os nossos adolescentes, significa mais um inexorável passo na corrida de milhões de brasileiros rumo à pobreza e à exclusão social. Temos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a obrigação de inverter essa rota.

Reconheço, sim, o esforço que o governo do presidente Lula tem feito na área social, sobretudo ao priorizar um programa fundamental para o combate à pobreza, que é o Bolsa-Família. Ao contrário do que muita gente pensa, o Bolsa-Família não é uma estratégia assistencialista. Ele está movimentando a economia das pequenas cidades brasileiras e vem conseguindo fazer com que as crianças efetivamente freqüentem as escolas e sejam acompanhadas nos postos de saúde. É evidente, porém, que temos de tomar todo o cuidado para não transformar esse importante instrumento em uma ação assistencialista. Por isso, é essencial oferecermos a essas famílias as ferramentas necessárias para que elas se libertem, paulatinamente, da ajuda oficial. Vale ressaltar aqui que o Orçamento do Bolsa-Família aumentará em 27,4% de 2005 para 2006.

Outro programa que também será ampliado é o Sentinela, que presta assistência psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A previsão de aumento dos recursos de 2005 para 2006 é de 36%. Isso porque, o Sentinela, que hoje funciona em 314 municípios, a partir do próximo ano, estará presente em 1.104 cidades. Trata-se de um significativo avanço. Sem dúvida, uma vitória de todos os parlamentares que trabalharam duro na CPMI da Exploração Sexual durante mais de um ano e, sobretudo, dos movimentos sociais que lutam, heroicamente, contra esses crimes tão bárbaros em todo o País.

Apesar dessas conquistas, detectamos, em um trabalho conjunto com o Conanda (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), o Inesc, o Fórum DCA e tantas outras organizações da área da infância, que muitos programas sociais estão ameaçados por conta dos cortes previstos para o próximo ano.

E é por esse motivo que nós, integrantes da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado e na Câmara, vamos apresentar uma série de emendas ao Orçamento de 2006, que totalizam cerca de 1,6 bilhão de reais. São aportes em setores fundamentais, tais como o apoio ao desenvolvimento da Educação Infantil, ao combate ao trabalho infantil, as ações de recuperação dos adolescentes infratores, as estratégias de proteção às vítimas de exploração sexual e os programas na área de esportes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para terminar, eu gostaria de propor um desafio. Está na hora de sermos

coerentes com o sentimento de proteção, amor e carinho que, tenho certeza, todos temos em relação às crianças e aos adolescentes. Precisamos transformar esse sentimento, essa emoção, em ações concretas. Precisamos priorizar cada menino e cada menina do Brasil na hora de elaborar e implementar o Orçamento Público. Porque será somente assim que vamos conseguir transformar este País cheio de possibilidades e potencialidades em uma Nação verdadeiramente justa, verdadeiramente tranqüila, verdadeiramente rica!

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Saboya Gomes, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Saboya Gomes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Saboya Gomes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A solicitação de V. Exª será atendida, de acordo com o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa dois requerimentos: no primeiro, peço a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, 9 de novembro de 2005, da Exmª Srª Iolanda Pires, esposa do meu adversário político, Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União; no segundo, solicito, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações ao Ministro das Relações Exteriores, a fim de que se esclareça se é procedente a informação de que teria sido emitido passaporte especial ou diplomático em nome do Sr. Marcos Valério para viagem a Portugal. São os dois requerimentos que apresento à Mesa neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda os requerimentos de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E peço a inscrição como Líder do PSDB, antes da Ordem do Dia, no momento em que V. Exª me der oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª fica inscrito.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, pela Liderança do PDT, assim que V. Exª julgar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª já está inscrito.

Concedo a palavra ao Sr. Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de registrar que, no próximo sábado, 12 de novembro, a cidade de Sobral estará abrindo ao público a Biblioteca Municipal Jornalista Lustosa da Costa.

Esse espaço cultural representa uma homenagem do povo de Sobral a seu grande divulgador, Jornalista Lustosa da Costa, que tem sua vasta obra ambientada naquela cidade.

A Biblioteca Municipal Lustosa da Costa foi construída no local onde funcionava uma usina de beneficiamento de algodão, sendo o prédio adaptado para as novas funções, mas aproveitadas partes da antiga construção, o que certamente concorre para o maior brilho do investimento cultural do Município.

Serão 50 mil títulos que atenderão à população sobralense, além de livros raros, mapas, acervo para deficientes visuais, laboratório para restauração de livros, hemeroteca, que arquiva jornais, e um conjunto de 16 computadores que permitirão o acesso à rede mundial de computadores a todos os frequentadores daquele espaço.

O jornalista Lustosa da Costa diz ser sobralense por opção pessoal e que, abre aspas, “escolhi a cidade para ser minha, estudei sua história, mergulhei fundo em seu passado”.

Parabéns ao jornalista Lustosa da Costa e ao povo de Sobral por esta conquista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Gerson Camata, PMDB do Espírito Santo, pela Liderança do Partido.

V. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem direito a cinco minutos para fazer o seu pronunciamento, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que todos se recordam que, depois de uma dura batalha, aprovamos aqui, em maio deste ano, uma emenda constitucional, a de nº 46, que excluía do rol dos bens da União as ilhas costeiras que tenham sede de Municípios, como é o caso, por exemplo, de Vitória, Florianópolis e várias outras cidades brasileiras.

Solicitei a um amigo meu, um emérito especialista nessa área, Dr. Gabriel Quintão Coimbra, estagiário do Ministério Público Federal, que fez um estudo sobre essa emenda e como as autoridades do Executivo vêem aquilo que é aprovado aqui. Aprovamos a emenda e não valeu nada. O Patrimônio da União ignorou que foi aprovada essa emenda. Foi como se não tivéssemos votado nada aqui. Perdemos tempo. Quer dizer, se nem emenda constitucional é obedecida, imaginem as leis que votamos aqui. Quer dizer, estamos legislando para os anjos, os arcanjos, os querubins, os serafins, os tronos, as dominações e as potestades, de acordo com aquela classificação dos anjos junto ao trono do Pai Celeste, porque para o Brasil não legislamos.

Diz aqui o Dr. Gabriel:

Tal alteração constitucional, acaso interpretada como queriam os legisladores, extinguiria os terrenos de marinha e acrescidos localizados em Municípios com sede em ilhas costeiras.

Entretanto, apesar do debate que naturalmente se travaria sobre a interpretação da Emenda nº 46, o fato é que a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a ignorou por completo e optou por emitir, indistintamente, os documentos de cobrança aos moradores de Vitória.

Quer dizer, fizemos uma emenda constitucional e não adiantou nada. Melhor seria se não a tivéssemos feito.

Ante a inércia da SPU em firmar uma orientação acerca dos beneficiados pela emenda, ainda que restritiva (o que seria

judicialmente questionável em âmbito judicial), o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação com pedido de suspensão da cobrança de quaisquer valores referentes aos terrenos de marinha e acrescidos (foro, taxa de ocupação e laudêmio) em Vitória, até que os contemplados pela alteração constitucional sejam devidamente identificados pelo órgão.

A Justiça Federal concedeu a liminar no dia 27 de maio, determinando a suspensão dos aludidos valores até que a União (leia-se SPU) providenciasse estudo técnico, no prazo de 90 dias, o que também não se verificou.

Quer dizer, até a Justiça Federal – trata-se de emenda constitucional – não tomou nenhuma providência, como se nada tivesse sido aprovado aqui.

Ocorre que, embora a cobrança esteja suspensa por decisão judicial, a SPU, provavelmente em razão de sua notória insuficiência e falta de transparência, tem criado um inaceitável quadro de escárnio no Espírito Santo em relação ao assunto. [E escárnio ao Congresso Nacional também.]

Daí a necessidade de prestarem-se maiores esclarecimentos à população, a fim de garantir-se o respeito às decisões emanadas da Justiça Federal [...] [e à votação da emenda constitucional no Congresso Nacional].

Para tanto, cabe esclarecer os seguintes pontos [diz aqui o Dr. Gabriel]:

a) cobrança de valores relativos aos terrenos de Marinha e acrescidos: está suspensa judicialmente por tempo indeterminado em Vitória, sendo ilegais as portarias da SPU que estabelecem o adiamento da cobrança para uma data determinada [quer dizer, o juiz mandou suspender, e eles baixaram lá uma portaria dizendo que não suspendem não, que vão só adiar];

b) obtenção de certidões negativas expedidas pela SPU para o registro de imóveis nos cartórios: a exigência do pagamento de laudêmio e de taxas de ocupação com vencimento em 31 de maio de 2005 como condição para obtenção das certidões negativas afronta a decisão da Justiça Federal;

c) cobrança de juros e multa dos não residentes em Vitória: tal cobrança é indevida porque, embora a decisão judicial restrinja-se à

Capital, os representantes da SPU anunciaram em inúmeras ocasiões que a sua suspensão havia sido estendida para todo o Estado, induzindo os cidadãos a erro. Deste modo, tendo em vista a violação aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e segurança jurídica, a SPU deve isentar todos os capixabas do pagamento de juros e multa;

d) apresentação do estudo técnico: a SPU, além de desrespeitar o prazo estipulado na ordem judicial, apresentou um “pseudo-estudo técnico”, elegantemente chamado de “orientações preliminares sobre o modo de cumprimento da Emenda 46”. [...]

Vejam V. Ex^{as} que a SPU assumiu funções do Poder Judiciário. Agora é ela que diz como deve ser interpretada a emenda constitucional. Pelo que se estuda na Constituição, o Judiciário interpreta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concluindo, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agora, quem interpreta é a SPU, não precisa mais do Poder Judiciário. Aliás, eles não obedecem nem às decisões do Poder Judiciário.

Por fim, em virtude do descaso da SPU, o Ministério Público Federal requereu aplicação de multas, sem prejuízo da responsabilização da autoridade responsável pela prática de crime de desobediência e ato de improbidade administrativa.

Espera-se que, com isso, as normas que regem nosso Estado Democrático de Direito sejam tratadas com a reverência que a prática da SPU tem desconsiderado.

O que estou denunciando aqui agora é que a SPU – Secretaria do Patrimônio da União – não vem obedecendo à emenda constitucional que votamos na Câmara e aprovamos, e aprovamos aqui por unanimidade. Não houve um voto contra. Aplaudimos, fizemos belíssimos discursos aqui. Entretanto, o Poder Executivo não está obedecendo à emenda constitucional.

Ora, se uma emenda constitucional não vem sendo obedecida, imaginem a legislação.

Essa é a denúncia que faço, com um apelo para que a Procuradoria-Geral da União interpele a SPU pelo não-cumprimento de uma emenda constitucional

aprovada aqui pelo Plenário da Câmara e pelo Plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco. Em seguida, concederei a palavra aos Líderes Arthur Virgílio e Osmar Dias.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu pronunciamento de ontem, fiz algumas considerações sobre o desempenho do Presidente Lula no programa Roda Viva, da TV Cultura, que considerei arrogante, insensível e desinformado. Hoje eu gostaria de destacar um exemplo dessa desinformação, a manipulação de meias-verdades e o manejo de emoções que caracterizou seu pronunciamento.

Uma de suas meias-verdades foi a declaração de que, durante seu mandato, o Brasil está crescendo – entre aspas – “o que não cresceu nos últimos 20 anos”. Na verdade, o Presidente Lula, sempre que fala, parece que o Brasil foi descoberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia em que ele assumiu o Governo. Não existia nada. Isso aqui era uma terra devastada. Não existia ninguém trabalhando, ninguém produzindo. O Presidente Lula, notório desinformado do que passa em seu Governo, deu provas de que ou não conhece a história econômica brasileira ou prefere continuar iludindo a população.

A reação dos economistas ouvidos pela imprensa foi de incredulidade. Segundo o professor Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “o Presidente perdeu o senso de proporção. Para usar uma imagem que Lula adora, o Brasil era um time que estava perdendo de 5 a 0 e agora perde de 5 a 1. Só que antes estava na terceira divisão e caiu para a quarta divisão.”

O Brasil tem crescido! Isso é um fato incontestável! Mas, para ser justo e sincero, é preciso reconhecer, primeiro, que o mundo todo está em fase de virtuoso crescimento e que os índices brasileiros estão aquém da média internacional. Se não, vejamos: o Brasil, em 2005, deverá crescer 3,5% – “deveria” crescer 3,5%, porque agora já se espera que o Brasil cresça apenas 3% – frente ao crescimento de 4% da economia mundial. Espera-se que os Estados Unidos cresçam 3,8%. Numa economia daquele tamanho, crescer tanto, evidentemente, é muito mais difícil do que num país de economia menor, segundo estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Comparando-se a previsão de crescimento de outros países do porte do Brasil, temos a Rússia, que vai crescer de 5,5 a 6%; a China, 9,4%; a Argentina, 8%; a Venezuela, 8%; a Índia, 8%. Todos são países chamados emergentes, de padrão de economia do tamanho do Brasil. Portanto, todos eles vão crescer muito mais do que o Brasil está crescendo.

Além disso, para ser coerente, é preciso destacar que esse crescimento é fruto das reformas econômicas empreendidas por governos anteriores, e não das iniciativas do governo petista.

O Consultor José Maria Camargo, da Consultoria Tendências, também disse o seguinte: “O Brasil está crescendo a taxas razoáveis para o padrão histórico dos últimos 20 anos, mas isso é resultado de um processo que começou no início dos anos 90, com a abertura da economia, as privatizações e a adoção do câmbio flutuante, entre outras medidas”.

Atribuir os bons ventos que sopram na economia internacional e, por consequência, sobre a brasileira é um claro exemplo de despreparo administrativo ou, principalmente, de um embuste pré-eleitoral.

Como comentei ontem desta tribuna, o Presidente da República, que tanto se entusiasma pela situação atual da economia, deveria reconhecer que está apenas colhendo as sementes plantadas nos governos anteriores e que hoje estão dando os seus resultados.

Quem tem o mínimo conhecimento dos fundamentos em macroeconomia sabe que não é possível transformar os destinos de uma economia em um curto intervalo de tempo.

Lembro-me de uma passagem, Senador Cristovam Buarque, quando perguntaram ao físico Albert Einstein sobre os méritos de sua descoberta no campo da Física Quântica, ao que ele respondeu que o mérito era devido ao fato de ele ter enxergado mais longe porque subira nas costas de gigantes, ou seja, o mérito de suas descobertas decorria do trabalho de grandes físicos que o antecederam.

Então, essa é uma humildade científica, técnica, que todas as pessoas têm de ter, no sentido de não achar que estão descobrindo a roda, que estão fabricando agora uma roda quadrada, quando na realidade estão simplesmente acompanhando aquilo que o País vinha desenvolvendo.

Eu gostaria de apontar a incoerência nesses discursos presidenciais, como tenho procurado demonstrar em meus pronunciamentos. A colunista Miriam Leitão concluiu, de maneira magistral vamos dizer assim, o

que escreveu sobre o discurso do Presidente Lula na área econômica:

Mas Lula, ao falar de economia, entra em uma contradição insanável: tudo isso foi conseguido pela manutenção da política econômica que ele criticou e prometeu mudar. Ele se jacta dos resultados e esquece de dizer que mudou de idéia a respeito de como conduzir a economia [...]. O problema não é se Lula tem ou não razão, é como ele explica para si mesmo mudanças tão radicais de avaliação, de valores e de convicções”.

Por outro lado, Sr. Presidente, tivemos agora a divulgação, pelo IBGE, do crescimento industrial do terceiro trimestre, que está em ritmo de forte desaceleração. Refere-se ao crescimento em relação ao trimestre correspondente do ano anterior. Enquanto que, no ano passado, o crescimento, no primeiro trimestre, foi de 6,5%; no segundo trimestre, de 10%; no terceiro trimestre, de 10%; e no quarto trimestre, de 6,3%; neste ano, já houve uma desaceleração: primeiro trimestre, 3,9%; segundo trimestre, 6,1%; e terceiro trimestre, apenas 1,5%.

Portanto, a produção industrial cresceu cerca de 4% em 2004 e foi o sustentáculo do crescimento do PIB no ano passado, já que em 2003 houve um decréscimo, ou seja, a economia ficou parada. Neste ano, ou seja, no terceiro ano de governo, quando sua ação poderia ser mais bem vista, a produção deve crescer menos em razão dos problemas que estão ocorrendo na agricultura, principalmente com a febre aftosa, e em todo o setor agrícola. Será de se admirar se aquele crescimento de 4,5% ou 5%, a que se referiu o Presidente Lula, chegar a 3%.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Jorge, tenho uma opinião sobre o crescimento do nosso País. Concorde com V. Ex^a que o Brasil vem crescendo, mas esse crescimento da riqueza nacional se deve – é preciso fazer justiça – à sociedade brasileira.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Isso é verdade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Em primeiro lugar, o Brasil vem crescendo menos do que os países emergentes. Em segundo lugar, foi outro dia que votamos, nesta Casa, quase o que se está chamando aí de minirreforma tributária, a chamada MP do Bem. Então temos que atribuir o crescimento da economia à sociedade brasileira, ao setor industrial, à agricultura,

à pecuária, que, sem incentivo nenhum, enfrentando a segunda maior carga tributária do mundo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o maior juro.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – ...e o maior juro do mundo – só estamos perdendo para a Turquia –, ainda estão conseguindo competitividade no mercado internacional. Isso significa o quê? Significa que os industriais brasileiros, que os produtores brasileiros, que os trabalhadores brasileiros, que todos estão trabalhando independentemente de tudo. Eles não querem saber... É o esforço da nossa cadeia produtiva que está possibilitando o crescimento que o Brasil está tendo. Esse é o meu ponto de vista. Aliás, acho que a sociedade brasileira está é indignada, estupefata. Os acontecimentos estão ficando banalizados no País e a sociedade entendeu que, se nós não formos para frente, ninguém vai nos ajudar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Ela só não quer que a atrapalhem. Essa é a verdade. Então, temos que louvar a capacidade da classe produtiva do País.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão.

Para que o Governo tivesse uma participação importante no crescimento da economia, ele teria que ter, primeiro, diminuído o juro – ele só fez aumentar o juro –, segundo, diminuído a carga tributária – só fez aumentá-la – e, terceiro, ter sido um governo competente, eficiente. Pode-se ver, pela febre aftosa e por tantas outras coisas que estão acontecendo, que o Governo é ineficaz e não cumpre as suas obrigações.

Por último, Sr. Presidente, em relação à questão da vinda do Ministro Palocci, uma vez que ficou combinado que ele viria no dia 22 para falar na Comissão de Assuntos Econômicos, eu gostaria de dizer que é importante que ele venha aqui neste dia, sim, para falar sobre essas questões da economia, mas isso não retira dele a obrigação de ter de vir aqui explicar, na CPI dos Bingos, a questão de Ribeirão Preto e do dinheiro de Cuba.

Em primeiro lugar, queremos ser o mais responsáveis possível, mas, apesar do crescimento medíocre da economia, não queremos ser acusados de atrapalhar, se houver uma dificuldade maior. Nós vamos ouvi-lo na Comissão de Assuntos Econômicos e, após essas novas audiências que teremos com o Poletto, com o Buratti e outros, vamos tentar, mais uma vez, aprovar

um requerimento para que ele venha também falar na CPI dos Bingos.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou inscrito pela Liderança do PFL e sei que outros estão inscritos também, mas agradeceria se V. Ex^a, na minha hora, pudesse me chamar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito, foi chamado, mas não estava no momento. Falará agora o Senador Arthur Virgílio; em seguida, falará o Senador Osmar Dias e, posteriormente, V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar a V. Ex^a e a esta Casa que estou encaminhando à Mesa um requerimento, de minha autoria, solicitando que esta Casa apresente congratulações ao povo do Município de Nossa Senhoras das Dores, minha terra, no Estado de Sergipe, pela brilhante realização, no Espaço Ban, nos dias 4, 5 e 6 de novembro último, da quinta edição da Festa do Boi, uma importante festividade que exalta as tradições daquele Município sergipano cuja atividade econômica tem lastro maior na exploração da pecuária de corte, que remonta aos nossos antepassados.

Requeiro ainda que as homenagens sejam encaminhadas ao idealizador e organizador daquele evento, Sr. Aldon Luís dos Santos, ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de me fazer presente a esse evento, já que é o meu Estado e a minha terra, Nossa Senhora das Dores, e tive a oportunidade de ver belíssimas apresentações, inclusive coreográficas de garotas, jovens da escola de 1^o e 2^o graus General Calazans, onde tive a oportunidade de fazer o meu primeiro grau.

Portanto, essa é a comunicação que faço a esta Casa, a V. Ex^a, neste instante, encaminhando à Mesa este requerimento.

Obrigado pela gentileza de V. Ex^a em ter me concedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, a Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Pela ordem, com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu preciso fazer um registro porque fui abordado, há pouco, por estudantes e profissionais da educação de ensino superior do Brasil, que é uma categoria que está em greve há mais de setenta dias. Quero anunciar que haverá uma reunião, daqui a poucos instantes, no Ministério da Educação, onde o comando nacional de greve e o Ministro Fernando Haddad deverão se encontrar.

Faço um apelo para que as partes possam encontrar uma solução para este problema, porque, com mais de setenta dias, nós corremos o risco, Sr. Presidente, de ter o semestre interrompido em definitivo e de termos que fazer no próximo ano o que deveríamos ter feito neste.

Espero que o comando de greve e o Governo possam encontrar a solução definitiva para a greve dos profissionais de ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, como Líder do Partido.

V. Ex^a, nobre Senador, como Líder, dispõe de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o Senador Arthur Virgílio fazer seu pronunciamento, peço que V. Ex^a me inscreva para falar, também pela Liderança, após os três líderes inscritos, caso não consiga o lugar do Senador Tasso para falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamo a atenção da Casa para um fato grave. A Editora Abril está sendo processada pelo Partido dos Trabalhadores, pelas denúncias de corrupção estampadas nas capas e nas páginas da revista **Veja**. As capas são: primeira, “O PT deixou o País mais burro?; segunda, “Tentáculos das FARC no Brasil”; terceira, “Corrupção”; quarta, “Corrupção: Amazônia à venda”; quinta, “Quem mais?”; sexta, “... Era vidro e se quebrou; sétima, “Um fantasma assombra o PT”; oitava, “Os dólares de Cuba para a campanha de Lula”, esta última de 2 de novembro. Isso tem relação direta com

o trabalho dos seguintes jornalistas: Policarpo Júnior, André Petry, Marcelo Carneiro, André Rizek, Leonardo Coutinho e Juliana Linhares.

A primeira pergunta que faço é se o PT ficou seletivo. Ele agora só se ofende com capa; dentro, a revista pode falar o que quiser, chamar o Governo de corrupto à vontade. Só não pode estampar o assunto em capa. Essa é a primeira pergunta que faço.

A segunda é: alguém poderia, em sã consciência, imaginar aquele PT moralista de antes processando uma revista por exercer o seu direito de denúncia livremente, num País de imprensa consagradamente livre como é?

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, tenho de me retirar, não vou esperar V. Ex^a concluir. O que me está chamando atenção nisso é o seguinte: o que a revista **Veja** fez? Ela publicou declarações de pessoas, que estão entre aspas. Pergunto: quem deve ser processado? Se tiver que haver processo, será contra as pessoas ou contra a revista? Não dá para entender mais nada. Ou as pessoas são de um partido e não podem ser processadas? É só isso que preciso entender melhor no quadro que se está travando, e V. Ex^a tem mais inteligência do que eu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ao contrário, Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, experimentado e inteligente como é, antecipou o que seria o fim do meu discurso.

Já concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um momento, Senador, com muita honra.

O Senador Ramez Tebet se antecipou. A revista publicou a opinião de depoentes, figuras que gravaram seus depoimentos com consciência e com liberdade. Eu dou o exemplo de todos os que falaram sobre o duto das FARC. Ninguém foi processado, só a revista, só os jornalistas.

Eu pergunto: por que não processaram o Sr. Rogério Buratti e o Sr. Vladimir Poletto? Esses, sim, causaram a matéria, declararam a corrupção, fizeram a denúncia do malfeito, estamparam para o Brasil os crimes cometidos sob as asas de uma campanha que se mostrou iníqua, hoje em dia, sob a égide de um Governo que se mostra longe da imagem impoluta que queria espalhar para o País. Essa é a pergunta que faço.

Peço que vá para os Anais da Casa, Sr. Presidente, a íntegra dessa peça, porque é histórico o PT processando a revista **Veja**, sem coragem de processar o Buratti, nesta – já houve República Nova, já houve República Velha, já houve República assim – que é a República do rabo preso. Não processa Buratti porque tem rabo preso com o Buratti. Não processa Poletto porque tem rabo preso com o Poletto.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado, com muita honra.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, quero dizer que não participei de reunião do PT que tratou de assunto dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. Fazendo soar a campanha.) – Senador Sibá Machado, desculpe-me interrompê-lo.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a pediu a palavra pela Liderança do PSDB, por cinco minutos. Eu vejo vários Parlamentares solicitando apartes. Quero dizer-lhe que o seu tempo é de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com prorrogação de dois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a deve verificar, porque são dois minutos. São sete minutos os que eu tenho consagrados.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Para ser mais rápido, nesse sentido, não posso aqui dizer quais foram as razões que levaram o PT a tomar essa atitude em relação à revista **Veja**. O que quero dizer é que deve ter se sentido bastante ofendido com a matéria pela forma como a revista **Veja** tem tratado as questões que dizem respeito a escândalos vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Posso me certificar quanto a isso. Comprometo-me, em momento adequado, a voltar com uma resposta que possa ser satisfatória. Posso me comprometer com V. Ex^a e com o Plenário desta Casa a trazer essa resposta, tão logo eu a tenha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a e deixar registrada apenas uma indagação, um questionamento: não sei a que ponto a classe política deste País, sobretudo a que pertence ao Congresso Nacional, vai esperar chegar para tomar a providência mais adequada contra este Governo totalitário que aí se encontra. Quero saber: vão esperar chegar onde

para requerer o *impeachment* do Presidente? Deixo essa indagação, por entender que se trata exatamente de um Governo com características totalitárias, um Governo que, por tudo quanto fez, já descoberto e devidamente provado, já poderia ter tido um final conhecido por este povo brasileiro, porque não podemos permitir que o País, que o nosso povo, que a Nação sejam jogados na lama, passando a vergonha por que passam hoje, internamente e no exterior. Também aproveito a oportunidade para me solidarizar com V. Ex^a, já que não pude fazê-lo na semana passada, diante das agressões que V. Ex^a e sua família têm sofrido. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Almeida Lima.

Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, serei rápido. Não é a primeira agressão do PT à liberdade de imprensa. O PT coloca em rediscussão, no País, as conquistas democráticas. O Governo do PT é o mesmo que queria criar aquele conselho de petistas para fiscalizar jornalistas. É o mesmo que queria amordaçar o Ministério Público. É o mesmo que pensa que uma das péssimas coisas que existem é a possibilidade de se fazer oposição. Este Governo, como V. Ex^a disse, não processa quem fez a declaração porque tem rabo preso com os seus autores. Processa a revista **Veja**, que jornalisticamente publicou a declaração. Ora, essa é uma agressão à liberdade de imprensa. Não dá para aceitar mais essa agressão do Partido dos Trabalhadores e do Governo do Presidente Lula. Cumprimento V. Ex^a por, oportunamente, tratar do tema.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro com uma frase bem simples. Acostumei-me a ver, com ou sem razão, petistas até sendo processados por denunciarem corrupção. Hoje, com muita tristeza, registro o PT processando uma revista por ela ter denunciado, em seguidas capas, em seguidas matérias, a corrupção que o Governo do PT vem praticando de maneira deslavada, desabrida, descomunal, sistêmica, endêmica, epidêmica neste País, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

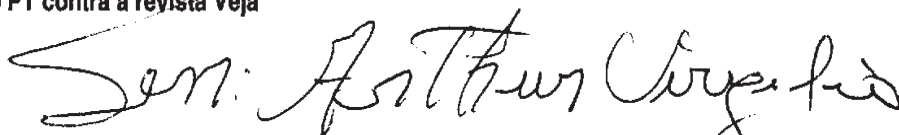
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Notícias > Dano Moral

Culpa da imprensa

Leia a íntegra da ação do PT contra a revista Veja

por Maurício Cardoso



A revista *Veja* vem repetindo capas sucessivas atingindo a imagem e o nome do PT, constituindo robusto conjunto de ofensas, formando sucessão de ações claramente destinadas a grafar negativamente a imagem do Partido e seus militantes, sem apego concreto com a realidade. Essa é, em resumo, a acusação que o Partido dos Trabalhadores faz à revista *Veja* na ação em que pede à Justiça indenização por danos morais.

Na ação, assinada pelo advogado **Joel Toledo de Campos Mello Filho**, são apontadas as oito reportagens de capa que provocaram a indignação do partido:

- 1) O PT DEIXOU O BRASIL MAIS BURRO? — O obscurantismo oficial condena o inglês, quer tirar a liberdade das universidades e mandar na cultura". (26 de janeiro)
- 2) TENTÁCULOS DAS FARCS NO BRASIL.— Espiões da Abin gravaram representante da narcoguerrilha anunciando doação de 5 milhões de dólares para candidatos petistas na campanha de 2002 — PT : militantes serão expulsos se pegarem dinheiro das Farc (16 de março)
- 3) CORRUPÇÃO — Estamos perdendo a guerra contra essa praga — O PAVOR DA CPI — Delúbio Soares e Silvio Pereira, operadores do PT, não escapariam da investigação. (25 de maio)
- 4) CORRUPÇÃO — AMAZÔNIA À VENDA — Petistas presos aceitavam a propina de madeiras que devastavam a floresta. (8 de junho)
- 5) QUEM MAIS — Com uma CPI instalada a outra a caminho, a pergunta agora é qual será o rosto do próximo escândalo. (15 de junho)
- 6) ...ERA VIDRO E SE QUEBROU — A história de uma tragédia política (21 de setembro)
- 7) UM FANTASMA ASSOMBRA O PT. (19 de outubro)
- 8) OS DÓLARES DE CUBA PARA A CAMPANHA DE LULA (2 de novembro)

Os autores ressaltam que, em pelo menos duas reportagens, a própria revista admite que não tem provas para sustentar suas afirmações. "A apuração (...) só não encontrou indícios suficientemente sólidos de que os 5 milhões de dólares tenham realmente saído das Farcs e chegado aos cofres do PT", ressalva a revista na segunda reportagem da série citada pelo PT, que trata sobre o suposto fornecimento de dinheiro da guerrilha colombiana para a campanha eleitoral do partido.

Em relação a outra denúncia semelhante, a de contribuição em dinheiro do governo cubano à campanha de Lula, o PT diz que a revista pratica "ato de temeridade jornalística ao afirmar que "é lícito supor que o dinheiro que chegou ao caixa do PT deve ter saído apenas de dois lugares que, no fundo, constituem num só : os cofres do governo cubano ou os cofres do único partido político legalmente organizado, o Partido Comunista Cubano".

O PT acusa a revista de "conduta nitidamente abusiva, pela reiteração de ofensas, desproporção ofensiva das capas com os fatos reais, utilização de associação de imagens depreciativas e sequencialidade da prática". Diante disso, pede que *Veja* seja "condenada ao pagamento de reparação a lesão causada ao nome e imagem do partido-Autor, de forma proporcional ao dano". E pede que o juiz determine a quantia a ser paga.

Leia a íntegra da ação do Partido

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DO FORO DISTRITAL DE PINHEIROS

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, qualificado no incluso mandato (1), vem, respeitosamente, por seus procuradores (1), com fulcro no artigo 5º, X e V, da Carta Política, artigo 186 c/c 953, § único, do Código Civil, artigo 282 e seguintes do Código de Processo Civil, ajuizar a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO POR DANOS IMATERIAIS

contra EDITORA ABRIL LTDA, estabelecida à Avenida das Nações Unidas, nº 7221, 19º andar, CEP 05425-902, nesta cidade, pelas razões de fato e direito que passa a expor :

“ O PARTIDO CARACTERIZA ESSA REVISTA COMO UM INSTRUMENTO DA OPOSIÇÃO PARTIDÁRIA NO PAÍS. SISTEMATICAMENTE ELA VEM PRODUZINDO REPORTAGENS COM O ÚNICO OBJETIVO DE TENTAR ESQUENTAR AS CPIs”

(Ricardo Berzoini, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores-PT se referindo a revista “Veja” na edição da “Folha de São Paulo” de 1º.11.05, p. A5)

“...O MAIS ELEMENTAR SENTIDO COMUM E UM TIQUINHO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS BASTAM PARA TORNAR COMPLETAMENTE INVEROSSÍMEL A VERSÃO PUBLICADA PELA REVISTA “VEJA” A RESPEITO DOS DÓLARES DE CUBA PARA A CAMPANHA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA EM 2002.”

(Frase do Jornalista Clóvis Rossi junto a artigo “Cuba não, Tabajara” publicado na edição da “Folha de São Paulo”, de 1º.11.05, p. A2)

I. OS FATOS

1. A Ré, uma das maiores empresas de comunicação do País, edita a Revista VEJA, publicação semanal em seu gênero pioneira no jornalismo pátrio, lida por centenas de milhares de leitores em todo território nacional e fora dele, configurando efetivo veículo formador de opinião diante da credibilidade alcançada por anos a fio de circulação como revista de informação.

1.1. As matérias insertas na revista VEJA, portanto, contém poder de disseminação incalculável não só pelo presumido credo de seus leitores quanto à veracidade das notícias ali contidas, como pelo inestimável fator de propagação da informação que tais leitores exercitam através do sistema popularmente conhecido por “boca a boca”, no qual o que foi lido na VEJA é repassado através de conversas com terceiros, e assim, sucessivamente -, aí, já de um terceiro a outro terceiro -, em espiral progressiva de impossível mensuração.

1.2. Potencializa – e muito - esse efeito formador de opinião as chamadas de capa da revista VEJA, com atingimento de camada da população que não tem acesso a revista - o chamado pessoal “...do andar de baixo” na conhecida definição do jornalista Elio Gaspari, vale dizer, aquele cidadão(ã) que não ostenta condição econômica-financeira quiçá para o sustento, quanto mais para adquirir ou mesmo assinar revistas semanais -, sendo certo que referidas capas da VEJA, invariavelmente fortes nas palavras e atraentes nas figurações, por estratégia de “marketing”, configuram meio de acesso informativo indistinto, alvo da curiosidade popular.

1.3. Não é exagero afirmar, portanto, que a imensa maioria do público que forma opinião sobre determinado assunto, fato ou pessoa o faz exclusivamente em razão de capa de revista, especialmente aquelas destinadas a transmitir imagem negativa, pois a expressiva maioria da população brasileira não adquire ou assina VEJA, apenas visualiza as capas no dia-a-dia ou “out-doors” que as reproduz, pois se tiragem média da revista é inferior a um milhão de exemplares, o público que só a acessa através de espiada na capa é de dezenas de milhões.

1.4. Nesse contexto, a revista VEJA, desde janeiro/2005 até os presentes dias, vem repetindo capas de forma sucessiva, num total de oito (8) diversas e distintas, todas, de alguma forma, atingindo a imagem e nome do PT, constituindo robusto conjunto de ofensas não por coincidência sequenciais, formando sucessão de ações progressivas claramente destinadas a grafar negativamente a imagem do Partido e seus militantes, sem apego concreto com a realidade fática contida nas respectivas matérias insertas no corpo das revistas.

1.5. É fácil conferir :

1.7. A capa da edição 1889, de 26.01.05, na qual há oreilhas de burro ocupando toda sua extensão, há seguinte título :

“ O PT DEIXOU O BRASIL MAIS BURRO?

O obscurantismo oficial condena o inglês, quer tirar a liberdade das universidades e mandar na cultura “

1.8. O mote da matéria, entretanto, não justificava o impacto de associar com espalhafato e intuito rotulador o Partido-Autor à burrice, pois tratava exclusivamente de discutir projetos para área universitária na qual se abordava (a) avaliação e controle na abertura das universidades privadas, em atendimento tanto ao art. 209, CF, como a reclamo de expressiva parcela da sociedade civil, como OAB e CRM, por exemplo, diante da proliferação de entidades de ensino de baixa qualidade e lucros exorbitantes, (b) métodos de inclusão social nas universidades privadas, em consonância com política de integração e acesso desenvolvido em inúmeros países civilizados e (c) regulação das Fundações de

pesquisa e apoio às universidades, buscando restringir o lucro privado extraído de equipamentos públicos, como detectado em inúmeras instituições em todo território nacional.

1.9. No mesmo passo, as demais justificativas para vincular pejorativamente a imagem do PT a orelhas de burro, como a eventual criação da Ancinav, cujas discussões democráticas e públicas ensejaram maturação do projeto, seguindo-se sobrestamento de implantação, e caráter não eliminatório da língua inglesa estritamente na primeira fase do exame de admissão ao Itamarati, não justificavam a conduta lesiva deliberadamente adotada pela VEJA até porque tratam-se de programas de governo, não do partido, envolvendo autoridades, profissionais e técnicos de filiações partidárias diversas ou mesmo nenhuma, como é o caso, p.e. do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, responsável pelo projeto da Ancinav, do PV, ou do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, diplomata de carreira.

1.10. Após vincular as orelhas de burro ao PT, a revista VEJA voltou a carga, desta vez junto à edição nº 1896, ano 38, nº 11, de 16 de março de 2005, de seguinte chamada de capa :

“ TENTÁCULOS DAS FARCS NO BRASIL

Espiões da Abin gravaram representante da narcoguerrilha anunciando doação de 5 milhões de dólares para candidatos petistas na campanha de 2002

PT : militantes serão expulsos se pegarem dinheiro das Farc “

1.11. Basicamente, sob assento exclusivo em relatório da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN formalizado “....*Em apenas uma folha e dividido em três parágrafos...*”, referida matéria descreve suposto encontro de simpatizantes de movimento alienígena denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-FARC virtualmente ocorrido em fazenda no Mato Grosso-MT no dia 25.04.02, no qual teria sido afirmado aos presentes que seria disponibilizada por tal movimento a quantia de US\$ 5 milhões para auxiliar candidatos petistas nas eleições de 2002, sendo certo que tais recursos chegariam às mãos destes últimos através de trezentos (300) empresários brasileiros, que primeiramente os receberiam da FARC, seguindo-se repasse aos candidatos petistas em todo território nacional.

1.12. Aparentemente ciosa da gravidade dos fatos alardeados na capa, em especial dos potenciais danos ao nome e imagem do Autor que a matéria em tela poderia gerar, a revista VEJA, em suposta conduta ética e profissional, comparável à lágrimas de crocodilo, em dito popular, assumiu expressamente não ter apurado a veracidade integral dos fatos noticiados, em especial quanto ao efetivo envio e repasse dos US\$ 5 milhões a candidatos petistas. Confira-se :

“...A APURAÇÃO COMPROVOU A REUNIÃO, O LOCAL, A DATA E OS PERSONAGENS. SÓ NÃO ENCONTROU ÍNDICIOS SUFICIENTEMENTE SÓLIDOS DE QUE OS 5 MILHÕES DE DÓLARES TENHAM REALMENTE SAÍDO DAS FARCS E CHEGADO AOS COFRES DO PT. A DOAÇÃO FINANCEIRA É DADA COMO REALIZADA PELOS DOCUMENTOS DA ABIN, MAS A INVESTIGAÇÃO DA VEJA NÃO AVANÇOU UM MILÍMETRO NESTE PARTICULAR. PODE TER SIDO APENAS UMA BRAVATA DO PADRE OLIVÉRIO MEDINA, CODINOME DE FRANCISCO ANTONIO CADENAS COLAZZOS, PARA ALEGRAR SEUS CONVIVAS ESQUERDISTAS ? PODE. ALÉM DA CONVOCAÇÃO MANIFESTADA NOS DOCUMENTOS DA ABIN, A REVISTA NÃO ENCONTROU ELEMENTOS CONSISTENTES PARA QUE SE FAÇA UMA AFIRMAÇÃO SOBRE ESTE ASPECTO.” - sublinhei

1.13. Nesse cenário, a revista VEJA, poucas edições após vincular a imagem do PT a orelhas de burro, associa, desta feita, o partido-Autor ao recebimento de doações de campanha ilegais e vínculo com movimento denominado em capa como “...*narcoguerrilha colombiana...*”, sem indício concreto algum de prova, novamente transmitindo àquele leitor apenas de capas a sensação da existência de conduta ilegal, sem apego algum a necessária prova do suposto fato delituoso.

1.14 Prosseguindo nesta indissfarçável campanha, a revista VEJA, junto à edição nº 1906, de 25.05.05, traz a terceira capa de conteúdo lesivo a imagem do PT, igualmente dissonante do teor da matéria e fatos havidos, desta feita lançando mão da imagem de um rato engravatado, portando um charuto e anel de ouro. Confira-se :

“ CORRUPÇÃO

Estamos perdendo a guerra contra essa praga

O PAVOR DA CPI

Delúbio Soares e Silvio Pereira, operadores do PT, não escapariam da investigação.”

1.15. Novamente, sem fato concreto algum, apenas ilações, a revista VEJA, nesta novel agressiva capa, lança a forte figura de um rato com características humanas e ostensivos símbolos de riqueza, transmitindo idéia inserida no inconsciente popular de desonestidade, talvez justificável em razão desta espécie de animal ter como “habitat” lugares inóspitos e sujos,

com consequente risco de doenças em caso de aproximação, sugerindo, assim, neste contexto, que dois dirigentes do PT, ali rotulados como **"...operadores do PT..."**, seriam pegos em atos de corrupção caso investigados por Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – **"...não escapariam da investigação..."**.

1.16. Com efeito, a associação da imagem de dirigentes do PT a figura de uma ratazana, mesmo que tivessem sido apontadas condutas criminosas por eles perpetradas – e ali não foram –, por si só, é ato doloso de cunho ofensivo, sendo certo que tanto Delúbio Soares, como Silvio Pereira, respectivamente Tesoureiro e Secretário do PT, têm se defendido das acusações contra eles formuladas, sem condenação de qualquer espécie capaz de justificar tão infamante associação.

1.17. Assim, também nesta capa do rato, à exemplo do burro, reitera a VEJA sua firme intenção, edição a edição, em tentar destruir a imagem e nome do PT construídos nestes mais de vinte anos de existência, emblemática por frases atribuídas a dirigentes de partidos diversos, tais como "o PT é o único partido de verdade no Brasil", ou "... Não pode se atribuir ao PT o monopólio da moralidade", demonstrando quão sólido é o vínculo do PT com a seriedade no trato da coisa pública e probidade perante a opinião pública, motivando, assim, sentimento de cobiça junto às demais agremiações partidárias.

1.18. Incansável, a revista VEJA, pela quarta vez em pouquíssimos meses, em edição nº 1908, de 08.06.05, lança mais uma capa atribuindo ao PT e seus membros atos de corrupção, como a seguir :

"CORRUPÇÃO

AMAZÔNIA À VENDA

Petistas presos aceitavam a propina de madeiras que devastavam a floresta "

1.20. Em mais uma oportunidade, a revista VEJA insere capa desproporcional aos fatos havidos em detrimento do nome e imagem do PT, em prática jornalística reprovável para veículos de seu porte e tradição, só podendo ser interpretada como atitude deliberada diante da virulência, destaque e sequencialidade de capas desairosas contra o PT.

1.21 Senão vejamos :

1.22. Os fatos : A Polícia Federal, em operação denominada "Curupira", após meses de investigação sobre corte ilegal de madeira na Floresta Amazônica, prendeu num só dia 102 (cento e duas) pessoas, aonde, segundo a revista VEJA, **"...Pelo menos três dos detidos na operação foram nomeados pelo atual governo e pertencem aos quadros do PT..."**;

1.23. A manchete de capa : **" Petistas presos aceitavam propina de madeiras que devastavam a floresta."**

1.24. Ou seja : Não se nega o fato de que três petistas poderiam eventualmente estar envolvidos em atos ilícitos, uma vez que, salvo exceções, a raça humana não se compõe de santidades, nem o PT, com milhões de militantes, nem nenhuma outra agremiação, está a salvo de ter dentre seus integrantes algum que destoe das regras de conduta aceitas, podendo ensejar, destarte, punição devida, incluindo desligamento.

1.25. Assim, parece evidente o exagero e direcionamento intencionalmente lesivo da revista VEJA à imagem e nome do PT ao estampar capa de manchete alardeando existência de petistas presos, afirmando que os mesmos **"...aceitavam propina de madeiras..."**, considerando que (a) representavam quantitativamente cerca de 3% (três por cento) do total de pessoas detidas pela Polícia Federal – 3 dentre 102 -, (b) estão acobertados pela presunção de inocência assegurada junto ao art. 5, LVII, CF e (c) tratava-se, não por coincidência, a quarta capa da revista em quatro meses na qual o PT sofria ataque direto a sua integridade moral de forma desmedida em proporção aos fatos efetivamente havidos e noticiados nas matérias correspondentes.

1.26. Registre-se, a guisa de curiosidade, após burro e rato, desta feita a revista VEJA menciona cupins como os animais associados a atos insensatos ou desonestos atribuíveis a membros do PT, em inesgotável criatividade zoológica.

1.27. Em sequência, na edição nº 1909, de 15.06.05, a revista VEJA se utiliza de capa de fundo avermelhado, como sabido, cor identificadora do PT, com foto de seu Tesoureiro Delúbio Soares em destaque, como carta de baralho na posição vertical prestes a cair, sob seguinte título :

" QUEM MAIS

Com uma CPI instalada a outra a caminho, a pergunta agora é qual será o rosto do próximo escândalo "

1.28. No corpo da revista VEJA, de forma escancaradamente persecutória,, se espalham inúmeras matérias, todas direcionadas contra o PT e seus militantes, em verdadeira saraivada de petardos jornalísticos - no sentido menos nobre da expressão -, destinada a aniquilar a imagem e nome do partido, frise-se à exaustão, em absoluto descompasso com a realidade fática, a exemplo das quatro edições trazidas à colação nesta vestibular.

1.29. Vale conferir o título da matéria, em garrafais letras repisando não por coincidência o fundo vermelho da capa, sub-dividida em quatro sub-títulos, todos atingindo diretamente o PT e seus dirigentes :

“ O PT ASSOMBRA O PLANALTO

Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30 000 reais, o PT vê desmoronar seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode afundar o governo junto.”

“MAIS UM NA MIRA

A ANP instala sindicância para investigar superintendente indicado por José Dirceu.”

“O MENSALÃO DA PERUA

A denúncia de suborno a vereadores paulistanos, durante a gestão de Marta Suplicy, resulta em pedido de instauração de CPI.”

“ O PT DEU A SENHA PARA DESMATAR”

1.30. Inesgotável, a revista VEJA, junto à edição 1923, de 21.09.05, desta feita decreta o luto da legenda partidária PT, construída por décadas pelo esforço e dedicação de sua militância, mediante inserção na capa da estrela vermelha com as iniciais PT, de simbolismo valioso para todos aqueles que acreditam na proposta política desta agremiação – na última eleição presidencial, por exemplo, mais de 36 milhões de brasileiros -, literalmente rachada ao meio. A chamada utilizada, auto-explicativa :

“....ERA VIDRO E SE QUEBROU

A história de uma tragédia política

1.31. No corpo da matéria, a virulência não se aquieta, pois sob forte título – “... **DA UTOPIA AO CAOS...**” -, se demonstra através de sugestiva adjetivação a opção deslavada da revista VEJA em exterminar perante a opinião pública com a imagem e nome do PT. Confira : “ **COMO O PT FORJOU SUA DERROCADA : DO NASCIMENTO APOIADO NO EQUÍVOCO SINDICALISTA E NO MITO DO LÍDER OPERÁRIO AO ESFACELAMENTO DE SEU PATRIMÔNIO ÉTICO E À CHEGADA AO BANCO DOS RÉUS.**”

1.32. Ou seja, não se nega a crise vivenciada pelo PT, aliás, nem a primeira, nem a última, cabendo rememorar o patrimônio remanescente do partido, qual seja, filiados em todo País, quadros que englobam desde o Presidente da República à Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Vereadores espalhados pela Federação, sendo certo que decretar o luto de organização partidária de tamanha expressão configura ato de desinformação ou má-fé, sendo crível de crença esta última opção como a adotada pela revista VEJA não só em razão de ser a maior revista semanal informativa brasileira, não lhe sendo lícito tamanho equívoco, como pela lógica sequencial de capas e capas escandalosamente destinadas a destruir o PT junto a seu eleitorado, sendo esta só mais uma delas.

1.33. Poucas edições após, na de nº 1927, de 19.10.05, a revista VEJA volta a carga, nesta oportunidade através da exploração do óbito do ex-Prefeito de Santo André-SP, Celso Daniel, estampando uma foto do finado tendo ao fundo imagens obscurecidas de personagens supostamente envolvidos no crime que motivou tal acontecimento, dentre outros, do Deputado José Dirceu, Presidente do PT à época dos fatos, sob seguinte título :

“ UM FANTASMA ASSOMBRA O PT.”

1.34. Na matéria em sí, sob pálio de que tal crime teria servido para encobertar arrecadação ilícita de recursos para o PT - assinale-se, fato incomprovado até os presentes dias, sendo que o episódio em tela se deu há quase cinco anos passados -, usa e abusa de afirmações deste jaez, como favas contadas, com títulos afirmativos como “...QUEM CHEFIAVA A QUADRILHA QUE ARRECADAVA DINHEIRO PARA O PT EM SANTO ANDRÉ ?”.

1.35. Observe-se, outrossim, como em qualquer conduta jornalística parcial e desacompanhada de substância fática

capaz de dar sustentação e credibilidade ao texto que segue a manchete de cunho ofensivo, a revista VEJA incidiu em contradição, uma vez que ao mesmo tempo em que afirma positivamente que se “...ARRECADADA DINHEIRO PARA O PT EM SANTO ANDRÉ...”, levando o leitor a crer nesta versão, alerta que “...O MINISTÉRIO PÚBLICO E A POLÍCIA CIVIL CHEGARAM A CONCLUSÕES TÃO DIFERENTES SOBRE O CASO...”, atestando, assim, que qualquer conclusão sobre o caso seria temerária e precipitada, parecendo, entretanto, não ser essa a preocupação da linha editorial adotada pela revista VEJA.

1.36. Por fim, “the last, but not the least” sucedeu-se a capa da edição nº 1929, de 02.11.05, capaz de trazer verdadeira estupefação nacional diante da gritante temeridade jornalística detectada em tanto espalhafato por tão pouco conteúdo investigativo. Sob montagem de nota de dólar norte-americano na qual se estampa fotografia do líder cubano Fidel Castro, com timbre de exclusivo, a revista VEJA estampa seguinte manchete :

“ OS DÓLARES DE CUBA PARA A CAMPANHA DE LULA “

1.37. A matéria interna dá notícia que “CAMPANHA DE LULA RECEBEU DINHEIRO DE CUBA”, traduzindo, destarte, que o PT teria se apropriado de tais recursos alienígenas, lastreada apenas em dois depoimentos de pessoas que ouviram dizer que haviam cédulas em caixas de uísque e rum – um afirmando ser US\$ 3 milhões, outro US\$ 1,4 milhão (????) -, sem ninguém ter visto (a) as cédulas em sí, (b) quem as forneceu, (c) quem as recebeu e (d) para que finalidade.

1.38. Ou seja, sem nenhuma prova, lança na matéria frases como “...é lícito supor que o dinheiro que chegou ao caixa do PT deve ter saído apenas de dois lugares que, no fundo, constituem num só : os cofres do governo cubano ou os cofres do único partido político legalmente organizado, o Partido Comunista Cubano.”, em ato de temeridade jornalística e ousadia talvez nunca visto em revista de informação do quilate da VEJA, sem disfarçar o afã de perseguir edição após edição a diminuição do patrimônio intangível maior do PT consubstanciado no seu nome, imagem e honra perante seus militantes, quadros e eleitores.

1.39. Note-se, nesse passo, que não se discute aqui a liberdade de informar, menos ainda de opinar asseguradas aos todos órgãos de comunicação, mas a conduta reiterada da revista VEJA em espaço temporal reduzido em lançar capas e matérias violentas contra o PT configura tentativa inegável de desconstruir a imagem de inegável probidade agregada ao partido.

1.40. Em conclusão : Não se nega a realidade fática, até porque a presente demanda, vale sempre frisar, não almeja restrição ao direito de informar, apenas aponta a nítida intenção da revista VEJA em ferir a imagem e nome do PT nas capas das oito (8) edições citadas, em típica hipótese de abuso, da seguinte forma:

1.40.1 Quando associa o PT a um burro, ultrapassa o livre direito de opinião, pois denigre o nome e imagem do partido, mormente quando o pano de fundo não permite tal ilação, pois trata de projetos de governo de iniciativa de autoridades sequer filiadas ao partido - reforma universitária, ANCINAV e reformulação do exame do Instituto Rio Branco –, oriundos de análises técnicas pertinentes e alvo de discussões devidas, certamente não unânimes, mas certamente consideradas adequadas por parcela da população ;

1.40.2. Quando afirma que o PT teria recebido em 2002 US\$ 5 milhões das FARCS, ultrapassa as barreiras permitidas ao jornalismo investigativo idôneo, pois não consegue juntar uma só prova do alegado, tendo o suposto bombástico assunto se esvaziado por si só diante da inexistência de fatos concretos capazes de amparar tão grave acusação ;

1.40.3. Quando associa o PT a um rato, comete abuso, pois a alegação que justificaria – se justificável ??? – esta associação era apenas que dirigentes do partido poderiam temer uma CPI, como se este livre pensar permitisse rotular o partido como entidade composta por corruptos ;

1.40.4. Quando alardeia que petistas aceitavam propina de madeireiros, precipita juízo de valor diante da presunção de inocência assegurada aos acusados em geral, optando por estender este conceito pejorativo unicamente ao partido, quando os supostos envolvidos não representavam nem 3% (três por cento) das pessoas presas temporariamente.

1.40.5. Quando afirma que houve desmoralamento do discurso ético do PT, como se a atitude isolada de determinados integrantes alvo da devida e irrestrita investigação pudessem contaminar a todos membros do partido, seguindo-se conclusão que este fato pode levar ao afundamento do governo, seja lá o que isso pode significar em regime democrático, a VEJA transmite errônea impressão ao leitor, como se o PT estivesse infestado de corruptores à favor do Governo Federal, demandando seu afastamento da base de apoio, devendo se assinalar, outrossim, a inserção numa mesma edição de nada menos que quatro matérias distintas e diversas, todas contra o PT e seus militantes;

1.40.6. Quando expõe o símbolo maior do partido quebrado ao meio, como se o PT tivesse alcançado seu fim, além de causar amargura aos simpatizantes da legenda, atinge fortemente o inconsciente do cidadão, procurando desestimular

qualquer cidadão de se aproximar do partido, menos ainda lançar seu voto em período eleitoral, transmitindo a idéia de que a legenda não subsistirá, revelando, talvez, ato falho de seus idealizadores, que não escondem o esforço em destruir o PT, edição após edição ;

1.40.7. Quando declara, de forma positiva, que uma quadrilha arrecadava dinheiro para o PT em Santo André, afirmando, na mesmíssima matéria, que o Ministério Público e Polícia Civil tinham conclusões distintas e diversas sobre o caso, demonstra, assim, ter assumido riscos em lançar tão grave manchete antes das apurações finais e incontroversas sobre o episódio, revelando disposição de tentar impingir a peja ao PT de partido corrupto, sem o mínimo apego às investigações oficiais que lhes credenciam a adotar esta agressiva postura ;

1.40.8. Por fim, quando afirmam que o PT teria recebido 3 milhões - ou 1,4 milhão - de dólares norte-americanos de Cuba para a campanha presidencial de Lula sem prova alguma, apenas dois depoimentos de pessoas que negam ter visto (a) o dinheiro em si, (b) quem mandou, (c) quem recebeu e, por fim, (c) para que finalidade, transmitem à opinião pública a falsa impressão que o partido é financiado por País de regime comunista - talvez um dos últimos (???) -, dando idéia de que estaria comprometido com a causa, ressuscitando, assim, com este falso motivo, sentimentos adormecidos desde a queda do Muro de Berlim, obviamente no intuito de gerar rejeição ao PT dentre aqueles que acreditam no regime democrático.

1.41. Desta conduta nitidamente abusiva, pela (a) reiteração de ofensas, (b) desproporção ofensiva das capas com os fatos reais, (c) utilização de associação de imagens depreciativas e (d) sequencialidade da prática, surge o dever de indenizar, conforme acobertamento legal, doutrinário e jurisprudencial adiante assinalado :

2.1. Configura garantia constitucional pétrea o respeito aos direitos da personalidade (art. 5º X, CF), com dever de reparação proporcional aos danos causados, incluindo os de ordem moral e à imagem (art. 5º, V, CF).

2.2. Sobre o tema, questão hoje superada refere-se a aplicação das restrições inseridas na vetusta Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) em hipóteses nas quais os danos advêm de publicações efetuadas em órgãos de comunicação. Sobre o tema, acertada a interpretação no sentido de que a Carta Política vigente, que assegura expressamente reparação ilimitada e irrestrita em casos de violação aos direitos da personalidade, incluindo danos morais, não recepcionou tais limitações, com consequente possibilidade de formulações desta natureza, sem limites, com base no artigo 186 do Código Civil atual.

2.3. Acentuava-se, outrossim, tal ilimitação já na Lei de Imprensa, nos casos de abuso do exercício da liberdade assegurada pelo artigo 220 da Carta Política, nos quais se afere a presença de dolo do órgão de comunicação, como fortemente marcado no caso vertente, no qual se divulgou fato depreciativo irreal, de forma maliciosa, com claro intuito de denegrir a imagem, nome e honra do Autor, sendo certo a controvérsia sobre referida tarifação ter se findado após edição pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ da Súmula 281, de seguinte teor : - **"A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL NÃO ESTÁ SUJEITA À TARIFAÇÃO PREVISTA NA LEI DE IMPRENSA"**.

2.4. Registre-se, outrossim, que também já é matéria sumulada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça-STJ a possibilidade de pessoa jurídica postular reparação por danos morais, em especial por lesões a seu nome e imagem, conforme Súmula nº 227 daquele sodalício : - **"A pessoa jurídica pode sofrer dano moral"**.

2.5. Traçadas as peculiaridades interpretativas quando o dano é advindo de matéria jornalística, cumpre frisar, como cediço, o estabelecimento, desde a vigência da Carta de 88, da proteção ilimitada aos chamados direitos da personalidade, por ter alcançado "status" de garantia constitucional pétrea, conforme artigo 5º, X e V do diploma maior.

2.6. Desde então, os Tribunais pátrios, em sua dinâmica interpretativa da inovação constitucional, têm se posicionado no sentido da ilimitabilidade do reparo a lesão a tais direitos, pela necessária proporcionalidade ao dano, observando pressupostos aplicáveis, caso a caso, visando aquilatação da verba cabível.

2.7. São eles, basicamente, (a) gravidade da lesão, (b) propagação do dano, (c) capacidade das partes (d) e efeito inibidor da repetição da conduta lesiva através de fixação reparatória exemplar ("punitive damages").

2.8. Nesse contexto, vale transcrição de trecho de v. acórdão que abordou o tema, de cunho emblemático, como espécie de "leading case", se existisse a figura no direito pátrio, que envolveu o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, sendo relevante, entretanto, a precisa colocação sobre o exato momento em que surge o dever de indenizar : - *"Dano moral. Direitos subjetivos privados. 1. Os direitos da personalidade alcançam o direito à vida, o direito sobre o próprio corpo, o direito ao cadáver, o direito à honra, o direito à liberdade, o direito ao recato, o direito à imagem, o direito ao nome, o direito moral do autor. A Constituição Federal de 1988 agasalhou os direitos subjetivos privados relativos à integridade moral nos incisos V e X do artigo 5º. 2. Quando alguém ofende a honra, a imagem, a reputação de outrem, com a utilização de expressão ofensiva diante da realidade dos fatos trazidos pela prova dos autos, está compelido ao dever de reparar o dano moral causado.....3. O Poder Judiciário não é censor da liberdade de pensamento do cidadão, mas, sim, e sempre, se quisermos viver democraticamente, o responsável para prestar a jurisdição em casos de violação às leis que regem a vida brasileira. O Réu é livre para manifestar seu pensamento, mas por ele é responsável. Cada cidadão sabe que a*

“Constituição exclui da liberdade de manifestação de pensamento a ofensa aos direitos subjetivos privados de outrem. Não cabe ao Poder Judiciário limitar o vocabulário do cidadão. Pode, e deve, impedir que um juízo seja exteriorizado, se e quando provocado previamente para coibir a ameaça de violação de direitos subjetivos privados. O Poder Judiciário intervém para impedir a violação de direitos, nunca para violar direitos. 4. Apelo provido, em parte.” (Ac. da 1ª C. Civ. do TJ RJ - mv - AC 6.318./93 - Relator Des. C.A. MENEZES DIREITO - j. 19.04.94 - Apte.: Francisco Buarque de Holanda ; Apdo.: Paulo Cesar Ferreira - DJ RJ 28.12.95, p. 126 - ementa oficial)

2.9. Aferido o dano, nexos causal e dolo, surge tormentosa questão. Qual o justo valor compensatório em matéria de dano imaterial ?

2.10. Algumas decisões têm trazido à luz os critérios adequados. Senão vejamos :

INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - ARBITRAMENTO MEDIANTE ESTIMATIVA PRUDENCIAL QUE LEVA EM CONTA A NECESSIDADE DE SATISFAZER A DOR DA VÍTIMA E DISSUADIR DE NOVO ATENTADO O AUTOR DA OFENSA

“ Ementa oficial ; A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa.” (Ap. 198.945-1/7 - 2ª C. - j. 21.12.93 - 2ª C. do TJ/SP - Rel. Des. CESAR PELUSO) RT 706/67

2.11. Nessa mesma linha junto ao Resp 192786/RS, 3ª Turma STJ, Rel. NILSON NAVES, j. 23.11.99, *vu*, há trecho modelar sobre o tema : **“...VALOR INDENIZATÓRIO A SER ESTABELECIDO DE ACORDO COM O CRITÉRIO DO PRUDENTE ARBITRIO JUDICIAL DE MODO A COMPOR O DANO MORAL DE MODO RAZOÁVEL E QUE NÃO SE PONHA IRRISÓRIO PARA A EMPRESA JORNALÍSTICA, PONDO-SE COMO FORMA EFETIVA NA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS À INTIMIDADE E DO NOME DAS PESSOAS.”.**

2.12. Adotando fórmula diversa, a guisa de ilustração, já houve, também, posicionamento judicial no sentido de que a quantificação da verba reparatória em hipótese de dano moral advindo de ofensa a honra alheia pode se utilizar do critério insculpido junto ao vetustos art. 1547, § único, CC de 1916 , matéria disciplinada atualmente pelo art. 953 do CC de 2002, que exige reparação fixada equitativamente **“... na conformidade das circunstâncias do caso.”**, como se depreende da ementa atinente ao Resp 64699/RO, 3ª T. do STJ, Rel. Min. COSTA LEITE, j. 19.11.96, *vu*, de seguinte teor :

CIVIL. DANO MORAL. OFENSA A HONRA. IMPRENSA. INDENIZAÇÃO

“PARA A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, NÃO É DE EXIGIR-SE A REPERCUSSÃO, O REFLEXO PATRIMONIAL, COMO QUE, A RIGOR, SE REPARARIA O DANO ECONÔMICO INDIRETO.

DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SUPERADO.

RESULTANDO O DANO MORAL DE OFENSA A HONRA, NADA IMPEDE QUE SE RECORRA AO CRITÉRIO DEFINIDO NO PAR. ÚNICO DO ART. 1.547 DO CÓDIGO CIVIL, QUE FORNECE PARÂMETRO RAZOÁVEL PARA A FIXAÇÃO, BALIZANDO O ARBITRIO JUDICIAL.

RECURSO NÃO CONHECIDO.”

2.13. Em suma: seja qual a fórmula adotada, vale dizer, arbitramento ou critério inserido na lei substantiva civil, devem ser observados no caso concreto algumas peculiaridades relevantes para o desate da controvérsia. São as seguintes :

2.13.1. Dolo da Ré, que veiculou sequencialmente em lapso temporal restrito oito (8) chamadas distintas de capa da revista VEJA de conteúdo ofensivo, tentando marcar a imagem e nome do PT como partido composto de quadros incompetentes ou corruptos, causando, assim, dano perante seus integrantes e eleitorado existente e potencial;

2.13.2. Propalação do dano, de impacto inestimável, considerando que a revista VEJA detém centenas de milhares de assinantes e compradores em banca no Brasil, sendo a revista semanal informativa líder de mercado, seguindo-se livre ou literal reprodução em todos jornais, rádios, televisões, sites da internet e demais meios de comunicação de forma difusa e inestimável, sendo certo, outrossim, que torna-se incomensurável a quantidade de pessoas que, de forma direta ou indireta, já tiveram ou poderão ter acesso as referências infamantes considerando-se a veiculação de quatro capas distintas e ofensivas, prorrogando a perspectiva de especulação sobre o tema por lapso temporal diferido ;

2.13.3. Condição pessoal das partes, sendo notório que o partido-Autor detém patrimônio intangível de inestimável valor junto ao eleitorado, mormente por representar no cenário político nacional agremiação dotada de coerência ideológica e programática, respeito a coisa pública, implantação de projetos inovadores na administração pública e combatividade parlamentar, refletindo tais ativos de forma positiva em seu nome e imagem, sendo certo, outrossim, que a Ré, editora da revista VEJA, é um dos maiores grupos de comunicação brasileiros, assumiu o risco empresarial de responder pelos danos que sua conduta temerária poderia gerar, mormente pela forma panfletária que optou por

adotar, devendo, também, porisso, merecer condenação exemplar, como efeito de inibição, inclusive, a terceiras pessoas que porventura se sintam estimuladas a repetir tal gesto caso a virtual reparação não seja fixada consoante este efeito ("punitive damages").

2.14. Pelo exposto, o pedido segue adiante :

III. O PEDIDO

3.1. Por todo o exposto, requer-se de Vossa Excelência se digne de determinar a citação da Ré, via postal, visando eventual estabelecimento de contraditório, devendo a presente ação ser julgada procedente, condenando-a ao pagamento de verba de reparação a lesão causada ao nome e imagem do partido-Autor, de forma proporcional ao dano, conforme arbitramento a ser procedido por este MM Juízo considerando as peculiaridades do caso concreto, acrescida das verbas de sucumbência.

3.2. Protesta pela produção das provas admitidas em direito, especificadas no correr da lide, fixando o valor da causa, para meros fins fiscais, em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme permite copiosa jurisprudência, adiante reproduzida de forma emblemática :

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - INSCRIÇÃO NO SPC - EXIGÊNCIA JUDICIAL DE FORMULAÇÃO DE PEDIDO CERTO DO QUANTUM PRETENDIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - DISPENSABILIDADE - VALOR DA CAUSA - CPC - ARTS. 286, II, E 258 - INCIDÊNCIA

" I. Desnecessária, na ação de indenização por dano moral, a formulação, na exordial, de pedido certo relativamente ao montante da indenização postulada pelo autor. Aplicação à espécie do art. 286, II, da lei adjetiva civil.

II. Valor da causa regido pelo preceito do art. 258 do CPC.

III. Recurso especial conhecido e provido." (Resp 175362/RJ, 4ª Turma do STJ, j. em 07.10.99, v.u., Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJU 06.12.99, p.95)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - JULGAMENTO EXTRA PETITA - PREQUESTIONAMENTO - AUSÊNCIA - PEDIDO ILÍQUIDO - VALOR DA CAUSA - CPC ART. 258

I. Correta a aceltação, pelo Tribunal Estadual, do valor dado à causa pela autora, se o seu pedido de indenização por dano moral foi ilíquido.

II. Agravo Improvido." (AGA 309064AM, 4ª T. do STJ, J. 14.12.2000, vu, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR)

DANO MORAL - PROCESSUAL

"Como o dano moral não é tarifado, o valor da causa pertence à parte que sofreu a aflicção. O Juiz da causa irá fixar a indenização." (TJRS - 8ª Câm. Cível; Agr. de Instrum. nº 596.147.058-RS, vu, j. 01.09.96, Rel. Des. ANTONIO CARLOS STANGLER PEREIRA)

Nestes Termos
Pede Deferimento
São Paulo, de novembro de 2005

JOEL TOLEDO DE CAMPOS MELLO FILHO
OAB/SP Nº 128.277

Revista **Consultor Jurídico**, 8 de novembro de 2005

Sobre o autor

☑ **Maurício Cardoso**: é editor executivo da revista **Consultor Jurídico**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar. Eu queria saber se, antes da Ordem do Dia, ainda falo ou se não vai dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vale a pena ouvir V. Ex^a toda hora. Agora, para obedecer ao Regimento, concederei a palavra em seguida ao Senador Antonio Carlos Magalhães, à Senadora Heloísa Helena, ao Senador Aloizio Mercadante, ao Senador José Agripino. Depois, vamos para a Ordem do Dia. O primeiro inscrito, após a Ordem do Dia, é o Senador Tasso Jereissati e, em seguida, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos já falaram sobre a entrevista do Presidente Lula, e também acompanhei o desdobramento daquilo que foi uma entrevista totalmente desvinculada da realidade que vive o País, completamente.

Ontem o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma análise com a qual concordo inteiramente, porque não é possível que o Presidente esteja tão desinformado. Ou Sua Excelência está tão desinformado como pareceu ou se trata de cinismo, o que é pior. Espero que seja desinformação.

Ontem eu estava presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e vi a apresentação dos representantes das empresas fabricantes de insumos agrícolas. Uma pergunta que fiz reflete bem o que está ocorrendo em nosso País. Os insumos agrícolas aqui, as mesmas marcas, os mesmos princípios ativos têm preços 50%, na média, superiores aos preços dos produtos agrícolas na Argentina. E o que me responderam os fabricantes? Que é impossível cobrar o

preço que cobram na Argentina em função da carga tributária, em função da burocracia, em função do custo que o Governo impõe para um fabricante de qualquer produto no País.

E parece que o Presidente está desinformado inclusive disso, como está desinformado o Ministro Antonio Palocci, porque todos os pronunciamentos do Ministro e todos os pronunciamentos do Presidente Lula são na mesma direção: que está tudo bem com a agricultura e com a indústria.

Acabo de ler uma notícia na Folha Online de hoje à tarde a respeito do que está acontecendo com a indústria. Um comparativo de setembro para agosto mostra que houve uma queda de 2% no desempenho da indústria. E 2% de um mês para outro é muita coisa. O crescimento do primeiro trimestre, que havia sido de 3,9%, ficou abaixo do segundo trimestre, que foi de 6,1%, mas muito acima do terceiro trimestre, que foi de apenas 1,5%. Portanto, a indústria já começa a se desacelerar.

O impacto da crise política na economia não pode ser negado pelo Governo. A pesquisa demonstra que os três principais causadores da queda no desempenho da indústria são: taxa de juros, câmbio e baixo consumo; um conseqüência do outro, porque, quando aumenta a taxa de juros, é claro que o câmbio determina a supervalorização do real, e, com isso, há uma queda brutal no consumo, como está havendo.

Por exemplo, teve e geladeira, bens de consumo: no terceiro trimestre, 8,9% menor em relação ao primeiro trimestre. Não é pouca coisa. Alimentos: queda de 3,4%. Isso significa que o brasileiro passou a fazer economia na prateleira; não é apenas na compra da televisão, na compra de um bem de consumo que é considerado supérfluo, não; é na prateleira. Isso significa que o trabalhador não está ganhando o suficiente para se alimentar de forma adequada. E observe que isso vai agravar ainda mais o desemprego.

O Presidente Lula dizia na campanha que o Brasil precisava gerar dez milhões de empregos. Ele continua repetindo esse número e diz que seu Governo já gerou três milhões de empregos. Ora, tenho dados aqui. O setor que mais gerava empregos até o Governo Lula assumir era a agricultura. Deixou de ser. É preciso atualizar o discurso. Há pessoas ainda fazendo discursos como se a agricultura vivesse momentos maravilhosos. Dizem que os agricultores estão ganhando, que os agricultores estão capitalizados. Não é verdade! Ocorre que, com

a queda brutal do dólar em relação ao real, com a taxa de câmbio irreal que estamos vivendo e com a alta taxa de juros, fatores esses aliados à falta de crédito para o produtor, à falta de atendimento do mínimo necessário, principalmente em relação à rolagem das dívidas aqui pleiteadas, houve um desemprego brutal no campo.

Os dados não mentem: de janeiro a julho deste ano, foram gerados no interior do País, ou seja, pela agricultura, 219.940 empregos, o que significou uma redução de 19%, portanto, queda em relação a 2004. Enquanto, em 2003 – este dado é muito importante –, a agropecuária gerava 38% do total de empregos criados no País – naquele bom momento que o setor vivia –, em 2004, apenas 22%; em 2005, 20%. Isso é o que está fazendo o Governo Lula pela agricultura brasileira. A agricultura participava com 38% dos empregos gerados no País quando ele começou a governar, e, neste ano, participa com apenas 20%. Caiu pela metade, portanto, a geração de empregos no campo deste País!

Sr. Presidente, sei que meu tempo está terminando, mas, nestes 30 segundos, gostaria de dizer que vou alertar o Presidente da República e o Ministro Antonio Palocci para que se informem direito. A situação vai se agravar. Com a aftosa, com essa taxa de câmbio, no próximo ano, a agricultura brasileira vai se afundar em uma crise sem proporções, e essa crise vai atingir a toda a sociedade brasileira.

É o alerta que faço, pelo bem do Brasil, ao Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL da Bahia, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Antonio Carlos Magalhães se dirige à tribuna, gostaria de dizer que hoje é o Dia Nacional da Hotelaria, o Dia do Hoteleiro. Não sabemos realmente quando se iniciou a hotelaria no mundo e no Brasil, mas deixo registrado neste pronunciamento a homenagem a todos os hoteleiros do País, tão importantes para o turismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço que V. Ex^a encaminhe à Mesa.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer do respeito que tenho ao Supremo Tribunal Federal, a todos os seus juízes, que não fazem nepotismo e que são decentes, inclusive os nomeados pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, quero fazer um apelo ao Supremo Tribunal, coisa que deveria ser feita pelo Presidente do Congresso, e não por mim. Não podemos ficar desmoralizados com atitudes que o Supremo toma em cima da hora, impedindo a realização de CPIs.

Hoje aconteceu isso. Ora, o advogado do Sr. Silvinho Pereira fez uma petição, e o Ministro Marco Aurélio por quem tenho amizade, respeito e, mais ainda, admiração pela sua cultura foi infeliz em aceitar a argumentação do criminalista, que disse que o Silvinho sairia daqui algemado. Isso não aconteceria, embora algemado ele já devesse estar há muito tempo, porque outras pessoas que fizeram menos e roubaram menos do que ele estão presas, mas estão. Mas ele tem a proteção do Presidente da República. Ele e o Delúbio são pessoas do Presidente da República e, conseqüentemente, temem essa proteção. O Ministro Marco Aurélio é um homem inteligente e sabe que eles têm essa proteção. O advogado Malheiros, Arnaldo Malheiros, um criminalista de renome em São Paulo, não poderia asseverar, como o fez, mentindo, que o Sr. Silvinho sairia daqui algemado.

Peço, Sr. Presidente, que o Presidente da Casa tenha um entendimento com o Presidente Nelson Jobim. Quatro ou cinco fatos ocorridos nesses últimos tempos desmoralizaram inteiramente as resoluções desta Casa, e isso não pode continuar assim.

Não deveria ser eu, neste instante, na tribuna. Deveria ser o Presidente da Casa ou o Presidente da Comissão dos Bingos, um Presidente admirável, que reclamou com o advogado Malheiros. Porém, a reclamação devida deveria ser com o Presidente do Supremo e com o Ministro Marco Aurélio.

Peço a atenção do Ministro Marco Aurélio para esse assunto. É um assunto relevante. Não pode haver luta entre os dois Poderes, principalmente por-

que nós aqui temos atendido bastante ao Supremo Tribunal Federal. Esta Casa tem atendido inteiramente à vontade do Supremo Tribunal Federal, que não pode tripudiar sobre as ações das CPIs.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, dizer que os bingos deram dinheiro para a campanha de Lula.

Ontem, a CPI dos Bingos colheu novas provas testemunhais de que também os bingos irrigaram a horta petista em 2002.

Segundo o que está sendo apurado, o empresário Roberto Kurzweil foi responsável pela captação de R\$1 milhão junto a dois bingos paulistas. As informações...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu termino, Sr. Presidente.

As informações que nós, da CPI dos Bingos, temos analisado, vindas de depoimentos e farta documentação, começam todas elas a se encaixar para colocar esses malandros na cadeia.

As investigações da CPI dos Bingos confirmam que a campanha do Presidente Lula recebeu, sim, dinheiro sujo dos bingos. Mas a CPI tem descoberto muito mais e vai aparecer muito mais do que tem aparecido!

A participação de ex e atuais colaboradores petistas vai se tornando cada vez mais evidente.

A forma como diversos ilícitos foram praticados, de maneira conexa, mostra o quão complexos e tortuosos foram os caminhos escolhidos pelos seus autores.

Assim como o “valerioduto”, o “ouro de Havana”, também os bingos irrigaram a horta petista. As fontes são várias e se inter-relacionam.

O empresário que intermediou a transação entre o PT e os bingos é o mesmo que a **Veja**, a grande revista **Veja**, apurou ter alugado o Ômega blindado para o PT levar os dólares cubanos. O motorista que dirigiu o Ômega agora é “comissionado” do Governo Federal.

Vejam só quanta coincidência! O mesmo empresário também alugou um outro carro blindado para o Delúbio – Delúbio agora está de carro blindado! Mas nada blinda a moral de Delúbio, nem o Presidente da República, que perde a sua, quando defende o “nosso Delúbio”, que declarou várias vezes em sua entrevista. O “nosso Delúbio” foi expulso do PT, mas não expulso do coração de Lula.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, concluindo, por gentileza!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou terminando, Sr. Presidente!

Vladimir Poletto, também envolvido com “o ouro de Havana”, foi quem intermediou as doações das empreiteiras.

Como se vê, os bingos foram apenas uma fonte ilegal para financiar a campanha de Lula.

O Presidente Lula erra e persiste no erro ao se manter alheio, declarou o Presidente da OAB.

Cada nova denúncia que surge e se comprova um verdadeiro mar de lama, o Presidente classifica como “denuncismo vazio”.

Quando se torna impossível brigar com os fatos, o Presidente muda de tática e se declara ignorante sobre tudo o que se passou à sua volta. Ele é cego, surdo e mudo!

Os fatos, e não a Oposição, têm sido implacáveis com o Presidente Lula e o levam a uma situação cada vez mais grave.

Ou o Presidente jamais soube o que ocorria a seu redor, em seu governo – e um presidente da República não tem o direito de ser ignorante a esse ponto – ou ele sempre soube.

As CPIs parecem estar chegando a essa resposta.

Para terminar, gostaria de ler para V. Ex^a as palavras de um homem ligado ao PT, o jornalista Boris Fausto, da **Folha de S.Paulo**. Ele diz: “As provas de ilícitos são tão evidentes, a não ser que se queira entender como prova apenas confissão por escrito dos acusados”. E conclui: “Em matéria de escândalos, este governo (e seu partido) superou tudo o que tínhamos visto até aqui”.

Boris Fausto é historiador e preside o Conselho Acadêmico da Conjuntura Internacional da USP. Ao contrário do Presidente Lula, ele sabe que a história do Brasil não começou com o governo petista. E não vai continuar com o governo petista, porque o povo brasileiro dará a resposta necessária nas urnas a este Presidente que não defende a moralidade pública. Ao contrário, acoberta os criminosos do Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a e peço desculpas.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

BRASIL

FOLHA DE S.PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO RIBEIRÃO

Ministro quer ser ouvido por comissão no Senado, segundo proposta feita à oposição

Palocci negocia para depor sobre caso Cuba sem ir à CPI

FERNANDA KRAKOVICS
KENNEDY ALENCAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Líderes governistas negociam com a oposição a ida do ministro Antonio Palocci (Fazenda) ao Congresso para dar explicações sobre seu suposto envolvimento na remessa de dinheiro de Cuba para a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A estratégia é negociar um pedido para que Palocci seja ouvido na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, e não em uma das CPIs em funcionamento no Congresso. Como ministro, se for convocado pelas CPIs ou pelas comissões, ele é obrigado a comparecer.

Os recados foram mandados por meio do líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP), que se reuniu ontem e anteontem com Palocci para tratar da medida provisória que cria a Super-Receita. A idéia era marcar uma audiência pública na próxima semana mas, por causa do feriado, deve ficar para a seguinte.

Nesse cenário, o ministro evitaria o desgaste de uma convocação para uma CPI e responderia a per-

guntas sobre o caso Cuba numa situação mais confortável por estar na CAE, ou seja, não seria ouvido na condição de investigado.

Caso a oposição insista em convocá-lo, Palocci avalia que talvez não seja suficiente falar numa comissão temática do Congresso. Aí, seria melhor partir logo para um depoimento numa CPI.

Na opinião do ministro, uma eventual turbulência econômica por sua ida a uma CPI seria debitada na conta da oposição.

"Se eu fosse ele, eu viria de peito aberto. A economia vai bem e não é justo que ele tenha sua cabeça colocada em praça pública para ser cortada", disse o senador Tião Viana (PT-AC), que é vice-líder do governo e tem bom trânsito com a oposição.

O PSDB e o PFL têm poupado o ministro desde o início da crise, temendo uma contaminação da economia. Eles avaliam, no entanto, que Palocci está sendo arrastado naturalmente para o centro das investigações e seria positivo se ele comparecesse espontaneamente ao Congresso.

"Ninguém tem a intenção de degolá-lo", disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que assu-

mirá a presidência do partido no dia 18. "Talvez não seja necessário ele vir ou talvez a CAE não seja suficiente. Tudo vai depender dos fatos", afirmou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

Após as denúncias de caixa dois na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) durante a gestão de Palocci, o ministro voltou a ser foco das investigações depois que a revista "Veja" revelou suposto envio de US\$ 1,4 milhão a US\$ 3 milhões de Cuba para a campanha de Lula. Todos os citados na operação são ex-assessores de Palocci.

A situação do ministro ficou mais complicada com depoimento sigiloso colhido anteontem pela CPI do Bingos. Uma testemunha ligada ao PT apontou o empresário Roberto Carlos Kurzweil como o responsável pela captação de parte dos recursos da campanha de Lula, em nome de Palocci. Ele teria conseguido R\$ 1 milhão de dois empresários angolanos, donos de bingos em São Paulo.

Oportunidade

"Todos os ministros estão sempre dispostos a vir ao Congresso dar explicações. É uma excelente oportunidade para discutir toda e

qualquer matéria", afirmou Mercadante. Para o senador, não seria bom que o ministro da Fazenda fosse convocado por uma CPI.

Segundo a *Folha* apurou, os senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sinalizaram que acham boa a proposta de Palocci ser ouvido na CAE. A decisão final deve ser tomada após o depoimento de ex-assessores do ministro na CPI dos Bingos — Rogério Buratti e Vladimir Poletto, citados no caso Cuba, devem ser ouvidos amanhã.

"Nós não estamos segurando os ataques ao Palocci e a vinda dele aqui. Agora, a imprensa publica reportagens que criam fatos ruins para ele. Não é culpa da oposição", diz Tasso. Para o senador, poderá ser "inevitável" a presença de Palocci em uma CPI, seja convocado ou por iniciativa própria.

O presidente do PT, deputado federal Ricardo Berzoini (SP), disse ontem que a oposição poderá "criar uma crise na economia" se insistir em chamar Palocci a uma CPI. "Os fundamentos e os resultados da economia são positivos e sólidos, mas não se deve brincar com uma área sensível", afirmou Berzoini.

BRASIL

FOLHA DE S.PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO RIBEIRÃO

Depoimento sigiloso aponta participação de Palocci em arrecadação; empresário nega

Testemunha detalha doação de bingos à campanha de Lula

ROGÉRIO PAGNAN
DA FOLHA RIBEIRÃO

MARIO CESAR CARVALHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Depoimento colhido ontem pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Bingos aponta o empresário Roberto Carlos Kurzweil como o responsável pela captação de parte dos recursos da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, em nome de Antonio Palocci Filho, então prefeito de Ribeirão Preto.

O depoimento, sigiloso, foi de uma testemunha, ligada ao PT, que coloca Kurzweil no papel de um "Renato Granado" paulista —uma referência ao suposto arrecadador de dinheiro dos bingos no Rio de Janeiro.

De acordo com essa testemunha, o empresário teria conseguido doação de R\$ 1 milhão de dois empresários angolanos, donos de bingos em São Paulo.

O acerto da doação ocorreu num jantar promovido por Kurzweil em Ribeirão Preto, no qual Palocci teria recebido os empresários angolanos.

O valor da doação coincide com o apontado pelo advogado Rogério Tadeu Buratti em depoimento à CPI dos Bingos em agosto deste ano. O que difere é o nome do "operador". Na época, Buratti apontou o ex-secretário da Fazenda de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Ralf Barquete Santos —que morreu no ano passado, de câncer— como o responsável pela captação. Nessa nova versão, o trabalho de Barquete seria apenas coletar o dinheiro para ser entregue ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Kurzweil é o mesmo que alugou um Omega blindado para o PT em 2002, carro que, segundo reportagem da revista "Veja", teria sido utilizado para transportar dólares vindos de Cuba. O Omega foi cedido diretamente a Palocci. O carro blindado foi uma precaução que o partido tomou depois do assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André.

O motorista que teria transportado os dólares para o diretório

do PT, Éder Eustáquio Soares Macedo, também foi cedido a Palocci por Kurzweil. Ainda em 2002, Delúbio Soares também utilizou um Omega do empresário, que é sócio da locadora de veículos blindados Locablin.

Em Ribeirão Preto, na primeira administração de Palocci (1993-1996), Kurzweil venceu, junto com um consórcio de empresas, uma concorrência de cerca de R\$ 400 milhões para implantar e operar o serviço de tratamento de esgoto até 2018.

Além de Kurzweil, outro empresário guindado à crise por esses novos relatos é Moacir Castelli, ligado ao setor imobiliário de Ribeirão Preto. Ele teria doado recursos para a campanha do PT.

O responsável por essa intermediação seria Vladimir Poletto, ex-funcionário da Secretaria da Fazenda de Ribeirão e o responsável, segundo a "Veja", pelo transporte dos dólares de Cuba.

Bingos deram dinheiro para campanha de Lula

Ontem a CPI dos Bingos colheu novas provas testemunhais de que também os bingos irrigaram a horta petista em 2002.

Segundo o que está sendo apurado, o empresário Roberto Carlos Kurzweil foi o responsável pela captação de um milhão de reais junto a dois bingos paulistas.

As informações que nós, da CPI dos Bingos, temos analisado, vindas de depoimentos e farta documentação, começam a se encaixar.

2

O governo parece mesmo ter razão em rotular a CPI dos Bingos de “CPI do fim do mundo”

As investigações da CPI dos Bingos confirmam que a campanha do presidente Lula recebeu, sim, dinheiro sujo dos bingos;

Mas a CPI tem descoberto muito mais!

A participação de ex e atuais colaboradores petistas vai se tornando cada vez mais evidente.

A forma como diversos ilícitos foram praticados de forma conexa mostra o quão complexos e tortuosos foram os caminhos escolhidos pelos seus autores.

Assim como o “valerioduto”, o “ouro de havana”, o lixo... também os bingos irrigaram a horta petista. As fontes são várias e se inter-relacionam.

O empresário que intermediou a transação entre o PT e os bingos é o mesmo que a Veja apurou ter alugado o Omega blindado para o PT levar os dólares cubanos.

O motorista que dirigiu o Omega, agora é “comissionado” do governo federal.

O mesmo empresário também alugou um outro carro blindado para o Delúbio.

Vladimir Polleto, também envolvido com “o ouro de Havana”, foi quem intermediou doações de empreiteiras.

4

Como se vê, os bingos foram apenas uma das fontes ilegais a financiar a campanha do PT em 2002.

E o presidente Lula erra e persiste no erro ao se manter alheio (ou autista, como declarou o presidente da OAB).

Cada nova denúncia que surge e se comprova, o presidente classifica como “denuncismo vazio”.

Quando se torna impossível brigar com os fatos, o presidente muda de tática e se declara ignorante sobre tudo o que se passou à sua volta.

Os fatos, e não a oposição, têm sido implacáveis com o presidente Lula e o levam a uma situação cada vez mais constrangedora.

O presidente tem a obrigação de saber.

Ou o presidente jamais soube o que ocorria a seu redor. Em seu governo. E um presidente da República não tem o direito de ser ignorante a esse ponto.

Ou ele sempre soube.

As CPI's parecem estar chegando a essa resposta.

Vejam o que disse Boris Fausto na Folha de São Paulo:

(abre aspas)

“As provas de ilícitos são evidentes, a não ser que se queira entender como prova apenas confissões por escrito dos acusados”.

E conclui:

“Em matéria de escândalos, este governo (e seu partido) superou tudo o que tínhamos visto até aqui”.

(fecha aspas)

Boris Fausto é historiador e preside o Conselho Acadêmico de Conjuntura Internacional da USP. Ao contrário do Presidente Lula, ele sabe que a história do Brasil não começou com o governo petista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

Em seguida, concederei a palavra à Senadora Lúcia Vânia e voltarei à lista de inscritos pela Liderança, ocasião em que falarão os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana e José Agripino, após o que passaremos à Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, concordo com tudo que V. Ex^a disse sobre as Senadoras e Senadores que farão uso da palavra. Tudo bem. Agora, eu, como Líder, tenho evitado pedir a palavra pela Liderança, pois sempre me inscrevo. Todavia, nunca consigo falar como orador inscrito e termino sendo obrigado a pedir a palavra como Líder, situação de que sempre fujo, porque considero um abuso, pois há líder demais falando.

Mas não há de ser nada. Estou apenas fazendo o registro. Fica a relação de V. Ex^a e, na próxima sessão, tomarei o cuidado de pedir para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Inscrevo V. Ex^a para falar logo após a Ordem do Dia.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador João Alberto, eu posso permutar com o Senador Agripino, que gostaria de falar antes de mim, desde que fique assegurado que nós todos, inscritos pela Liderança, possamos falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está assegurado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, o Senador Agripino pede para que façamos a permuta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Depois do Senador Agripino, será a Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está bem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas para solicitar a V. Ex^a que preserve as comunicações inadiáveis, ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está assegurado. Eu até havia me pronunciado a esse respeito.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, quero manifestar uma preocupação e uma indignação. Preocupação e indignação.

Preocupação com o quê, Senadora Lúcia Vânia?

Ontem, às 20 horas e 30 minutos, foi protocolado na Mesa do Congresso pedido de prorrogação, assinado por 32 Senadores e 205 Deputados, até abril do próximo ano, dos trabalhos da CPMI dos Correios, que foi instalada a duríssimas penas, mediante assina, “de-sassina”, esforço da Oposição para garantir assinaturas, leitura do requerimento, reação às manifestações do Governo junto à Comissão de Constituição e Justiça, indicação dos membros, dificuldade para indicar, luta para eleger presidente e relator. Mas ela foi instalada e está fazendo um trabalho à altura da qualidade dos seus membros.

Só tem um detalhe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Ney Suassuna, nenhum dos integrantes da CPMI dos Correios é delegado de polícia, tem habilitação de investigador, e as funções que a CPMI exige dos membros envolve boa dose de qualidade investigativa e de delegado de polícia, para chegar a conclusões e obter provas. Por isso, tomei a iniciativa – fui eu –, nesta mesma tribuna, de sugerir fato que já aconteceu: a contratação de consultorias, para que estas, tecnicamente habilitadas, pudessem ajudar os parlamentares na obtenção de provas, à chegada de conclusões, porque a sociedade quer investigação, mas quer conclusões e quer punições, e punição só vai com prova, só vai com evidências claras. As evidências, às vezes, são difíceis de ser identificadas, e a consultoria é um elemento precioso para a identificação de provas, como a que o Deputado Osmar Serraglio acabou de apresentar, claro que com o apoio de uma boa consultoria – dados do Banco do Brasil, ele anunciou.

Apresentamos o pedido de prorrogação do prazo porque consultorias acabaram de ser contratadas. Os Deputados Gustavo Fruet e Antonio Carlos Magalhães Neto estão debruçados sobre os assuntos que lhes compete, debruçados *full time*, o tempo todo, com o apoio de consultorias recém-contratadas. Mas as consultorias não chegaram a conclusões ainda, estão começando. E se se encerram agora, em novembro, os trabalhos da CPMI dos Correios, como é que ficam os parlamentares, Deputados e Senadores, perante a opinião pública, frustrada pela ausência de conclusões? Como é que fica o Congresso Nacional se o trabalho não se completa, se se corta e se se castra o trabalho desses Parlamentares? O que vai acontecer com a imagem do Congresso Nacional? Isso é que eu pergunto.

Por essa razão – já concederei o aparte ao Senador Ney Suassuna – é que tomamos a iniciativa de

apresentar o pedido de prorrogação, por quatro meses, para que os trabalhos possam ser concluídos a contento, à altura da expectativa da sociedade, que quer punições, que quer perda de mandatos, que quer cadeia para os culpados, para os ladrões. É nossa obrigação identificá-los.

O que está me indignando? Eu estou sabendo que hoje era para ter ocorrido, às 9 horas, uma sessão do Congresso, quando seria lido o requerimento de pedido de prorrogação – sessão do Congresso, acordada entre os Líderes da Oposição e o Presidente do Congresso – e, por razões inexplicáveis, foi prorrogada a sessão para as 19 horas. Primeiro, para logo após a conclusão de uma sessão extraordinária da Câmara, que ocorreria ao meio-dia e meia, ou às 13 horas. Não aconteceu. Continuaram os trabalhos e marcaram para as 19 horas de hoje.

Eu conversei com o Presidente Renan Calheiros e S. Ex^a mantém a firme determinação de ler o requerimento.

Agora estou tendo informações de que já começa o jogo de subtração de assinaturas. Eu sei quem está por trás da subtração de assinaturas: são os mesmos que, da boca para fora, dizem que o santo remédio das CPMIs está sendo administrado para o esclarecimento dos fatos e que este é o único Governo republicano que convive com cinco CPIs, ou CPIs e CPMIs. Pois essas mesmas forças estão se manifestando para obter a subtração de assinaturas.

Quero dizer o seguinte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos reagir à altura: se Deputados e Senadores retirarem as assinaturas já postas, de sua consciência, vamos tomar a iniciativa clara – e quero anunciar logo, desde agora – de que, no Senado, o meu Partido tomará a iniciativa – e sei que o PSDB o fará –, se subtraírem as assinaturas e se evitarem a prorrogação dos trabalhos que o País espera, dos trabalhos da CPMI dos Correios, que deseja a punição dos culpados, o PFL tomará a iniciativa de propor encerrada a CPMI dos Correios se reaberta uma CPI dos Correios só do Senado Federal. Tomaremos essa iniciativa, em nome do interesse da Nação.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador José Agripino, V. Ex^a tem sido sempre uma pessoa de muito bom senso. É uma oposição firme, mas de muito bom senso. Eu diria a V. Ex^a que, como apoiador do Governo, pertencendo a um Partido que apóia o Governo, nós quase sempre estamos em posições diversas, mas eu não posso deixar de levar em consideração o argumento de V. Ex^a. Como acabamos de contratar as auditorias e elas ainda não exerceram o

seu papel, o argumento de V. Ex^a cala muito fundo em todos nós. Queria apenas deixar esse registro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Fico confortado com a opinião do Senador Ney Sussuana, que é Líder do PMDB, que fala pelo seu Partido, e estou convencido de que deve avalizar a posição de Deputados e Senadores do PMDB que firmaram os requerimentos e que certamente não vão subtrair as assinaturas.

Ouç o Senador Efraim Morais e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador José Agripino, por gentileza, não há mais tempo para apartes. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obedeço a V. Ex^a e fico muito grato pela concessão do tempo que me foi destinado, mas fica aqui, Sr. Presidente, a minha palavra de alerta, de indignação, de preocupação e de comunicação.

Se retirarem as assinaturas, o PFL tomará a iniciativa de propor a instalação da CPI dos Correios do Senado.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Apenas um minuto, Senador José Agripino, ainda no restante do tempo de V. Ex^a. Eu sugiro, Sr. Presidente, que suspendêssemos a Ordem do Dia e fizéssemos a sessão do Congresso e, depois de lido o requerimento, aí nós votaríamos a Ordem do Dia. É a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Boa sugestão, Senador Efraim Morais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, por gentileza.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é a inquietação que têm gerado as reuniões na Comissão de Orçamento desta Casa. Há um impasse, levado em conta, principalmente, pela Oposição, que deseja uma negociação em torno da questão da Lei Kandir, que permite que a União faça o ressarcimento dos recursos referentes ao ICMS dos Estados naqueles produtos que são exportados.

Esse problema da Lei Kandir nos aflige durante todo o período deste Governo. Tivemos em 2004 o problema de que a Lei Orçamentária não contemplou o recurso. Em 2005, da mesma forma, e conseguimos negociar amplamente naquela Comissão, e o Governo acabou por destinar na Lei Orçamentária R\$4,3 bilhões. No entanto, em 2005, os R\$4,3 bilhões não

foram inteiramente pagos. Ficaram R\$900 milhões, e o Governo Federal assumiu o compromisso com os Governadores de repassá-los. No entanto, até hoje não deu a menor satisfação.

Hoje, a Peça Orçamentária de 2006 também não contempla os recursos para a Lei Kandir. Esse assunto será debatido pelo Relator do Orçamento, Deputado Carlito Merss, com o Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária. Esse debate será feito amanhã. O Confaz exige o repasse de R\$10,7 bilhões, que é o que o Governo Federal, este Governo, deve aos Estados durante este período. Mas o Governo aceita discutir apenas os R\$4,3 bilhões, que foram contemplados em 2005 e, com isso, gera o impasse. O Confaz ainda faz uma proposta intermediária: aceitaria os R\$4,3 bilhões desde que também o Governo contemplasse os Estados com os R\$900 milhões acordados no ano passado.

O impasse está criado, e falo aqui hoje em nome do meu Estado de Goiás, cujo Governador tem contribuído enormemente com o País, fazendo com que nosso Estado gere emprego acima da média, fazendo com que o nosso Estado, que é produtivo, tenha isenções em vários tributos. No entanto, quando fomos estimulados a exportar, vimo-nos diante deste fato extremamente grave, que é a omissão do Governo Federal em não ressarcir tais recursos.

Portanto, quero aqui fazer um apelo ao Relator da Comissão de Orçamento no sentido de cumprir este compromisso conosco, de cumprir este compromisso com os Estados brasileiros, isto é, fazendo o repasse ou permitindo que este acordo seja feito.

Em nome do meu Partido, o PSDB, estou na Comissão de Orçamento e não vamos abrir mão enquanto o Governo não abrir a possibilidade de negociação a respeito dos recursos da Lei Kandir.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, do PT de São Paulo, pela Liderança do Governo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, mas o tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu pensei que V. Ex^a já havia encerrado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de pedir desculpas ao Senador Flexa Ribeiro, mas, em comunicações inadiáveis, inexistiu aparte.

Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não tive oportunidade de fazer um aparte à nobre Senadora Lúcia Vânia, mas eu queria, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não pode haver aparte, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, vou falar pela ordem. Gostaria só de solidarizar-me com a Senadora, porque essa questão da Lei Kandir, com relação à não-transferência pela União dos recursos para a compensação dos Estados superavitários nas exportações, é da maior importância. Precisamos, Sr. Presidente, de uma vez por todas, constitucionalizar essa questão para compensar os Estados exportadores. Portanto, a Senadora Lúcia Vânia tem todo o nosso apoio. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em seguida ao Senador Aloizio Mercadante, usará da palavra a Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Oposição tem dedicado muito pouco tempo, nas suas intervenções, a debater assuntos relacionados sobretudo à economia brasileira. Hoje ouvi, depois de muito tempo, o Senador José Jorge, criticando, preocupado com uma desaceleração da taxa de crescimento de indústria – o nosso Líder da Oposição, com a manifestação de alguns outros Senadores presentes. Entre outras coisas, S. Ex^a disse que este Governo só aumentou a taxa de juros e que o crescimento é muito abaixo do crescimento dos países em desenvolvimento.

Eu gostaria de aprofundar um pouco esse debate. Em primeiro lugar, a taxa de crescimento econômico ao longo do Governo anterior, que é um parâmetro de comparação, eu diria relevante, foi: em 1998, 0,13%; em 2001, 1,3%; em 2002, 1,9%; em 1999, 0,7%. Portanto, continuamos, ao longo dos vinte anos, crescendo abaixo da média dos países em desenvolvimento, especialmente se considerarmos economias como a China.

Nesses últimos anos, especialmente depois do Governo Lula – é verdade que o cenário internacional contribuiu, mas não é apenas isto –, nós tivemos

uma recuperação importante da taxa de crescimento. O crescimento de 4,9% do ano passado é o maior dos últimos dez anos. E, neste ano, nós vamos ter um crescimento em torno de 3,4% a 3,5%, que ainda é uma taxa de crescimento bem acima da média do último período. E mais importante: se é verdade que houve uma pequena desaceleração industrial, houve uma redução importante de estoques na indústria, como mostram os indicadores da CNI, o que significa demanda de nova produção e investimento para este último trimestre do ano, especialmente para o começo do ano que vem.

Em segundo lugar, a queda na inflação significa aumento do salário real e da massa de salário, especialmente a deflação do índice da cesta básica, durante cinco meses, o que significa o aumento de poder de compra e, portanto, um fortalecimento da demanda interna que ajuda no crescimento.

Em relação à taxa de juros, nós assumimos, que era de 27,5%, está caindo em torno de 18%, com perspectiva de continuidade da queda ao longo desse segundo semestre do ano que vem – porque a inflação hoje, de 5,3%, é a terceira menor inflação do pós-guerra, a terceira menor inflação nos últimos 55 anos. Por isso os indicadores são bastante seguros no sentido de um crescimento consistente e sustentável do Brasil. Além disso, o esforço de superávit primário que o País teve nesses dez primeiros meses chegou a 6% do PIB, muito acima da meta e do compromisso do Governo e da necessidade de administração da dívida pública. E, agora, nós temos a possibilidade de aumentar a capacidade de gastos em investimento público neste final de ano. Já está acontecendo. Isso vai ajudar também a fortalecer a demanda interna e estimular o crescimento econômico. Por isso, para quem analisar com um pouco mais de profundidade a economia brasileira, vai verificar que as perspectivas para este final de ano e começo do ano que vem são bastante promissoras.

Acho que a vinda do Ministro Palocci à Comissão de Assuntos Econômicos no próximo dia 22 – porque, infelizmente, terça-feira que vem é feriado e é o dia de reunião da Comissão, que está acordada com o Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, que ajudou a construir como sempre uma boa solução política para o Senado – vai permitir aprofundar esse debate. O Ministro, que deu uma grande contribuição ao País porque dobrou o volume de exportações do País em dois anos e meio, gerou superávit de US\$42 bilhões nos últimos doze meses, melhorou as reservas cambiais do País, trouxe a inflação de 17,5% para 5,3%, retomou o crescimento econômico, gerou 3,6 milhões de empregos

com carteira de trabalho assinada contra apenas 750 mil dos oito anos anteriores, ele, o Ministro, tem interesse em debater economia e, evidentemente, vai responder sobre todas as outras matérias de interesse dos Senadores. Porque é assim que se faz a democracia e ele sempre esteve à disposição do Congresso e da imprensa para esclarecer todo e qualquer assunto relevante.

Por último, eu queria dizer ao Senador José Agripino que, em relação às CPIs, elas devem concluir os seus trabalhos. Mas acho melhor não partidarizarmos o tema dessa forma. Deveríamos sentar com os membros das CPIs, com Presidentes, Relatores, e verificar se de fato há necessidade, agora, de definirmos a prorrogação dos trabalhos, se não há como concluí-los até o dia 15 de dezembro. É evidente que, se for inevitável, devemos reconsiderar e construir uma solução. Mas deveríamos trabalhar para tentar concluir os trabalhos.

São seis meses de investigação. E por quê? Porque a Câmara não votou a reforma tributária, não votou a reforma política eleitoral – vamos fazer eleições com as mesmas regras que ajudaram a construir a crise que aí está –, não concluiu a reforma previdenciária, não concluiu a reforma do Judiciário, não aprovou o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que recupera o salário de base da educação brasileira, política estratégica mais importante do País. Todos os Senadores desta Casa assinaram um pacto em defesa da educação, sendo o Fundeb uma das metas importantes para a construção de uma política educacional. Então, com a sobrecarga de trabalho que estamos tendo e com todo o processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, temos de ter uma agenda.

Termino o meu pronunciamento, dizendo que a idéia da integração das receitas fiscais e previdenciárias simplifica a vida do contribuinte, racionaliza e aumenta a eficiência. A Câmara demorou noventa dias para votar a matéria, mas nós temos apenas um prazo até o dia 18 deste mês, ou seja, até a próxima semana, para aprovar uma matéria complexa como essa. Por isso, temos de amadurecer a questão.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – PA) – Senador Aloizio Mercadante, conclua o seu pronunciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Concluirei, Sr. Presidente.

Deveríamos dialogar, como sempre fizemos, com racionalidade e com argumentos, para verificar se, de

fato, nós não podemos concluir os trabalhos de investigação para nos dedicar a uma agenda estratégica e indispensável ao País. Se houver de fato necessidade de adiamento, não porque temos um calendário eleitoral, não porque a CPI, às vezes, se transforma em um palanque atrativo para tentar fazer um debate político nem sempre o mais qualificado para o Brasil, mas porque realmente as investigações precisam ser concluídas, é evidente que podemos construir uma agenda. Mas a Oposição não procurou dialogar, não construiu argumentos, não sentou à mesa para buscar a construção de um caminho em relação à necessidade de prorrogação dos trabalhos da CPI. Como nós temos bastante tempo até o dia 15 – temos ainda mais de um mês pela frente –, teremos oportunidade de dialogar e de buscar uma solução de consenso. Como sempre fizemos com temas tão complexos, faríamos também com esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de até cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, eu me reporto neste momento a uma matéria que diz respeito à Lei nº 10.651, de cuja autoria participei, em 2003, sobre o uso e regulação da talidomida no Brasil.

Todos sabem que essa é uma droga usada pelas pessoas atingidas pela hanseníase, Senador Ramez Tebet, e em outras condições clínicas também, em outras doenças importantes, e que tem trazido tragédias ao mundo, pois pessoas muitas vezes nascem sem braço, sem perna e com comprometimento de outros órgãos. Então, trago aqui uma manifestação das entidades que atuam no Brasil e no mundo em relação a essa matéria.

No último dia 15 de setembro de 2005, no **Diário Oficial da União**, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) efetuou a Consulta Pública nº 63, de 2005, propondo a flexibilização de mecanismos relativos à talidomida que poderiam gerar a ampliação de seu uso e, conseqüentemente, o nascimento de mais vítimas, já que a droga provoca gravíssimas malformações físicas, principalmente de braços e pernas, mas, também, de outros órgãos do corpo humano, além de, evidentemente, problemas de ordem psicológica e social, dada a grande limitação imposta.

Nos trabalhos que deram origem à citada consulta, não tiveram assento a Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida, o Movi-

mento pela Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase e os setores e programas do Ministério da Saúde que utilizam a droga, bem como as entidades de trabalhadores da saúde. Essa falta de participação ampla, evidentemente, deu à proposta da Anvisa uma visão extremamente parcial, propensa à ampliação de uso da droga e de alguns procedimentos atuais, razão pela qual o Conselho Nacional de Saúde, já sensibilizado pelo problema, resolveu que se interrompa imediatamente o processo de Consulta Pública nº 63 da Anvisa e que seja reiniciado com a formulação de um novo grupo de trabalho com a ampliação de seus participantes, especialmente os citados acima, decisão que conta com a minha inteira aprovação e apoio.

Foi noticiado no Jornal Nacional da Rede Globo, de 8/11/2005, que um novo nascimento de vítima da Talidomida ocorreu em Rondônia, filho de hanseniano, com gravíssimas malformações de braços e pernas, o que demonstra a atualidade e gravidade desse problema. Também recebi em meu gabinete, nesta data, além de membros da Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida – ABPST, representantes de entidades internacionais que se demonstram extremamente preocupados com a questão, como é o caso da FfdN – Sociedade de Talidomida da Suécia, e SHIA, entidade congênere, ambas representando portadores da síndrome da Talidomida do mundo inteiro.

O último nascimento de vítima de que se tinha notícia era de 1998. Entretanto, com o caso de Rondônia, nascido em 2005, demonstrou-se a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle existentes, enrijecendo-os ainda mais para que nenhum novo caso surja e para que, aos poucos, sejam reduzidas as utilizações da droga até que se encontre o seu sucedâneo, observando-se que a Organização Mundial de Saúde entende ser impossível o controle da Talidomida.

Além da falta de legitimidade no processo consultivo, seguem outras observações e recomendações advindas dessas entidades, a saber:

- apesar da atual utilização da droga em programas oficiais relativos à hanseníase, AIDS, lupus, mieloma múltiplo e outros, acreditava-se no controle da droga no Brasil a partir da Portaria nº 354, de 15 de agosto de 1997;
- o Brasil já poderia ter evitado a segunda geração de vítimas da Talidomida, cerca de duzentos casos a partir de 1966, mas se omitiu de informar corretamente quando o mundo todo já o fazia ou mesmo proibía a utilização da droga;
- a mulher em idade fértil só em último caso deverá receber a droga e, mesmo assim, depois de fa-

zer exames que confirmem a ausência de gravidez;

- manifestam-se as entidades contrárias à exportação da Talidomida, visando evitar maiores interesses comerciais na produção da droga e deixando para que cada país produza a sua própria droga, já que o Brasil não consegue indenizar nem mesmo aqueles aqui nascidos;
- o governo deve continuar a ser responsável pelo pagamento das duas pensões, sendo a primeira por danos físicos e a segunda por danos morais, sabendo-se que, absurdamente, até hoje só são pagos benefícios mediante ações judiciais morosas, nas quais a comprovação do uso do medicamento é muito dificultada, principalmente devido ao baixo acesso às informações e escolaridade de grande parcela das vítimas da segunda geração, geralmente relacionadas à hanseníase e o conseqüente uso do medicamento pelas mães;
- especificamente na linha de produção da droga, não deverá haver mulher trabalhando, evitando-se o contato direto com a matéria-prima;
- a fabricação deverá continuar ser efetuada apenas por laboratórios oficiais, como a Funed e a Funarp, vetando-se a licença para qualquer outro fornecedor privado;
- caberá a responsabilização do médico e do governo pelo uso indevido da droga, até mesmo criminalmente e, no entanto, a consulta da Anvisa prioriza a responsabilização do paciente;
- além de programas de reabilitação, é necessário que o Brasil promova programas de prevenção de uso da Talidomida, ainda não efetuado mesmo diante de sua exigência pela Lei nº 10.651, de 16 de abril de 2003, de minha autoria;
- finalmente, lembrem essas entidades que o Brasil ainda é o país que possui a maior produção e utilização mundial da droga.

Sr. Presidente, há pessoas, vítimas de necessidades especiais que têm de fazer uso da droga, que precisam de mecanismos oficiais e corretos de informação.

Ao concluir, presto uma homenagem àqueles que contribuíram para a elaboração deste documento: os representantes brasileiros e internacionais de instituições que se opõem ao uso indiscriminado da droga, que coloca em risco a vida de pessoas. Cito os nominalmente: a presidente da entidade brasileira, Cláudia Marques Maximino; o seu vice-presidente, Flávio Augusto Werner Scavasin; e os representantes da Associação Sueca das Vítimas da Talidomida, Maria

Persson, Michael Nilson, Pierre Andrén, Peter Stahl e Margareta Nyberg.

Era o que eu tinha a dizer.

Peço que seja publicada na íntegra a manifestação que fiz hoje.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUE NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR TIÃO VIANA.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história do Partido Comunista do Brasil é uma verdadeira saga que se destaca na história política do Brasil. Única das siglas partidárias existentes hoje que já ultrapassou oito décadas de existência. Criado em março de 1922 e reorganizado em 1962, o partido esteve quase dois terços de sua existência vivendo na clandestinidade.

O partido esteve várias vezes quase que totalmente desestruturado em função da perseguição política promovidas pelos regimes de exceção que governaram o país por mais de quarenta anos do século passado. Vários de seus dirigentes foram mortos pela ação policial. Como exemplo mais recente a invasão do Comitê Central do Partido, em 1976, em São Paulo, que resultou na morte de vários de seus dirigentes.

Em 1945 com a queda da ditadura Vargas os presos políticos foram anistiados e o Partido Comunista do Brasil conseguiu o reconhecimento da sua legitimidade e a sua legalização. Para as eleições que se seguiram, em 1946, o PC do B elegeu um senador e quatorze deputados constituintes. A legalização teve, porém, vida curta. Já no ano seguinte o governo cassou não só o registro do partido mas todos os mandatos de todos parlamentares eleitos nas diversas casas legislativas. O partido voltou à clandestinidade.

Merece destaque, Senhores Senadores, que em qualquer análise que se faça sobre a história do Partido Comunista do Brasil – PC do B – a sua luta permanente foi principalmente pelo direito inalienável da livre manifestação do pensamento e da liberdade de consciência. Essa foi a única razão da necessidade de que o poder constituído sempre teve para cassar o registro do partido, colocando-o na ilegalidade. A necessidade política de tolher a liberdade de organização, a possibilidade e oportunidade de manifestação e de divulgação, pelo partido e pelos seus filiados, de forma livre e autônoma, dos seus princípios e os seus propósitos. Impediram a realização de reuniões e a de associação pacífica.

Destaco ainda, Sr. Presidente, que aqueles brasileiros, filiados ao Partido Comunista, que sofreram a perseguição dos governos opressores, e digo opressores porque eles – os governos – utilizaram-se da força do poder constituído para eliminar direitos de cidadania mundialmente reconhecidos, sofreram a opressão maior de terem, naqueles períodos de clandestinidade, cassados os seus direitos políticos de cidadania.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estes impedimentos, a negação oficial da existência do Partido Comunista do Brasil, é negação inequívoca de direitos reconhecidos pela Convenção Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Negaram ao partido e aos seus filiados o direito de opinião, o direito de expressão, o direito de reunião. Impediram todos eles de ter opiniões diferentes daquelas do governo constituído, Tolheram-lhes a liberdade de procurar, receber, transmitir informações e idéias. Eliminaram o direito de participação no governo de país, quer a participação direta, quer pela possibilidade de ter seus representantes livremente escolhidos.

Nesta luta pela construção do Partido Comunista do Brasil eu não poderia deixar de homenagear a figura de João Amazonas. João Amazonas de Souza Pedroso, paraense de Belém, nascido em 1912, dez anos antes da criação do partido. Partido ao qual se filiou em 1935. A partir da sua filiação até a sua morte em 27 de maio deste ano, João Amazonas viveu cada momento da história do seu partido. Não há, senhoras senadoras e senhores senadores, necessidade aqui de citar cada um dos fatos que marcaram a história de João Amazonas. Quero apenas lembrar um dos seus últimos pedidos como forma de, até mesmo, mostrar como era forte a ligação que ele devotou ao partido e a seus companheiros. Manifestou em vida a vontade de que suas cinzas fossem lançadas na região do Araguaia. Foi no Araguaia que companheiros seus tombaram durante a guerrilha contra a ditadura militar. Amazonas sobreviveu à guerrilha mas o simbolismo das cinzas lançadas onde tombaram tantos de seus companheiros de sonhos e lutas mostra, pelo menos a mim, a vontade de se reunir novamente com os velhos companheiros.

Saúdo ainda, Sr. Presidente, na oportunidade da realização do Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil que se realiza neste final de semana em Brasília, o presidente Dr. Renato Rabelo. Membro do Comitê Central do PC do B, do Secretariado Nacional e da Comissão Política Nacional Renato Rabelo, jornalista e médico, foi eleito Vice-Presidente.

te em 1985. Rabelo foi eleito presidente nacional do partido por unanimidade em 2001 quando da realização do 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil.

Na figura do seu Presidente nacional e na de João Amazonas homenageio todos os filiados do Partido Comunista do Brasil.

Não poderia ainda me furtar de relembrar, nesta homenagem, a parceria, que já se torna histórica, entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil. Temos trabalhado juntos nas campanhas eleitorais, em nível nacional, desde a primeira campanha eleitoral do Presidente Lula à Presidência da República. Nossa união de propósitos nasceu certamente da luta pela normalização democrática do Brasil, da campanha por eleições diretas, das movimentações políticas pelo **impeachment** do presidente Collor.

Finalmente, Sr. Presidente, quero homenagear os companheiros acreanos, militantes do Partido Comunista do Brasil. O Partido Comunista do Brasil foi fundado no Acre pela militância aguerrida, ainda na clandestinidade, de Maria Rita Batista, de Manoel Pacífico da Costa e de Pascoal Torres Muniz. A eles, logo nos primeiros momentos, aliaram-se Marcos Afonso Pontes de Sousa, Waldomiro Andrade dos Santos, Olindina Silva, Raimunda Chaves, Airton Rocha, Natal Chaves, Sônia Chaves e Francisca Bezerra – a conhecida *Quinha*. Pouco tempo depois ocorreu a filiação dos companheiros Moisés Diniz, deputado estadual; Edvaldo Magalhães, o atual líder do governo na Assembleia Legislativa e Perpétua Almeida, deputada federal da bancada do Acre.

Saúdo também todos os militantes acreanos do PC do B nas pessoas dos dirigentes atuais do partido no Acre: Ariane Cadaxo; Edvaldo Magalhães; de Eduardo Farias – vice-prefeito de Rio Branco; José Gadelha das Chagas – vice-prefeito de Porto Valter; Márcio Batista – vereador de Rio Branco; Moisés Diniz; Pascoal Kalil e Perpétua Almeida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, fui informado de que às 19 horas teremos reunião do Congresso. Então, pergunto a V. Ex^a se teremos

Ordem do Dia. Sendo positiva a resposta, a que horas terá início.

O SR. PRESIDENTE (João Aberto Souza. PMDB – MA.) – Senador Osmar Dias, estou aguardando o Presidente Renan, que virá presidir a sessão.

A sessão do Congresso será após o encerramento da sessão da Câmara.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É por isso mesmo que pergunto. Se a sessão do Congresso vai começar quando se encerrar esta, se não começarmos a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (João Aberto Souza. PMDB – MA.) – Não, quando encerrar a da Câmara dos Deputados.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas nós vamos começar a Ordem do Dia aqui a que horas?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos começar a Ordem do Dia logo após a palavra do Senador Antonio Carlos Valadares e a da Senadora Heloísa Helena, aos quais eu havia prometido conceder a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, aquilo que ficou acertado – que a Ordem do Dia começaria todos os dias às 16 horas – não vale mais?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, -nós prorrogamos esta fase da sessão, e é nessa prorrogação que estamos atendendo os Srs. Senadores, dando oportunidade para que falem. Em seguida, nós teremos a Ordem do Dia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas é que sempre se procedeu da seguinte forma: a Ordem do Dia começa no horário certo e, após o seu encerramento, dá-se oportunidade para quem quiser falar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente, eu, inclusive, darei a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Ney Suassuna, mas os próprios Senadores acharam que deveríamos aguardar o Senador Renan para que ele presidisse a sessão durante a Ordem do Dia. Nós o estamos aguardando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, não começamos a sessão porque estamos aguardando o Presidente Renan Calheiros?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, mas se ele não chegar, logo após a palavra dos dois Senadores que anunciei, eu mesmo vou comandar a sessão na Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do Bloco/PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Defensoria Pública da União, como é do conhecimento de V. Ex^{as}, vem deflagrando uma campanha em âmbito nacional visando a sua efetiva implantação em todo o território nacional.

O pleito dos defensores públicos, Sr. Presidente, não poderia ser mais oportuno nem mais conveniente do ponto de vista da justiça social. É de se destacar, liminarmente, que os defensores públicos, envolvidos que estão no cumprimento dos seus deveres, não se conformam com suas limitações, uma vez que a instituição, enquanto não estiver devidamente estruturada em todo o nosso território, jamais poderá atender a contento os milhões de brasileiros carentes da assistência judiciária preceituada em nossa Carta Magna.

Ainda que tenha numerosos outros argumentos jurídicos e filosóficos em favor de sua postulação, a Defensoria Pública da União concentra-se na necessidade de dar cumprimento aos mandamentos constitucionais, citando expressamente o art. 134 da Lei Maior, segundo o qual a instituição é “essencial à função jurisdicional do Estado”.

A defensoria alega que, desde 1988, até a presente data, apenas setenta cargos de Defensor Público da União de Segunda Categoria foram criados. A esses, somam-se 42 cargos de advogado de ofício transformados em cargos de Defensor. O quadro da Defensoria Pública da União, portanto, compreende apenas 112 cargos de Defensor, dos quais 96 se encontram providos atualmente.

“A quantidade é absolutamente insuficiente à atuação da instituição na Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar Federal” – verberam os Defensores – “sobretudo quando se constata que 91 milhões de brasileiros têm renda de até dois salários-mínimos”.

Aliás, Sr. Presidente, os dados do próprio Ministério da Justiça evidenciam a necessidade de se implantar, efetiva e definitivamente, a Defensoria Pública da União. Os levantamentos daquela Pasta indicam que foram atendidas cerca de 106 mil pessoas no primeiro semestre deste ano, contra 67 mil do mesmo período do ano passado. Até o final deste ano, prevê-se que mais de 200 mil brasileiros serão atendidos nos 24 núcleos instalados nas principais cidades do País.

Diante desses números, os defensores indagam quantos outros brasileiros não teriam sido assistidos se a instituição tivesse sido implantada definitivamente e estivesse em pleno funcionamento.

Em recente artigo, a Defensora Pública Amélia Soares da Rocha, lembrando que o acesso à Justiça transcende o acesso ao Judiciário, denuncia que a instituição ainda não recebeu do Estado meios para sua efetiva existência.

Sr. Presidente, a igualdade não apenas nos direitos, mas das condições de acesso à Justiça, é uma das mais antigas aspirações da humanidade. Os registros históricos demonstram que já entre os babilônios existia essa preocupação, documentada no famoso Código de Hamurábi. Esse cuidado, desde então, percorreu os mais diversos arcaibouços jurídicos, marcando presença na Grécia antiga, no Direito Romano e nas doutrinas de diferentes povos. Analisando essa trajetória, o Defensor Público Alexandre Lobão Rocha cita, entre os marcos mais relevantes, a edição da Carta Magna, na Inglaterra feudal, “como linha divisória na história dos direitos e garantias individuais e, portanto, do acesso à Justiça”.

No Brasil, há referências à assistência judiciária que remontam às Ordenações do Reino.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já finalizo, Sr. Presidente.

Cumprir observar que a Carta em vigor deu à assistência judiciária gratuita um novo *status* dentro da perspectiva de caber ao Estado o papel condutor da cidadania.

Concluindo, Sr. Presidente, a causa dos defensores públicos da União é justa e requer providências urgentes de nossas autoridades, além do nosso apoio veemente. Ao endossar o pleito da instituição, da Defensoria Pública da União, quero lembrar que a Defensoria, sendo um instrumento de promoção da igualdade entre os cidadãos, é também uma importante alavanca de transformação social e de aprimoramento da justiça brasileira.

Sr. Presidente, peço à V. Ex^a que determine à Taquigrafia a inserção nos Anais da Casa do texto integral deste discurso que faço em favor da Defensoria Pública da União.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Defensoria Pública da União, como é do conhecimento de Vossas Excelências, vem deflagrando uma campanha de âmbito nacional visando a sua efetiva implantação em todo o território nacional, de forma a tornar realidade, o quanto antes, o preceito constitucional de universalização do acesso à Justiça. Nesse sentido, encaminha-nos ofício, assinado pelo Defensor Público-Geral, Eduardo Flores Vieira, na expectativa de que nos encampemos nessa luta, juntamente com outros segmentos de relevância da vida nacional.

O pleito dos defensores públicos, Senhor Presidente, não poderia ser mais oportuno nem mais conveniente, do ponto de vista da justiça social. É de se destacar, liminarmente, que os defensores públicos, envolvidos que estão no cumprimento dos seus deveres, não se conformam com suas limitações, uma vez que a instituição, enquanto não estiver devidamente estruturada em todo o nosso território, jamais poderá atender a contento os milhões de brasileiros carentes da assistência judiciária preceituada em nossa Cada Magna.

Ainda que tenha numerosos outros argumentos jurídicos e filosóficos em favor de sua postulação, a Defensoria Pública da União concentra-se na necessidade de dar cumprimento aos mandamentos constitucionais, citando expressamente o art. 134 da Lei Maior, segundo o qual a instituição é “essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”.

A Defensoria alega que, desde 1988 até a presente data, apenas 70 cargos de Defensor Público da União de Segunda Categoria foram criados. A esses, somam-se 42 cargos de advogado de ofício transformados em cargos de Defensor. O quadro da Defensoria Pública da União, portanto, compreende apenas 112 cargos de defensor, dos quais 96 se encontram providos atualmente.

“A quantidade é absolutamente insuficiente à atuação da instituição na Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar Federal – verberam os defensores -, sobretudo quando se constata que 91 milhões de brasileiros têm renda de até dois salários mínimos”.

Aliás, Senhor Presidente, os dados do próprio Ministério da Justiça evidenciam a necessidade de se implementar efetiva e definitivamente a Defen-

soria Pública da União. Os levantamentos daquela Pasta indicam que foram atendidas cerca de 106 mil pessoas no primeiro semestre deste ano, contra 67 mil do mesmo período do ano passado. Até o final do ano, prevê-se que mais de 200 mil brasileiros serão atendidos nos 24 núcleos instalados nas principais cidades do País, aumentando em aproximadamente 25% o total de assistências prestadas em 2004. Os principais atendimentos dos Defensores Públicos e estagiários, segundo informa o *site* do Ministério da Justiça, se relacionam com as questões previdenciárias e criminais.

Diante desses números, os defensores indagam quantos outros brasileiros não teriam sido assistidos se a instituição tivesse sido implantada definitivamente e estivesse em pleno funcionamento.

Em recente artigo, a Defensora Pública Amélia Soares da Rocha, lembrando que o acesso à Justiça transcende o acesso ao Judiciário, denuncia que a instituição ainda não recebeu do Estado meios para sua efetiva existência. “Nas comunidades que já contam com o trabalho de um Defensor Público – argumenta – os resultados são significativos, alcançando-se a igualdade material no trato dos direitos. Percebe-se, todavia, que, pelo seu papel transformador – inclusive do próprio Poder Judiciário, democratizando-o, são muitas as resistências, veladas ou expressas, à efetivação da Defensoria Pública. Verifica-se, assim – conclui a autora –, que a mais nova das instituições jurídicas constitui um importante caminho para o enfrentamento da pobreza no Brasil”.

Senhoras e Senhores Senadores, a igualdade, não apenas dos direitos, mas das condições de acesso à Justiça, é uma das mais antigas aspirações da humanidade. Os registros históricos demonstram que já entre os babilônios existia essa preocupação, documentada no famoso Código de Hamurábi. Esse cuidado, desde então, percorreu os mais diversos arcaibouços jurídicos, marcando presença na Grécia antiga, no Direito Romano e nas doutrinas de diferentes povos. Analisando essa trajetória, o Defensor Público Alexandre Lobão Rocha cita, entre os marcos mais relevantes, a edição da Carta Magna, na Inglaterra feudal, “como linha divisória na história dos direitos e garantias individuais e, portanto, do acesso à Justiça”.

Também seriam marcantes, nessa trajetória, a Declaração de Direitos de Virgínia, de 1776; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, reconhecida pela Assembléia Constituinte da França

em 1789; e a Carta de Direitos, de 1791, que alterou substancialmente a Constituição americana de 1787, ao explicitar o direito à assistência judiciária. “Em 22 de janeiro de 1851, foi publicado na França o primeiro Código de Assistência Judiciária – Lembra Alexandre Rocha –, que oficializou essa denominação ao serviço de assistência jurídica ao cidadão”.

No Brasil, há referências à assistência judiciária que remontam às Ordenações do Reino, mas somente em 1890, com o Decreto nº 1.030, outorgado pelo Governo Provisório da República, seria instituída oficialmente a assistência judiciária gratuita. Esse instituto se fortaleceria também com o advento do Código Civil e com as Constituições de 1934, de 1946, de 1969 (na verdade, Emenda Constitucional nº 1) e de 1988.

Cumpra observar que a Carta em vigor deu à assistência judiciária gratuita um novo *status*, dentro da perspectiva de caber ao Estado o papel de indutor da cidadania, conforme estabelece o art. 134, já mencionado. Cinco anos depois, em 12 de janeiro de 1994, seria sancionada a Lei Complementar nº 80, organizando a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e prescrevendo sua organização nos Estados.

Como vimos, a assistência judiciária gratuita para os necessitados, em nosso País, dispõe dos instrumentos jurídicos necessários para tornar-se uma realidade, faltando apenas determinação e vontade política para que os brasileiros pobres de todos os quadrantes possam ser efetivamente beneficiados.

Em documento anexado ao ofício que nos foi dirigido, a Defensoria Pública da União contrapõe o fato de que, diversamente do que ocorre com a instituição, a Justiça Federal está em acelerado processo de interiorização; e que para sua defesa, o Estado dispõe, no âmbito federal, de mais de cinco mil cargos, entre Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores do Banco Central e Advogados da União. Sem prejuízo dessas categorias, que, indubitavelmente, prestam relevantes serviços à Nação, não se compreende que os milhões de brasileiros pobres tenham à sua disposição apenas uma centena de profissionais. Até mesmo a criação de 169 cargos de Defensor Público da União, que serviria para minorar as graves dificuldades de acesso à Justiça, encontra-se em compasso de espera, dado que o Processo nº 08027001098, do Ministério da Fazenda, encontra-se em tramitação desde 2001.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a causa dos Defensores Públicos da União é justa e requer providências urgentes de nossas auto-

ridades, além do nosso apoio veemente. Ao endossar o pleito da instituição, quero lembrar que a Defensoria, sendo um instrumento de promoção da igualdade entre os cidadãos, é também uma importante alavanca de transformação social e de aprimoramento da Justiça brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, por cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente, após a Ordem do Dia, acaso tempo reste, vou usar da palavra novamente para tratar da irresponsabilidade do Governo em relação à execução orçamentária. Já tive oportunidade de tratar da área de educação, da área de saúde. Hoje, a Senadora Patrícia Saboya Gomes também tratou das questões relacionadas à criança e ao adolescente. Ontem, iniciei a questão da segurança pública, e hoje, mais uma vez, vou tratar disso até o tempo possível. Depois, após a Ordem do Dia, volto por uma concessão generosa do Senador Tasso Jereissati, que me possibilitou falar no lugar dele.

Tenho tido a oportunidade aqui de várias vezes repetir o quanto é difícil para a grande maioria do povo brasileiro respeitar o mundo da política. Primeiro, porque o mundo da política é quase que o espaço apropriado para o cinismo, a dissimulação, a demagogia e a vigarice. Então, é um espaço bem apropriado para aqueles que querem roubar, enriquecer impunemente e patrocinar as diversas formas de cinismo e dissimulação.

Quem é sério, quem quer trabalhar, independente das convicções ideológicas que representa, fica, realmente, quase que todos os dias à beira de um infarto. Além do mais, ainda há essas coisas, esses rituais, esse templo que é o Congresso Nacional, esse patrimônio arquitetônico – obra do grande revolucionário Oscar Niemeyer – se transforma num templo dos rituais cínicos, esnobes e mentirosos, onde os parlamentares, em vez de cumprirem suas obrigações constitucionais, predispõem-se a serem transformados em mercadorias parlamentares a serviço do Palácio do Planalto.

E quando analisamos aquilo que é obrigação do Congresso Nacional, qual seja, fiscalizar os atos do Executivo, fiscalizar, ao menos, a execução orçamentária, é de um cinismo impressionante.

É claro que é impressionante, alarmante que o Governo Federal, aprofundando o projeto do Governo Fernando Henrique, piorando-o, dá-se à desfaçatez de jogar na lama da especulação, na pocilga dos banqueiros, 160 bilhões para juros e serviços da dívida, 80 bilhões para o superávit. E quando vamos analisar a execução orçamentária, aí que é, no mínimo, macabro.

Também tenho tido a oportunidade – até porque o P-SOL está trabalhando uma alternativa concreta para o Brasil – de ler o que foi apresentado como proposta para a eleição presidencial. Estou aqui com aquilo que ajudei a construir, para tristeza minha, dirigido pelo então Prefeito de Santo André, Celso Daniel, o que é mais grave ainda, porque, além de identificar a demagogia e a mentira do que hoje está sendo viabilizado, que constitui um abismo do que foi proposto em 2006, é ainda mais triste porque foi coordenado por uma pessoa por quem tínhamos toda consideração, estima e admiração: o então Prefeito de Santo André, Celso Daniel.

No projeto de segurança pública para o Brasil, há propostas extremamente interessantes que vão desde a estruturação do chamado Susp, que, tal e qual o SUS, é a estruturação, a espinha dorsal do Sistema Único de Segurança Pública para o Brasil. Para evitar que a flexibilização ou até a irresponsabilidade administrativa dos Estados e Municípios tracem linhas diferentes, assumiu-se o compromisso de criar esse Sistema Único da Segurança Pública a fim de dar as linhas essenciais para a segurança pública estadual e a segurança pública municipal. Mas o Governo, irresponsável, incompetente, cínico e acovardado, não é capaz sequer de cumprir o orçamento da segurança pública.

Depois da Ordem do Dia, porque sei que já estou com o meu tempo encerrando, voltarei para as propostas que foram apresentadas pelo então candidato Lula, no âmbito municipal, para a área de segurança pública, as quais são extremamente interessantes.

E encerrando, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar o misto de corrupção, incompetência técnica e irresponsabilidade administrativa, cinismo e insensibilidade o que o Governo tem deixado de fazer. Inclusive, tem deixado de cumprir o que foi aprovado na proposta orçamentária para a área de segurança pública, especialmente com relação ao que eu vou tratar daqui a pouco em relação à juventude excluída.

Chega a ser cínico diante do que apresentamos como propostas concretas para que o âmbito municipal pudesse desenvolver, especialmente para a juventude

excluída, e do que está aqui em execução orçamentária, volto a repetir, para o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Estavam previstos R\$16,917 milhões, o que já é insignificante se considerarmos a extensão do Brasil e o que se dá para juros e serviços da dívida. Eles liberaram R\$46 mil. Para o apoio à implantação de projetos de prevenção da violência estavam propostos R\$54 milhões – o que já seria insignificante para um País de dimensões continentais como o Brasil – e eles liberaram zero, nenhum centavo, porque conta com essa concepção ridícula e domesticada de o Congresso Nacional não fazer nada. Os Parlamentares se submetem à condição vergonhosa de mercadorias parlamentares e sequer cumprem com a sua obrigação constitucional, que é fiscalizar os atos do Executivo.

É por isso que o povo odeia político e tem vontade de fechar o Congresso Nacional, porque um Congresso Nacional que não fiscaliza ao menos a execução orçamentária realmente não tem como ser respeitado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere a minha inscrição, depois da Ordem do Dia, pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar; em segundo lugar, o Senador Ney Suassuna; em terceiro lugar, o Senador Magno Malta; e, em quarto, a Senadora Heloisa Helena.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.271, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 44, de 2004, advindo da MSF nº 180, de 2004, que “autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil”.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2004 (MSF Nº 180, DE 2004)
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 03/11/05. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, § 2º do Regimento Interno.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Para uma questão de ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou informado de que foi apresentado requerimento de urgência quando da apresentação dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos. Tendo chegado aqui nessa condição e sido anunciada para ser votada após a Ordem do Dia, indago de V. Exª se é possível incluí-la na sessão de hoje para ser votada, uma vez que não há impedimentos e parece ser a unânime vontade do Senado da República. Se o Senado não se pronunciar até o dia 18 – e na próxima terça-feira será feriado –, a matéria ficará prejudicada. Faço um apelo a V. Exª para que seja votada hoje.

O Líder Arthur Virgílio está com um abaixo-assinado de encaminhamento a ser feito à Mesa. Assim que S. Exª chegar ao plenário, encaminhará o documento à Mesa.

Sr. Presidente, rogo a V. Exª para que, como já ocorreu em outras oportunidades, vote favoravelmente à inclusão do projeto na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Antero Paes de Barros, o requerimento será votado após a Ordem do Dia e, para incluí-lo nesta sessão, seria necessário o acordo unânime dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

São lidos os seguintes.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2005

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969; estabelece o medicamento genérico de uso veterinário; dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-Lei, adotam-se os seguintes conceitos e disposições:

I – Produto de Uso Veterinário é: toda substância química, biológica, bio-tecnológica ou preparação manufaturada cuja administração seja aplicada de forma individual ou coletiva, direta ou misturada com os alimentos, destinada à prevenção, ao diagnóstico, a cura ou ao tratamento das doenças dos animais, incluindo aditivos, suprimentos, promotores, melhoradores da produção animal, medicamentos, vacinas, anti-sépticos, desinfetantes ou uso ambiental ou equipamentos, pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu **habitat**, protejam, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas, bem assim os produtos destinados ao embelezamento dos animais;

II – Medicamento de Referência de Uso Veterinário: produto inovador registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto a esse órgão, por ocasião do registro;

III – Medicamento Similar de Uso Veterinário: aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do Produto de Referência de Uso Veterinário Registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca;

IV – Medicamento Genérico de Uso Veterinário: produto similar a um Produto de Referência de Uso Veterinário, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI;

V – Denominação Comum Brasileira (DCB): denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo aprovada pelo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VI – Denominação Comum Internacional (DCI) – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendada pela Organização Mundial de Saúde;

VII – Bioequivalência: consiste na demonstração de equivalência farmacêutica entre produtos apresentados sob a mesma forma farmacêutica, contendo idêntica composição qualitativa e quantitativa de princípio(s) ativo(s), e que tenham comparável biodisponibilidade, quando estudados sob um mesmo desenho experimental.

VIII – Biodisponibilidade: indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina.”

“Art. 3º.....

§ 5º Os produtos de uso veterinário que ostentam nome comercial ou marca ostentam também, obrigatoriamente, com o mesmo destaque e na forma legível nas embalagens, nos rótulos, nas bulas, nos impressos, nos prospectos e nos materiais promocionais, a denominação comum brasileira – DCB, ou, na sua falta, a denominação comum internacional – DCI, em letras e caracteres cujo tamanho não será inferior a duas vezes do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca (NR).”

“Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectivo regulamento ficam sujeitas as penas de advertência ou multa, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. O valor da multa a que se refere o **caput** poderá variar entre 150 (cento e cinquenta) e 1.000.000 (um milhão) de Unidades Fiscais de Referência – UFIR e será dobrado em caso de reincidência.”

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento regulamentará, no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei:

I – Os critérios e condições para o registro e controle de qualidade dos produtos genéricos de uso veterinários.

II – Os critérios para a atenção da equivalência terapêutica, mediante as provas de bioequivalência de

produtos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade.

III – os critérios para as provas de biodisponibilidade de produtos genéricos de uso veterinário.

IV – Os critérios para a dispensação de produtos genéricos nos serviços de medicina veterinária governamentais e privados, respeitada a decisão expressada não-intercambialidade do profissional prescritor.

Art. 3º As aquisições de produtos de uso veterinário, sob qualquer modalidade de compra pelo Poder Público, e as prescrições de medicina veterinária, no âmbito da União, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 1º O órgão federal responsável pela sanidade agropecuária editará, periodicamente, a relação dos produtos registrados no País, segundo a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, segundo a Denominação Comum Internacional – DCI, seguindo-se os nomes comerciais e as correspondentes empresas fabricantes.

§ 2º Nas aquisições a que se refere o **caput**, o produto genérico de uso veterinário, quando houver, terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preços.

Art. 4º É o Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, autorizado a adotar medidas especiais relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de produtos genéricos de uso veterinário, com a finalidade de estimular sua adoção e uso no País.

Parágrafo único O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação, divulgação, informação e educação sobre os produtos genéricos de uso veterinário.

Art. 5º Os laboratórios que produzem e comercializam produtos de uso veterinário terão o prazo de doze meses para procederem às alterações e adaptações necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 1999, com a Lei nº 9.787, foi instituído no Brasil o conceito de medicamentos genéricos para uso humano, e autorizada a sua fabricação e comercialização. Essa iniciativa vem-se consolidando no mercado brasileiro e, sem dúvida, representou um grande benefício para os consumidores, que passaram a ter acesso a medicamentos comercializados

com o mesmo princípio ativo do remédio convencional, mas que passaram a ser oferecidos a preço bem mais baixo.

O presente Projeto de Lei visa a instituir o conceito de “Medicamentos Genéricos de Uso Veterinário” e a estabelecer a caracterização básica desses produtos e medicamentos, as providências a serem adotadas pelos órgãos do Poder Público responsáveis pelo registro e pela fiscalização desses medicamentos e produtos a fim de liberá-los para fabricação e comercialização, a fim de implementar o seu uso no mercado nacional, bem como imputar multas aos que infringirem as determinações contidas nesta Lei.

Optamos por introduzir as alterações diretamente no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1999, por entender que, sendo ele a legislação específica que dispõe sobre os produtos de uso veterinário, estaremos apenas atualizando-o conforme lhe permitem as conquistas sociais que se tem concretizado ao longo do tempo junto ao Governo. Assim, propositadamente, não as enquadrámos na Lei 9.787, de 1999, a qual trata dos medicamentos de uso humano, por reconhecer que medicamentos para uso humano diferenciam e muito de medicamento para uso veterinário. Dessa forma, mantém também a coerência de o seu registro e a sua fiscalização continuarem vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, como ocorre com outros produtos utilizados na produção animal e vegetal.

A expectativa é de que esse Projeto de Lei contribua para aumentar a concorrência entre os fabricantes de medicamentos de uso veterinário, forçando a redução de seus preços no mercado, a exemplo do que ocorreu com os medicamentos genéricos de uso humano.

Com a redução dos custos dos medicamentos e produtos de uso veterinário, será reduzido também o custo da atividade pecuária. Assim, serão beneficiados os produtores rurais e, por via de consequência, os consumidores de produtos de origem animal, bem como todos aqueles que utilizarem esses medicamentos no cuidado dos seus animais domésticos.

Acreditamos que essa iniciativa contribuirá para diminuir as dificuldades atualmente enfrentadas pelos produtores rurais em decorrência dos elevados custos de produção e da redução da margem de lucro de suas explorações. Por outro lado, possibilitará ainda que os animais domésticos possam ter um cuidado mais acurado e com menor custo, o que ajudará a reduzir os riscos de eles contaminarem com doenças sérias as pessoas que com eles convivem.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
DECRETO-LEI Nº 467,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969.

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário, em todo o território nacional.

.....
Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito do presente decreto-lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

.....
Art. 3º Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem, e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura, para efeito de licenciamento.

§ 1º A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2º A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3º A licença para comercialização de produtos de uso veterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da exceção prevista no Art. 5º deste decreto-lei.

§ 4º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no Órgão Central competente, quando este não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente decreto-lei.

Art. 4º Os produtos definidos no Artigo 1º parágrafo único, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no País, dentro do prazo de 3 (três) anos, exceto quando devidamente comprovada a impossibilidade de sua fabricação no território nacional, através da Entidade de Classe da Indústria Veterinária.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo será contado, a partir da data da publicação deste decreto-lei, para os produtos já licenciados e da data do respectivo licenciamento, para aqueles que, nas mesmas condições, venham a ser comercializados.

Art. 5º (Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.899, de 21-12-1981).

Art. 6º As infrações ao presente decreto-lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior salário mínimo vigente no País, cobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução deste decreto-lei, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e recurso dentro de igual período, subsequente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2005

Altera o art. 636 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever o recolhimento de percentual de vinte por cento da multa devida na interposição de recursos contra decisões administrativas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 636 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,

de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 636.

§ 1º O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito prévio da quantia equivalente a vinte por cento do valor da multa aplicada.

§ 3º A notificação de que trata este artigo fixará igualmente o prazo de dez dias para que o infrator recolha o percentual devido da multa e interponha o recurso, sob pena de cobrança executiva do valor total devido.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os recursos contra multas administrativas, no âmbito do Direito do Trabalho, só são recebidos caso haja recolhimento do valor da multa aplicada, nos termos do art. 636 da CLT. Trata-se de uma norma polêmica que fere, em nosso entendimento, princípios constitucionais, inscritos no art. 5º da Carta Magna, que asseguram o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, (inciso LV), o direito de petição (inciso XXXIV) e o princípio da jurisdição única (inciso XXXV).

É esse também o entendimento majoritário da doutrina, posicionando-se diversos autores no sentido de que a exigência do recolhimento prévio das multas acaba impossibilitando a defesa, por parte do autuado. Retira-se do empregador a oportunidade de argumentar, brandir as suas razões e exercer amplamente a sua defesa, o que pode causar grave lesão ao patrimônio do fiscalizado. Registre-se, além disso, que frustração do direito à defesa é mais provável quando se trata de multas de valores vultuosos de difícil ou impossível aporte em prazo curto.

Hely Lopes Meirelles, renomado administrativista, insere-se entre aqueles que defendem a necessidade de normas justas e equilibradas para regular os recursos administrativos:

Os recursos administrativos são um corolário do Estado de Direito e uma prerrogativa de todo administrado ou servidor atingido por qualquer ato da Administração. Inconcebível é a decisão administrativa única e irrecorrível, porque isto contraria a índole democrática de todo julgamento que possa ferir direitos individuais, e, afronta o princípio constitucional da ampla defesa que pressupõe mais de um grau de jurisdição. Decisão única e irrecorrível

é a consagração do arbítrio, intolerado pelo nosso direito. (Meirelles, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991. pág. 568.)

Ora, a imposição de uma multa draconiana e a exigência de depósito prévio para que o recurso seja recebido, significa, em última instância, tornar a decisão inicial irrecurável. Sendo assim, consideramos válido o estabelecimento de um limite percentual de vinte por cento para o “depósito recursal” previsto no art. 636 da CLT.

A Jurisprudência de Tribunais Regionais Federais já admitiu, na análise de casos concretos, que o depósito prévio de multas não é compatível, com os dispositivos constitucionais supracitados. O Supremo Tribunal Federal, entretanto, tem mantido posição no sentido de que essa exigência não ofende a Constituição Federal. Nessa visão, o devido processo legal não impõe sequer o direito ao recurso administrativo, de modo que o condicionamento do exercício recursal ao prévio depósito não afeta essa garantia inscrita na Carta Magna.

Registre-se, finalmente, que a exigência do depósito prévio de multas administrativas pode inviabilizar a continuidade das atividades do empresário, gerando desemprego ou frustrando o pagamento dos direitos trabalhistas regulares. E isso não é uma possibilidade somente para os grandes empreendedores. Também pequenos e médios empregadores podem ficar insolventes, se tiverem de recolher parte de seu capital de giro aos cofres públicos, ainda que os valores envolvidos não sejam substanciais.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta proposta. Trata-se de estabelecer parâmetro justo para o percentual das multas, a ser recolhido na interposição de recursos. Diminui-se assim um encargo pesado que, em última instância, prejudica a geração de emprego e o desenvolvimento econômico.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEI Nº 5.452, DE 10 DE MAIO DE 1943

Regulamento

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 636 – Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar, encaminhá-los-á à autoridade de instância superior.

§ 1º O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa.

§ 2º A notificação somente será realizada por meio de edital, publicado no órgão oficial, quando o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 3º A notificação de que trata este artigo fixará igualmente o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator recolha o valor da multa, sob pena de cobrança executiva.

§ 4º As guias de depósito ou recolhimento serão emitidas em 3 (três) vias e o recolhimento da multa deverá proceder-se dentro de 5 (cinco) dias às repartições federais competentes, que escriturarão a receita a crédito do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 5º A segunda via da guia do recolhimento será devolvida pelo infrator à repartição que a emitiu, até o sexto dia depois de sua expedição, para a averbação no processo.

§ 6º A multa será reduzida de 50% (cinquenta por cento) se o infrator, renunciando ao recurso a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital. § 7º Para a expedição da guia, no caso do § 6º, deverá o infrator juntar a notificação com a prova da data do seu recebimento, ou a folha do órgão oficial que publicou o edital.

Nota:

Redação dada pelo Decreto-lei nº 229/67

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadana – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 495, DE 2005

Susta a aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 245 da Instrução Normativa do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Receita Previdenciária nº 3, de 14 de julho de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 245 da Instrução Normativa do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Receita Previdenciária nº 3, de 14 de julho de 2005.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 15 de julho de 2005.

Justificação

O art. 149 da Constitucional Federal, mais tarde alterado pela Emenda nº 33, de 11 de dezembro de 2001, assegura às exportações o direito à desoneração de sua carga tributária.

No caso do ICMS, cabe aos Estados a normatização operacional dessa desoneração, bem como, no caso dos Impostos e Contribuições Sociais, é à Receita Federal que cabe operacionalizar a desoneração e, por fim, a desoneração das Contribuições Previdenciárias (antigo Fundo Rural), cabe à Previdência Social normatizar, em obediência ao que está previsto nos dispositivos constitucionais.

Os Estados e a Receita Federal, por meio de seus atos normativos, definem com precisão os casos e as situações em que essa desoneração é aplicada.

Porém, a Previdência Social, por meio da Instrução Normativa nº 3, de 17 de julho de 2005, aditada pela Secretaria da Receita Previdenciária, veda taxativamente esse direito às exportações indiretas, que são aqueles casos em que elas são realizadas por empresas exportadoras, **trading** e cooperativas, considerando somente a desoneração para os casos em que a produção seja comercializada diretamente com o adquirente domiciliado no exterior.

Desse modo, a Previdência Social, de acordo com o que dispôs nos §§ 1º e 2º do art. 245 da Instrução Normativa do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Receita Previdenciária nº 3, de 14 de julho de 2005, não reconhece como imunes de taxas tributárias as receitas, de exportações que sejam efetuadas por empresas comerciais exportadoras, conforme está expresso nos dispositivos da citada Instrução, reproduzidos a seguir:

“Art. 245 Não incidem as contribuições sociais de que trata este Capítulo sobre as despesas decorrentes de exportações de produtos, cuja comercialização ocorra a partir de 12 de dezembro de 2001, por força do disposto no inciso I do § 2º do art. 149 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente quando a produção é comercializada diretamente com adquirente domiciliado no exterior.

§ 2º A receita decorrente da comercialização com empresa constituída e em funcionamento no País é considerada receita pro-

veniente do comércio interno e não de exportação, independente da destinação que esta dará ao produto.”

A instrução normativa anterior (IN MPS/SRP nº 100, 30 de março de 2004) previa apenas a não incidência das contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos. Até então, as agroindústrias e os produtores rurais recolhiam a contribuição previdenciária sobre a receita bruta da venda de sua produção, fosse ela no mercado interno, fosse ela exportada; no entanto, podiam excluir desse cálculo o faturamento obtido com as suas vendas para o exterior. Pelas novas regras, por força do disposto na Instrução Normativa nº 3, de 2005, apenas as transações feitas diretamente com empresas no exterior poderão desfrutar do benefício fiscal.

Dessa maneira, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 245 da Instrução Normativa do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Receita Previdenciária nº 3, de 14 de julho de 2005, afronta a Constituição Federal no que concerne à imunidade tributária para a exportação. O enunciado colide com o princípio da legalidade estabelecido pelo inciso II do art. 5º da Carta Magna e pelo inciso I do art. 150, os quais estabelecem que seja vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”.

Por essas razões, entendo que a Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério de Previdência Social, ao inserir os §§ 1º e 2º no art. 245 da Instrução Normativa nº 3, de 14 de julho de 2005, exorbitou o seu poder regulamentador extrapolando os limites da delegação a ela assegurada pelos instrumentos legais em vigor.

O presente Projeto de Decreto Legislativo visa a resguardar o dispositivo constitucional e a sustar, portanto, os efeitos do disposto nos §§ 1º e 2º da citada Instrução Normativa sob o amparo legal do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece ser da competência exclusiva do Congresso Nacional “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentador ou dos limites de delegação legislativa.” (inciso V)

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.
– Senador **Gilberto Goellner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos

arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

.....
Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 11-12-2001:

§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o **caput** deste artigo:

I – não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;

II – poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível;

III – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

.....
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP Nº 3,
DE 14 DE JULHO DE 2005 – **DOU** DE 15-7-2005
– ALTERADA

Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária – SRP e dá outras providências.

.....
SEÇÃO III
Exportação de Produtos

.....
“Art. 245. Não incidem as contribuições sociais de que trata este Capítulo sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos, cuja comercialização ocorra a partir de 12 de dezembro de 2001, por força do disposto no inciso I do § 2º do art. 149 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente quando a produção é comercializada diretamente com adquirente domiciliado no exterior.

§ 2º A receita decorrente de comercialização com empresa constituída e em funcionamento no País é considerada receita proveniente do comércio interno e não de exportação, independentemente da destinação que esta dará ao produto.”

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido será publica-

do e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.272, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro que seja transformada em Sessão Especial, a realizar-se no dia 29 de novembro do corrente ano, a Hora do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal, destinada a homenagear o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco.

Justificação

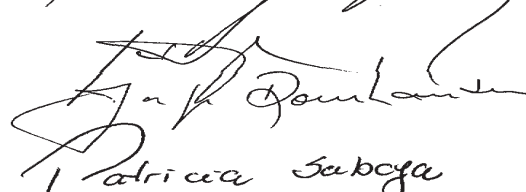
Trata-se de um dos maiores brasileiros de sua geração. Mineiro, filho de uma tradicional família de políticos, intelectuais e diplomatas, colaborou em jornais, exerceu a advocacia, foi professor universitário. Deputado Federal, pelo Estado de Minas Gerais, foi sucessivamente reeleito, exercendo uma grande influência na vida parlamentar brasileira. Autor do projeto de lei aprovado no Congresso, que se transformou na Lei Afonso Arinos, tomou a discriminação racial uma contravenção penal.

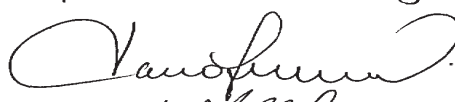
Foi membro da Academia Brasileira de Letras, Senador pelo Estado da Guanabara e pelo Rio de Janeiro, Ministro das Relações Exteriores, Chefe da Missão Diplomática Brasileira em vários organismos internacionais.

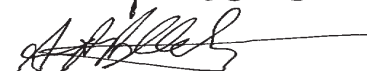
Notável orador foi um autêntico homem público. Pelo seu exemplo e por tantos motivos, o Senado Federal tem a obrigação de reverenciar a sua memória e homenagear a passagem do seu centenário de nascimento.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES


Patrícia Saboga


Vanderlei


A. B. L.


Vinícius

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência convoca sessão especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 23 do corrente, às 11 horas, destinada a comemorar a passagem do centenário do nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, nos termos do **Requerimento nº 1.177, de 2005**, do Senador Marco Maciel e de outros Senadores.

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que somente usarão da palavra, naquela oportunidade, o primeiro signatário do referido requerimento e os Líderes Partidários ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em data oportuna, foi lido o **Requerimento nº 1.151, de 2005**, do Senador Marco Maciel, solicitando a prorrogação por sessenta dias do prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão especial destinada a apresentar projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*.

Relator **ad hoc**: Senador Gilberto Marinho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude de término do prazo regimental da sessão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa, no prazo regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra em razão de dois fatos. Primeiro, V. Ex^a disse: “Senador Gilberto Marinho”.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Gilberto Mestrinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah! Já é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Desculpe-me.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em segundo lugar, V. Ex^a não acha que o plenário está vazio? V. Ex^a acredita que haja quórum?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, há 69 Senadores. Se V. Ex^a solicitar a verificação, seu pedido será aceito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Deixe-me fazer uma ponderação ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Ontem, fizemos um acordo de Líderes de votar os Embaixadores e a PEC nº 259, em consonância com a emenda que o PFL ofereceu. Decidimos também votar o Procurador e o Diretor do Cade, órgão que não pode funcionar por falta de quórum.

Em deferência ao Senador Antonio Carlos Magalhães, ontem suspendemos as votações para retomarmos hoje. Os nomes que estão sendo indicados são de profissionais, de pessoas que têm currículos universitários; são indicações de caráter técnico, o que é muito importante para uma instituição que regula a concorrência no País.

Hoje mesmo, o Senador José Jorge, Líder da Oposição, fez uma crítica, até certo ponto, procedente, no sentido de que as indicações das agências de regulação estão muito atrasadas – é o caso da ANP, da Aneel, do Cade – e que precisamos acelerar a solução desses problemas para que as agências cumpram com o seu papel de reguladoras eficientes. Mesmo porque não são órgãos do Governo, são órgãos do Estado brasileiro; eles têm um papel específico de mandato constitucional.

Então, eu ponderaria aos Senadores que não poderíamos aprovar esses dois nomes para o Cade e, igualmente, votarmos as PECs, porque uma PEC é de autoria do Senador Arthur Virgílio – e, ontem, havíamos feito um acordo de que votaríamos a PEC do Senador Arthur Virgílio; há outra da Senadora Fátima Cleide, que, ontem, no plenário, acordamos em votar; e a outra diz respeito, inclusive, aos Municípios que foram criados. São poucos e precisam de uma regu-

lamentação. É uma homenagem que este Senado presta ao grande Deputado Luís Eduardo Magalhães. Um dos Municípios tem o seu nome e precisa dessa regulamentação.

Portanto, são quatro emendas constitucionais em torno das quais há um amplo consenso nesta Casa. Não é matéria de Governo, nem de Oposição; não há divergência de mérito.

Então, eu ponderaria aos diversos Senadores sobre a necessidade de votarmos essas emendas constitucionais. Alguns Senadores já aguardam isso há bastante tempo. Elas são importantes para os Municípios, para o Estado de Rondônia, para o Estado do Amazonas; e votaríamos as duas indicações do Cade.

Se houver acordo para esse pleito, eu solicitaria, portanto, que encaminhassemos as votações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas quero dizer ao Senador Mercadante que tenho medo de não haver quórum e, conseqüentemente, fico preocupado que essas emendas constitucionais e esses nomes não sejam aprovados. Estou falando em benefício de V. Ex^a, Senador Mercadante. Agora, se V. Ex^a quer fazer...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, há 69 Senadores. Só se V. Ex^a pedir verificação de **quorum**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há 69 Senadores? Desculpe-me, mas não posso acreditar que V. Ex^a esteja falando comigo seriamente. V. Ex^a é um homem sério, correto. Não pode dizer que há 69 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas, Senador, a votação é simbólica. Se V. Ex^a concordar, nós votaríamos a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Emenda Constitucional nunca foi simbólica.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É emenda constitucional? Não, é projeto de decreto legislativo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar. O que estamos votando? O Cade?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois, quero que V. Ex^a me inscreva. Quero falar, pela ordem, sobre o andamento dos trabalhos. Após o Senador. Quero perguntar uma coisa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto de emenda constitucional é do item 3 para frente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para solicitar a V. Ex^a que colocasse a matéria referente ao Maranhão em votação, e V. Ex^a decidiu que vai fazê-lo depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No momento da votação do requerimento, V. Ex^a pode questionar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero só complementar: a matéria referente ao Maranhão foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos no mesmo dia em que foram aprovados os nomes do Cade; e vamos votar o do Cade e não vamos votar o do Estado do Maranhão?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só queria ponderar...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Reconheço que é importante...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só queria ponderar a V. Ex^a que houve acordo...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Reconheço que é importante votarmos a matéria referente ao Cade, mas reconheço que não é menos importante votarmos o assunto que diz respeito ao Maranhão, porque o prazo se encerra no dia 18 e beneficia os pobres.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Quero dar uma explicação a V. Ex^a: o prazo não se encerra no dia 18.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É, no dia 18...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, eu quero prestar um esclarecimento a V. Ex^a. Inclusive, sou do Maranhão e estou plenamente de acordo com a matéria, apesar de ter uma série de restrições, mesmo em função do governo que lá está instalado.

Mas o prazo não se encerra no dia 18. Ele continua. V. Ex^a está dizendo 18 para que o governo que lá está instalado receba um quinto do empréstimo, mas não se encerra no dia 18.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, não quero entrar nesse mérito...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E a matéria está na pauta do dia 16.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Nada assegura que não entre, amanhã, uma medida provisória para trancar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas aí é outra coisa!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Mas aí... É o único Estado brasileiro que está nessa situação!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não vou discutir com V. Ex^a. Na hora em que o requerimento entrar em pauta, V. Ex^a reivindica, e nós vamos discutir esse assunto em plenário. Por gentileza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com o quê?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com o decreto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essas matérias citadas pelo Líder Mercadante, eu aceito; fora daí, vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nesta matéria referente ao decreto legislativo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Aprovada.

A matéria está aprovada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aprovada não, porque eu pedi verificação. Como é que se pode aprovar, se houve pedido de verificação?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, agora é o decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu quero dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que acabamos de votar o projeto de decreto legislativo. Item 1. V. Ex^a está pedindo verificação do item 1? Trata-se de um projeto de decreto legislativo, e não de uma PEC.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu estou pedindo verificação de votação, salvo os pontos citados pelo Senador Mercadante. Fora daí, estou pedindo verificação. Esse não foi citado por ele. Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah! Sim, este não foi citado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre o andamento dos trabalhos mesmo. É pela ordem mesmo. (Pausa.)

Tenho a palavra?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, eu quero concluir este primeiro item.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto. Já que...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pedi verificação!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a externou que estaria de acordo nos pontos de entendimento apresentados pelo Senador Mercadante. A Mesa não tem conhecimento dos pontos de entendimento de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, peço verificação de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vai ser aceito o pedido de verificação de V. Ex^a, lamentando que o entendimento tenha sido prejudicado, porque a Mesa não foi informada do entendimento.

Está feito o pedido de verificação.

A Mesa só pede os Senadores que apóiam o pedido de verificação. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres, Senador Reginaldo Duarte, Senador José Sarney.

Feito o pedido de verificação, a Mesa solicita a votação nominal.

Já podem votar os Srs. Senadores. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que estejam nos gabinetes venham ao plenário, pois estamos em votação nominal do pedido de verificação...

(Procede-se à votação)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Da programação monetária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a matéria de programação monetária.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E, depois, Sr. Presidente Senador Tião Viana, da vota-

ção – porque estamos em votação –, quero me inscrever, pela ordem, sobre o andamento dos trabalhos mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria que a Mesa comunicasse aos membros das CPIs, se elas estiverem funcionando nesta oportunidade, que os Senadores se dirijam ao plenário, porque estamos em sessão deliberativa com matérias relevantes a serem votadas. Tanto as emendas constitucionais quanto as indicações dos órgãos de regulação precisam de quórum, e as emendas constitucionais precisam de 49 votos.

Eu pediria, portanto, a presença de todos e destacaria também que, como teremos novas medidas provisórias chegando, especialmente a MP 258, teremos o impedimento de votação dessas matérias. Então, é muito importante que o acordo que foi feito ontem seja cumprido hoje para que votássemos todas essas matérias que estavam previstas no acordo de Líderes, inclusive em presença do Presidente Renan Calheiros, que presidiu a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa já comunicou aos Srs. Senadores que estão nos gabinetes ou nas comissões...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ... para que venham ao plenário votar. A comunicação já foi feita.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria só confirmar o seguinte: foi feito um entendimento ontem, com as Lideranças e com o Presidente do Senado, para se votar a MP que reorganizava a estrutura da Presidência da República, a que reordenava a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Comunicação, a que garantia a prorrogação do prazo de contrato dos agentes de saúde da dengue, e votar um grupo de Embaixadores que estavam aprovados, eram seis ou sete, e mais dirigentes do Cade, que está sem funcionar por falta de quórum. Por razões compreensíveis, não se votou a indicação do Cade. Ficaram também, dentro do entendimento, acertadas para se votar, além dos integrantes do Cade, duas PECs de interesse da Amazônia, principalmente, e créditos, que aqui estão mencionados. Há um entendimento nesse

sentido. O que não há entendimento é de se votar a favor ou contra.

O Senador Antonio Carlos Magalhães falou em verificação de quórum. S. Exª tem todo o direito. E o voto “sim” ou “não” compete a cada Senador. O acordo para votar existe. Agora, o voto “sim” ou “não” compete a cada Partido, a cada Bancada e a cada Senador. Mas reafirmo o entendimento feito ontem para, na sequência que mencionei, fazermos a votação das matérias que já foram votadas ou que ainda o serão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, a Mesa pede apenas que V. Exª confirme os itens que foram acordados para votação hoje. Isso não era do conhecimento da Mesa, infelizmente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – São os seguintes os itens: dirigentes do Cade, duas PECs, matérias referentes a créditos e o empréstimo do Maranhão. Isso foi mencionado claramente ontem, claramente. O empréstimo do Maranhão foi discutido entre os líderes, o Presidente Renan Calheiros e o Líder Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Indago a V. Exª, Senador José Agripino, se o acordo sobre o Maranhão foi do requerimento ou da matéria?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Dos dois. Porque é preciso que o requerimento seja votado antes para a matéria vir depois.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, a processualística não foi objeto de entendimento. O entendimento foi se votar o empréstimo do Maranhão. Como votar, os seus trâmites....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Na mesma sessão? Porque, na vida ordinária da Casa, se vota o requerimento em uma sessão e a matéria na outra. O acordo foi o de votar na mesma sessão?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Foi o de votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho como prática apoiar qualquer pedido de verificação de quórum feito por qualquer Senador da Casa. Apóio sempre o pedido de verificação de quórum porque acho que é um direito regimental, especialmente da minoria. Se houver a necessidade

de fazê-lo nesta sessão, eu farei da mesma maneira e darei o apoio necessário.

Existem essas primeiras matérias, e, daqui a pouco, pode o quórum se reconstituir para votarmos ou não as PECs. As PECs não precisam de verificação de quórum, porque a votação delas já se constitui em uma verificação nominal. A única solicitação que faço é que se vote o empréstimo do Maranhão hoje. Eu tive a oportunidade, inclusive, de falar com o Senador Edison Lobão, que, de pronto, respondeu-me que agilizaria o parecer, e o fez. Todas as vezes em que se dá uma simples entrevista a uma rádio no Estado do Maranhão, cria-se uma polêmica desgraçada na rádio, porque se diz que é o grupo tal que não quer que o empréstimo seja aprovado.

Não tenho dúvida de que esse empréstimo está cheio de irregularidades, não tenho dúvida. Do mesmo jeito que estavam cheios de irregularidades muitos empréstimos que foram aprovados por este Senado. Havia proposta de autorização de crédito externo que rasgava a Lei de Responsabilidade Fiscal, rasgava a resolução do Senado, rasgava a capacidade de endividamento dos Estados, e, no entanto, foi aprovada.

Nunca iremos convencer a população do Maranhão que o empréstimo não será aprovado porque o Senado não quer, porque grupos políticos do Senado não querem. Não adianta dizermos isso. Então, assumamos isso, façamos o debate, aprovemos ou não, mas votemos esse empréstimo hoje. Quem tiver voto ganha, mas devemos votá-lo hoje, porque daqui a pouco vai ser lida a medida provisória. Por mais que a medida provisória tenha obrigatoriamente de ser votada até quinta-feira, já estando na Câmara... Porque ela vai para a Câmara e, se for emendada, será votada até quinta ou sexta-feira na Câmara, e o quórum, na sexta-feira ou na quinta-feira, como se trata do prazo final do empréstimo... Vai ficar ruim se não fizermos isso.

Então, isso é essencial! Inclusive, Senador Edison Lobão, citei V. Ex^a há pouco, dizendo que V. Ex^a, de pronto, disse-me que entregaria o parecer, e o fez. Eu disse isso na entrevista que dei à rádio.

Então, o apelo que faço é que possamos votar essa autorização de crédito externo ainda hoje, para ganhar ou perder, porque pode ser aprovada ou rejeitada aqui no Senado.

Senador Tião Viana, não tenho dúvida de que esse empréstimo está cheio de problemas. Está, assim como estiveram os outros que esta Casa aprovou. Esse é o problema. Eu até quero que o aprovemos porque no dia em que chegar o de Alagoas, independentemente

de estar à frente do governo de Alagoas um adversário político meu ou não, vou querer que o aprovem. Então, até para que eu tenha autoridade de exigir que se aprove um de Alagoas, independentemente do Chefe do Executivo, sinto-me na obrigação de solicitar que essa autorização de crédito externo seja votada hoje, inclusive – repito –, como disse, citei o Senador Edison Lobão, sem sequer ter a autorização de fazê-lo, numa entrevista de rádio que dei.

Então, é o apelo que faço, porque vai ficar muito feio dizer que é porque pode ser aprovado depois. Mas, depois do dia 17, será outro governador, vai ficar mais feio ainda. Vai ficar muito feio para esta Casa. Não adianta dizermos que não será negada a autorização de crédito externo, só que ela será para o próximo governador. Vai ficar pior para nós fazermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora Heloísa Helena, o apelo que faço, neste momento, a V. Ex^{as} é que o debate natural e necessário sobre o crédito para o Estado do Maranhão seja feito no seu devido tempo, porque há o entendimento de uma matéria do Cade, duas propostas de emenda à Constituição, e devemos encaminhá-las. Que o debate acerca da autorização de crédito para o Maranhão seja feito no devido momento. Se o fizermos agora, iremos prejudicar o acordo sobre esse tema, que já está sólido. O requerimento será votado logo em seguida. É o apelo que faço para que não se prejudique o trabalho da Mesa.

Vou concluir a votação. Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que votem a matéria em pauta, que é o projeto de decreto legislativo.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM.) – Sr.

Presidente, não é hora de debater o mérito do empréstimo para o Maranhão. Mas, como esse empréstimo tramita na Casa há um ano, e “boateja-se” por aí e diz-se abertamente que haveria disputas políticas em torno disso dentro do Senado – o que deixa mal a instituição –, não quero debater isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço à Secretaria de Som que melhore, porque o áudio está ruim.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ape-

nas pediria que essa autorização de empréstimo fosse incluída na pauta e votada. Aí, sim, incluída na pauta, que os Senadores se pronunciem, no mérito, contra ou a favor. Mas o Senado não seria acusado ou suspeito de estar retardando matéria de interesse de um Estado da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Jefferson Péres, o Senador José Agripino externou o entendimento dos Líderes, ou seja, que seria votado hoje o requerimento sobre o crédito para o Estado do Maranhão. A Mesa indagou se o acordo estabelecia uma solicitação para, além de votar o requerimento, votar a matéria hoje, porque, regimentalmente, isso não é possível: o requerimento é votado em uma sessão e a matéria em outra. Caso algum Senador ou Senadora levante uma questão de ordem, a Mesa irá cumprir o Regimento Interno.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que, no momento em que o Presidente da Casa diz que regimentalmente não pode, aí, V. Ex^a me desculpe, mas V. Ex^a tem de cumprir o Regimento, independentemente da vontade do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– É exatamente o que estou fazendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – V. Ex^a acaba de dizer que, regimentalmente, só pode ser votado amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Na outra sessão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – O Presidente diz que fere o Regimento. Mas votar contra o Regimento, aí, sim, amanhã, suspeitas poderão ser levantadas acerca dessa votação, inclusive sobre a sua validade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, diz o art. 345:

A matéria para a qual o Senado conceda urgência será submetida ao Plenário:

.....

II – na segunda sessão deliberativa ordinária que se seguir à concessão da urgência...

O Regimento é claro. Só não posso antecipar uma decisão antes de a matéria entrar em discussão e ser votada. Quando for, aplicarei o Regimento. Foi o que externei ao Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para falar sobre os andamentos dos trabalhos, após o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio; depois, à Senadora Heloísa Helena.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, vou falar com a maior sinceridade: nós estamos votando outra matéria – a programação financeira de um trimestre – e estamos discutindo, antecipadamente, essa questão do Maranhão.

Sinceramente não acredito, em sã consciência, que algum Senador do Maranhão possa ser contra o empréstimo para o seu Estado, com juros privilegiados, com juros baixos e com longo prazo para a sua quitação.

O fato de quem governa e quem não governa é conjuntural. Eu sempre mantive uma relação de adversidade figadal com o Sr. Amazonino Mendes, no meu Estado, que já foi Senador. Desafio o Sr. Amazonino Mendes a dizer se, em algum momento da minha relação de adversário dele, com alguma influência que eu pudesse ter no Governo passado, eu trabalhei para que o Amazonas ficasse fora de algum benefício que, se não fosse para o Amazonas, ou não iria para ninguém, ou iria para outro Estado.

Eu tenho a impressão de que isto aqui é Gabriel García Márquez puro: é nós chegarmos e votarmos. Não dá para o Senado não se pronunciar.

Quem achar em sã consciência que é para dizer “não” ao empréstimo diga “não”, quem achar em sã consciência que é para dizer “sim” ao empréstimo, e eu vou votar “sim” ao empréstimo, que o diga, mas está na hora de nós não postergarmos mais uma decisão porque não fica bem para a Casa. É a impressão que eu estou tendo, e isso está vindo do fundo do meu coração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

A Mesa reitera que não podem ser prejudicadas as votações, por discussão de mérito de matéria que será discutida em seu momento oportuno. Faça um apelo, mais uma vez...

Eu vou encerrar a votação e proclamar o resultado da matéria atual. Temos de apreciar duas propostas de emenda à Constituição e aí o requerimento será votado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço apenas a V. Ex^a que aguarde o resultado da votação atual.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2005

APROVA A PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA RELATIVA AO QUARTO TRIMESTRE DE 2005

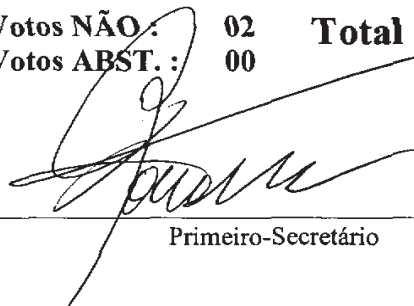
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/11/2005

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/11/2005 17:07:34
Encerramento: 9/11/2005 17:21:48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Votos NÃO : 02
Votos ABST. : 00
Total : 51



Primeiro-Secretário

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA

Votos SIM : 49

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 9/11/2005 17:21:50

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e NÃO, 2.

Não houve abstenção.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005**, que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

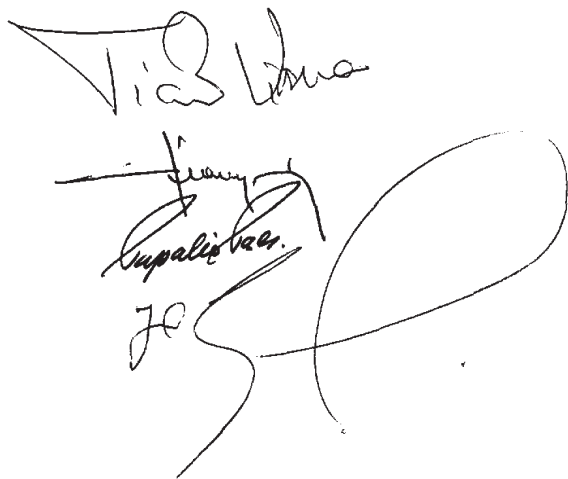
PARECER Nº 1.884, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de novembro de 2005.



ANEXO AO PARECER Nº 1.884, DE 2005.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 234, de 2005 (nº 649/2005, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem, sobre o andamento dos trabalhos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes as pessoas pensam que estou brincando. Aqui, o mais besta não anda; voa. Então, todo mundo aqui sabe de tudo o que está acontecendo nos corredores, ou nos subterrâneos – há quem goste de freqüentá-los –, ou publicamente. Enfim, todos sabem o que de fato está acontecendo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, é verdade que o Regimento está acima de qualquer Parlamentar. Do mesmo jeito, por vontade do Plenário – e aí todos se expõem –, independentemente de acordo de Líderes, pode-se contrariar o Regimento. Eu já fui beneficiada. Quando foi votada a minha Proposta de Emenda Constitucional, que tratava da educação infantil e era polêmica, fui beneficiada por acordo de todos que estavam no plenário, que rasgaram o Regimento por uma causa justa.

Então, todo mundo se expõe. Se algum Senador, no plenário... Tem razão o Senador Antonio Carlos Magalhães... Mas quero reafirmar que, nesta Casa, muitas vezes, o Regimento foi flexibilizado, não só por acordo de lideranças, mas também por vontade do Plenário.

Eu já fui beneficiada. Na votação da minha Proposta de Emenda Constitucional – a PEC tem tramitação específica –, rasgou-se a Constituição e o Regimento também.

Então, isso é fato. Não vamos obscurecer o que, de fato, está por trás desse debate.

Ponto número dois: sabemos que a matéria pode ser votada hoje, independentemente de Regimento e da vontade da maioria. É isso que estou reivindicando. Já fui beneficiada em uma Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, quando efetivamente tirou-se o que estava na Constituição e o que estava no Regimento, e se votou aqui, em várias sessões, uma após a outra. Então, há flexibilização do Regimento quando a Casa entende que a matéria é de interesse público ou de interesse de algum Estado. Esse é um ponto, e quero deixar aqui afirmado que o Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos será votado e que a matéria pode, sim, ser incluída na pauta ainda hoje, por outro requerimento. Então,

façamos o debate como ele tem de ser feito, e aqui se vota contra ou a favor.

Já apanhei muito no meu Estado quando aqui votei contra algo, e eu estava certa. Falo da incorporação das letras podres da rolagem da dívida. Hoje estão lá pedindo a revisão da dívida de Alagoas, o que é certo. E eu havia alertado aqui que não deveriam ser incorporadas as letras financeiras. Apanhei muitos dias no meu Estado, mas assumi. É isso que tem de ser feito. Quem é contra deve assumir no Maranhão, aqui ou em qualquer lugar. O que não pode é obscurecer o que, de fato, está acontecendo em relação a esse empréstimo.

O apelo que faço, Sr. Presidente, é no sentido de que, à luz do que já aconteceu nesta Casa outras vezes, à luz do que em muitos momentos já aconteceu aqui da flexibilização regimental, possamos votar o requerimento e, ainda hoje, antes de ler a medida provisória, votar a autorização de crédito externo relacionado com o Maranhão.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas que restabelecêssemos o acordo que fizemos ontem, Presidente e os Líderes da Casa, e que foi informado, com toda transparência, ao Plenário.

Votaríamos as duas indicações de Procurador e Diretor do Cade, sem as quais o Conselho não terá quórum para funcionar. Trata-se de votação muito importante para a regulação da economia. Hoje, inclusive, foi feita cobrança por Senadores das indicações para as agências de regulação.

Votaríamos as três PECs: uma do Senador Arthur Virgílio, que diz respeito ao pólo industrial de Manaus; a da Senadora Fátima Cleide, que diz respeito à incorporação de pessoal no processo de criação do Estado de Rondônia; e a PEC relatada pelo Senador Rodolpho Tourinho, que reconhece em torno de 50 Municípios criados, entre eles o Município Luís Eduardo Magalhães. Essas três PECs seriam votadas hoje. Posteriormente, votaríamos o requerimento e o empréstimo do Maranhão.

Proponho darmos prosseguimento à pauta porque, se, de fato, quisermos votar todas essas matérias, devemos iniciar a votação. Sugiro que comecemos com as indicações do Procurador e do Diretor do Cade, em seguida, as PECs e, posteriormente, o empréstimo. Com isso, concluiremos a pauta acordada no dia de ontem.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, à Senadora Roseana Sarney e, em seguida, ao Senador Edison Lobão e ao querido Líder Arthur Virgílio.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, até porque nós, os Senadores do Maranhão, fomos citados pela Senadora Heloísa Helena. Eu gostaria de esclarecer esse fato.

Em primeiro lugar, eu quero fazer um apelo aos Senadores para que se vote essa matéria. Todos os três Senadores do Maranhão somos a favor desse empréstimo. Eu não teria por que ser contra ele empréstimo, pois foi um pedido meu, assinado enquanto eu era Governadora do Estado do Maranhão. Sempre trabalhamos pela aprovação desse projeto. Se alguém trabalhou contra a aprovação desse projeto, não fomos nós, foram as propagandas enganosas que apareceram em nosso Estado, dizendo que o Senado não queria aprovar um empréstimo para o Maranhão, equivocadamente. Os Senadores querem, sim, aprovar empréstimo para o Maranhão, mesmo porque não é responsabilidade nossa, do Senado Federal, analisar se o empréstimo é lícito ou é ilícito. Vamos pedir, sim, que o Ministério da Fazenda acompanhe esse projeto, para ver se o empréstimo vai ser bem empregado. O empréstimo que eu pedi e que está sendo reivindicado é o PCPR, que vai favorecer as famílias pobres de nosso Estado. Estamos completamente de acordo eu, o Senador Edison Lobão e o Senador João Alberto Souza.

Mas não estamos de acordo que o Estado pague outros empréstimos, para outras obras, que não são feitas e que não passaram pelo Senado Federal – está agora comprovado pelo Tesouro Nacional que não passou pelo Senado Federal. Nós não concordamos com isso.

Quanto a este empréstimo, concordamos integralmente. Não é preciso que nenhum outro Senador venha aqui defender o nosso Estado, porque nós o defendemos. Estamos lá presentes, sabemos o que o Maranhão precisa e nunca deixamos de trabalhar pelo nosso Estado.

Somos a favor, sim. O meu Líder, o Senador José Agripino, assinou – não assinou, Senador José Agripino? – a urgência urgentíssima. Se fôssemos contra, como somos dois Senadores do PFL, o Senador José Agripino não teria assinado esse pedido de urgência urgentíssima.

Estamos apenas esclarecendo porque há uma propaganda enganosa em todos os lugares, seja em Brasília, gastando dinheiro à toa, seja no nosso Estado, com *outdoor* dizendo que os Senadores da República não querem a aprovação da matéria e pretendem prejudicar o Estado, o que não é verdade.

Estamos aqui fazendo um apelo para os Senadores no sentido de que se aprove imediatamente o empréstimo para os pobres do Maranhão, e esperamos, sim, que esse empréstimo seja aplicado para a pobreza no Maranhão. Muito obrigada.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Edison Lobão, em seguida, aos Senadores Arthur Virgílio e João Alberto Souza e, após, à Senadora Heloísa Helena.

Faço um apelo a todos, indistintamente, no sentido de que votemos a Ordem do Dia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Se eu pedir a palavra pelo art. 14, V. Ex^a iria conceder-me de pronto, e não quero fazê-lo. Queria apenas prestar um esclarecimento à Senadora Roseana Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a terá a palavra na hora certa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Então, peço a palavra agora pelo art. 14, porque S. Ex^a a mim atribuiu algo que eu não disse e o art. 14 tem prioridade sobre os pedidos de pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já concedi a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quase chego à conclusão de que menos se quer a aprovação deste projeto do que fazer uma atoarda em torno dele, seguramente para esconder outros objetivos que desconheço. Em nenhum momento, nenhum Senador pelo Maranhão se manifestou contrariamente a este projeto. Se houvesse a intenção de qualquer de nós de obstruir a votação do projeto de empréstimo ao Maranhão, eu não teria apressado meu parecer, como registrou a Senadora Heloísa Helena, pois, embora pudesse emití-lo em 60 dias, eu o fiz em apenas 24 horas.

Mais do que isso. Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando se pediu a urgência para a votação desse projeto, o próprio Presidente da Comissão comunicou que os Senadores Edison Lobão, João Alberto, Roseana e José Sarney haviam manifestado a ele, Presidente da Comissão, o interesse que a urgência fosse proposta pela própria Comissão.

Ora, se estamos solicitando a urgência para votar o projeto, como podemos nós aqui ser responsabilizados por qualquer atraso na votação desse projeto?

Começo a ter dúvida, Sr. Presidente, sobre se se quer mesmo a aprovação do projeto aqui no Senado da República.

Nós queremos: eu, o Senador João Alberto; vejo ali o Senador Ney Suassuna, que contribuiu mais do que pôde como relator, a Senadora Roseana, nós todos desejamos a aprovação do projeto. Quem talvez não queira sejam aqueles que, por meio de *outdoors* espalhados pelo Maranhão inteiro e até por Brasília, a custos altíssimos, quatro mil reais por *outdoor*, centenas deles, espalhados no Maranhão e aqui – dinheiro que deveria ter sido guardado para aplicar a favor dos pobres do Maranhão – estão fazendo calúnia, infâmia contra os que são a favor do projeto. Esses é que não querem a sua aprovação.

Nós queremos, Sr. Presidente, queremos, pedimos a urgência, estamos solidários com ela, vamos votar a favor do projeto; e daí para frente fica por conta do Governo do Estado e por conta do Ministério da Fazenda.

Essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, antes, porém, concedo a palavra, na forma do art. 14, para uma explicação pessoal à Senadora Heloísa Helena; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senadora, estou na dúvida se quem está com a palavra é V. Ex^a ou se sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É a senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – É a Sr^a Exm^a Senadora da República pela generosidade do povo de Alagoas.

Sr. Presidente, com muita agonia, eu responderia à Senadora Roseana, porque S. Ex^a acabou entendendo errado a colocação que fiz, porque não generalizei, mas falei do Senador Edison Lobão, porque, quando falo, gosto de falar citando e dizendo exatamente o que S. Ex^a me disse e o que S. Ex^a agilizou. Não ge-

neralizei. Mas, como S. Ex^a já veio, se desculpou e disse que houve um problema de entendimento, está tudo muito bem.

Agora, acho que é absolutamente natural que, além dos Senadores do Estado, os outros Senadores se preocupem também. Quero que quando tiver um projeto bom para Alagoas a Casa toda se empenhe, não persiga o meu Estado pelas relações políticas, ou ideológicas, ou partidárias que tenham com qualquer que seja.

Então, quero fazer um apelo no sentido de que todas as vezes que tiver um problema de Alagoas, uma autorização de crédito, o quer que seja, que a Casa toda, pelo amor de Deus, ajude o meu querido Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto, pela ordem.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente as palavras da Senadora Roseana Sarney e do Senador Edison Lobão. Lamentavelmente, um projeto técnico está se transformando em um projeto político.

O pedido desse empréstimo data da época que a Senadora Roseana Sarney era Governadora do Estado do Maranhão. O Governador do Estado nem sabia o valor do empréstimo. A primeira propaganda dele é que eram 40 milhões. Ele não sabia sequer que os 10 milhões eram a contrapartida do Estado.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento profundamente também ter que usar a palavra no plenário, e já o fiz várias vezes a esse respeito, tomar o precioso tempo desta Casa. Este é o Governador mais corrupto de toda a história política do Maranhão. Ele vive em festas. O primeiro dia do ano ele foi passar com uma caravana nos Estados Unidos, assistir lá a passada do ano. No aniversário dele ele foi para Cancun, no México. Depois ele foi para França, para o Canadá. No que ele menos pensa é no povo pobre do Maranhão.

Mas, o que representam US\$30 milhões? Hoje o dólar está a 2.17, o que representa um pouco mais de R\$60 milhões. Tenho até vergonha de dizer que esse Governador corrupto governa o meu Estado. Às vezes, tenho vergonha de falar que tem esse Governador no Maranhão. Ele pagou a uma empreiteira, Sr. Presidente, por uma questão que tinha no Estado, R\$150 milhões.

Evidentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ele só fez esse pagamento – se ele é o Governador que diz que não tem condições – como é que ele pagaria a uma empreiteira R\$150 milhões por atrasados no Estado do Maranhão?

Lamento, Srs. Senadores, que os senhores percam tempo com esse energúmeno Governador do Estado do Maranhão. Eu queria que os senhores conversassem com os maranhenses, que sentissem de perto o que está acontecendo no meu Estado. Lá, hoje não há uma obra sequer. Estou apresentando um projeto aqui sobre a Cide, esse imposto que criamos. O Maranhão já recebeu quase R\$100 milhões e esse Governador não fez uma estrada, esse Governador não fez absolutamente nada.

Fui verificar, Sr. Presidente, que a Cide o Tribunal de Contas da União não pode fiscalizar, nem o Senado Federal. E a orgia do Governador do Estado do Maranhão também passa pelas verbas federais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, pedindo desculpas.

Sou de acordo, porque se qualquer Senador neste plenário dissesse “não”, o projeto não poderia ser votado. Basta apenas que um Senador seja contra para ele não possa ser votado nesta sessão. Tem que ser por unanimidade. É uma demonstração inequívoca de que estamos plenamente de acordo com a aprovação. E, lamentavelmente, vamos entregar esse dinheiro ao Governador mais corrupto de toda a história do Maranhão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Com a aquiescência do Senador Ney Suassuna, eu queria conceder a palavra, na forma do art. 14, ao Senador José Sarney, também para uma explicação pessoal.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY NA SESSÃO DO DIA 09 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui Relator desse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse projeto, Sr. Presidente, inicialmente, teve algumas emendas, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania teve de dirimir a dúvida se eram

ou não constitucionais. Na semana retrasada, este projeto chegou às minhas mãos e, nesta semana, já o relatamos. Na hora em que já tínhamos o relatório pronto, o Dr. Kalil, Subsecretário do Tesouro, informou que havia essa operação e que não estava regular. E, pelas normas do nosso Senado, não seria possível fazer esse relato.

Presto aqui o testemunho de que foi a Bancada do Maranhão que solicitou que arrumássemos uma solução, e encontramos a solução. Definimos que o processo seria aprovado **ad referendum** da legalização do empréstimo no Tesouro.

Então, hoje, ao pedir a aprovação, estamos jogando para o Tesouro a espera de que se regularize lá esse empréstimo, que, na realidade, não é um empréstimo; é uma dívida em uma ação judicial em que foi feito acordo, e isso foi tomado como se isso tivesse sido um empréstimo. E não foram só beneficiados os Senadores do Maranhão nem tampouco o Senador Sarney.

Também tive **outdoors** colocados aqui em Brasília dizendo: “Senador Suassuna, lembre-se dos pobres do Maranhão”. Não deixei de pensar nos pobres do Maranhão em momento algum; pelo contrário. Mas era preciso que fizéssemos essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Sarney, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Apenas para esclarecer o parecer do Senador Ney Suassuna.

O parecer que estamos votando, para que ninguém fique aqui enganado, é restritivo. Diz que esse empréstimo só estará contratado se for regularizada essa operação de R\$160 milhões, de um empréstimo feito às escuras, sem aprovação do Senado Federal.

Que ninguém fique enganado; estamos votando dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AP) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Sarney..

Tem a palavra o Senador Luiz Otávio, pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prestarei alguns esclarecimentos com relação a essa matéria, porque, primeiro, esse projeto de financiamento do Bird, para o Estado do Maranhão, de US\$30 milhões, foi alvo de discussão na Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, foi até à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, retornando à Comissão de Assuntos Econômicos, e foi aprovado por unanimidade.

Faço justiça ao trabalho da bancada do Maranhão no Senado. O Senador Edison Lobão, que foi Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ultimou a apresentação de seu relatório, de seu parecer, que foi aprovado. O Senador João Alberto de Souza e a Senadora Roseana Sarney, insistentemente, aceleraram a votação, fazendo, inclusive, um trabalho junto aos Senadores. O Presidente José Sarney conseguiu a participação do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, com a presença física do Secretário Adjunto do Tesouro Nacional na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Na oportunidade a que me refiro, o Secretário, representando o Ministério da Fazenda, foi muito claro ao dizer que existia um obstáculo muito grande para a aprovação desse financiamento, obstáculo que o Governo do Maranhão tinha de superar. Referia-se a uma questão na Justiça, objeto de litígio entre uma empreiteira e o próprio Governo do Estado do Maranhão. Sem essa etapa vencida, de nada valeriam os esforços do Senado da República, que tem competência constitucional para aprovar financiamentos externos de rolagem de dívidas por intermédio da Comissão de Economia do Senado e, posteriormente, deste Plenário. Temos certeza de que, para que seja aprovado esse projeto, ter-se-á de cumprir aquilo que foi acordado entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o Senador Ney Suassuna, em cujo parecer fica claro que, para que seja efetivamente realizado o empréstimo, precisa ser vencida essa etapa.

Faço justiça aqui aos Senadores do Maranhão e ao Senador Presidente José Sarney: realmente não houve nenhuma questão procrastinatória ou tentativa de opor obstáculos à aprovação do projeto. Na verdade, existia um erro no projeto, erro que foi assumido pelo Governo Federal, pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria do Tesouro Nacional. Na própria reunião, o Secretário Adjunto foi bem claro quando disse que nós poderíamos até rejeitar o projeto. Entretanto, a pedido de todos os Senadores da Comissão, em especial dos Senadores que já citei, esse projeto foi aprovado e hoje está aqui para ser submetido à apreciação do Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Mais uma vez faço um apelo à Casa para que nós avancemos na votação.

O Senador Aloizio Mercadante fez um pedido para que fizéssemos a inversão da pauta. Infelizmente, não poderemos atendê-lo, porque matéria em rito ordinário não pode preceder matéria em regime de urgência, o que é o exato caso do item 2 da pauta. Nós temos, como item 2 da pauta, o Projeto de Lei

da Câmara nº 70, que está em regime de urgência e que, portanto, tranca a pauta da mesma forma que as medidas provisórias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em seguida nós votaremos a matéria referente ao Cade.

Queria comunicar à Casa também que realizamos pela manhã uma sessão do Congresso Nacional na qual nós nos comprometemos a votar a pauta, especificamente, três créditos suplementares, e a fazer a leitura do requerimento que prorroga a CPI dos Correios. O Regimento manda que façamos isso automaticamente. Não fizemos a leitura pela manhã porque estávamos conferindo as assinaturas.

Fizemos um acordo com o Presidente Aldo Rebelo para que, no intervalo da sessão extraordinária, que acontecia pela manhã, e da sessão ordinária, que acontece neste exato momento, realizássemos a sessão do Congresso para votar os créditos, de acordo com todos os Líderes, e proceder à leitura do requerimento que prorroga os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, o que não aconteceu em função da continuidade da sessão da Câmara. Não obstante isso, o meu compromisso está efetivamente mantido, como, aliás, já demonstrei em situações anteriores.

Tão logo haja o término da sessão da Câmara, realizaremos aqui, neste Plenário, uma sessão do Congresso Nacional para votarmos rapidamente os três créditos da pauta e fazermos a leitura do requerimento, já com as suas assinaturas conferidas, que prorroga a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra pela ordem inicialmente a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador José Agripino. Ouvirei também, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, infelizmente comunico à Casa o falecimento de D. Yolanda Pires, esposa do Ministro Waldir Pires, que desempenha um papel no Governo e foi Governador de Estado e Deputado Federal.

Dona Yolanda o acompanhou no exercício de sua carreira pública e também no longo período de exílio, durante o Regime Militar, quando o Ministro Waldir Pires teve de se ausentar do País. Waldir Pires sempre teve em D. Yolanda uma parceira de todas as horas. Ela foi fazer uma cirurgia cardíaca em São Paulo e faleceu no decorrer da cirurgia.

Presto, portanto, a minha solidariedade e transmito os meus pêsames à família. Que fique aqui esta homenagem a essa mulher que foi um exemplo de dignidade, de seriedade, de companheirismo e de parceria e que sempre se manteve ao lado deste homem público que tanta contribuição deu a Bahia e ao Brasil, o Ministro Waldir Pires.

O corpo chega hoje a Salvador, e o enterro será amanhã, no Cemitério da Saudade, na cidade de Salvador.

Deixo aqui os meus votos de pesar.

Encaminharei à Mesa, portanto, os votos de pesar em nome do Senado Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, o requerimento já foi lido. A Mesa se associa ao voto de pesar proposto por V. Ex^a. Daremos concretude à decisão do Plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Manifesto também a minha solidariedade ao Ministro Waldir Pires pelo falecimento de D. Yolanda, mas o que gostaria de manifestar a V. Ex^a é a minha confiança de que os acordos que estamos cumprindo desde ontem serão completados com a leitura do requerimento da prorrogação do prazo de vigência da CPMI dos Correios.

Não tenho nenhuma dúvida – e declarei isso à imprensa há três ou quatro horas – da correção da palavra de V. Ex^a, Sr. Presidente. Nenhuma, absolutamente nenhuma. Gostaria apenas de solicitar de V. Ex^a energia na cobrança do compromisso assumido pela Câmara dos Deputados de abrir espaço na realização de suas sessões para que possamos, até no Plenário do Senado Federal, realizar a reunião acordada para que se votem os créditos e se leia o requerimento de prorrogação da CPMI dos Correios, que vai garantir que as consultorias contratadas tenham tempo – e esse tempo está contido no prazo de prorrogação solicitado – para apresentar aos Sub-Relatores elementos para que S. Ex^{as} possam apontar conseqüências, conclusões, apontar culpados e sugerir punições. Trata-se, portanto, de interesse público e coletivo e, mais do que tudo, de passar a limpo a probidade do serviço público do Brasil.

Manifesto a V. Ex^a a minha absoluta crença no compromisso de V. Ex^a e solicito o cumprimento do compromisso tomado com V. Ex^a pela Câmara dos Deputados.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quanto ao falecimento da D. Yolanda, apresentamos o requerimento já aprovado por V. Ex^a. Gostaria de deixar, de forma pública, nosso pesar e nossas condolências à família e, de forma muito especial, ao Ministro Waldir Pires. Sabemos o quanto está sendo difícil este momento para S. Ex^a, tendo em vista a relação profunda, afetuosa e extremamente harmoniosa, relação de uma vida inteira entre o Ministro Waldir Pires e a Sr^a Yolanda.

Deixo nosso pesar e nossas condolências, já manifestos no requerimento que apresentamos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apesar de saber pretender tratar do andamento dos trabalhos. É que eu também não poderia deixar de prestar a minha solidariedade ao Ministro Waldir Pires, uma pessoa que, embora veja o mundo e o Governo de forma completamente distinta, aliás antagônica à minha, nunca foi capaz, em momento algum, de um ato de intolerância, truculência ou até de indelicadeza política.

Eu sei o quanto ele amava a Iolanda, o quanto era um casamento – não de aparências – de afeto, de carinho, de compartilhamento. Assim, não poderia deixar de dar aqui o meu abraço carinhoso ao Ministro Waldir Pires, porque realmente sei o quanto este momento está sendo de dor profunda para ele.

Então, meu abraço, Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Ramez Tebet, ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Pedro Simon.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui eu mesmo quem pedi ao Senador Ney Suassuna para que, em nome da Bancada do PMDB, pudéssemos apresentar a nossa solidariedade pelo falecimento da D. Iolanda Pires.

E pedi a palavra porque nutro um sentimento de muita amizade, de admiração e de respeito pelo atual Controlador-Geral da União, Waldir Pires. Lembro bem quando S. Ex^a deixou o Governo de um Estado, o Es-

tado da Bahia, para ser candidato a Vice-Presidente da República, ao lado de Ulysses Guimarães.

É assim que a Bancada do PMDB quer subscrever o requerimento do Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, e abraçar fraternalmente Waldir Pires, pedindo a Deus que o ilumine, que lhe dê forças e que recolha, na sua infinita bondade, a alma generosa de D. Iolanda Pires.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é extremamente lamentável que um assunto dessa natureza – refiro-me ao empréstimo do Estado do Maranhão – chegue a este plenário nestas circunstâncias, dando a impressão de que maranhenses estão contra o empréstimo, não defendem o empréstimo. É um assunto que vem rolando meses a fio.

Sr. Presidente, em grande parte, este episódio deve-se à culpa da Secretaria do Tesouro. Pedi ao Líder Ney Suassuna que estivesse aqui. S. Ex^a foi comunicado anteontem pelo representante...

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse, gostaria de assomar à tribuna. Em face da emoção maranhense... (Pausa.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como ia dizendo, na véspera da votação na CAE – e o Presidente da Comissão está aí, ao seu lado –, o representante do Tesouro Nacional comunica ao Relator sobre a possibilidade de irregularidades em projetos da década de 80. Ora, se isso acontecia, por que o Tesouro não foi mais responsável? A omissão do Tesouro nesse caso, Sr. Presidente, é um desrespeito ao Congresso, é um desrespeito ao Senado Federal. Criou-se um fato novo em aprovação de matéria dessa natureza graças à habilidade do Senador Ney Suassuna, da aprovação **ad referendum**.

O que ocorre é que de nada valerá essa discussão toda, essa desavença entre companheiros se o Tesouro, amanhã, achar por bem que o Senado da República aprovou algo de maneira incorreta ou irregular.

A Casa de Leis do País, induzida pelo Tesouro Nacional, por intermédio do representante que compareceu à Comissão ontem, vai tomar essa decisão, Senador Ramez Tebet, como uma decisão salomônica para questões dessa natureza. Penso que o Congresso tem que ter mais rigidez em comportamentos dessa natureza. A dubiedade do Tesouro não podia acontecer. Se esses fatos estavam lá registrados, o Senado teria que ter sido comunicado a tempo.

Quero fazer aqui este registro, Sr. Presidente, por dever de justiça. E quero dizer, também por dever de justiça, que nunca vi um empenho tão grande como o do Líder Ney Suassuna na solução desse problema, até porque, embora sendo da Paraíba, compreendo, meu caro Senador José Maranhão, a ansiedade do Senador Ney Suassuna nessa questão, isso porque é obrigado a amar o Maranhão; é obrigado a acordar, sonhar, dormir e viver pensando no Maranhão, não o da questão, mas o outro; caso contrário, não volta a esta Casa. Por isso, tem sido a sua luta. Trabalha para o Maranhão, com os olhos voltados em 2006, para repetir a dobradinha que fez com outro Maranhão, que é o José, que está aqui.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa questão tem que ser resolvida de maneira civilizada, como é praxe no Legislativo. E não podemos ser contaminados por *outdoors* ou por excessos, porque esta Casa tem que dar exemplo de justiça à Nação, e tenho certeza de que no momento oportuno o fará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas não posso, ainda que intervindo na discussão, deixar de trazer a minha palavra com relação ao manifesto do Líder do Governo. Não há dúvida de que todos que pertencemos àquela geração em que Waldir Pires era um dos grandes nomes, junto com o Dr. Ulysses Guimarães e com Tancredo Neves, acompanhamos a luta daquele homem: o seu trabalho, a sua luta no exílio, a sua luta no Brasil, o esforço extraordinário que ele fez, a sua estrondosa vitória na Bahia, a renúncia do governo para concorrer à Vice-Presidência da República. Waldir Pires foi um dos homens mais dignos e corretos que conhecemos.

E, ainda hoje, Sr. Presidente, em meio ao que está acontecendo no Governo que aí está, é importante salientar que não vi até agora uma referência que não fosse de respeito, que não fosse de admiração à pessoa de Waldir Pires. Pelo contrário, vemos que Waldir Pires está tentando fazer com que as coisas realmente aconteçam, está tentando buscar fórmulas para que o seu Partido se saia melhor do que está.

E a companheira desse homem ao longo de toda a sua vida, de um amor extraordinário, de um carinho fantástico, uma companheira para o bom e para o ruim, para as horas boas e para as horas amargas, foi D. Iolanda.

Nós a conhecíamos lá na Bahia, nós a conhecíamos lá na Europa, nós a conhecíamos aqui em Brasília, nós a conhecíamos no Rio de Janeiro, e, em todos os

momentos, era uma mulher que fazia questão absoluta de estar ao lado de seu marido, era uma mulher que participava da vida pública, que participava da política nas horas mais difíceis, nas horas mais dramáticas. D. Iolanda é o exemplo mais extraordinário que se pode dar daquela mulher que realmente está ao lado do marido em igualdade de condições. Não se poderia nunca dizer que Waldir Pires estava à frente de D. Iolanda, mas D. Iolanda e Waldir Pires caminharam juntos toda essa trajetória. E sei, pelo sofrimento que eles tiveram pela morte do filho, pela luta que tiveram ao longo do tempo, que o Dr. Waldir Pires deve estar sofrendo hoje a maior de todas as tragédias que já sofreu.

A Waldir Pires, eu levo, em meu nome – e trago a saudade de muitos que o acompanharam na história e que também já não estão aqui –, o carinho, o afeto, a admiração e a solidariedade que ele tanto merece pela querida companheira, sua e nossa, a grande companheira Iolanda.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, mais uma vez, V. Ex^a fala por todos nós.

Tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, teria muito pouco a acrescentar às palavras que externou aqui o Senador Pedro Simon, mas, por ser parte de uma geração que tem numa figura como o Ministro Waldir Pires uma referência ética, uma referência de vida, um homem que fez parte da trincheira democrática deste País pelas liberdades políticas, que tem sua vida marcada por lutas, pela coragem para enfrentar as adversidades políticas, não poderia deixar de prestar também a minha solidariedade a esse momento de dor. Que ele saiba superar esse momento difícil que a vida lhe impõe e que possa levar adiante, como dizem os poetas, com saudades vivas a memória e o que significou para ele a Dona Iolanda Pires. Um sentimento de solidariedade, de respeito e de renovada admiração pela figura humana e pelo símbolo político que ele representa para minha geração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Supply. Em seguida, vamos retomar a Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, também peço a palavra para externar o meu sentimento de pesar e de solidariedade ao Ministro Waldir Pires pelo falecimento de Dona Iolanda, pois ambos constituem um exemplo formidável de

luta, de carinho mútuo, de exemplo para todos nós e para os seus filhos.

Acabo de falar com a Viviane, filha de ambos, que me transmitiu o quanto Iolanda foi sempre uma companheira fantástica para Waldir Pires. Certo dia, tive a honra de ser recebido para um almoço em sua residência. Sou testemunha do carinho que um sempre teve para com o outro e como a Dona Iolanda foi uma das pessoas que ajudou o Ministro Waldir Pires a ser essa pessoa tão especial, que tantos serviços tem prestado à Bahia e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994* (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão. Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Nº 3.584/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.949, de 8 de dezembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.946, de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 5º A expansão da oferta da educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agora, vamos votar os nomes do Cade.

Item extrapauta:

PARECER Nº 1.522, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.522, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos. Relator **ad hoc**: Senador Edison Lobão, sobre a Mensagem nº 211, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Arthur Badin* para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Enquanto isso, ouço, pela ordem, o Senador Aloizio Mercadante.

(Procede-se à votação)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Cade é um organismo que, para funcionar de forma eficaz na regulação da economia, no controle da concentração econômica indevida, precisa de profissionais que tenham um currículo, uma experiência, porque essa é uma matéria bastante complexa em função da globalização, das grandes fusões, do nível de concentração industrial e econômico.

Então, as indicações do Sr. Arthur Badin e do Diretor da Agência, que também será votado hoje, vêm exatamente com essa consistência acadêmica, com esse perfil profissional, que tem faltado.

O Cade não pode repetir experiência como a da Nestlé: três anos após a compra da Garoto, o Cade manifestou-se contrário à operação, sem a ponderação e o equilíbrio necessários.

Então, o perfil técnico, a competência, a formação curricular é indispensável para que haja agilidade e consistência no processo decisório. E essa é a escolha que está sendo feita: escolha técnica de gente que trabalha na área, que tem conhecimento, que tem formação, que tem currículo e, portanto, dá segurança para o funcionamento do Cade.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Trata-se realmente de uma questão sobre o andamento dos trabalhos. Nós acabamos de ser informados de que a CPMI da compra de votos ainda está funcionando no Senado. É um desrespeito, no momento da Ordem do Dia, as CPMIs estarem funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob pena de nulidade, determino às Comissões Parlamentares de Inquérito que suspendam seus trabalhos.

Mais uma vez, determino às Comissões Parlamentares de Inquérito que suspendam seus trabalhos, sob pena de nulidade.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do Espírito Santo vota favoravelmente e acolhe com bons olhos e com a perspectiva de que haja uma melhora na condução do Cade essa renovação que começa a ocorrer ali.

O Espírito Santo – e todos os Srs. Senadores são testemunhas disto – foi uma vítima indefesa da arbitrariedade que o Cade pratica contra certas posições da economia brasileira.

O próprio Líder do Governo, Aloizio Mercadante, anunciou aqui o que fizeram com a Nestlé no Espírito Santo, com relação à compra da fábrica Garoto. Deram um resultado depois de três anos e impediram que ela aumentasse a produção. Praticaram inúmeras arbitrariedades que agora estão na Justiça para serem corrigidas.

Creio que o Cade precisa de pessoas como o Dr. Arthur Badin, homem que possui um preparo técnico também na área da economia, para que não se transforme em um órgão que seja um empecilho ao desenvolvimento e ao crescimento da Nação brasileira.

De modo que acolhemos com muita alegria essa renovação que está acontecendo, para que o Cade possa transformar sua visão. Percebemos, por exemplo, que o órgão está se encaminhando contra a Companhia Vale do Rio Doce, que é uma expressão do empresariado brasileiro, uma grande multinacional, a maior do mundo na área de mineração de ferro. O Cade começa a trabalhar contra a Companhia Vale do Rio Doce, ameaçando as suas ações no mercado, ameaçando a colocação de títulos da empresa no mercado internacional, com uma ação que não merece a garra com que a Vale vem representando o Brasil em toda essa área, transformando-se na maior mineradora de minério de ferro e de minerais não-ferrosos em todo o mundo. Ela precisa ser estimulada, tem de ser levada a crescer e a desenvolver, a se tornar essa grande multinacional a representar o Brasil fora do País, como uma bela empresa brasileira que prospera no mundo inteiro.

De modo que o Cade tem de começar a rever as suas posições, a trabalhar pelo crescimento e pelo desenvolvimento da Nação.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A minha colocação, Sr. Presidente, é que o PMDB vote “sim”, mas quero repetir o tom do Senador Gerson Camata.

Ser líder é ter muitas atribuições, nem todas tão fáceis. Uma das tarefas difíceis é ser muro de lamentação permanente da sociedade. A toda hora chegam delegações que querem conversar com os líderes. Esta semana, recebemos muitos empresários reclamando do Cade. Não são empresas que estão seguindo o caminho da contravenção, mas empresas preocupadas com uma certa tendência do órgão de não analisar em profundidade os processos ou com a pouca velocidade dos trabalhos.

Então, chegaram aqui as indicações, rapidamente estamos relatando e votando os nomes, mas espero que o Cade tenha a mesma velocidade e a percepção de que nós temos de buscar uma certa sintonia, uma sincronização entre o Poder Executivo e o poder civil, principalmente o empresariado, que, na verdade, por meio dos seus impostos, é quem sustenta toda a máquina pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 1.522, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ARTHUR BADIN, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/11/2005

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/11/2005 18:13:36
Encerramento: 9/11/2005 18:20:30

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERIO PAES DE BARROS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 36
Votos NÃO : 10
Votos ABST. : 01

Total : 47

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 36 Srs. Senadores; e NÃO, 10. Houve uma abstenção.

Total: 47 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Arthur Badin para Conselheiro do Cade.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

PARECER Nº 1.885, DE 2005

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.885, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem como Relator o nobre Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem 240, de 2005 (nº 666/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de

Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 1.885, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 240, de 2005 (nº 666/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 8 de novembro de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Romeu Tuma sobre a Mensagem nº 240, de 2005, opina pela Aprovação da escolha do Senhor Luis Fernando Schuartz, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 20 votos favoráveis, 1 contrário(s) e nenhuma Abstenção.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2005.

PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

O Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Luis Fernando Schuartz, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), materializada no Aviso nº 1.061 da Casa Civil, assinado por Sua Excelência a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Vana Rousseff e protocolizado nesta Casa Legislativa em 24 de outubro do corrente ano.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Por sua vez, o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do Cade.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos Conselheiros pelo art. 9º da mencionada Lei nº 8.884, de 1994, em especial: a) emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do Cade; b) proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; c) submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções; d) adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; e e) desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do Cade.

Acompanha a mensagem **curriculum vitae** do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

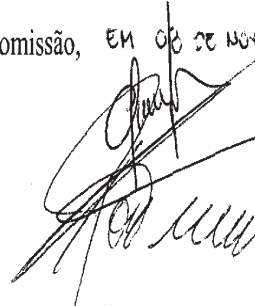
De acordo com esse documento, o candidato nasceu em São Paulo, Capital, em 22 de julho de 1966, filho de Carlos Schuartz e Anna Kaufman Schuartz. É Bacharel em Direito desde 1988, pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre (1992) e Doutor (1999) pela Faculdade de Direito da Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main. É Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Direito — RJ), Coordenador


do Curso de Direito Econômico Regulatório da Pós-graduação em Direito da FGV (Direito/Rio), Coordenador do Núcleo de Direito e Economia da FGV (Direito/Rio) e Responsável pela Área de Direito Econômico de Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados.

Dentre as funções e cargos que ocupou como docente, cumpre destacar os seguintes: Pesquisador visitante no Departamento de Direito Público da Universidade de Firenze (1991), Visitante no Departamento de Filosofia do Northwestern University (1999), Pesquisador Visitante no Departamento de Filosofia da Universidade de Pittsburgh (2002). Proferiu diversas aulas e palestras, nos anos de 1999 a 2005, principalmente sobre temas ligados à defesa da concorrência, e publicou artigos em jornal de grande circulação e em revistas especializadas. Publicou, ainda, dois livros: **Die Hoffnung auf radikale Demokratie. Fragen an die Theorie des kommunikativen Handelns** (Peter Lang, 2002) e **Norma, Contingência e Racionalidade. Estudos Preparatórios para uma Teoria da Decisão Jurídica** (Renovar, 2005).

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito do presente relatório.

Sala da Comissão, EM 02 DE NOVEMBRO DE 2005.

 , Presidente

 , Relator

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB — AL)

— Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Srs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de agradecer o parecer do Senador Romeu Tuma novamente, que foi favorável.

S. Ex^a conhece o profissional. Mais uma vez, trata-se do mesmo perfil técnico. O currículo é de alguém que estudou a fundo o problema da concorrência; que tem formação jurídica e econômica, indispensáveis ao exercício dessa função; alguém que tem uma trajetória acadêmica consistente.

Creio que é com esse padrão profissional que vamos assegurar que o Cade, com isenção, com seriedade, tome as medidas de regulação econômica que são fundamentais para aumentar a eficiência da economia, impedir desequilíbrios, mas, com racionalidade, frente ao processo da economia globalizada.

Portanto, eu queria parabenizar o Senador Romeu Tuma pelo parecer. E a aprovação, na CAE, mostra que a sabatina foi bastante aprofundada e consistente.

Peço que, na votação, todos os Senadores prestigiem esses profissionais que, seguramente, vão engrandecer o trabalho do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas concordar com as palavras do Senador Aloizio Mercadante.

O Dr. Luis Fernando Schuartz deu uma demonstração clara dos seus conhecimentos jurídicos e econômicos, para que, realmente, essa renovação, proposta pelo Senador Camata, tenha resultado altamente positivo.

Ele demonstrou, durante a sabatina, a sua experiência, obtida não só pela sua formação na PUC, na Universidade Católica do Rio de Janeiro, mas também pelos cursos de pós-graduação; inclusive, especialização na Alemanha, onde teve a oportunidade de escrever dois livros a respeito do assunto.

Portanto, peço aos Srs. Senadores que aprovelem o nome do Sr. Luis Fernando, porque ele vai ser um bom representante do Cade – praticamente falido –, que terá, nos seus quadros, pessoas especializadas no sistema de acompanhamento, principalmente contra os **lobbies**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 1.885, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. LUIS FERNANDO SCHUARTZ, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **9/11/2005**

Num.Votação: **3**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **9/11/2005 18:21:46**
Encerramento: **9/11/2005 18:26:39**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou



Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **38**
Votos NÃO : **10** **Total : 48**
Votos ABST. : **00**

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 9/11/2005 18:26:40

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 38 Srs. Senadores; e NÃO, 10.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Conselheiro Luis Fernando Schuartz para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos ao Item nº 3 da pauta.

Lembro à Casa que precisamos de um quórum qualificado para a aprovação desta matéria – 49 votos das Senadoras e dos Senadores.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de pedir a V. Ex^a o adiamento da PEC da qual sou o autor, tendo em vista o baixo quórum; e a matéria exige quórum qualificado, embora tenha sido votada e aprovada por unanimidade em primeiro turno. Agora, ela vem a este plenário em segundo turno.

Peço a V. Ex^a, se entender conveniente – ouvindo o Senador Papaléo Paes, que está ao seu lado e que é um eminente conhecedor dos procedimentos desta Casa e do quórum; S. Ex^a tem experiência e pode dar o tom da nossa votação – que avalie e analise o problema do baixo quórum. Mesmo sabendo que os Senadores estão presentes na Casa, no Congresso Nacional, que estão em audiências nos Ministérios, no momento, há uma baixa representatividade dos Srs. Senadores neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Luiz Otávio, concordamos com a sugestão de V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Item 4 da pauta constará, portanto – concretizando a sugestão de V. Ex^a –, da Ordem do Dia de amanhã.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pelo mesmo motivo, Sr. Presidente, também quero requerer o adiamento de votação do Item 3, que trata da PEC nº 87, porque, lamentavelmente, o quórum está baixo para a aprovação dessa matéria, por unanimidade, como o foi no primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora, defiro o pedido de V. Ex^a. Os Itens nºs 5 e 6 da pauta, portanto, também constarão da Ordem do Dia de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 7:**

Esta matéria também exige um **quorum** qualificado, com 41 votos “sim”.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 162, DE 2004–COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004–Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Peres

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

A discussão da matéria encerrou-se na sessão do dia 16 de agosto.

Passa-se à votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, letra “a”, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez seja até desnecessária minha intervenção. Mesmo assim, solicito também seja transferida para amanhã a Proposta de Emenda à Constituição de interesse do meu Estado, que trata do pólo industrial de Manaus e que tem como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, já que esta PEC corre o risco, igualmente às demais, face ao baixo quórum desta sessão, de não obter êxito em sua votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acolho também a sugestão de V. Ex^a e transfiro este importante item da pauta para a sessão de amanhã. A PEC permanecerá na Ordem do Dia.

Agradecemos a sugestão ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, quarta-feira, 80 Senadores registraram presença. Por isso, estranho que haja quórum tão baixo. Nas próximas votações, acredito que o quórum possa aumentar. Não votei anteriormente, mas sugiro a V. Ex^a que, antes de se retirar os projetos da pauta de hoje, solicite as presenças de S. Ex^{as} neste plenário, porque quem sabe na próxima votação possamos ter um quórum mais significativo.

Sr. Presidente, para uma sessão de quarta-feira, com 80 Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, não é possível contarmos com apenas 48 Parlamentares neste recinto. Acredito que na próxima votação haverá um número maior de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Jorge sugere que tentemos a aprovação do Item 7 da nossa pauta. (Pausa.)

Então, continuaremos a apreciação da matéria.

Os Pareceres são favoráveis sob n^{os} 251 e 252, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

A discussão da matéria encerrou-se na sessão do dia 16 de agosto.

Passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes partidários se gostariam de orientar suas bancadas. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna, como vota o PMDB?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim”. É a recomendação do Senador Ney Suassuna.

Senador José Agripino, como vota o PFL?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL vota “sim”.

Senador Tião Viana, Senador Sibá Machado, como vota o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PT vota “sim” e o PSDB vota “sim” também, na recomendação do Senador Alvaro Dias.

Senador Osmar Dias, como vota o PDT?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PDT também vota “sim”. É a recomendação do nobre Senador Osmar Dias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar o voto pelo Governo, tendo em vista que, inclusive, fui Relator dessa matéria na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, como vota o Governo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, parabênz o Senador Augusto Botelho, autor desta emenda constitucional que disciplina um capítulo importante da nossa Constituição: o desempenho da Polícia Federal e das Forças Armadas nas unidades de conservação do meio ambiente. Portanto, ela ajuda na defesa e na preservação do meio ambiente e resolve um problema jurídico-constitucional, uma omissão importante, de forma precisa, estabelecendo inclusive uma lei complementar que venha a resolver definitivamente esse problema.

Tratava-se de uma exigência constitucional que fica muito bem equacionada pelo trabalho competente do nosso Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Insisto na presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores em plenário, porque até agora só contamos trinta votos, e precisamos de

mais onze. Solicito aos Colegas que se encontrem nos corredores ou em seus gabinetes que acorram ao plenário para atingirmos o quórum necessário à aprovação da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pede também o PMDB que todos os Senadores do Partido que estão nos gabinetes ou no cafezinho que, por gentileza, acorram ao plenário para que possamos garantir tranquilidade ao quórum e, dessa forma, aprovar a matéria de autoria do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para encaminhar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Excelência, registro o voto “sim” e parabeno o Senador Augusto Botelho pela apresentação deste projeto de lei complementar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para uma questão de ordem; e, em seguida, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos o quórum, quero dizer que, se houver alguma CPI funcionando e dela eu seja membro, vou requerer nulidade de tudo o que foi aprovado pelo prazo de até duas horas atrás. Está incorreto a CPI funcionar com o alerta feito por V. Ex^a, Presidente, e pelo Senador Tião Viana várias vezes. Isto é um desrespeito.

Desculpe-me, mas se eu deixar de estar em uma das CPIs por estar aqui no plenário votando – repito –, vou pedir nulidade de todos os atos praticados nas duas horas passadas. Não tem cabimento ficar a Presidência – o Senador Tião Viana ou quem quer que esteja na Presidência da Casa –, a repetir a possibilidade de nulidade de atos praticados enquanto estejamos em votação neste plenário.

Queria elogiar o projeto de lei do Senador Augusto Botelho, pela eficácia na forma e pela importância de se velar pelas áreas que serão vigiadas pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas.

Senador Augusto Botelho, faça um apelo em cima do projeto de V. Ex^a: que o orçamento não falte quando for preciso melhorar os investimentos na Polícia Fe-

deral, nas Forças Armadas, para que realmente elas possam dar conta não só do projeto do Senador Augusto Botelho, mas em todas as suas missões. Aliás, o Senador Ney Suassuna tem dado apoio irrestrito à polícia, inclusive para nos ajudar no Orçamento.

Parabéns, Senador!

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Desculpe-me, Sr. Presidente, parece-me que o atraso de S. Ex^{as} se deve ao fato de ser aniversário do Senador Alberto Silva, que está sendo comemorado no gabinete do Mão Santa. S. Ex^{as} estão a caminho. Creio que irão demorar um pouco devido à distância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Romeu Tuma tem absoluta razão. Por enquanto não há nenhuma CPI trabalhando. Mas, se elas continuassem a trabalhar, seria o caso de levantar mesmo a nulidade, e V. Ex^a contaria, como sempre contou, com o apoio incondicional desta Presidência e da Mesa como um todo.

Parabéns pela coerência e pela maneira com que V. Ex^a, mais uma vez, contribui com os trabalhos desta Casa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço o apoio que recebi dos meus Pares. Este projeto interessa muito ao meu Estado que tem cerca 60% de seu território ocupado por áreas indígenas e áreas de preservação. E o problema surge quando a Polícia Federal e o Exército precisam ter acesso à fronteira.

Infelizmente, o meu Estado se transformou em um corredor para o narcotráfico. Depois que saiu a Lei do Abate, a droga está sendo traficada por terra, ou seja, pelas estradas e pelas fronteiras. Penso que, se for facilitada a presença da Polícia Federal e do Exército, o tráfico será combatido energeticamente.

Agradeço o apoio de todos, e que não falte dinheiro no Orçamento para a execução dessas ações nas áreas de conservação.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero fazer um elogio à brilhante idéia do Senador Augusto Botelho, tendo em vista que, dada a vastidão do território amazônico, tão desassistido, por diversas vezes as populações tradicionais são as únicas presenças brasileiras naquela fronteira e não pode, é claro, fazer a defesa do território da maneira como é feita na Região Sul, que tem uma população bem maior. É claro que as áreas de proteção criadas, seja terra indígena, seja área de reforma agrária, seja reserva biológica, áreas de proteção de uso indireto, ficam muito carentes. Nós tivemos certa dificuldade lá no Estado do Acre nas terras indígenas do povo ashaninka porque algumas pessoas costumam descer do Peru para roubar madeira naquela região. A situação já foi motivo de diálogo entre o Presidente Lula, do Brasil, e o Presidente Alejandro Toledo, do Peru. Houve muitas iniciativas do Governo do Estado do Acre perante o Governo peruano no sentido de se evitar aquilo.

Portanto, a facilitação da presença de forças armadas, da Polícia Federal, nessas áreas é muito oportuna. Uma série de medidas estão sendo tomadas, seja por iniciativa do Congresso, seja por iniciativa do Governo. Também se devia proibir a invasão dessas áreas por pessoas que praticam roubo de madeira e outros tipos de ilicitudes.

Assim sendo, quero aqui parabenizar o Senador Augusto Botelho, autor do projeto, e esta Casa por estar aprovando medida tão importante para solucionar graves problemas na fronteira da Amazônia brasileira com os países vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já tiverem votado, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Tasso Jereissati, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Sérgio Guerra, que é o aniversariante do dia, Senador Flávio Arns, que também aniversaria hoje, como votam V. Ex^{as}? (Pausa.)

Comunico à Casa que logo após a sessão da Câmara dos Deputados vamos realizar uma sessão do Congresso Nacional, para votarmos exatamente três créditos e fazermos a leitura do requerimento que prorroga os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que, por favor, venham para o plenário.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, peço a palavra, pela ordem, enquanto aguardamos a vinda dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer o registro na Casa, para conhecimento do Plenário, de importante notícia, que considero grave, postada no *site* do jornalista Noblat, há poucas horas.

É a seguinte:

Lula interfere e CPI deixa de ouvir testemunha

Soraya Garcia, a ex-secretária que denunciou o caixa 2 do PT na eleição municipal de Londrina do ano passado, desembarcou esta manhã em Brasília para ser ouvida às 14h pela sub-relatoria da CPI dos Correios comandada pelo Deputado Gustavo Fruet (PSDB – PR). O depoimento havia sido agendado há uma semana.

Pouco antes do meio-dia, o Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPI, conversou com Fruet e com o Deputado Eduardo Paes (PSDB – RJ). E aos dois contou que havia sido chamado esta manhã por Lula para um encontro no Palácio do Planalto e que ouvia dele o pedido para que o depoimento de Soraya fosse cancelado.

E o depoimento foi cancelado. Soraya perdeu a viagem. [...] Ainda não se sabe se ela será ouvida um dia pela CPI.

Infelizmente esse é o Presidente que, dois dias atrás, dizia conviver com três CPIs, que tudo estava sendo apurado, democraticamente apurado e sem interferência do Poder Executivo.

Esse o registro que faço nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004 - COMPLEMENTAR

DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E DA POLÍCIA FEDERAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/11/2005Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 9/11/2005 18:31:44
Encerramento: 9/11/2005 18:46:08

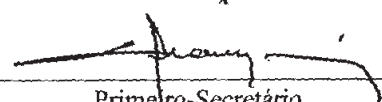
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAÚJO	SIM
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	SP	ROMÉU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 58
 Votos NÃO : 00
 Votos ABST. : 00

Total : 58



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 58 Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Não houve abstenção.

Total: 58 votos.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao **Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004–Complementar**, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.886, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004 – Complementar, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Sala de Reuniões da Comissão, em 11 de novembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 1.886, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004 – Complementar.

Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação será regida por esta lei complementar.

Art. 2º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação estão compreendidas:

I – a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamento, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II – a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias; e

III – a implantação de programas e projetos de controle, ocupação e proteção da fronteira.

§ 1º No caso de o plano de manejo da unidade não estar concluído, as atividades previstas no inciso II, quando fora da faixa de fronteira, deverão ser compatíveis com as diretrizes de implantação da unidade de conservação.

§ 2º O órgão responsável pela administração da unidade de conservação será comunicado das atividades a serem desenvolvidas na unidade, sempre que possível.

Art. 3º O Ministério da Defesa participará da elaboração, da análise e das atualizações do plano de manejo das unidades de conservação localizadas na faixa de fronteira.

Parágrafo único. Os planos de manejo e respectivas atualizações, referidos no caput, serão submetidos à anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.273, DE 2005

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004–Complementar, de

autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento lido.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para consultar a Mesa com relação ao item 14 da pauta. Trata-se do Projeto de Lei nº 63, que estabelece o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e a Biopirataria. A autora do Projeto na Casa de origem (Câmara dos Deputados) é a Deputada Vanessa Grazziotin. Eu consultaria à Presidência se nós vamos votar esse projeto hoje. Podemos, inclusive, estudar a possibilidade, dentro da ordem dos trabalhos, de inverter a pauta para que possamos votar esse projeto.

Indago de V. Ex^a se nós votaremos hoje esse projeto e se haveria a concordância dos Líderes para que, no meio das votações importantes, de acordo com o ordenamento que a Mesa está fazendo, votássemos o referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Siqueira Campos, as votações a partir de agora serão todas simbólicas, por voto

de Liderança. Nós pretendemos, como V. Ex^a, avançar na pauta e – quem sabe! – chegarmos ao último item e cumprirmos o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passemos ao **Item 8**:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador ...

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Art. 4º O art. 13 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

Parágrafo único. Inclui-se nas disposições do **caput**, o integrante de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, no âmbito de sua própria residência, sem fins lucrativos, desde que não incluído nas disposições do art. 11.” (NR)

Justificação

Um dos princípios básicos que rege a previdência, que, aliás, tem sido respeitado pelo legislador pátrio desde os primórdios da Previdência Social no Brasil, é que a filiação obrigatória ao regime previdenciário deve estar associada necessariamente ao exercício de atividade remunerada. Fora dessa premissa, nenhuma proposição terá sustentação técnico-legal, e a decisão de filiar-se ou não é um ato volitivo do cidadão ou cidadã, que pode optar por filiar-se à Previdência

Social ou à Previdência Privada, como muitas pessoas têm recorrido.

Ressalte-se que a instituição da obrigatoriedade da contribuição não implica a mudança de mentalidade de quem deve contribuir. Ao contrário, obrigar um dos cônjuges ou companheiros a contribuir em benefício do outro, sem uma campanha de conscientização direcionada a esse segmento social a respeito da necessidade de proteger seu cônjuge, resultará em revolta, em conseqüências imprevisíveis.

Não bastasse, a experiência tem demonstrado que, no caso brasileiro, não basta a edição de lei para ampliar a cobertura previdenciária. É preciso, entre outros, que esta seja viável e que haja capacidade contributiva, ao contrário, resultará em mais uma falsa solução.

A Emenda proposta faz-se necessária para que a lei resultante do PLC nº 25, de 2004, não se torne uma medida absolutamente inócua; bem assim, para restabelecer a possibilidade desse expressivo segmento social contribuir facultativamente para a Previdência Social, na forma e limites que melhor lhe aprouver.

Sala das Sessões de outubro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

EMENDA Nº 2 – PLEN

O Art. 14 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.

Parágrafo único. Inclui-se nas disposições do **caput**, o integrante de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, no âmbito de sua própria residência, sem fins lucrativos, desde que não incluído nas disposições do art. 12.” (NR)

Justificação

Um dos princípios básicos que rege a previdência, que, aliás, tem sido respeitado pelo legislador pátrio desde os primórdios da Previdência Social no Brasil, é que a filiação obrigatória ao regime previdenciário deve estar associada necessariamente ao exercício de atividade remunerada. Fora dessa premissa, nenhuma proposição terá sustentação técnico-legal, e a decisão de filiar-se ou não é um ato volitivo do cidadão ou cidadã, que pode optar por filiar-se à Previdência Social ou Previdenciária Privada, como muitas pessoas têm recorrido.

Ressalte-se que a instituição da obrigatoriedade da contribuição não implica a mudança de mentalidade de quem deve contribuir. Ao contrário,

obrigar um dos cônjuges ou companheiros a contribuir em benefício do outro, sem uma campanha de conscientização direcionada a esse seguimento social a respeito da necessidade de proteger seu cônjuge, resultará em revolta, com conseqüências imprevisíveis.

Não bastasse, a experiência tem demonstrado que, no caso brasileiro, não basta a edição de lei para ampliar a cobertura previdenciária. É preciso, entre outros, que esta seja viável e que haja capacidade contributiva, do contrário, resultará em mais uma falsa solução.

A Emenda proposta faz-se necessária para que a lei resultante do PLC nº 25, de 2004, não se torne uma medida absolutamente inócua; bem assim, para restabelecer a possibilidade desse expressivo segmento social contribuir facultativamente para a Previdência Social, na forma e limites que melhor lhe aprouver.

Sala das Sessões, outubro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

EMENDA Nº 3 – PLEN

O art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado pelas Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998 e 9.876, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual, facultativo e do segurado de sociedade conjugal ou de união estável é de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

§ 1º A alíquota de contribuição do segurado de sociedade conjugal ou de união estável que optar pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição é de onze por cento.

§ 2º O segurado que tenha contribuído na forma do § 1º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais nove por cento, acrescido dos juros moratórios de que trata o art. 34.

§ 3º Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.” (NR)

Justificação

O valor de R\$623,44 e a alíquota de 7,65% atribuídos ao § 1º do art. 21 da Lei nº 8.212, expressam evidente erro material, até mesmo por falta de atualização da proposta original, e caso não corrigidos resultarão em distorção da realidade e em duplo prejuízo para o segurado. É que a importância de R\$623,44 (atualmente R\$800,45) diz respeito ao patamar mínimo, cuja contribuição é calculada com a menor alíquota da Previdência Social, e é atualizado sempre que ocorre reajuste no valor dos benefícios da previdência. Ao permanecer o valor originariamente previsto na proposição, o segurado será penalizado, primeiro porque contribuirá com alíquota maior e segundo, porque não estando aquela base sujeita à atualização periódica, com o passar do tempo, a redução da alíquota se tornará inócua.

Da mesma forma, a alíquota de 7,65% prevista decorre de desinformação, porque não existe outra alíquota de contribuição para a Previdência Social fora daquelas previstas no art. 20 da Lei nº 8.212, quais sejam, 6%, 9% e 11%. Por uma concessão de legislação extravagante (Lei nº 9.311, de 1996, que criou a CPMF), o legislador permitiu que aquelas alíquotas fossem reduzidas em percentual correspondente à alíquota da contribuição provisória então instituída para não penalizar o contribuinte de renda não superior a 10 salários mínimos. Foi assim que surgiram as alíquotas de 7,65% e 8,65%, resultantes da redução de zero vírgula trinta e cinco centésimos de 8% e 9%, respectivamente.

Ressalte-se que a definição dessa alíquota em percentual inferior a 11% fere o princípio constitucional da equidade, entre outros mandamentos da Carta Magna, como o art. 201, que prevê o equilíbrio atuarial da Previdência Social e o § 5º do art. 195, que dispõe que “Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”.

Sala das Sessões, de outubro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

EMENDA Nº 4 – PLEN

O art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28.
.....

V – para o segurado integrante de sociedade conjugal ou união estável: o salário-de-contribuição, previsto nos incisos I, II ou III dependendo da categoria de segurado a que pertença o cônjuge ou companheiro que

perceber renda, observado o limite máximo a que se refere o § 5º (NR)

Justificação

Os incisos I, II, III e IV do art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, definem com precisão o salário-de-contribuição de cada categoria de segurado e conseqüentemente a base de cálculo da contribuição, que permite o cálculo adequado da contribuição devida. O inciso V do art. 28 proposto pelo PLC nº 25, de 2004, ao contrário, não define a base de cálculo da contribuição, posto que define salário-de-contribuição com o próprio termo, é o que se chama de tautologia.

Ressalte-se que o cônjuge ou companheiro que percebe renda necessariamente terá que pertencer a uma daquelas categorias de segurados mencionadas nos incisos I, II ou III do art. 28, não justificando que a nova lei repita o salário-de-contribuição de cada uma.

A Emenda proposta faz-se necessária para que a lei resultante do PLC nº 25, de 2004, não se torne uma medida absolutamente inócua.

Sala das Sessões, outubro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.274, DE 2005

Nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno do Senado, solicito o adiamento da discussão, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, a fim de que seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de adiamento da discussão da matéria para a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para emitir parecer sobre o Projeto e as emendas.

Posteriormente, vai à Comissão de Assuntos Sociais para emitir parecer sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, lembro ao Senado Federal e também aos Srs. Deputados que, logo após a sessão da Câmara dos Deputados, vamos ter uma sessão do Congresso Nacional. É importante, portanto, a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 9:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Passa-se à discussão do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que tem, como todos sabem, preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É a seguinte a matéria aprovada:

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88 2004

Acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,

para dispor sobre o exame do produto pelo consumidor no ato da compra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se os §§ 1º, 2º, 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação:

“Art.

§ 1º O consumidor poderá examinar o produto no ato da compra, na presença do fornecedor, sem prejuízo dos prazos previstos no art. 26.

§ 2º Constatado o vício do produto no exame a que se refere o § 1º, o consumidor poderá exercer desde logo as prerrogativas do § 1º do art. 18.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica aos produtos que devam ser ofertados em embalagem lacrada, por força de lei ou por determinação de autoridade competente, aos alimentos pré-embalados e aos produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

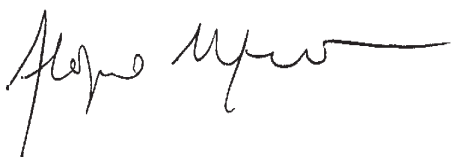
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2005

Sr. Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 279 do Regimento Interno do Senado, solicito o adiamento, por trinta dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de Origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005.

Senador 

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria retorna à Ordem do Dia na data estabelecida pelo Plenário, exatamente no dia 15 de dezembro vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 11:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

(Nº 2.970/2000, na Casa de origem)

Altera a denominação do porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para porto de Itaguaí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O porto de Sepetiba, localizado na baía do mesmo nome, no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se “Porto de Itaguaí.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 12:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

(Nº 5.124/2001, na Casa de Origem)

Denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza – CE, passa a denominar-se Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 13:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Relator, Senador Valdir Raupp.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2005

Requeiro, nos termos da alínea c do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal o adiamento da discussão do PLC nº 47, de 2005, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, a fim de que seja feita na Sessão do dia 24 de novembro.

Brasília, 9 de novembro de 2005. – Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulta a Senadora Heloísa Helena se ainda deseja a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 14:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), *que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de projeto meritório de uma Deputada valorosa do meu Estado, a Deputada Vanessa Grazziotin.

É evidente que algo que parece meramente simbólico não é apenas meramente simbólico, até porque, com esse gesto, o Congresso Nacional passa a chamar a atenção do Brasil inteiro para os perigos da pirataria e da biopirataria. A Deputada Vanessa Grazziotin, autora da propositura, tanto quanto eu sabe o que temos a perder, em termos de Brasil, se não formos

rigorosos na vigilância sobre a biopirataria, Senador Sibá Machado.

Portanto, a Bancada do PSDB encaminha com ênfase o apoio à matéria, e quer vê-la aprovada por entender que é mais do que um gesto simbólico; é um gesto simbólico, sim, que vai render, na prática, consequências positivas no combate à pirataria e à biopirataria.

Portanto, parabenizo a Deputada pela iniciativa feliz, que hoje haverá de merecer o apoio do Senado Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a expressa o pensamento de todos nós nesta oportunidade; aliás, mais uma vez.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma vez que a Deputada Vanessa Grazziotin se encontra em plenário, quero apenas poder prestar a nossa homenagem – tenho certeza, podendo falar em nome de todos os Senadores – pelo projeto, que é meritório e que vai transformar o dia 3 de dezembro no Dia Nacional de Lutas Contra a Pirataria e a Biopirataria.

Eram as minhas palavras, Sr. Presidente. Parabéns, Deputada!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Sr. Aloizio Mercadante. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria também, em nome da Liderança do Governo, de parabenizar a Deputada Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, por essa iniciativa de combate à pirataria e à biopirataria.

Esse é um esforço que o País vem fazendo, de reconhecer a patente, o direito intelectual dos produtos, de combater essas empresas que sonegam impostos e de preservar a nossa biodiversidade.

Parabéns à Deputada e à Câmara dos Deputados pela iniciativa!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de cumprimentar a Deputada e o Senado pela unanimidade do apoio.

Esta é uma data simbólica para a aprovação desse projeto no Senado, porque, no instante em que o Parlamento chama a atenção do País para o combate à biopirataria, exatamente hoje o *site* UOL e a **Folha de S.Paulo** divulgam que o Presidente assistiu, no avião presidencial, a um CD pirata do filme Dois Filhos de Francisco. O filme não foi lançado ainda pela empresa produtora e o Presidente assistiu ao filme no avião presidencial – e não o assistiu por inteiro, porque o filme falhou pela metade.

Portanto, é importante que se adquira essa consciência do combate à biopirataria, a começar pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a nobre Deputada. Sei que o meu Líder, Senador José Agripino, fará o encaminhamento, mas temos de nos unir em favor de tudo aquilo que diga respeito ao combate à pirataria, para que isso realmente aconteça.

Não digo que sou um amazônida, mas andei por muito tempo naquela região, como Diretor da Polícia Federal. Havia sempre um desespero de aproveitamento das plantas medicinais que lá se encontram e que, tranqüilamente, eram carregadas por estrangeiros para o exterior para registrar a patente, e nós tínhamos que comprar o remédio pronto saindo da Amazônia.

Deputada, V. Ex^a traz, com carinho, com simpatia, com a beleza de alma e de coração, algo que satisfaz não só os amazonenses, mas principalmente os brasileiros.

No início desta sessão, o Senador Arthur Virgílio já pedia para votar seu projeto e que, antes de qualquer outro indicativo, não poderíamos sair daqui hoje sem votarmos o Item nº 14.

Cumprimento V. Ex^a e o Senador Arthur Virgílio. Tenho inveja daqueles que nasceram na Amazônia. Com todo orgulho, sou paulista, mas um amazonense de vivência.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, para discutir, e, em seguida, ouvirei o Líder José Agripino.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, certamente, a aprovação deste projeto de lei vem

refletir a força do sentimento nacional. O combate à pirataria, com certeza, vai contribuir para a produção cultural e artística deste País e vai estimulá-la. Seguramente, o combate à biopirataria também vai avançar no caminho da preservação da nossa biodiversidade, para que possamos efetivamente aproveitar o extraordinário potencial do País.

Cumprimento a nossa querida Deputada Vanessa Grazziotin pela sua dedicação, pelo empenho e esforço pessoal que despendeu para a aprovação desta matéria tão importante para o povo brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos votando o projeto que institui o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. Estamos votando projeto de lei que estabelecerá, no calendário de um ano, o dia-referência para se debater, se discutir e se articular o combate à biopirataria. Trata-se de uma tese extremamente positiva, e a Deputada autora se faz presente.

Aparentemente, o projeto cuida da instituição de um dia, como o dia do comerciante, o dia do jornalista, o dia do combate à droga. Mas é um dia-referência, em que a população do Brasil, alertada pelos meios de comunicação, vai comemorar o combate à pirataria e vai exercitar os instrumentos de combate à pirataria. Vai ser o dia da conscientização do “não” à biopirataria.

De modo que, com essas considerações, quero dizer que meu Partido, gostosamente, vota favorável. Meu voto será “sim”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero parabenizar a autora do projeto, a Deputada Vanessa Grazziotin, e lembrar que a pirataria alimenta – é claro – principalmente o mercado informal.

É comum, em todas as cidades brasileiras, nas calçadas, um mercado ambulante muito forte, o camelô, que trabalha bastante com esse tipo de mercadoria. Acaba-se gerando um tipo de emprego, um emprego informal, uma oportunidade de trabalho e renda para algumas pessoas que vivem desempregadas.

A pirataria, além de cercear o trabalho industrial formal, o pagamento de impostos e a geração do trabalho com carteira assinada, implica também o problema do uso indevido da propriedade intelectual das pessoas que produzem grandes idéias, principalmente no ramo da música. Vê-se bastante o uso da pirataria com discos e com CDs das pessoas da classe artística e também de outras atividades.

Eu gostaria de sugerir que, ao instituímos um dia de conscientização sobre o combate à pirataria, também refletirmos sobre a necessidade da geração do trabalho com carteira assinada. Portanto, parabéns mais uma vez à Deputada pela idéia.

Evidentemente, votarei favoravelmente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também saúdo a Deputada Vanessa Grazziotin, porque este projeto é extremamente interessante. Obviamente, seria muito importante também que o Governo desistisse dessa **legis** pirataria tenebrosa que faz em muitos momentos, desrespeitando os projetos que há na Casa e encaminhando projeto de origem governamental ou medida provisória.

Ressalto o quanto este projeto é relevante, estabelecendo o dia 3 de dezembro para que o Brasil todo possa discutir as ações relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e às atividades comerciais.

Esse projeto traz ainda a possibilidade de fazer o debate em relação ao tráfico de animais silvestres – claro que não estamos aqui falando de outros animais, animais bípedes, que até deveriam ser exportados do Brasil –, que constitui o terceiro maior comércio ilegal do mundo, movimentando, especialmente em determinadas áreas do País, mais de US\$10 bilhões ao ano.

E há uma questão também muito importante, especialmente para os hipertensos: o mercado de medicamentos relacionados à hipertensão movimentada, anualmente, cerca de US\$500 milhões e utiliza o princípio ativo retirado, Senadora Lúcia Vânia, de algumas serpentes brasileiras, como a jararaca. Aliás, em um Município de Alagoas existe uma jararaca única; não é o meu, pois é claro que sou das onças. Há um Município brasileiro que tem uma jararaca única no mundo, e isso tem relação com o princípio

ativo utilizado na produção de medicamentos, muitos deles apropriados indevidamente das serpentes brasileiras.

Assim sendo, parabéns à Deputada Vanessa Grazziotin. Espero que todo dia 3 de dezembro possamos prestar contas à sociedade, à opinião pública, daquilo que, de fato, é de interesse público, porque dá conta do desenvolvimento científico, tecnológico e das atividades comerciais do nosso País. Portanto, esperamos que, no próximo dia 3 de dezembro, tenhamos condição de exigir do Governo que preste contas à sociedade e que este Congresso assuma a responsabilidade, deixando a subserviência e a subordinação, e cobre ações concretas do Governo naquilo que diz respeito às ações de combate à pirataria e biopirataria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção, com os cumprimentos à Deputada Vanessa Grazziotin.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

(Nº 2.487/2003, na Casa de Origem)

Institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, a ser celebrado em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A sessão está prorrogada desde às 18 horas e 45 minutos para finalização da Ordem do Dia.

Item 15:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de*

Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, trata-se do requerimento do Senador Arthur Virgílio?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não. É o Item 15 da pauta. Estamos tratando de um parecer de V. Ex^a sobre o acordo de isenção de taxas e emolumentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

(Nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 16:**

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal *The New York Times*, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, § 1º, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada de pauta do item 16 da Ordem do Dia de hoje, Requerimento nº 759, de 2005, de minha autoria, para que conste da pauta da Ordem do Dia de 7 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 17:**

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em votação a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo).

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 18:**

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1278, DE 2005

Requer voto de aplauso à Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, pelo transcurso de seu 70º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Rádio Tupi, que, no dia 25 de setembro de 2005, completou 70 anos de existência.

Requeiro, também, que, deste Voto de Aplauso, sejam cientificados a Rádio Tupi e, por intermédio de seus dirigentes, toda a equipe que ali trabalha.

Justificativa

À Rádio Tupi do Rio de Janeiro pode-se atribuir, com legitimidade, a expressão popular com que carinhosamente se costuma identificar uma entidade ou uma pessoa com a sua ação ou prática. Criada pelo empreendedor Assis Chateaubriand, de fato, a Tupi, ou a chamada *Super-Tupi*, é sinônimo de Rádio, na sua melhor acepção. Sua presença no País já ultrapassou meio século de existência, sempre correta, sobretudo como veículo informativo, além, naturalmente, do entretenimento. E, pois, merecedora desse Voto de Aplauso do Senado da República, neste ensejo em que a emissora carioca completa 70 anos.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio** – Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os dois requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 19:**

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Uma vez que a matéria já está instituída pela Comissão de Educação, em audiência, o Projeto vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, retorna à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 20:**

REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando que seja concedido voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”.

Parecer favorável, sob nº 1.862, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que me inscrevesse para falar pela Liderança do PL após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está devidamente inscrito. Comunico apenas a V. Ex^a que, tão logo tenhamos o encerramento da sessão da Câmara dos Deputados, vamos proceder à realização da sessão do Congresso Nacional.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria apenas de solicitar a V. Ex^a que inclua na Ordem do Dia de hoje a votação de um requerimento de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Romeu Tuma, Magno Malta e minha também, que trata da criação de uma comissão para, em trinta dias, apresentar propostas, inclusive ao Orçamento, na área de segurança pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se não houver objeção por parte dos Líderes, colocarei em votação o requerimento dos nobres Senadores.

Como não há objeção, passa-se à votação do Requerimento nº 1.261.

REQUERIMENTO Nº 1.261, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.261, de 2005, da Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Interna de Segurança Pública, com a participação de sete senadores titulares e sete suplentes, com a finalidade de estudar os principais problemas de segurança pública no País.

Votação do Requerimento, em turno único.

As senhoras e senhores senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum relativamente a esse requerimento.

O meu objetivo ao fazer isso é um só: é que há duas PECs, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Fátima Cleide, que são matérias pacíficas, mas temos que testar o quórum. Então, por precaução, quero sugerir à Casa que se faça a verificação de quórum para vermos da conveniência de votarmos ou não as propostas de emenda à Constituição.

Peço verificação de **quórum**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço apenas o apoio de três Senadores para que possamos proceder à verificação.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Arthur Virgílio e a Senadora Fátima Cleide apóiam o pedido.

Passamos, portanto, à verificação requerida pelo Senador José Agripino.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que fizesse a chamada de todos os Senadores, porque houve acordo para que se votasse a matéria relativa ao Cade e a PEC. Votou-se toda a Ordem do Dia, mas as PECs não foram votadas. Aí, evidentemente, não é um acordo sério.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que compareçam imediatamente ao plenário. Há um pedido de verificação de quórum, e é muito importante a presença de todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB pede a presença de todos os seus Senadores em plenário e recomenda o voto “sim”. O pedido de verificação é meritório, ele serve como teste para nós sabermos se podemos continuar apreciando outras matérias que exigem quórum qualificado, como, por exemplo, as propostas de emendas constitucionais, as quatro que estão em tela, e outras matérias da Ordem do Dia.

Portanto, o PSDB vota “sim” e pede a presença de todos os seus Senadores para nós reafirmarmos o quórum positivo nesta noite.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar o voto “sim” relativamente ao requerimento que propõe a formação

de uma comissão para discutir subsídios à política de segurança pública.

Só não entendo por que o PFL e o PSDB estão tentando derrubar uma proposta feita pela Senadora Heloísa Helena. Eles têm estado sempre muito juntos, mas, na hora que ela toma uma iniciativa positiva para formular políticas públicas, eu vejo o Senador Arthur Virgílio e Senador Agripino Maia tentando inviabilizar uma iniciativa meritória. Eu, como sempre, posiciono-me pela natureza da proposta, pela consistência da iniciativa. Portanto, quero parabenizá-la, porque realmente é uma iniciativa que ajuda a pensar um grande problema de interesse nacional.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, creio que meu pedido de verificação de **quorum** já produziu um fato inédito neste Plenário, pelo menos num período de dois anos: um elogio público do Senador Aloizio Mercadante a uma iniciativa da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Milagre!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Elogio público que está gravado e que, certamente, será objeto de uso em algum momento. Fico muito feliz pelo fato de ter ensejado esse espetáculo de magnanimidade, de altruísmo, proporcionado pelo Senador Aloizio Mercadante em relação a um requerimento do qual sou apenas modesto subscritor, porque a autoria, de verdade, é da Senadora Heloísa Helena.

Agora, quero mesmo é pedir a presença dos Senadores do PFL, porque, se S. Ex^{as} não vierem todos para cá, quem será crucificado serei eu, que fui o autor do pedido de verificação de quórum.

Peço aos Senadores do PFL que compareçam ao plenário para dar **quorum**, pois há 25 Senadores e temos de chegar, pelo menos, a 41 Senadores presentes.

O voto é “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não tenho dúvidas de que raciocina corretamente o Senador Mercadante quando diz que isso pode se transformar, sem dúvida alguma, em peça de campanha eleitoral do P-SOL se a Senadora Heloísa Helena quiser. S. Ex^a foi elogiada publicamente e não sem méritos.

A discordância que coloco em relação ao Líder é que S. Ex^a diz “...quando a Senadora faz algo meritório”, deixando transparecer uma discriminação à Senadora. S. Ex^a sempre faz coisas meritórias aqui;

sempre se porta com correção; é extremamente atenta a casos de desvio de recursos públicos; porta-se muito atentamente em relação à execução dos recursos de que dispõem os ministérios; defende o seu Estado, diverge do meu Partido muitas vezes, mas não consigo ver na Senadora Heloísa Helena uma pessoa de obra única. Vejo uma Senadora operosa, conhecedora do Regimento e, portanto, lamento que apenas agora, depois de tanto tempo de companheirismo e pouco tempo de dissidência, o Senador Aloizio Mercadante tenha reparado que se trata de uma grande Senadora, merecedora de elogios e, quem sabe, candidata à Presidente pelo P-Sol, podendo exibir o Líder do Governo Lula a dizer que ela é merecedora de encômios e de elogios.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ter sido citado, invoco o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, não leve essas coisas em consideração porque o ciúme na política é um sentimento mais desprezível do que o ciúme em qualquer outro lugar.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Primeiro, nesta Casa jamais me posicionei em relação à proposta apresentada pela autoria da proposta. O que vale aqui é o argumento e a consistência da proposta. Uma proposta que tem por objetivo estudar um problema tem de ser aprovada. Seguramente, na discussão, no aprofundamento, as nossas divergências vão aparecer, como sempre apareceram. Mas uma proposta para estudar uma política de segurança pública, é evidente, tem de ser apoiada.

O que não consigo entender é a atitude dos Líderes do PFL e do PSDB que, imediatamente, pediram verificação. Eles não permitem que se formule uma proposta para estudar o problema da segurança pública. Claramente, há um movimento de obstrução para não se chegar aos 41 votos, liderado pelos Senadores José Agripino e Arthur Virgílio.

É contra isso que quero protestar, porque a segurança pública merece aprofundamento. Fizemos o Estatuto do Desarmamento. Hoje mesmo votamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, várias matérias importantes na defesa de uma nova política de segurança pública, aprimorando a respon-

sabilidade dos Estados, o sistema prisional. Portanto, não posso entender porque apunhalar pelas costas quem sempre esteve junto. Sempre estivemos juntos em todas as matérias.

Então, gostaria, basicamente, de dizer que estudar o problema tem que ter apoio de todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores. E peço o voto “sim” independente de quem apresenta, sempre me posicionarei pela natureza da proposta que está sendo apresentada.

Estranho é o comportamento dos Líderes, que querem inviabilizar uma iniciativa meritória.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Até então estava tudo bem. Sei que o Senador Aloizio Mercadante fez apenas uma brincadeira, inclusive na hora nem deu o apoio para verificação de **quorum**. Está tudo bem.

Mas não posso também deixar de cair um pouquinho na provocação quando fala que quem sempre andou junto apunhalou-o pelas costas. Primeiro, porque sempre andei junto com o PT, que me apunhalou pelas costas. Com o PSDB e com o PFL, nunca andei junto.

Voto algumas matérias aqui na Casa, como voto também se for de origem governamental e se for boa, importante para o Estado de Alagoas ou para o meu Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mas é claro que temos que investigar melhor as razões do apoio dado pelo Senador Aloizio Mercadante à constituição da comissão. Esta é uma das vocações do PT: constituir comissões.

A Senadora quer, de fato, fazê-la **in loco**, verificar as causas de problemas seculares do Nordeste e, agora, acontecimentos trágicos da minha região, no Amazonas.

Mas sabemos que o PT tem como vocação tanto convocar para reunir, quanto reunir para convocar. Então, toda vez que se fala em grupo de trabalho, cons-

tituição comissão, debate, até para não se chegar a resultados objetivos, o PT dá logo, inequivocamente, o seu apoio.

Penso até que não era o mérito que estava sendo visualizado pela Liderança do Governo; era mais o gesto e o hábito. É mais uma comissão? Então, outra comissão. O PT é o Partido que convoca para reunir e reúne para convocar e faz deste País um país paralisado por tantas comissões que fazem da burocracia a verdadeira governante de um certo desgoverno que estamos vendo pairar sobre nossas cabeças.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha cordialidade vai continuar intacta. Mesmo quando faço uma ironia, mesmo que seja respondida na forma de uma agressão, não vou mudar a minha atitude.

As propostas, quando forem meritórias, terão o meu apoio. Uma proposta que tem por objetivo estudar um problema de política de segurança pública terá o meu apoio.

Por isso, considero absolutamente descabida a intervenção que foi feita, mas é recorrente, faz parte da vida e continuarei respeitando e tratando com cordialidade, que é a minha responsabilidade e a minha forma de trabalhar neste plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para dizer que também achei profundamente descabido e, portanto, vou manter a minha posição aqui como sempre: com muita responsabilidade, como sempre fui disciplinada, responsável, gosto de fazer as coisas certas, mas também tenho um coeficiente de aceitar provação muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 E 08 OFERECIDAS AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2004 (MSF Nº 180, DE 2004)
NÃO TERMINATIVAS

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/05 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR(A): _____

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPIÑO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
LBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 44 Senadores.

Não houve votos contrários.

Total: 44 votos

Está, portanto, aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Presidência propõe ao Plenário a votação de dez requerimentos de audiências de comissões, tramitação conjunta e retirada de projetos.

Se não houver objeção do Plenário, enquanto aguardamos o término da sessão da Câmara, poderemos proceder a essas votações. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que passe à apreciação das emendas e não faça a votação, encerre a discussão, para pelo menos adiantar alguma coisa quanto às emendas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, são apenas requerimentos de audiência de comissão e tramitação em conjunto. Já passamos os itens das emendas. Por sugestão dos próprios autores, elas já foram retiradas em função do **quorum** pequeno, muito baixo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a que faça consignar em ata o meu voto “Sim”, porque cheguei aqui ligeiramente atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Passo à apreciação do Requerimento nº 1.080, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata.

REQUERIMENTO Nº 1.080, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento, nº 1.080, de 2005, do Senador Gerson Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai às Comissões de Educação, Constituição, Justiça e Cidadania, e, posteriormente, à Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Requerimento nº 1.081, de 2005, do Senador Gerson Camata.

REQUERIMENTO Nº 1.081, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.081, de 2005, do Senador Gerson Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação, e, posteriormente, à de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Requerimento nº 1.082, de 2005, da nobre Senadora Lúcia Vânia.

REQUERIMENTO Nº 1.082, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.082, de 2005, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2004, com o de nº 84, de 1999, já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001, e 210 e 368, de 2003, por regularem sobre a mesma matéria.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 323, de 2004, e 84, de 1999, com seus apensos, passam a tramitar em conjunto, e retornam ao exame da Comissão de

Assuntos Econômicos, e, posteriormente à de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo a esta última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros(PMDB – AL) – Requerimento nº 1.129, de 2005, do Senador Romeu Tuma.

REQUERIMENTO Nº 1.129, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.129, de 2005, do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 128 e 168, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 128 e 168, de 2005, passam a tramitar em conjunto, vão às Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, posteriormente, à de Constituição Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros(PMDB – AL) – Requerimento nº 1.130, de 2005, do nobre Senador Osmar Dias.

REQUERIMENTO Nº 1.130, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.130, de 2005, do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2005, da qual é o primeiro signatário.

Votação do Requerimento.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2005, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros(PMDB – AL) – Requerimento nº 1.150, de 2005, do nobre Senador Rodolpho Tourinho.

REQUERIMENTO Nº 1.150, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.150, de 2005, do Senador Rodolpho

Tourinho, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 470, de 2003, e 82, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 470, de 2003 e 82, de 2005, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Requerimento 2005, do nobre Senador Aloizio Mercadante.

REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.168, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, retorna às de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Requerimento nº 1.172, de 2005, do nobre Senador Aloizio Mercadante.

REQUERIMENTO Nº 1.172, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.172, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 213, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 213, de 2001, passam a tramitar em conjunto, retomam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, vão à de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Requerimento 1.179, de 2005, do nobre Senador Delcídio Amaral.

REQUERIMENTO Nº 1.179, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.179, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, retoma à Comissão de assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Último requerimento.

Requerimento nº 1.216, de 2005, do nobre Senador Sérgio Cabral.

REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.216, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, que já se encontram apensados, por tratarem do mesmo assunto.

A Presidência comunica ao Plenário que uma vez aprovado o requerimento, os Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, perdem seu caráter terminativo.

Em votação o Requerimento.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, perdem sua competência terminativa, passam a tramitar em conjunto com Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, de Assuntos Econômicos e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 1.271, de urgência, de 2005**, lido no expediente, para o **Projeto de Resolução nº 44, de 2004**, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial (Bird), no valor total equivalente a US\$30 milhões de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de empréstimo solicitado pelo Governo estadual para o combate à pobreza rural do Estado.

Nós, do Maranhão, estamos inteiramente solidários com a urgência objeto do requerimento posto por V. Exª em votação no plenário do Senado Federal, até porque o prazo de conclusão do acordo é dia 18 deste mês. Como já estamos no dia 9, requeremos essa urgência na Comissão de Assuntos Econômicos, e agora V. Exª o coloca em votação.

Nossa solidariedade completa ao requerimento de urgência para que o projeto seja votado com rapidez e, afinal, assinado o convênio como Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere ficará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, como sugerido anteriormente pelo Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.279, DE 2005

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal sejam apresentadas con Gratulações ao povo do município de Nossa Senhora das Dores, do Estado de Sergipe, pela brilhante realização no ESPAÇO BAN, nos dias 4, 5 e 6 de novembro da ? EDIÇÃO DA FESTA DO BOI, importante festividade que exalta as tradições daquele município sergipano, cuja atividade econômica tem lastro maior na exploração da pecuária de corte que remonta aos antepassados, requerendo, ainda, que as homenagens sejam encaminhadas ao idealizador e organizador do evento senhor ALDON LUIZ DOS SANTOS, ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2005. – Senador **Almeida Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECERES NºS 1.887, 1.888 E 1.889, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre os Avisos nºs 18 e 27, de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos da Resolução nº 20, de 2004, os Relatórios de Execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativos aos períodos de 1º de janeiro a 31 de março de 2005, e de 10 de abril a 30 de junho de 2005; e sobre o Aviso nº 31, de 2005, do Ministério da

Fazenda, encaminhando o relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, por novos limites globais.

PARECER Nº 1.887, DE 2005

(Sobre o Aviso nº 18, de 2005)

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

Em conformidade com o disposto nos arts. 32 e 42 da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda, mediante o Aviso nº 18, de 2005, **encaminha a** esta Casa o Relatório sobre as emissões de títulos da República, no período de 10 de janeiro de 2005 a 31 de março de 2005, no âmbito do *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*.

O Ministro informa que *com o fim do Acordo de Transição da Dívida Externa do Banco Central do Brasil para o Tesouro Nacional, a partir do início de 2005, iniciaram-se as operações no mercado financeiro internacional, sob coordenação exclusiva do Tesouro Nacional, unificando, de forma definitiva, o gerenciamento das dívidas externa e interna, em linha com as melhores práticas internacionais de gerenciamento de dívida pública.*

Esclarece, ainda, que, no período, *não houve oportunidade para a realização de operações de administração de passivos, na forma prevista no inciso II do art. 1º do mesmo normativo.*

Acompanham o Relatório três anexos detalhando as operações realizadas no período, os títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos das referidas operações e todos os demais bônus emitidos ao amparo do referido Programa.

II – Análise

Em 16 de novembro de 2004, mediante a Resolução nº 20, o Senado Federal autorizou a União a executar o *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*, compreendendo operações de emissões de títulos de responsabilidade do Tesouro

Nacional no exterior, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art. 20 da citada Resolução, destacam-se a fixação de um limite para o montante de emissões, de até US\$ 75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas, *colocados de uma só vez ou parceladamente*, a natureza dos títulos, nominativos ou ao portador, sua forma de colocação, mediante oferta internacional e ao juros e prazos a serem definidos por ocasião das negociações.

A autorização estabeleceu, CF. art. 3º da citada norma, que a execução de cada operação de administração de passivos será comunicada ao Senado Federal, no prazo de 30 dias após a sua realização, mediante relatório circunstanciado. Determinou, ainda, consoante art. 4º da Resolução, que *O Ministro da Fazenda apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior...*, com as informações que prescreve.

Portanto, do ponto de vista formal, o Ministro da Fazenda cumpre com as determinações do Senado Federal, ao submeter a sua apreciação o presente Relatório. Todavia cumpre registrar que a Resolução nº 20, conforme visto acima, e salvo melhor interpretação, refere-se à apresentação do relatório pelo Ministro da Fazenda, em reunião desta Comissão.

De qualquer modo, quanto ao mérito do relatório, cumpre-nos ressaltar que a gestão integrada da Dívida Pública Federal, considerando ativos e passivos, tanto internos quanto externos, no âmbito do Tesouro Nacional, deverá proporcionar ganhos, em vista de possíveis reduções de custos e riscos.

Com efeito, a despeito da instabilidade nas taxas de juros – a partir das expectativas acerca da política monetária norte-americana em face do baixo crescimento e do controle de inflação – o Brasil efetuou três

novas operações de colocação de títulos de renda fixa no período. Na primeira emissão, foram captados EUR 500 milhões, com juro (cupom anual) de 7,375% e **spread** de 398,5 pontos-base acima do título de referência do Tesouro Alemão (bund), com vencimento em janeiro de 2015.

Na segunda emissão, foram captados USD 1,25 bilhão, cujo título pagará cupom anual de 8,75% ao ano e **spread** de 431 pontos-base acima do título de referência do Tesouro americano, com vencimento em fevereiro de 2025.

Na terceira emissão, foram captados USD 1 bilhão, aproveitando-se *grande aceitação no mercado internacional pelos títulos brasileiros*. O título pagará cupom semestral de 7,875% ao ano, com *spread* de 352,5 pontos-base acima do citado título de referência do Tesouro americano, com vencimento em fevereiro de 2015.

Segundo o Relatório, os recursos captados no trimestre, somados aos do último trimestre de 2004, *representam uma antecipação considerável das necessidades de financiamentos externos via lançamentos de bônus para o ano de 2005* e demarca margem razoável de tranquilidade na administração da dívida.

Depreende-se que houve, no período, a execução de uma política de substituição de dívida pública federal interna por externa, mediante captações nos mercados internacionais a taxas de juros mais baixas que as prevalecentes no mercado interno. Abstraindo-se do risco cambial embutido em tais operações, a administração integrada da dívida, pelo Tesouro Nacional, sinaliza para reduções dos custos financeiros desses débitos.

III – Conclusão

Diante do exposto, e em conformidade com o art. 133, do Regimento Interno do Senado Federal, concluso pelo arquivamento do relatório sobre a execução do *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*, relativo ao primeiro trimestre de 2005, que acompanha o Aviso nº 18, de 2005, do Ministro da Fazenda.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2005.

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/09/05. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
V 10	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

AMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
SARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
BERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
ALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
OSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

LOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
NA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
ELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DUARDO SUPICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
MÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
TRÍCIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

IMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
-----------	--------------------

PARECER Nº 1.888, DE 2005

(Sobre o aviso nº 27, de 2005)

Relator: Senador **Osmar Dias**

Conforme o disposto no art. 40 da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro de Estado da Fazenda, mediante o Aviso nº 27, de 2005 (nº 291/MF, de 28 de julho de 2005, na origem), encaminha a esta Casa o Relatório de Execução sobre as emissões de títulos da República, no período de 10 de abril a 30 de junho de 2005, no âmbito do *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*.

O Ministro informa que *as emissões ocorridas no período, como no primeiro trimestre, foram realizadas sob a coordenação exclusiva do Tesouro Nacional, que desde o início de 2005 unificou o gerenciamento das dívidas externa e interna, de acordo com as melhores práticas internacionais de gerenciamento de dívida*.

Paralelamente, esclarece que, no trimestre, a conjuntura de baixa aversão ao risco e elevada liquidez no mercado internacional colaboraram para a realização de operações de captação *em condições atraentes, com significativa redução de spread sobre os juros dos títulos do Tesouro norte-americano*. Tais operações consistiram na reabertura de títulos já existentes, com o objetivo de aumentar a liquidez desses papéis.

Em anexo ao Relatório, têm-se quadros com o detalhamento das operações realizadas no período e dos títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos das referidas operações, além de todos os demais bônus emitidos ao amparo do Programa acima referido.

Em 16 de novembro de 2004, mediante a Resolução nº 20, o Senado Federal autorizou a União a executar o *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*, compreendendo operações de emissões de títulos, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art. 2º da citada Resolução, destacam-se: a fixação de um limite para o montante total de emissões, de até US\$ 75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas, *colocados de uma só vez ou parceladamente*; a modalidade dos títulos, se nominativos ou ao portador; a sua forma de colocação, mediante oferta internacional; os juros e prazos a serem definidos por ocasião das negociações.

Estabeleceu ainda a norma de que a execução de cada operação de administração de passivos será comunicada ao Senado Federal, no prazo de 30 dias após a sua realização, mediante relatório circunstanciado (CF art. 30) devendo o Ministro da Fazenda apresentar, em reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos, em

até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa (CF art. 49).

Vale dizer, a apresentação do presente Relatório ao Senado Federal cumpre exigência formal contida na Resolução nº 20, de 2004. Isso posto, cabe destacar, a seguir, as operações realizadas no período e os benefícios daí oriundos para o País.

Houve três emissões no período em questão. A primeira delas consistiu na reabertura, em 17 de maio de 2005, do *Global 2019*, cujo vencimento será em 14 de outubro de 2019. Foram captados US\$ 500 milhões, ao preço de 100,375% de seu valor de face, proporcionando uma rentabilidade de 8,830% ao ano (a.a.) ao investidor. O **spread** sobre o título de referência do Tesouro dos EUA com prazo de 10 anos ficou em 458 pontos-base.

No dia 2 de junho de 2005 deu-se a segunda emissão do trimestre, a reabertura do *Global 2034*, segundo papel mais longo da dívida externa brasileira colocado em mercado, cujo vencimento será em 20 de janeiro de 2034. Captaram-se US\$ 500 milhões, com cupom de 8,250% a.a., ao preço de 94,125% do valor de face. A rentabilidade resultante foi, portanto, de 8,814% a.a. e o **spread** de 440 pontos-base acima do título de referência do Tesouro dos EUA, com vencimento em 2031.

A terceira e última captação foi a reabertura do *Global 2015*, em 27 de junho de 2005. O título vence em 7 de março de 2015 e foram captados US\$ 600 milhões, ao preço de 100,945% do valor de face. A rentabilidade ao investidor ficou em 7,732% a.a. e o **spread** alcançou 363 pontos-base acima do título de referência do Tesouro dos EUA, com prazo de 10 anos.

O Relatório informa que a emissão de US\$ 1,6 bilhão completa o montante de US\$ 6 bilhões previsto para todo o ano de 2005, ou seja, atinge a meta de captações um semestre antes do prazo, o que bem reflete as condições favoráveis de administração da dívida anteriormente referidas. Adicionalmente, cabe destacar que o Tesouro Nacional ainda tem um limite de US\$ 70 bilhões disponível para emissão nos termos da Resolução nº 20, de 2004.

Nesse contexto, observa-se a continuidade de uma política de substituição de dívida pública federal interna por externa, mediante captações nos mercados internacionais a taxas de juros mais baixas que as prevalentes no mercado interno. Mantidas as condições de relativa estabilidade cambial verificadas ao longo dos últimos meses, a estratégia aponta para uma redução dos custos financeiros do Tesouro.

Diante do exposto, e em conformidade com o art. 133, do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos pelo arquivamento do relatório sobre a execução do *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*, relativo ao segundo trimestre de 2005, que acompanha o Aviso nº 27, de 2005, do Ministro da Fazenda.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
AVISO Nº 27, DE 2005 (Nº 291-MF, NA ORIGEM)
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/10/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR(A): _____

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

LOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
ELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
DÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
ATRÍCIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

AMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
-----------	--------------------

PARECER Nº 1.889, DE 2005

(Sobre o Aviso nº 31, de 2005)

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

Relator **ad hoc**: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Em conformidade com o disposto no inciso II do art. 1º e nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda encaminha a esta Casa, mediante o Aviso nº 31, de 2005, o relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, bônus Brady (C Bond), por novos títulos Globais (A Bond).

Além da parte descritiva, o relatório inclui às seguintes documentos: quadros com o cronograma de eventos da operação (Anexo 1), descritivo da estrutura de troca (Anexo II), características do novo título (Anexo III), características do título retirado (Anexo IV) e detalhamento dos pagamentos associados à troca (Anexo V).

II – Análise

Em 16 de novembro de 2004, mediante a Resolução nº 20, o Senado Federal autorizou a União a executar o *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*, compreendendo operações de emissões de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art. 20 da citada Resolução, destacam-se a fixação de um limite para o montante de emissões, de até US\$ 75 bilhões ou seu equivalente em outras mo-

edas, *colocados de uma só vez ou parceladamente*, a natureza dos títulos, nominativos ou ao portador, sua forma de colocação, mediante oferta internacional e os juros e prazos a serem definidos por ocasião das negociações.

A autorização estabeleceu, CF. art. 30 da citada norma, que a execução de cada operação de administração de passivos será comunicada ao Senado Federal, no prazo de 30 dias após a sua realização, mediante relatório circunstanciado. Determinou, ainda, consoante art. 40 da Resolução, que *O Ministro da Fazenda apresentará em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior...*, com as informações que prescreve.

Portanto, do ponto de vista formal, o Ministro da Fazenda cumpre com as determinações do Senado Federal, ao submeter a sua apreciação o presente Relatório. Ademais, cumpre registrar que, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, o Ministro da Fazenda apresentará, em reunião desta Comissão, relatório sobre a execução do Programa como um todo, no prazo de trinta dias após o final de cada trimestre.

Conforme já informado anteriormente nesta Comissão, *com o fim do Acordo de Transição da Dívida Externa do Banco Central do Brasil para o Tesouro Nacional, a partir do início de 2005, iniciaram-se as operações no mercado financeiro internacional, sob coordenação exclusiva do Tesouro Nacional, unificando, de forma definitiva, o gerenciamento das dívidas externa e interna, em linha com as melhores práticas internacionais de gerenciamento de dívida pública*

Mediante o relatório sob exame, o Ministro informa que, nos termos da Resolução nº 20, do Senado Federal, o Governo concluiu, em 1º de agosto próximo passado, ‘operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, bonus Brady, por novos títulos Globais’ e que a troca teve como objetivo ‘reduzir o volume de amortizações a serem pagas nos próximos anos.’ Atuaram como agentes os bancos JPMorgan

e Credit Suisse First Boston, selecionados com base na Lei nº 8.666, de 1993, que trata das licitações públicas, na experiência e na capacidade de colocação de títulos de emissores emergentes no mercado internacional.

A troca de títulos de capitalização C Bond por novos bônus Globais, denominados Bônus de Amortização (A Bond), caracteriza-se pelo fato de os novos títulos terem amortização somente a partir de 2009 e de não possuírem cláusula de resgate antecipado. Mantém o mesmo cupom anual de juros, 8,00%, e fluxo de caixa semelhante aos antigos papéis.

A operação de troca foi realizada a uma razão fixa, sob a qual foram entregues 1,05549 novos títulos para cada unidade de título antigo. Como o saldo devedor do C Bond, no momento da troca, em agosto de 2005, correspondia a 1,0554907674 dólares, "...a operação gerou uma redução, ainda que pequena, no endividamento do País, pelo fato da razão de troca ter sido ligeiramente inferior ao fator correspondente ao saldo devedor do título resgatado." Com efeito, US\$4.509.268.711,98 em saldo devedor de C Bonds, com vencimento em abril de 2014, a serem pagos em 18 parcelas iguais a partir de outubro de 2005, foram trocados por US\$ 4.508.571.000,00 de Bônus de Amortização (A Bond), com vencimento em janeiro de 2018, amortizáveis em 18 parcelas semestrais, sendo a primeira em julho de 2009, conforme informações constantes dos anexos III e IV ao citado relatório.

Depreende-se que a troca de títulos em análise, além de redução no valor nominal da dívida externa, ainda que pequena, alongou o perfil do endividamento (3,75 anos acima do título substituído), sem acréscimo de custos e com alívio nos comprometimentos de recursos públicos com os encargos de amortização nos próximos anos, correspondente a US\$1,8 bilhão entre outubro de 2005 e 2008.

Todos esses fatores contribuem para diminuir o risco de refinanciamento da dívida e implicam redução de custos futuros na captação de recursos pelo País. Dois fatores apoiaram a troca favorável: em primeiro lugar, o comportamento do preço do C Bond em face

da melhoria dos fundamentos econômicos do País e, em segundo lugar, o fato de que o C Bond – por ter origem no Plano Brady de reestruturação de dívida externa – "...reduz a sua demanda potencial, já que muitos investidores institucionais não podem adquirir tais títulos."

O Ministro da Fazenda relata, também, que a eliminação de grande parte de um título associado ao processo de renegociação da dívida externa brasileira e, portanto, a um passado de turbulências econômicas, tende a "melhorar a percepção dos investidores quanto à capacidade do País de honrar seus compromissos externos." O próprio mercado internacional endossa essa perspectiva, na medida em que os agentes negociam, no mercado secundário, títulos oriundos do processo de renegociação da dívida externa a preços inferiores aos dos títulos emitidos em condições soberanas.

Informa o Ministro, por fim, consoante o Anexo V do relatório, que a operação de troca prevê pagamentos de: US\$ 100,6 milhões, referentes a juros sobre os títulos entregues na troca e correspondentes ao período do último pagamento de cupom (de abril de 2005 até a liquidação da operação em 1º-8-2005); US\$ 679 mil relativos a 'arredondamento para menos nas quantidades de novos bônus entregues na troca" e US\$ 12,8 milhões a título de comissão dos agentes da operação (JPMorgan Securities mc e Credit Suisse First Boston LLC).

III – Conclusão

Em face do exposto e em conformidade com o art. 133, V, d, do Regimento Interno do Senado Federal, concluo que seja dado conhecimento aos membros desta Comissão do teor do relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira e, em seguida, que o mencionado relatório seja arquivado.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
AVISO Nº 31, DE 2005 (Nº 336-MF, NA ORIGEM)
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/10/05. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

SENADOR GILBERTO MESTRINHO, RELAT

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

ACF

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCIDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

PARECER Nº 1.890, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “s” nº 26, de 2004 (nº 1.589/2004, na origem) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que encaminha cópia da análise do processo em que a Monsanto Company adquiriu a Cargill Incorporated.

Relator: Senador **Almeida Lima**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Ofício “5” nº 26, de 12 de julho de 2004, do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o qual encaminha cópia da decisão que aprova, sem restrições e com uma recomendação, o ato de concentração econômica em que a Monsanto Company adquiriu a Cargill Incorporated.

A decisão do CADE reconhece a existência de dois mercados relevantes em análise: mercado de sementes agrícolas (milho híbrido, sorgo granífero e forrageiro híbrido e girassol) e mercado de defensivos agrícolas (herbicidas) à base de glifosato.

Anota, ainda, para a existência de complementaridade entre esses mercados (quem compra sementes necessita comprar herbicida), o que influi na estratégia comercial das empresas vendedoras de sementes, as quais passam a oferecer, também, herbicidas para a venda.

Essa circunstância, segundo o CADE, aumenta a probabilidade de ocorrência de infração à ordem econômica conhecida como venda casada, por meio da qual: a) a venda de sementes ficaria condicionada à compra do herbicida indicado pelo vendedor; ou b) a venda de sementes estaria livre da compra do herbicida, mas nesse caso o vendedor condiciona a oferta de garantia para a eficiência das sementes à compra do herbicida por ele indicado.

Considera o CADE, ademais, que a Monsanto Company possui posição dominante em ambos os mercados e que, se o plantio de produtos transgênicos for autorizado (fato que, à época, 12 de julho de 2004, ainda não havia ocorrido), sua posição dominante no mercado de sementes agrícolas será sensivelmente incrementada, o que levaria a uma maior possibilidade de imposição de venda casada entre a semente transgênica e o herbicida fornecidos pela Monsanto.

Conclui, por fim, pela aprovação da compra da Cargill por Monsanto, com a adoção de recomendação à Monsanto, para que: a) não proceda à prática de venda casada de suas sementes (transgênicas ou não)

com os herbicidas que comercializa; e b) não condicione a concessão de garantia pós-venda para as sementes à compra de seu herbicida à base de glifosato, **verbis**: *A empresa Monsanto não poderá restringir a garantia concedida para a semente somente quando for utilizado o seu herbicida na lavoura em questão, devendo esclarecer nas especificações técnicas das sementes comercializadas que as mesmas poderão ser utilizadas com outras marcas de herbicidas à base de glifosato, desde que estas marcas estejam devidamente autorizadas pelo Ministério da Agricultura para esta finalidade específica.*

Determina o CADE, em derradeiro, expedição de ofício às autoridades que indica, para *tomarem ciência e adotarem as providências que entenderem cabíveis no âmbito de suas competências.*

II – Análise

Do relatório exposto, evidencia-se o intuito do CADE em encaminhar o presente Ofício “S”: alertar as autoridades e instituições públicas para o fato de que a autorização para o plantio de transgênicos aumenta a probabilidade de ocorrência de abuso de poder econômico no mercado brasileiro de defensivos agrícolas à base de glifosato.

Tal prática seria efetivada pela Monsanto, que importaria a venda de seu herbicida como condição à oferta de garantia pela qualidade e eficiência das sementes geneticamente modificadas.

Ocorre que, de um lado, o tema referente à autorização para o plantio de sementes geneticamente modificadas já foi apreciado pelo Congresso Nacional, resultando na aprovação da Lei de Biossegurança – Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

E, de outro lado, a questão referente à possibilidade de venda casada foi devidamente analisada e decidida pelo próprio o CADE, o qual *impôs obrigação de não fazer à Monsanto*, a fim de que a concessão de garantia para a semente transgênica não esteja condicionada à compra de seus herbicidas.

Nesse contexto considerado, deve-se concluir que o CADE já tomou as providências necessárias para assegurar a manutenção de condições concorrenciais nos mercados de sementes e herbicidas à base de glifosato.

III – Voto

Em razão do exposto, voto pelo arquivamento do Ofício “5” nº 26, de 2004.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
OFÍCIO "S" Nº 26, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/10/05. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCIDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

PARECER Nº 1.891, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101, de 2002, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101, de 2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de novembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 1.891, DE 2005

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101, de 2002, na Casa de origem).**Acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para dispor sobre o exame do produto pelo consumidor no ato da compra.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 31.

§ 1º O consumidor poderá examinar o produto no ato da compra, na presença do fornecedor, sem prejuízo dos prazos previstos no art. 26.

§ 2º Constatado o vício do produto no exame a que se refere o § 1º, o consumidor poderá exercer desde logo as prerrogativas do § 1º do art. 18.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica aos produtos que devam ser ofertados em embalagem lacrada, por força de lei ou por determinação de autoridade competente, aos alimentos pré-embalados e aos produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO GSSS Nº 605

Brasília, 9 de novembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, embora meu nome figurasse no painel eletrônico, não pude estar presente à sessão plenária do dia 8 de novembro, em virtude de minha participação na abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar Brasileira sobre População e Desenvolvimento, na qualidade de membro, assunto de extremo interesse de meu Mandato Parlamentar. Justifico, portanto, minha ausência em plenário no referido dia.

Aproveito a oportunidade para expressar protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Serys Shessarenko**, Senadora PT/MT.

Ofício nº 396/2005 – GSPP

Brasília, 9 de novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: Justificativa por ausência à votação nominal de 9 de novembro de 2005.

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que, em 09 de novembro de 2005, registrei minha presença no plenário desta Casa Legislativa. Porém, por motivos de viagem, por interesse político/partidário, fui obrigado a me ausentar antes da votação nominal ocorrida no período vespertino.

2. Desta forma, solicito que Vossa Excelência considere justificada a minha ausência na data de 9 de novembro de 2005, por motivos relevantes e impestivos.

Sendo o que se apresenta, agradeço a atenção dispensada ao assunto.

Atenciosamente, – **Paulo Paim**, Senador PT/RS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Arthur Virgílio, Reginaldo Duarte, Romeu Tuma e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste momento para registrar as seguintes matérias, todas de autoria do Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC):

I – “As contas externas e o PIB”, publicada no **Jornal do Commercio**, em sua edição do dia 14 de setembro de 2005. A matéria destaca que o semanário britânico **The Economist** publicou previsões feitas por analistas de um grupo de instituições financeiras, a respeito dos saldos em conta corrente de diversos países, em percentagem do PIB. Conclui o mesmo que, “na visão dos analistas internacionais, todos os países que apresentam hoje uma relação positiva, terão, sem exceção, uma relação menor em 2006. Dessa forma, parece que a expectativa assim criada seria sinal de que estaria em marcha um ajuste nas contas externas dos Estados Unidos”.

II – “Economia e política”, publicada no **Jornal do Brasil**, em sua edição do dia 14 de setembro de 2005. A matéria destaca que na Grécia Antiga, a economia representava o conjunto de leis e normas que comandavam o governo da casa e a política regia a organização da cidade-estado. Pergunta o autor da mesma se a crise, configurada pela derrocada

da ética na função pública, vai ou não contaminar a confortável situação econômica vivida pelo Brasil atualmente.

III – “A liberdade de comércio e os produtos agrícolas”, publicada no **Jornal do Commercio**, em sua edição do dia 22 de setembro de 2005. A matéria destaca que o “relatório recentemente divulgado pela Organização Econômica para o Desenvolvimento (OECD) assinala que foi pequeno o avanço feito nas duas últimas décadas no sentido da liberalização do comércio internacional de produtos da agropecuária e que a política agrícola dos países economicamente mais avançados distorce não só os mercados externos como também os mercados internos”.

IV – “Por um corte de gastos drástico e eficaz”, publicada no **Jornal do Brasil**, em sua edição do dia 25 de setembro de 2005. A matéria destaca que “todas as análises sobre o desequilíbrio fiscal-orçamentário do setor público e sua influência negativa sobre a inflação e o crescimento econômico levam a uma única conclusão: a imprescindível necessidade de redução dos gastos do governo”.

Pela oportunidade dos assuntos, requeiro que as matérias acima citadas sejam dadas como lidas e consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar artigo intitulado “Sombras, mais sombras”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 27 de outubro do corrente.

Segundo o autor, a acareação entre Gilberto Carvalho e os irmãos de Celso Daniel apenas lançou mais sombras sobre as já densas sombras que entristeciam nossa pátria. A verdade é que, desde que o PT entrou no governo, abandonou a busca dos verdadeiros culpados pela morte do ex-prefeito de Santo André.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As contas externas e o PIB

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Confederação Nacional do Comércio

O semanário britânico *The Economist* publicou previsões feitas por analistas de um grupo de instituições financeiras, como o Deutsche Bank, o HSBC e o UBS, entre outras, a respeito dos saldos em conta corrente de diversos países, em percentagem do PIB. Para o Brasil, a previsão é de um saldo positivo de 1,4% do PIB em 2005 e 0,6% em 2006.

Em números redondos, estamos falando de algo em torno de US\$ 9 bilhões, neste ano e US\$ 4 bilhões, no próximo. Como a conta de serviços é estruturalmente deficitária, os saldos previstos serão resultado do desempenho das exportações. Muito provavelmente, a queda na relação entre um ano e outro resultaria do desconto, pelos analistas, da perda de competitividade via câmbio valorizado e aumento das importações.

Seja como for, para o Brasil, as previsões sobre o comportamento do balanço em c/c, medido em relação ao PIB, contrastam com os saldos negativos para países do Leste Europeu recentemente incorporados à União Europeia, como a Polónia e a Hungria. Neste último país, a relação é de -8,1%, tanto em 2005 como 2006.

Da mesma forma, na América Latina, México, Colômbia e Peru denotariam uma relação negativa, embora diferenciada de um país a outro. Para a Argentina, a expectativa é de um saldo positivo de 1,0% do PIB em 2005 e 0,2% em 2006. Por sua vez, a Coreia do Sul e Taiwan apresentam a relação saldo em conta corrente/PIB bem melhor que a do Brasil.

A previsão, para a Coreia, é de 2,6% em 2005 e 1,8% em 2006 e, para Taiwan, de 4,7% e 4,4%, respectivamente.

Plataformas

Além disso, Hong Kong e Cingapura apresentam uma relação muito alta, mas são casos extremos, que distorcem qualquer comparação. Dada a pequena dimensão territorial, esses países representam verdadeiras plataformas de exportação de bens e serviços, baseadas largamente na operosidade da força de trabalho chinesa.

Cingapura chega a uma relação prevista de 25% do PIB em 2005 e 24,4% em 2006. Casos extremos também, embora por motivo diferente, são o da Rússia, com relação de 10,7%, em 2005, e 7,1%, em 2006, e o da Venezuela com 12% e 9%, em cada um desses dois anos, respectivamente. Para esses dois países, a expectativa dos analistas está fortemente influenciada pelos

ganhos extraordinários derivados da escalada de preços do petróleo.

Por último, a China Continental apresentaria uma relação de 5,9% em 2005 e 5% em 2006, acusando, talvez, um efeito da recente minivalorização de sua moeda. Desse rol de previsões, que vinculam uma expectativa das contas externas ao PIB de cada país, é possível concluir que a relação para o Brasil poderia ser ainda mais favorável do que a atualmente prevista, não fosse o câmbio valorizado que começa a comprometer o desempenho de segmentos voltados para a exportação.

ambém é possível concluir que, na visão dos analistas internacionais, todos os países que apresentam hoje uma relação positiva, terão, sem exceção, uma relação menor em 2006. Dessa forma, parece que a expectativa assim criada seria sinal de que estaria em marcha um ajuste nas contas externas dos Estados Unidos.

A liberdade de comércio e os produtos agrícolas

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Confederação Nacional do Comércio

Relatório recentemente divulgado pela Organização Econômica para o Desenvolvimento (OECD) assinala que foi pequeno o avanço feito nas duas últimas décadas no sentido da liberalização do comércio internacional de produtos da agropecuária. O apoio aos agricultores dos países desenvolvidos alcançou, em 2004, a astronômica cifra de US\$ 280 bilhões, com fortes variações de país a país. Austrália e Nova Zelândia garantem 5% das receitas dos agricultores, percentual que sobe para 20% na América do Norte e chega a 34% na União Européia. O Japão representa um caso extremo, ao garantir 60% da renda de seus agricultores.

Para uma população que representa pequena parcela da população ativa, o fato dos subsídios agrícolas continuarem a travar a liberdade de comércio, a ponto dos agricultores das economias desenvolvidas passarem quase incólumes pelas tentativas de liberalização, mostra o surpreendente poder político que ainda têm em suas mãos.

Talvez a melhor ilustração deste poder esteja no caso da França, membro da União Européia (UE). A "Política Agrícola Comum" absorve mais de 40% do orçamento global da UE e desse percentual cerca de uma quarta parte vai para a França, país que, em 2004, recebeu mais de 9 bilhões de euros. Ao lado do auxílio direto com base na área plantada e número de cabeças de gado, surge essa nova ajuda na forma de medidas ambientais e territoriais, orientadas para o desenvolvimento rural.

Quando se vê o peso que representa a França no total dos auxílios e subvenções, que a União Européia concede a seus agricultores, não admira a dificuldade de diálogo entre Toni Blair, primeiro-ministro britânico que assume a Presidência da União neste semestre, e o presidente Chirac, da França, durante a última reunião de chefes de Estado e de Governo, ao tratar do orçamento da União para 2007/2013. Embora a política dos Estados Unidos seja menos danosa que a da União Européia, o "lobby" agrícola conseguiu inverter o sentido da legislação proposta pelo presidente Clinton, de gradual eliminação da proteção, e as propostas do presidente Bush de apoio do governo federal ao protecionismo. Ainda que a redução dos auxílios à agricultura nos países desenvolvidos tenha sido, até agora, muito vagarosa, a limitação dos subsídios a determinados volumes de produção - que geraram no passado montanhas de manteiga e trigo - não deixa de ser um progresso. Não obstante, a compensação com base na área plantada e em níveis históricos de produção continua a ser fonte de distorção de comércio. A política agrícola dos países economicamente mais avançados distorce não só os mercados externos como também os mercados internos. Neste caso, os mecanismos de sustentação de preços tornam os alimentos mais caros, no plano doméstico, e prejudicam as classes menos favorecidas nesses países. Contudo, cabe assinalar que a posição do Itamarati, nesse particular, é a de aceitar o subsídio para a sustentação dos preços para o produtor à condição que fique restrito ao plano interno e nunca como

instrumento de competição desleal, na exportação para os mercados internacionais. Seja como for, para os agricultores dos países pobres e mesmo dos emergentes, como o Brasil, os subsídios, as quotas e a proteção tarifária diminuem o que poderia ser o potencial de participação no mercado mundial de produtos agrícolas. A Organização Mundial de Comércio é que poderá ser um instrumento de liberalização, na medida em que formas de proteção agrícola começam a ser objeto de controvérsias por ela dirimidas. No ano passado, o Brasil teve ganho de causa no caso do algodão dos Estados Unidos, assim como da proteção dada ao açúcar não competitivo, pela União Européia. Contudo, esses êxitos parciais ainda não garantem a desmobilização de todo um mecanismo de proteção agrícola imposto pelos países ricos. O tema da liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas continuará sendo um ponto de fricção nas relações entre Centro e Periferia.

Por um corte de gastos drástico e eficaz

Todas as análises sobre o desequilíbrio fiscal-orçamentário do setor público e sua influência negativa sobre a inflação e o crescimento econômico levam a uma única conclusão: a imprescindível necessidade de redução dos gastos do governo.

Infelizmente, ainda não surgiu uma proposta concreta, viável, para a redução dos gastos públicos, respaldada por evidente vontade política. As fórmulas trabalhadas, de um modo geral, são paliativos diante da gravidade do problema.

Os economistas do governo advogam a estratégia de aumento do superávit primário, o que pode significar uma redução das despesas de custeio e de capital, sem atacar, corajosamente, a redução dos gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. Essa fórmula é indicadora da prevalente vontade dos monetaristas do Banco Central, certos ou errados, que ainda acreditam que a solução reside no aumento da taxa básica de juros. De outro lado, alguns economistas de maior senso prático desejam zelar o déficit nominal, o que poderá ser feito apenas reduzindo os juros, sem diminuir o total dos gastos públicos.

Em verdade, as duas fórmulas indicadas ficam aquém da necessidade real de uma drástica redução do tamanho do Estado, que atingiu proporções inaceitáveis em relação ao PIB nacional. O crescimento do Estado e a necessidade de cobrir os gastos públicos, sem recorrer ao financiamento inflacionário, de trágicas consequências, acarretou a elevação irresponsável da carga tributária, que condenou a economia brasileira a uma redução

de crescimento, observadas na média dos últimos 25 anos.

É evidente que a solução correta e ideal seria implantar, drasticamente, uma "operação desmonte", capaz de reduzir, em termos reais, os gastos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário nos três níveis federativos: do governo central, estados e municípios. Já se disse, com clareza absoluta, da necessidade de começar com a redução do número de municípios, que só seriam mantidos se preenchessem dois requisitos fundamentais: tivessem população superior a 10 mil habitantes e arrecadação própria capaz de cobrir pelo menos 80% dos gastos.

Para alcançar esse resultado, ainda que em um prazo de dez ou 15 anos, uma medida lógica seria reduzir o número de vereadores municipais e tornar honorífico o desempenho de suas funções, sem remuneração, nos municípios de até 100 mil habitantes, per-

mitindo, no máximo, o pagamento moderado de jeton por dois ou três meses de funcionamento anual das Câmaras de Vereadores. Ao que pode parecer, à primeira vista, esta seria uma utopia, uma fórmula inviável e politicamente irrealizável. O mesmo se poderia dizer da redução drástica do número de ministérios, de secretarias, de universidades federais e estaduais deficitárias.

A conclusão dessa visão pessimista, entretanto, representaria a covarde aceitação do *status quo*, ou seja, a negação de uma solução racional e lógica para o verdadeiro problema do desequilíbrio fiscal.

Haveria alguma outra mé-

menos dramática e mais viável, politicamente? Parece que sim e consistiria, simplesmente, em fixar o limite de todos os gastos públicos, todos, sem exceção, em termos nominais, isto é, sem aumento quantitativo em reais. Isso significaria uma redução dos gastos públicos, em termos reais, equivalente e na proporção das taxas de inflação.

Essa seria uma experiência fantástica, original, capaz, quem sabe, de ser alcançada sem maiores traumas políticos. Atualmente, o total de gastos públicos nos três poderes e nas três esferas de governo monta a cerca de R\$ 750 bilhões. Se esse montante fosse mantido de 2006

a 2010 toda a inflação desse período seria convertida em redução real dos gastos públicos.

Evidentemente, seria uma solução apenas na originalidade, porque, no fundo, dependeria, como qualquer outra solução, seja do

déficit zero ou do aumento dos superávits primários, de uma férrea vontade política e de uma convicção patriótica de que é preciso salvar o país de um destino medíocre de pobreza, muito aquém de seu potencial de desenvolvimento econômico e social.

A racionalidade da redução do megastado brasileiro está na necessidade, premente, de redução da carga tributária. Uma conclusão que a todos parece inexorável é a de que com a atual carga tributária, de cerca de 40% do PIB, jamais a economia nacional voltará a crescer de forma ordenada e sustentável às taxas históricas tradicionais.

"O Estado atingiu uma proporção inaceitável do PIB"

ECONOMIA & NEGÓCIOS

JORNAL DO BRASIL

ALÉM DO FATO ■ RISCOS DA CRISE

Antonio Oliveira Santos*

Economia e política

Na Grécia Antiga, a economia representava o conjunto de leis e normas que comandavam o governo da casa e a política regia a organização da cidade-estado. A fusão entre economia e política acontece ao tempo dos mercantilistas franceses, quando, sob o reinado de Luis XIV, o Estado estimulava as “manufaturas do reino” e postulava que a balança de comércio deveria ser superavitária. Em matéria de estímulo, nada muito diferente do que se imagina como política econômica no Brasil de nossos dias. Seja como for, desde então a expressão Economia Política indica uma associação indissolúvel entre esses dois domínios da atividade humana.

A pergunta que está na men-

te de todos, neste momento, é a de saber, como resposta, se a crise, configurada pela derrocada da ética na função pública, vai ou não contaminar a confortável situação econômica.

“Quadro econômico não poderia ser mais promissor”

O quadro econômico do primeiro semestre de 2005 não poderia ser mais promissor. Os índices de preços apontam para uma ligeira deflação e as expectativas sobre a inflação anual passam a convergir para o ponto médio da meta inflacionária, proposta pelas autoridades monetárias. Nos últimos oito meses, as exportações alcançaram a cifra de US\$ 76,1 bilhões, deixando um alentado saldo de US\$ 28,3 bilhões. A elevada liquidez internacional, associada às diferenças entre a taxa interna e a taxa internacional de juros – argumento recentemente invocado pelo deputado

Delfim Netto, em conferência pronunciada na Confederação Nacional do Comércio – explica, ao lado do desempenho das exportações, porque a moeda americana chega, frente ao real, a um dos valores mais baixos dos últimos anos.

Por enquanto, a economia parece estar infensa à crise política, mas esta é uma visão de curto prazo e, no mundo dos negócios, é preciso ter presente visões de médio e longo prazos. Se, ao invés de ser prontamente atalhada, a crise política continuar em expansão, imobilizando o poder de decisão e a credibilidade dos governantes, no médio para o longo prazo, a economia estará irremediavelmente contaminada.

Preocupa sobretudo o lado real da economia, ou o que Galbraith chamou de “sabedoria

convencional”, ou seja, a fragilidade de nossa infra-estrutura econômica. Meios de transporte em mau estado e insuficientes e projetos sobrestados no setor da energia estão, entre outros, a requerer vultuosos investimentos que, por definição, demandam longo tempo de maturação. Se a crise política não for rapidamente debelada e a reação política permanecer na inércia em que se encontra, o equilíbrio entre a infra-estrutura

“Economia parece estar infensa à crise política”

econômica e as demandas dos setores diretamente produtivos só será alcançado através da manutenção de modestas taxas de crescimento econômico, nos próximos anos. O espetáculo anunciado simplesmente não acontecerá.

*Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

Sombras, mais sombras

SÃO PAULO - Como tudo nestes tempos sombrios, o episódio da acareação entre Gilberto Carvalho, o chefe-de-gabinete de Luiz Inácio Lula da Silva, e os irmãos do prefeito assassinado de Santo André apenas lançou mais sombras sobre as já densas sombras desta triste pátria.

Antes de continuar, é preciso informar, em benefício da transparência, que conheço Gilberto Carvalho há tempo suficiente para ter colossais dificuldades para acreditar que possa ter envolvimento na também colossais sujeira que está pintando no caso do seqüestro e assassinato do então prefeito Celso Daniel.

Feita a ressalva, chama a atenção a inversão de posições do próprio Gilberto e do PT, em geral, em relação ao caso.

No início, até Lula insinuava a hipótese de crime político: “Possivelmente sua morte foi planejada, possivelmente tem gente grossa por trás disso”, afirmou no enterro.

De quem suspeitava Lula?

Agora que o foco está voltado para

a hipótese de que Celso Daniel foi morto por conta de um esquema de corrupção na prefeitura petista da cidade, há um esforço do PT para fazer crer que foi crime comum, não de “gente grossa”.

No primeiro momento, Gilberto Carvalho defendia aquele que hoje é tido como o culpado principal, o empresário Sérgio Gomes da Silva. Também no enterro, dizia Gilberto: “Quem mais perde com a morte do Celso é o Sérgio, pela amizade que eles tinham”. E agora?

Mais: o então candidato petista ao governo paulista, José Genoíno, dizia à época, sempre sobre o caso, que “o crime organizado no Brasil está prestando serviços para quem tem interesses contrariados”. De que “crime organizado” falava Genoíno?

Por que, uma vez no poder, o PT simplesmente abandonou a busca da “gente grossa” citada por Lula e do “crime organizado” mencionado por Genoíno?

@ → crossi@uol.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos mais graves problemas atuais na área de Saúde Pública é a epidemia de diabetes que vem se alastrando e se agravando a cada ano, com novos casos, com grande intensidade, atingindo todas as faixas etárias de nossa população.

A obesidade, o sedentarismo, a falta de exercícios físicos e os elevados níveis de estresse da vida moderna são fatores responsáveis pelo crescimento do número de diabéticos, no Brasil e em muitos outros países.

As estimativas hoje existentes indicam que cerca de 13 milhões de brasileiros (7% da população) sofrem de diabetes e que metade dessas pessoas (7 milhões de brasileiros) nem sabem que contraíram a doença, não tomam qualquer providência e passam a correr até mesmo risco de morte.

Esses 7 milhões de brasileiros que sofrem de diabetes e desconhecem tal condição representam uma situação grave e que requer atenção especial das autoridades públicas, pois essas pessoas nem sabem que estão correndo riscos de sofrer graves problemas cardiocirculatórios.

Este meu pronunciamento se destina principalmente a esses 7 milhões de brasileiros que são diabéticos e desconhecem o fato.

Como médico, e político com responsabilidade social, sinto-me no dever de chamar a atenção de todas as autoridades da área de Saúde Pública para que tomemos as providências urgentes que podem salvar as vidas de muitos brasileiros.

Se adotarmos os cuidados médicos necessários, precauções e medidas aparentemente simples, poderemos salvar muitas vidas humanas, vidas de brasileiros, irmãos nossos.

Isso pode ser feito sem grandes investimentos, sem grandes despesas: é relativamente barato, principalmente quando se considera que o benefício é salvar vidas humanas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para entendermos o problema, precisamos analisar suas causas e conseqüências: o **diabetes mellitus** é uma doença do metabolismo da glicose causada pela falta ou má absorção da insulina, um hormônio produzido pelo pâncreas.

Em termos bastante simples e resumidos, a função básica da insulina é contribuir para a transformação do açúcar em proteínas, músculos e gorduras, fenômeno essencial para a saúde e para o desenvolvimento do indivíduo.

Infelizmente, o diabetes não é uma doença única, mas um conjunto de doenças, em que a característica comum é o aumento da concentração de glicose no sangue.

O diabetes tipo I é doença mais típica da infância e adolescência: o paciente é insulino dependente, obrigado a injeções diárias de insulina.

O diabetes tipo II é doença característica de pessoas com mais idade (geralmente após 40 anos), em que pode não ocorrer a insulino dependência.

Os sintomas mais comuns do diabetes são poliúria (a pessoa urina e sente sede em demasia); aumento do apetite; alterações visuais; impotência sexual; infecções na pele e nas unhas; feridas que demoram a cicatrizar; neuropatias diabéticas provocadas pelo comprometimento das terminações nervosas; e distúrbios renais.

Os principais fatores de risco são: obesidade, hereditariedade, sedentarismo (falta de exercício físico regular), hipertensão, níveis altos de colesterol e triglicérides; uso de cortisona; idade acima de 40 anos e estresse emocional.

A recomendação principal no tratamento do diabetes é o acompanhamento médico especializado e, se possível, os cuidados de equipe multidisciplinar, em que se cuide tanto da dieta alimentar adequada como dos exercícios físicos mais apropriados para cada paciente, individualmente.

Nunca é demais lembrar um ponto essencial, tanto para o diabetes como em relação a outras doenças: o perigo do fumo, o tabagismo, pois o fumo provoca estreitamento das artérias e veias, compromete a circulação dos vasos sanguíneos e pode acelerar o aparecimento de complicações cardiovasculares.

O diagnóstico precoce do diabetes é essencial para que o tratamento tenha êxito e para que o paciente possa ter uma vida quase normal, sem excessos nem proibições exageradas.

Pesquisas médicas recentes estão abrindo novos horizontes para os pacientes que sofrem de diabetes, com uma nova geração de medicamentos e tratamentos especializados, utilizando novas tecnologias e conhecimentos que se encontram na fronteira do desenvolvimento científico.

O implante de células-tronco ainda se encontra em fase experimental, mas já descortina um novo panorama principalmente para aqueles crônicos, os que sofrem de diabetes tipo I, que são obrigados a diariamente tomar uma ou mais injeções de insulina.

Precisamos também estimular os pacientes a seguir com perseverança as recomendações médicas e divulgar as novas boas notícias na área da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como as novas descobertas na área de fármacos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o direito à saúde – em sentido amplo do bem-estar do corpo, do espírito e da mente humana, sem qualquer discriminação de raça, sexo, cor, idade ou origem social – é

um dos direitos essenciais da cidadania, direito consagrado em Constituição.

Sabemos que na prática esse direito ainda está muito longe de se tornar realidade, ainda estamos no campo das boas intenções.

Como médico e Senador da República, sinto-me na obrigação de chamar a atenção desta Casa e de todo o País para a gravidade dessa epidemia de diabetes e a necessidade de providências urgentes na área da Saúde Pública.

A TV Senado, que teve um crescimento de mais de mil por cento em sua audiência, nos últimos meses, pode desempenhar um papel fundamental divulgando informações importantes sobre diabetes e outras enfermidades, e cumprindo a verdadeira missão de serviço de utilidade pública.

Deixo aqui um apelo para que as autoridades da área de Saúde Pública voltem sua atenção para a gravidade do problema do diabetes no Brasil e para que a TV Senado continue sua missão de divulgar com fidelidade informações necessárias ao fortalecimento da cidadania.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 5 de novembro de 2005, com o título: “Melhor nem acreditar”.

O artigo destaca a denúncia do relator da CPMI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), de que parte do dinheiro do PTduto tenha saído de uma porta lateral do Banco do Brasil. Segundo o autor, se isso for mesmo verdade poderá produzir um efeito devastador para o presidente e seu governo, a perda da fé em sua palavra.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO REM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Melhor nem acreditar

MAR DEL PLATA - Prefiro acreditar que o relator da CPMI dos Correios, o sóbrio deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), se tenha precipitado ao anunciar que ao menos parte do dinheiro do PTduto saiu de uma porta lateral do Banco do Brasil.

Se foi assim mesmo, fica reduzida a cacos a credibilidade do presidente da República e de um de seus novos pilares, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com as consequências políticas decorrentes.

Explico: 1 - O presidente da República atribuiu o PTduto, na famosa entrevista dada em Paris, a um mecanismo que “todo mundo” usaria “sistematicamente” (o caixa dois).

Já era grave a leniência com um crime (caixa dois é coisa de “bandidos”, lembra-se dessa frase do ministro da Justiça?). Ficaria mais grave o presidente ter mentido, ou deliberadamente, ou por falta de informação adequada, ou por falta de empenho em investigar de fato o fluxo de dinheiro “não contabilizado”.

2 - Já o ministro da Justiça, bem como o corregedor-geral da União

Waldir Pires, juraram por todos os deuses que nunca se investigou e se buscou cercear tanto a corrupção como no governo Lula.

Se Serraglio estiver certo, que talos de investigação é essa que não consegue detectar de onde saía o dinheiro para abastecer o PTduto meses depois das primeiras denúncias?

Não seria escandalosamente óbvio que os bancos oficiais deveriam ser o principal foco de qualquer operação de investigação que tivesse um dedo de credibilidade?

Ou será que duas figuras com tanta quilometragem na vida pública acreditam na fantasia de que Marcos Valério era o hiper-super-mecenas da revolução petista, ajudado por bancos misericordiosos?

Uma das piores coisas que pode acontecer a um presidente e a um governo é a perda de fé em sua palavra. As veias abertas do BB, se de fato irrigaram o PTduto, produzirão esse devastador efeito.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Torresmo cabeludíssimo”, de autoria da colunista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em 4 de novembro do corrente.

Nesse artigo a autora comenta que, da forma como o PT distribuiu entre os seus filiados os cargos das instituições públicas do Brasil, não chega a ser surpresa o catarinense Henrique Pizzolato, que “virou” diretor de Marketing do Banco do Brasil, ser um dos acusados de abastecer o “valerioduto” por intermédio da sua direto-

ria. Ou seja, o dinheiro público sendo apropriado por um partido político para eleger os seus dirigentes.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Torresmo cabeludíssimo

BRASÍLIA - Não há nenhuma surpresa na descoberta de que o Banco do Brasil é possivelmente uma das fontes, senão a principal, do esquema Marcos Valério. Essa era pedra cantada depois que o PT e o governo tomaram de assalto praticamente todos os cargos de direção da instituição, uma das mais sérias do país.

Um desses cargos ficou com quem? Com o catarinense Henrique Pizzolato; que virou diretor de Marketing do BB, foi responsável por despejar verbas num show em benefício do PT e acabou levando para casa um pacote com R\$ 356 mil em espécie. Depois, quando o escândalo ficou público, disse candidamente que levou a dinheirama sem saber o que era. Agora, a acusada de abastecer o valerioduto é justamente a sua diretoria.

Em entrevista publicada pela **Folha** em 6/8/2004, esse Pizzolato me disse coisas interessantíssimas. Uma delas é que ele não seria demitido por causa do show e estava acostumado com a perseguição ao governo e ao PT: “Já comemos torresmo com muito mais cabelo”, riu.

Filiado ao PT desde a fundação, ele também falou sobre seu espírito franciscano: “Se tiver um céu, vou ficar muito pouco no limbo, pelo que já passei, pelo que já fiz e por todas as orações que fiz para São Francisco”.

Pizzolato trabalhou na campanha de Lula em 2002 com o tesoureiro Delúbio Soares e andava com um cartão de visitas em que se anunciava “do comitê financeiro”. Mas, na entrevista, me disse que não precisava de intermediários para virar diretor do BB: “Eu conheço o Delúbio, sim, mas conheço o Lula também”.

Funcionário de carreira do BB, petista e sindicalista, Pizzolato foi da Previ (o bilionário fundo de pensões do BB), depois trabalhou com Delúbio na campanha e, da campanha, voltou à direção do BB em Brasília, na onda da “petização” do banco.

Resultado: o BB está metido até o pescoço no valerioduto, o que significa dizer que o dinheiro público não voa apenas em malas, cuecas e pacotes. Voa bem mais alto.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para tratar da crise da aftosa e mostrar como a incompetência e a inércia do governo Lula afetou o agronegócio brasileiro, reconhecidamente um dos principais pilares de sustentação do governo Lula.

É nesse contexto que cito a matéria intitulada “Crise da aftosa prejudica vasta cadeia do agronegócio”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 30 de outubro do corrente. Segundo a matéria, “os efeitos do reaparecimento da doença em uma região livre de aftosa respingaram por toda a cadeia da carne”.

Foram prejudicados os pecuaristas, os frigoríficos, os exportadores – que lutaram nos últimos anos

para conseguir uma boa imagem para a carne brasileira – o mercado futuro da Bolsa de Mercadorias & Futuros e até mesmo o setor de grãos, que vê riscos para as produções de milho e de soja, itens importantes na composição das rações.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

EFEITO CASCATA *Pecuaristas com gado pronto confinado são os mais afetados*

Crise da aftosa prejudica vasta cadeia do agronegócio

MAURO ZAFALON
DA REDAÇÃO

Vinte dias após o anúncio do foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, a sensação é que o susto foi maior do que a crise, mas ninguém está sorrindo. Os efeitos do reaparecimento da doença em uma região livre de aftosa respingaram por toda a cadeia da carne.

Perdem todos os princípios: imente após as suspeitas de a doença ter ultrapassado as fronteiras de Mato Grosso do Sul com o vizinho Paraná, Estado responsável pelo terceiro maior volume de exportações de carne suína.

Os mais prejudicados são os pecuaristas. Pior ainda para os que têm gado pronto em confinamentos. No momento em que a arroba de boi gordo começava a recuperar-se, a febre aftosa derrubou os preços.

Cotada a R\$ 58,43 às vésperas do anúncio da doença, a arroba estava a R\$ 53,97 no mercado físico na sexta-feira, mostra o Cepea (Centro de Estudos e Análises em Economia Aplicada), órgão da Esalq/USP.

Perdem também os frigoríficos. O mercado externo é a fatia mais lucrativa, e as negociações, após os embargos, vão ser mais árduas, mesmo com a demanda externa por carne bovina aquecida.

Olham ainda com atenção o desempenho da crise dos exportadores,

de boi gordo pronto para abate.

Um comprador independente de boi, que não quis se identificar, confirma essa escassez. Os frigoríficos forçaram uma baixa dos preços, aproveitando a aftosa, mas são obrigados a pagar mais pelo produto porque não conseguem fechar a escala de abate — comprar o número suficiente de animais que necessitam. “O mercado está sem carne e o curral vazio”.

Marcelo Molins, diretor presidente do frigorífico Marfrig, diz que a ocorrência da doença gerou a necessidade de uma readequação industrial. Foram mais afetados os frigoríficos que estão com até 80% dos volumes produzidos voltados para o mercado externo.

No caso do Marfrig, o mercado externo responde por 50% dos abates e, mesmo assim, 25% desse volume é de carne cozida, que não tem restrições. Com plantas em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Marfrig teve de fazer remanejamentos de produção entre essas unidades. Apesar da aftosa, está mantida a previsão de faturamento de R\$ 1,5 bilhão para este ano e os investimentos na construção de uma unidade em Porto Murtinho (MS).

Para Antônio Camardelli, diretor-executivo da Abiec (associação dos exportadores), “os efeitos mais perversos dessa crise são a destruição de uma imagem e a de-

que lutaram nos últimos anos para conseguir uma boa imagem para a carne brasileira. Após liderar os embarques mundiais em volume, o país buscava uma remuneração melhor para seus produtos.

A desconfiança aparece também no setor da suplementação alimentar, que já apostava na retomada das vendas com a recuperação dos preços da arroba de boi.

Até o mercado futuro da Bolsa de Mercadorias & Futuros, que desistira de comprar boas vendas no setor de bovinos, ficou fechado voluntariamente. Por isso, também o setor de alimentos proibidos em vários países.

Até o setor de grãos teme pelo desfecho dessa crise. Os focos parecem estar controlados, mas um avanço da doença colocaria em risco as produções de milho e de soja, dois itens importantes na composição das rações.

Gilman Viana Rodrigues, vice-presidente para Assuntos Internacionais da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), diz que os efeitos temporários da crise são menores do que se esperava. Há, no entanto, um efeito duradouro de credibilidade a ser renovado.

Luiz Nabhan, presidente da UDR, diz que a aftosa mascarou um pouco o quadro de oferta de carne no país. Os preços estavam em alta e, baixada a poeira, vão voltar a subir porque há uma falta

de estruturação da carteira de clientes”. Além disso, acrescenta, há uma desarminação no processo de compra e de venda e os clientes deixam de ser permanentes.

Muito mais grave do que o estrago financeiro dos quatro ou cinco meses é o que aconteceu. Diz Camardelli: “O lapso, por exemplo, compromete a segurança jurídica de regionalização, o que poderia favorecer a compra de carne ‘in natura’ de parte do Brasil. Vasta a cadeia prejudicada”.

No setor de suplementação alimentar, Marcelo Mantovani, diretor de Aracruz (Associação Brasileira da Indústria de Suplementos Minerais), diz que a redução de preços da arroba de boi vai fazer os pecuaristas se preocuparem mais com os custos.

Se o problema for sanado rapidamente e a arroba de boi voltar a US\$ 22, as vendas serão retomadas. Mario Sérgio Coutinho, do Sindicato, concorda com Mantovani e diz que “essas crises” vão bem na hora em que a pecuária voltava a investir em alimentação.

Miriane Barbosa de Melo, da Agostini Seniors, diz que o mercado futuro também ficou tenso e mostrou fortes quedas, que já chegaram ao limite. Reiz Schouchiana, diretor de mercados agrícolas da BM&F, diz que os limites de baixas serviram como antídoto para o mercado.

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “A propaganda é a alma do governo”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 6 de novembro do corrente.

A referida matéria trata de um levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) a pedido do jornal **Correio Braziliense**. Segundo o Inesc, o governo Lula gasta mais com publicidade oficial do que com programas sociais dos Ministérios da Saúde, Educação e Esportes.

Como exemplo, a matéria cita que “se o MEC gastou 67,23% do dinheiro destinado à publicidade, não desem-

bolsou nenhum centavo com o apoio à distribuição de material didático para o ensino de jovens e adultos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A propaganda É A ALMA DO GOVERNO

LEVANTAMENTO DO INESC REVELA QUE A UNIÃO GASTA MAIS COM PUBLICIDADE OFICIAL DO QUE COM OS PROGRAMAS SOCIAIS DOS MINISTÉRIOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ESPORTES

ANDRÉ CARRAVILLA E PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO

Por trás da propaganda governamental, escondem-se números que reduzem as notícias anunciadas a meras peças de publicidade. Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) a pedido do **Correio** revela que, até 10 de outubro, programas sociais dos ministérios da Educação, da Saúde e dos Esportes tiveram execução orçamentária menor do que o percentual gasto com publicidade. Doze dos 26 programas das três pastas, que têm verba para propaganda, encontram-se nessa situação. “A publicidade com fins de utilidade pública é importante. O problema é quando se dá mais atenção a ela do que ao resto”, critica o economista Francisco Sadeck, assessor de política fiscal e orçamentária do Inesc.

Cada programa é composto por várias ações. Cabe ao ministério determinar o ritmo dos investimentos. A velocidade com que o dinheiro é destinado a pagar cartazes e comerciais em rádios e televisões não é a mesma observada na hora de aplicar recursos nas outras iniciativas. Segundo o filósofo Roberto Romano, professor de Ética Política da Unicamp, o investimento maciço em publicidade é uma “mercadoria de primeira necessidade” para o governo, que usa “tática para ganhar a confiança da população”. “O governo lança um programa, mas sabe que a máquina burocrática anda a passos de tartaruga e é previsto que chegue a esse tipo de solução, abreviando os cursos. Com isso, tem de aumentar a quantidade de propaganda, para tentar deixar o povo menos irritado do que já está”, avalia.

Educação

O país já decorou o jingle do programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos. Tal como diz a música, a população não descobriu que “para aprender a ler não tem hora”, mas quem se empolgou com a letra acabou sem livro. O MEC gastou 67,23% do dinheiro destinado à publicidade, não desembolsou nenhum centavo com o apoio à distribuição de material didático para o ensino de jovens e adultos. A ca-

pacitação de professores e a gestão do programa também tiveram execução zero até o mês passado.

O problema não se restringe a fazer com que adultos aprendam a ler e escrever. O percentual dos gastos com publicidade no programa Gestão da Política de Educação é maior do que o executado nas outras ações, como a capacitação de profissionais que monitoram as políticas educacionais e o repasse a projetos municipais voltados a crianças de até 6 anos. Os dois programas receberam, respectivamente, 7,8% e 0% dos recursos previstos. Já a publicidade abocanhou 85,64% dos R\$ 4 milhões destinados às campanhas de divulgação.

No MEC, não faltam boas intenções. Segundo o secretário-executivo, Jairo Jorge, boa parte dos recursos está “empenhada”. Traduzindo: o governo assumiu o compromisso de gastar as verbas até o final deste ano. “Claro que queremos antecipar ao máximo a execução dos programas, mas não houve interrupção nas ações por causa do dinheiro”, assegura.

Ex-ministro da Educação, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) não concorda com a avaliação do MEC. “É óbvio que a execução lenta prejudica os programas. O cronograma de gastos tem de acompanhar o crescimento das crianças, e não a capacidade de execução do ministério”, critica. Ele afirma que, ao gastar pouco com as ações e ser generoso com a publicidade, o governo Lula acaba fazendo “propaganda enganosa”. Segundo Jairo Jorge, a rapidez nos gastos com campanhas de divulgação ocorre porque é preciso chamar a população e os municípios para participarem dos programas.

Saúde

A justificativa é recorrente na Esplanada. Para explicar o excesso de publicidade e a escassez de iniciativas complementares que garantam a eficiência dos programas, o Ministério da Saúde adotou o mesmo discurso. O secretário-executivo, José Agnôr Alves da Silva, lembra que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) não teria efeito sem a propaganda na televisão. “De nada adianta comprar as ambulâncias se não comunicamos a

população que elas podem ser acionadas”, afirma. Ele argumenta que o dinheiro para publicidade pode ser gasto com mais rapidez, enquanto os recursos para compra das viaturas demoram mais tempo para serem liberados em função das licitações.

A tese não se aplica a todos os sete programas da Saúde em que os gastos com publicidade foram percentualmente superiores aos demais. No caso do programa Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos, o governo investiu 62% do que tinha destinado à propaganda. Mas não utilizou um centavo sequer para colocar em operação o Sistema Nacional de Transplantes, cuja verba serve para capacitação e custeio de viagens dos profissionais. “Não atrapalha a atividade-fim. Esses não são os únicos recursos que temos para transplantes. Apenas neste ano, gastamos R\$ 240 milhões”, afirma José Agnôr. “É um contrassenso. Se a ação existe e ela não sai do papel, é sinal de que não deveria existir”, critica o presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, Paulo César Geraldes.

Esportes

A propaganda do Ministério dos Esportes está com a bola toda, mas os números são murchos. Dos R\$ 114 milhões previstos para o programa Segundo Tempo, que oferece atividades desportivas aos alunos da rede pública de ensino, somente 31% foram usados. Já 75% da verba para publicidade, que ultrapassa R\$ 1 milhão, foram aplicados até agora.

Por meio da assessoria de Comunicação, o ministério informa que a propaganda é feita de forma maciça no início do ano para estimular a participação dos estudantes e que a implementação do programa é realizada aos poucos, para respeitar o cronograma financeiro dos convênios firmados pelo órgão. O ministério garante executar toda a verba que dispõe até dezembro. “O governo precisa chamar a população durante 10 meses para, nos últimos dois meses do ano, depois de ultrapassar a meta do superávit primário, gastar tudo de uma vez? É a qualidade do gasto, como fica?”, questiona Francisco Sadeck, economista do Inesc.

O medo de que o tempo ocioso estimule a curiosidade dos dois filhos em relação às drogas levou a doméstica Maria de Fátima dos Santos a procurar uma atividade para o mais novo, único interessado em esporte. "Ele se matriculou nesse tal de Segundo Tempo, mas até hoje não foi chamado", conta Maria. "Tem aquela história de que quem faz alguma coisa não usa drogas. Ia ser bom se ele não ficasse parado", explica a mãe, sobre os filhos.

Com 12 anos e muito acima do peso, Tailan Santos Carvalho está matriculado na 5ª série do ensino fundamental. O garoto, que cumpre todas as exigências impostas pelo governo para poder participar, sonha treinar capoeira. Como o irmão de 16 anos, conta nos debs as vezes que teve oportunidade de usar a internet. Passa as tardes na rua em companhia dos amigos, na maior parte das vezes jogando sinuca.

DIVULGAÇÃO DO FOME ZERO

Dinheiro não vai ser problema, no ano que vem, há de divulgar os programas que compõem o Fome Zero, o chefe da política social do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto pesquisas apontam que, entre a população favorecida com a Bolsa-Família, a reeleição do presidente é certa, a verba destinada à propaganda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela gestão do programa, cresceu 900% em 2006. O milagre da multiplicação de recursos na proposta de Orçamento da União para o próximo ano fez com que o valor passasse de R\$ 1 milhão para R\$ 10 milhões.

No Brasil, é proibido um governante fazer propaganda própria, mas a lei é facilmente burlada. A propaganda que se define como de governo é pura propaganda do governo, critica o filósofo Roberto Romano, professor de Ética Política da Universidade de Campinas (Unicamp). A publicidade institucional da Presidência da República em 2005 foi estimada em R\$ 127 milhões. Já a de utilidade pública, como campanhas de esclarecimento, recebeu R\$ 4,8 milhões.

Segundo Romano, a propaganda pode abrir brechas para corrupção no governo. "Temos regimes draconianos para fazer licitações, mas é um segredo de polichinelo que aqui se faz tudo para que vença o amigo do rei, prática que não é só brasileira", critica. Para o filósofo da Unicamp, a culpa está na concentração de poderes do Executivo, que faz com que o governo federal seja "o grande sonho de todo homem público brasileiro".

Já Salomão Ximenes, assessor jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca), avalia que o risco da publicidade está em passar uma falsa impressão que, na prática, não se concretiza. Ele cita o exemplo do Desenvolvimento da Educação Especial, programa do Ministério da Educação voltado aos estudantes portadores de necessidades especiais. "A propaganda é muito bonitinha. Mas os colégios não têm dinheiro para comprar máquinas de braile, decodificadores para deficientes auditivos nem fazer adaptações físicas para cadeirantes", lamenta, em tom irônico. Das 19 ações que compõem o programa, até outubro, metade teve execução abaixo de 10%.

A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Jussara Maria Dutra Vieira, também pede menos

propaganda e mais ação. "Publicidade é atividade meio, e não fim. Pode ser legítima, mas jamais deve ser desproporcional ao investimento em outras áreas. A valorização do professor por parte da União, por exemplo, até hoje não teve uma política forte. Mais do que propaganda, uma grande inovação do governo Lula seria investir em professores e na profissionalização dos funcionários da educação básica", sugere. (AC e PO)

POPULAÇÃO RECLAMA DE TUDO

A realidade dos humildes contrasta com a das peças publicitárias que sugerem programas sociais capazes de resolver qualquer problema. A divulgação de um serviço de ambulâncias que atende as vítimas em minutos ou de jingles sobre as vantagens da doação de órgãos, por exemplo, não mudou a situação de Antônio de Sousa, 58 anos. Há 21 anos ela aguarda pelo transplante de rins.

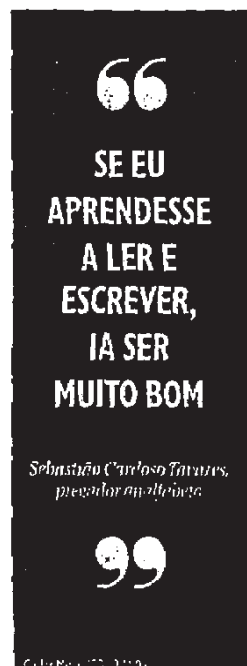
O dia-a-dia de Antônio é assombrado pela morte. "Não sei até quando vai dar para agüentar. Uma hora a gente piora de vez e sabe lá o que vai acontecer", teme a dona-de-casa, que tem o braço deformado pelas longas sessões de hemodiálise. "Tenho que vir no hospital três vezes por semana", quebra-se Antônio, que já é conhecida entre médicos e enfermeiros.

"Tem que investir em propaganda, mas também em outras coisas", reivindica a costureira aposentada. Ela destina boa parte do orçamento de R\$ 500 para pagamento de remédios e exames que não são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "Já vi muita gente falecer", relata, em tom solene, sobre os amigos que morreram à espera de um órgão. "Tem central de captação que as pessoas ficam horas ligando e ninguém atende", reclama. As estatísticas do Ministério da Saúde dão razão a ela: 24% das doações de órgãos deixaram de ser feitas por questões logísticas em 2004.

Analfabeto

Os protestos da população com os programas do governo não se limitam à saúde. "Não sei ler mesmo", reconhece, resignado, Sebastião Cárdeno Tavares. Ele é um dos 15 milhões de analfabetos que o Ministério da Educação estima que existam no país. Depois de ter sido caçador, porteiro e jardineiro, os últimos 12 anos de sua vida foram dedicados à pregação da Bíblia, mesmo sem nunca ter conseguido ler um versículo.

Fervoroso, Sebastião costuma pedir para quem estiver mais próximo para ler trechos da Bíblia. Aos berros, ele interpreta da maneira mais conveniente. Tudo que decorou, repetido aos fiéis que vão à sua casa em busca de orações, foi resultado do que ouviu nos cultos da Igreja Assembléia de Deus. Contudo, o goiano de 65 anos, que se mudou para Brasília no fim da década de 70, sonha com o dia em que não precisará



mais recorrer à digital para assinar um documento e consiga ler sem ajuda.

"Se eu aprendesse a ler e escrever ia ser muito bom", afirma. Sebastião não é o único na família a tropeçar nas letras. O cunhado, José Gonçalves Reis, também não sabe escrever. Os dois colecionam constrangimentos como o de pedir ajuda aos garçons para saber as opções do cardápio. Compartilham ainda um obstáculo financeiro: não têm dinheiro para comprar óculos. "Tenho problema na vista. O que eu uso não era meu. Não funciona direito", relata.

Mesmo sem conseguir ler uma manchete de jornal, os dois sabem da importância dos livros. "O meu pai era da roça, não via sentido em estudar", afirma João Gonçalves, ao lembrar que quando criança vivia na interior de Goiás e os pais consideravam a escola um luxo desnecessário. Ambos tentaram evitar que os filhos cometessem o mesmo erro. "Só assim dá para arrumar, um bom emprego", comenta Sebastião.

Assim como o aposentado, Sandra dos Santos Anchieta, 26 anos, considera o estudo imprescindível para "garantir um futuro melhor para eles", mesmo acreditando que nenhum dos três filhos irá para a universidade.

No início do ano, Sandra passou horas na fila de uma escola no Varjão, bairro onde mora, na tentativa de inscrever o filho mais velho, de 4 anos, na creche pública. "Disseram que não tinha vaga e que era para eu voltar no fim deste ano", relata. Até 10 de outubro, quatro ações do programa de Desenvolvimento da Educação Infantil, do MEC, não tiveram nenhum centavo executado.

Desempregada, Sandra contou durante dois meses com a ajuda dos pais para pagar um creche particular. "Era muito caro", lamenta. Ela não completou o ensino fundamental. Da época que trabalhava como doméstica no Plano Piloto, guarda algumas lembranças: "Eles tinham tudo. É ruim ver uns com tanto e uns com tão pouco, mas a vida é assim mesmo", relata, sobre os filhos dos patrões. (AC e PO)

<p>Vigilância e Prevenção de Doenças e Transmissíveis</p> <p>Executado pelo Ministério da Saúde para prevenir doenças infecciosas, doenças e zoonoses transmissíveis.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 3,1 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>	<p>Atenção Especializada em Saúde</p> <p>O programa do MS tem como objetivo garantir recursos para investimento físico na rede hospitalar.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 18,7 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1 milhão</p>
<p>Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Risco</p> <p>O programa do MS presta atendimento à idosos, gestantes, gestantes e pessoas que exigem atenção especial.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 3,1 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>	<p>Alimentação Saudável</p> <p>Gerido pelo MS, visa prevenir a obesidade e garantir o controle das condições nutricionais da população.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 1,1 milhão</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1 milhão</p>
<p>Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e de Dengue</p> <p>Gerido pelo MS, o programa visa reduzir a ocorrência de malária e dengue por meio do controle dos transmissores.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 3,1 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>	<p>Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis</p> <p>O programa do MS é destinado à vacinação da população e à produção de agentes imunobiológicos.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 5,9 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>
<p>Vigilância, Prevenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</p> <p>O programa do MS tem como objetivo reduzir a incidência do HIV e melhorar a qualidade de vida dos portadores.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 3,1 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>	<p>Gestão da Política de Educação</p> <p>Executado pelo Ministério da Educação, o programa tem como objetivo a qualificação de ensino médio.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 5,7 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>
<p>Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos</p> <p>Gerido pelo MS, o programa estimula o estudo sobre transplantes e operacionaliza o Sistema Nacional de Transplantes.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 3,1 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>	<p>Atuação Ampliada e Educação de Jovens e Adultos</p> <p>As ações, gerenciadas pelo MEC, referem-se aos cursos de alfabetização e ensino para jovens e adultos.</p> <p>Orçamento autorizado: R\$ 3,1 milhões</p> <p>Orçamento para publicidade: R\$ 1,1 milhão</p>

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Além de qualquer limite”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 03 de novembro do corrente.

Segundo a autora, “pode até não ser bonito investigar adversários para saber com se está tratando (ou destrutando) e descobrir eventuais podres que sejam úteis numa campanha eleitoral. Mas é do jogo. É lícito. Daí a usar instrumentos ilegais, como gram-

po, para se imiscuir na vida do outro já passa a ser bandidagem”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHEDE

Além de qualquer limite

BRASÍLIA - Tá certo que Arthur Virgílio (PSDB), ACM Neto (PFL) e Heloísa Helena (PSOL) não podem e não devem sair por aí ameaçando "dar uma surra" no presidente da República, qualquer que seja o presidente da República.

Mas, cá pra nós, não cabe a um governo, qualquer governo, sair por aí grampeando os adversários políticos, muito menos os que integrem CPIs e estejam, portanto, envolvidos no legítimo trabalho de apuração de suspeitas contra esse governo.

Pode até não ser bonito investigar adversários para saber com quem se está tratando (ou destrutando) e descobrir eventuais podres que sejam úteis numa campanha eleitoral. Mas é do jogo. É lícito. Daí a usar instrumentos ilegais, como o grampo, para se imiscuir na vida do outro já passa a ser bandidagem.

Essa história mostra bem o clima político de Brasília no ano da descoberta de Marcos Valério e do início (extemporâneo, aliás) da sucessão presidencial. A oposição ameaça bater no presidente. A situação é suspeita de grampear adversários. O que é

pior: acredita-se com a maior facilidade que o governo do PT seria capaz de uma coisa dessas. Afinal, tudo pela causa, não é mesmo, Zé Dirceu?

A suspeita que se alastra para além das portas e das vidraças do Congresso é a de que o grampo, por ilegal, não estaria sendo feito diretamente pela Abin (a agência de inteligência do governo), mas, sim, por grupos paralelos que giram na sua órbita, mas sob uma bruma de ilegalidade. Difícil, mas não impossível, de provar. E é isso que a oposição, ou pelo menos os que se dizem atingidos, começam a tentar: provas.

Depois das malas, cuecas, Land Rovers, entramos numa nova fase, igualmente didática, da atual crise: antes, a corrupção, a grana; agora, a política suja, os grampos, o vale-tudo.

Onde isso tudo vai parar? Ninguém sabe, nem mesmo quem (dos dois lados) patrocina coisas assim. Logo, se trata de um típico tiro no escuro, e o risco é ricochetear em quem distina

@ → elianec@uol.com.br

Folha S. Paulo 03/11/05

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para, mais uma vez, tratar do possível envio de dinheiro de Cuba ao Partido dos Trabalhadores, esquema que já está sendo chamado de "operação Cuba".

Após a reportagem da revista **Veja**, de 2 de novembro, intitulada "Campanha de Lula recebeu dinheiro de Cuba", a imprensa continuou dando seqüência ao assunto e alguns fatos que compõem o suposto "esquema" começam a ser confirmados.

Sr. Presidente, é neste contexto que requeiro sejam as matérias abaixo relacionadas dadas como lidas e consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO CUBANA

Alécio Fongaro, que conduziu Seneca em julho de 2002, afirma não saber, porém, se transportou bebidas ou dinheiro no avião

Piloto confirma voo com petista e caixas

CATIA SEABRA

ENVIADA ESPECIAL A ANDRADINHA

O piloto Alécio Fongaro, 49, enfrentará turbulência a partir de agora. Foi ele quem conduziu, em julho de 2002, o Seneca PT-RSX. Dentro dele estavam as três caixas de bebida, nas quais, segundo a revista "Veja", estariam US\$ 3 milhões — ou US\$ 1,4 milhão, conforme a fonte — saídos de Cuba para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência.

Três anos e quatro meses depois, ele confirma a versão do único passageiro do voo de Brasília a Campinas: Vladimir Poletto, ex-assessor do ministro Antonio Palocci (Fazenda).

"Fui eu mesmo [o piloto]. E o que esse rapaz [Poletto] está falando confere", afirmou Fongaro à Folha.

O piloto, no entanto, não é capaz de assegurar qual era o conteúdo das três caixas, carregadas, segundo ele, por Poletto e pelo motorista da van na qual o ex-assessor de Palocci chegou ao aeroporto de Brasília. "Ele mesmo carregou as caixas. Ele e o rapaz da van", lembrou.

Fongaro diz não recordar de que empresa era a van. Apenas que operava no aeroporto de Brasília. Pilotando a serviço do empresário José Roberto Colnaghi — amigo de Palocci —, Fongaro afirma não ter recebido qualquer recomendação especial para o voo. "O que me passaram foi: você vai para Brasília, pega um passageiro e leva para São Paulo."

O registro do plano de voo, segundo Fongaro, foi feito em Brasília. "A Infraero tem."

No dia 31 de julho do ano eleitoral de 2002, ele decolou de Penápolis pela manhã, sozinho, chegando a Brasília por volta de meio-dia. "Lá, me apresentei. Não

me recordo se telefonei para Poletto ou para o Fabril [José Carlos Rico Fabril, piloto de Colnaghi]. Dez minutos depois, Poletto chegou numa van. "Ele disse 'tenho algumas coisas minhas' e mostrou as caixas", relata.

Segundo Fongaro, Poletto não manifestou qualquer sinal de apreensão. E, nas três horas e meia de voo, os dois só se falaram quando avisou que, por causa do mau tempo, teriam de aterrissar em Campinas, e não em Congonhas, como planejado. "Expliquei que as condições do tempo estavam adversas e que a alternativa era Campinas [Viracopos]. Ele disse que tudo bem."

Fongaro diz que não reparou se Poletto era esperado por um Omega preto ao chegar, por volta das 16h30, no aeroporto de Viracopos, em Campinas. O piloto diz que não estranhou o voo, único feito por ele para Colnaghi. Até a semana passada, quando reconheceu Poletto nas páginas da revista. "Vi a foto. Pensei: 'não é possível. Com a foto de Beto Colnaghi confirmou', disse.

Fongaro ficou assustado. "É uma coisa chata. Fiquei indignado de carregar dinheiro. É uma coisa estranha. Agora, vou ter de passar por isso", lamenta.

Ainda hoje, Fongaro é piloto do frigorífico Bertin que, à época, tinha uma parceria com os Colnaghi compartilhando aeronaves. Fabril é o piloto oficial de Colnaghi. Mas era substituído por outros do frigorífico quando não estava à disposição. Para a tarefa, Fongaro não recebeu um único centavo. "Tinha de cumprir horas de voo mesmo. E o Fabril me telefonou." Se Colnaghi conhecia qual era sua missão? "Ah, só ele pode responder", diz.

Colaborou ANDREA MICHAEL, da Securmel de Brasília

A OPERAÇÃO CUBA

■ A campanha de Lula recebeu de Cuba US\$ 3 milhões ou US\$ 1,4 milhão, entre agosto e setembro de 2002, diz reportagem da última edição da revista "Veja"

■ A divergência quanto ao valor vem das duas testemunhas que relataram o caso a revista: Rogério Buratti (US\$ 3 mil) e Vladimir Poletto (US\$ 1,4 mil)

■ Se a história se confirmar, o PT pode ter seu registro cassado devido ao que diz a lei 9096, de 1995. Se isso ocorrer, Lula pode não se candidatar à reeleição

DEFESA - O presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse que as acusações são fantasiosas e que vai processar a "Veja". Cuba negou ter enviado o dinheiro

O SUPOSTO ESQUEMA

1 De Cuba a Brasília

Os dólares teriam saído de Cuba, não se sabe como, e chegado a Brasília, onde teriam sido guardados pelo diplomata cubano Sérgio Cervantes

2 De Brasília a São Paulo

O dinheiro, em três caixas de bebida, teria sido transportado em um avião para Campinas por Poletto

3 Em Campinas

O dinheiro teria sido entregue a Ralf Barquete, ex-auxiliar de Palocci, que teria levado o dinheiro ao PT

4 O piloto

Alécio Fongaro diz que partiu de Penápolis na manhã de 31/7, chegou a Brasília, pegou Poletto e as caixas e foi para Campinas

5 O dono do avião

Roberto Colnaghi, amigo de Palocci, confirmou ter cedido um avião Seneca em 31/7/2002, mas negou responsabilidade por seu uso



■ Se houve envio de dinheiro de Cuba ao PT, qual é a origem do dinheiro?

■ Por que há divergência entre os valores se a pessoa que contou a negociação a Poletto e Buratti foi a mesma, Ralf Barquete?

■ Segundo a "Veja", só se sabe o trajeto do dinheiro dentro do Brasil. Como os dólares chegaram ao país?

■ Se houve esse financiamento de campanha, quem do PT fez a negociação com o país comunista?

■ Se o PT recebeu dinheiro de Cuba, qual foi o montante? US\$ 1,4 milhão, US\$ 3 milhões ou mais?

■ Por que Barquete, assessor de Palocci, perguntou como se traz dinheiro de fora, como diz a "Veja"?

VLADIMIR POLETO
Ex-assessor de Palocci em Ribeirão Preto, foi o indicado por Barquete para pegar o dinheiro em Brasília e levá-lo para São Paulo

ROGÉRIO BURATTI
Ex-assessor de Palocci. Em agosto, contou que Palocci acebia propina de R\$ 50 mil da empreiteira Teão Leão entre 2001 e 2002, e que o dinheiro era retirado por Barquete

TCU investiga R\$ 12 mi pagos ao dono do avião

Investigação foi aberta em outubro, depois de denúncia de que contrato entre Colnaghi e governo do Tocantins é ilegal

CRISE NO GOVERNO LULA

Chico Siqueira
Especial para o Estado
ARACATUBA

O Tribunal de Contas da União (TCU) já está investigando o pagamento sem licitação de R\$ 12 milhões do Banco do Brasil para a empresa Soft Micro Tecnologia de Informação Ltda, do empresário José Roberto Colnaghi, amigo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e dono do avião que teria transportado dólares cubanos para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2002.

O repasse cumpriu um convênio pelo qual o governo do Tocantins compraria o software Assessor Público, da Soft Micro, para as 139 prefeituras do Estado, e o Banco do Brasil pagaria a conta, como denunciou ontem o Estado. O convênio foi assinado em 14 de julho deste ano pelo vice-presidente de Agronegócios e Governo do BB, Ricardo Alves da Conceição.

A investigação foi aberta depois que o representante de uma empresa de informática denunciou, na Ouvidoria do TCU, que o contrato é ilegal e o preço pago a empresa de Colnaghi é pelo menos duas vezes superior ao de mercado. O processo de investigação que tem o número 018.152/2005-3, foi aberto no dia 14 de outubro pela secretaria do TCU no Tocantins.

O TCU deu prazo de 5 dias - depois prorrogado para 10, a pedido do BB - para a superintendência do banco enviar documentos que esclareçam a origem dos recursos, a legalidade do convênio com o Estado e as justificativas para o repasse. O BB deveria embasar o repasse em uma instrução normativa que o autorizasse, e não o fez.

Para o TCU, a dispensa de licitação baseada na inviabilidade de competição, feita pelo governo do Tocantins, não se justifica, porque existem outras empresas no País que oferecem programas semelhantes.

Mas o convênio fixa que o go-

verno do Tocantins deveria fazer uma licitação e que seriam usados os critérios legais previstos na Lei de Licitações para escolha do fornecedor. No entanto, em 12 de agosto o secretário da Administração estadual, Eugênio Coelho, baixou portaria que dispensava a licitação.

No Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), o Ministério da Fazenda credenciou seis empresas, entre elas a própria Soft Micro, para participar de licitações para programas de informática e prestação de serviços de modernização administrativa às prefeituras. O programa oferece financiamentos aos municípios pelo Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou Caixa Econômica Federal (CEF). Curiosamente, o governo do Tocantins optou pelo Banco do Brasil. ●

'A gente não pergunta, faz o serviço e acabou'

Piloto diz que não sabe explicar como alguém já esperava Poletto

Chico Siqueira
Especial para o Estado
ANDRAÍNA

Um mistério ainda intriga o piloto Alécio Fongaro, de 49 anos. Até hoje, ele não sabe explicar como existia alguém esperando seu passageiro, Vladimir Poletto, no aeroporto dos Amarais, em Campinas, quando ele pousou com o Seneta PT-RSX no final da tarde de 31 de julho de 2002. Fongaro assumiu o feito na época e disse que supostamente trouxe os dólares dos dois pelo governo cubano para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva — US\$ 1,4 milhão ou US\$ 8 milhões, segundo testemunhas. O dinheiro estaria em 8 caixas de papelão colocadas a bordo por Poletto, ex-assessor do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Para o piloto, a escolha do aeroporto dos Amarais aconteceu na última hora por causa do mau tempo em Congonhas, onde inicialmente o pouso deveria ocorrer. Ao chegar em Viracopos, também na cidade do interior, Fongaro disse que Poletto pediu o pouso e corre nos Amarais, onde uma pessoa o aguardava. O piloto diz que seu passageiro não fez contato telefônico durante o percurso.

Além de não saber como alguém poderia estar esperando seu passageiro, Fongaro não soube dizer também como as caixas que supostamente escondiam os dólares ficaram dentro do avião, se no bagageiro ou nos pés do passageiro.

O piloto afirmou não ter visto o conteúdo das caixas e disse que o voo, de Brasília para Campinas, não foi registrado no diário do bordo. Fongaro falou ao Estado. Abaixo, a entrevista.

Em que circunstâncias você foi convidado a fazer o voo?

Estava de folga no meu serviço (piloto do frigorífico Bertin) em Lins, quando José Carlos Bico Fabril, que é piloto-chefe do Colnaghi (José Roberto Colnaghi, dono do avião), me pediu para pegar um passageiro em Brasília e trazer a São Paulo. Conheço o Fabril porque ele também pilota o Citation que o Bertin tem em sociedade com o Colnaghi.

Você sabia quem era passageiro?
Não. A gente não costuma perguntar, faz o serviço e acabou.

Nem o nome?

Mau tempo obrigou o avião que levava as três caixas a pousar em aeroporto de Campinas

Não, nem o nome.

Como foi então?

No dia seguinte (31 de julho de 2002) decolei de Penápolis de manhã e pousei em Brasília por volta das 11h30 ou meio-dia.

O passageiro estava lá?

Fiquei uns 15 minutos aguardando, quando ele chegou numa van.

Tinha mais gente então?

Tinha, aliás, acho que não. Se não me engano, tinha só o motorista e o passageiro, que depois soube ser Vladimir Poletto.

Só os dois e mais ninguém?

Ninguém. Eu nunca tinha visto o Poletto antes, foi aquela a primeira e única vez que o vi.

E como foi o encontro?

Ele chegou trazendo umas caixas de papelão, parecidas com caixas de bebidas.

Não tinha inscrição das caixas?

Não, nada. Estavam lacradas com fitas adesivas.

E como elas entraram no avião?

Foi o Poletto e o motorista que colocaram.

Daí vocês decolaram?

Sim. Saímos de lá por volta do meio-dia para São Paulo.

O senhor não desceu em São Paulo?

Não. Fiquei sabendo pelo rádio do mau tempo em Congonhas e decidi ir para Campinas.

E o que aconteceu depois?

Descemos em Viracopos por volta das 16h30, mas, quando pousei, o Poletto perguntou se eu podia voar até ao aeroporto dos Amarais. Disse que poderia, mas tinha de fazer uma notificação de voo. Então fiz e partimos para os Amarais, onde chegamos 7 minutos depois.

E depois?

Já tinha alguém esperando ele no estacionamento, porque ele saiu com as caixas e foi embora.

Ele levou as caixas sozinho?

Sim.

O Poletto não fez nenhum telefonema, não falou nada na viagem?

De jeito nenhum, veio calado.

Mas então como alguém sabia que ele ia descer no Amarais?

Ah, isso eu não sei explicar.

A mudança do voo não foi repentina por causa do mau tempo?

Foi sim, não estava prevista. ■

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO CUBANA

Empresário que alugou ao PT carro supostamente usado para transportar dólares fechou contrato de R\$ 400 mi na gestão Palocci, em Ribeirão

Dono de carro venceu licitação polêmica

ROGÉRIO PAGNAN
DA FOLHA RIBEIRÃO
JOSÉ ALBERTO BOMBIG
DO RAINEL

O empresário Roberto Carlos Kurzweil, que, segundo reportagem da revista "Veja", alugou para o PT um Omega blindado que teria transportado dólares de Cuba para a campanha de Lula em 2002, venceu uma polêmica concorrência na Prefeitura de Ribeirão Preto em 1993, na primeira administração do então prefeito Antônio Palocci Filho.

Mesmo sem ter experiência no ramo nem recursos próprios para assumir um investimento de cerca de R\$ 45 milhões na época, a empresa Rek, de Kurzweil, conseguiu vencer uma licitação estimada em R\$ 400 milhões (por 15 anos) para implantar e operar o serviço de tratamento de esgoto em Ribeirão. A Rek, que realizava a coleta de lixo na cidade, era a acionista majoritária do consórcio Ambient e tinha como parceira a norte-americana CH2MHill.

Após vencer a licitação, disputa por outros cinco consórcios, a Ambient foi buscar financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mas não conseguiu. As obras ficaram paradas, e, pelo atraso no cronograma das obras, a prefeitura chegou a aplicar uma multa de R\$ 10 milhões (cancelada depois de um acordo) e a propor nova licitação.

O projeto só prosseguiu quando as espanholas OHL e Inima compraram 75% das ações do consórcio. A estação de tratamento foi concluída em 2002 — com direito a visita do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Kurzweil afirmou à Folha que não houve irregularidades na licitação para tratar o esgoto de Ribeirão, e que os prazos do contrato

época porque a parceira se recusou a dar garantias ao BNDES (leia texto nesta página).

Sobre o Omega citado pela "Veja", o empresário disse que talvez seja o de sua locadora, Locablin, já que, em 2002, tinha um veículo desse modelo alugado para o PT.

A revista, na edição deste final de semana, afirma que Ralf Barquete Santos e Vladimir Poletto, ex-assessores de Palocci na Prefeitura de Ribeirão, utilizaram um Omega de Kurzweil para transportar caixas vindas de Brasília para o aeroporto de Viracópos, em Campinas. Segundo a revista, havia nas caixas dólares destinados à campanha de Lula — ou US\$ 1,4 milhão ou US\$ 3 milhões, supostamente entregues, entre agosto e setembro de 2002, ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

A Locablin também alugou um Omega blindado para o próprio Delúbio, em agosto passado. Segundo o jornal "O Globo", o carro usado pelo ex-tesoureiro quando ele foi depositado no Conselho de Ética do PT — foi alugado por um mês, pelo valor de R\$ 10.800.

Sem títulos

O contrato assinado entre Palocci e Kurzweil é criticado pela atual direção do Daerp (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto), porque por ele a empresa não tem fisco e recebe o valor do esgoto tratado, independentemente da haver inadimplência dos consumidores. Com isso, o município deve à empresa cerca de R\$ 8 milhões desde novembro de 2003.

A Ambient também reclama R\$ 12 milhões por serviços prestados de limpeza em novembro de 2003, antes de a câmara aprovar a cobrança do tratamento de esgoto. O contrato está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual.

Empresário nega favorecimento em concorrência

DA FOLHA RIBEIRÃO

O empresário Roberto Carlos Kurzweil afirmou ontem que não houve interferência do ex-prefeito Antônio Palocci Filho na licitação vencida pelo consórcio Ambient em Ribeirão Preto. Segundo Kurzweil, a vitória do consórcio liderado por sua empresa ocorreu pela capacidade técnica e financeira.

Se houve interferência do ministro nos contratos assinados entre o PT e a sua empresa de locação de veículos blindados — a Locablin — ele "desconhece". "Eu tenho pouco contato com Palocci agora. A última vez que o vi foi no final do ano passado."

Sobre o Omega citado pela "Veja", como veículo supostamente utilizado para o transporte de dólares, o empresário afirma que, entre março e dezembro de 2002, alugou dois carros para o PT, um Omega e um Passat. "Não posso confirmar nem negar porque não sei os detalhes."

Kurzweil disse ainda que conhece Vladimir Poletto e também conhecia Ralf Barquete Santos, ex-assessores de Palocci citados pela "Veja" como intermediários no transporte dos dólares que teriam vindo de Cuba, por sua relação com a Prefeitura de Ribeirão. Barquete morreu no ano passado. Poletto não foi localizado ontem.

Palocci diz duvidar de 'conexão Cuba'

CHICO DE GOIS

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem que não acredita que recursos de Cuba tenham servido para pagar despesas de campanha do então candidato do PT à Presidência em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva.

Palocci atribuiu as denúncias à "antecipação do quadro eleitoral". Assim ele enquadra também a revelação, publicada na edição de ontem da Folha, de que o Ministério Público investiga a existência de caixa dois na Prefeitura de Ribeirão Preto quando Palocci era prefeito.

"Não acredito que isso tenha ocorrido", afirmou Palocci em referência à denúncia da revista "Veja". "É uma história cheia de contradição e um tanto quanto fantasiosa."

No fim de semana, reportagem da revista "Veja" noticiou que dois ex-assessores de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Tadeu Buratti e Vladimir Poletto, teriam transportado dinheiro de Brasília a Campinas em caixas de usque que seriam destinados ao comitê eleitoral de Lula.

Segundo "Veja", o pedido para

internalizar os dólares provenientes da ilha teria partido de Ralf Barquete, ex-secretário do ministro quando prefeito. Antonio Palocci, ainda segundo a reportagem da revista, seria o responsável pela solicitação.

"Acho que isso não ocorreu", repetiu Palocci. Questionado se tinha certeza, ou se apenas "achava" que a suposta operação cubana não havia acontecido, Palocci retificou: "Tenho muita segurança [sobre isso]."

O ministro afirmou não entender por que Buratti voltou a acusá-lo de irregularidades. O ex-secretário de Governo de Palocci em sua primeira gestão à frente da Prefeitura de Ribeirão Preto compareceu à CPI dos Bingos há cerca de dois meses para dizer que havia um "mensalão" na administração do ex-prefeito. Ele nega.

Campanha

"Isso faz parte do ambiente de disputa política", disse o ministro da Fazenda. Sobre a suposta existência de caixa dois em sua administração em Ribeirão Preto, objeto de investigação do Ministério Público local, ele procurou minimizar o assunto.

"É uma denúncia do presidente

OLÍMPIO

Estou muito surpreso que uma revista do porte da 'Veja' tenha soltado uma matéria dessas. Para mim parece uma história fantasiosa e mal montada, com conteúdo artificial, feita com base no testemunho de um morto

WILDESANTAGO
embaixador do Brasil em Cuba

mente e politicamente, portanto, encaro com respeito a publicação e não deixo os instrumentos que existem à disposição da imprensa, em relação à reportagem da Folha de ontem."

Cuba

Com o mesmo discurso de "ver fantasiosa", o embaixador do Brasil em Cuba, Wildesantiago, passou a tarde de ontem na OAB, só trabalhando para denunciar a denúncia de que o partido geobebu dinheiro de Cuba para financiar a campanha dos seus candidatos à Presidência Lula.

"Estou muito surpreso que uma revista do porte da 'Veja' tenha soltado uma matéria dessas. Para mim parece uma história fantasiosa e mal montada, com conteúdo artificial, feita com base no testemunho de um morto", disse.

Segundo ele, a publicação da reportagem tem "motivação eleitoral". "Não acredito [na denúncia]. Cuba é um país que tem história e experiência, não cometerá uma gafe como esta", disse. "É um povo que luta pela sobrevivência, não pode ter tirado dinheiro dessa maneira."

Colaborou SILVIO NAVARRO, da Agência Folha, em Brasília

local do PSDB, que diz respeito ao acirramento do clima político que temos neste momento e que antecipa o quadro eleitoral."

Para o ministro, até as eleições do ano que vem o país terá de conviver com isso. "Talvez o processo eleitoral de 2006 esteja começando e seja antecipado", argumentou.

"Esta notícia que vem da prefeitura foi produzida partidária-

OPERAÇÃO HAVANA

Oposição tentará aprovar na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos a convocação de Rogério Buratti e de Vladimir Poletto, que denunciaram a entrada de dinheiro de Cuba para campanha de Lula

Em busca dos dólares cubanos

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

A crise já dava sinais de desaparecimento. Mas uma denúncia, apresentada na revista *Veja* desta semana, deu novo fôlego à oposição e vai dar muito trabalho ao governo. Segundo a reportagem, o economista Vladimir Poletto entregou a dirigentes do PT US\$ 3 milhões destinados à campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O problema é que o dinheiro veio de Cuba, o que é proibido pela lei eleitoral. Com a denúncia, o impeachment de Lula voltou com mais força a ser debatido pela oposição. Ações contra o presidente no Ministério Público (MP) ganharam reforço e o Congresso vai se movimentar na semana do feriado com a tentativa dos opositores de convocar Poletto e o advogado Rogério Buratti na CPI dos Bingos.

"Eu acho a denúncia muito grave. Tem de ser examinada em toda a sua profundidade", avaliou o presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC). "A CPI dos Bingos, que já ouviu Buratti, deve chamá-lo imediatamente, assim como os outros citados que estão vivos". Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), essa também deve ser a primeira providência adotada pela oposição. "Eles têm de ser chamados a depor. Nada impede que a CPI dos Bingos já os convoque na semana que vem".

Bolcote

A avaliação entre os congressistas é a de que a denúncia vai fortalecer a CPI do Caixa 2, criada na semana passada e pedida do PSDB. "A CPI do Caixa 2 vai ganhar corpo. A denúncia pode desencadear um processo mais grave do que estava se pensando", analisa o líder do PDT na Câmara, Severiano Alves (BA). Mas há, no momento, dois motivos que levam a oposição a preferir a CPI dos Bingos, também chamada entre governistas de "CPI do Fim do Mundo". O primeiro é que a nova comissão parlamentar de inquérito ainda está em sua fase inicial.

“O PARTIDO
PODE PERDER
O REGISTRO
E O PRESIDENTE,
O MANDATO. FICARIA
ILEGÍTIMO O
MANDATO DO
PRESIDENTE LULA.”

Senador Arthur Virgílio (AM),
líder do PSDB no Senado

Se os líderes aliados decidirem boicotá-la, levará pelo menos um mês até que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), aponte os integrantes por conta própria. Há também dúvidas sobre o funcionamento da CPI do Caixa 2 porque os petelistas não estão dispostos a instalá-la. Na CPI dos Bingos, como a oposição tem maioria, não há dificuldades para aprovar requerimentos para convocar Buratti e Poletto.

Para os integrantes da oposição, a denúncia é a mais séria que já atingiu o governo até agora. "É mais grave do que as outras denúncias que estão circulando e todos estamos vivenciando. É uma interferência descalada no processo eleitoral. Mais uma vez é o PT enxovalhando a esquerda brasileira", critica o presidente do PPS, Roberto Freire (PE). Para ele, antes de mais nada, o presidente Lula deveria fazer um pronunciamento público sobre o episódio. "Ele tem de ser o principal interessado no esclarecimento e tem de exigir imediata investigação e apuração. É tão grave que eu torço para não ser verdade". O PPS ingressará no MP com uma ação contra os petistas.

Os opositores estão convictos de que, confirmada, a denúncia levaria ao impeachment do presidente. A lei eleitoral proíbe repasse de dinheiro estrangeiro a partidos políticos. "O partido pode perder o registro e o presi-

“É A MAIS GRAVE
DAS DENÚNCIAS.
É UMA INTERFERÊNCIA
NO PROCESSO
ELEITORAL. É O PT
ENXOVALHANDO
A ESQUERDA
BRASILEIRA.”

Deputado Roberto Freire (PE),
presidente nacional do PPS

dente, o mandato. Ficaria ilegítimo o mandato do presidente Lula", avalia Arthur Virgílio. A acusação deu novo fôlego à oposição, que já se penitenciava por não ter pedido o impeachment de Lula no início do ano, pois nos últimos dias a crise política dava sinais de arrefecimento.

A denúncia também vai reforçar a decisão do PFL, anunciada na semana passada, de ingressar no MP contra o presidente Lula por crime eleitoral. A acusação se baseia em declarações do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, do ex-tesoureiro petista Delúbio Soares e do empresário Marcos Valério de que a campanha presidencial contou com dinheiro de caixa 2. O PSDB avisou que irá endossar a ação no MP.

“A CPI DOS BINGOS,
QUE JÁ OUVIU
BURATTI, DEVE
CHAMÁ-LO
IMEDIATAMENTE,
ASSIM COMO OS
OUTROS CITADOS
QUE ESTÃO VIVOS.”

Senador Jorge Bornhausen (SC),
presidente nacional do PFL

A DENÚNCIA

Relato da revista *Veja* sobre o dinheiro que Cuba teria mandado para a campanha de Lula.

1 Entre agosto e setembro de 2002, o comitê eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva recebeu US\$ 3 milhões vindos de Cuba. Ao chegar a Brasília, o dinheiro ficou sob os cuidados de Sérgio Cervantes, um ex-diplomata cubano muito amigo de integrantes da esquerda, especialmente de petistas e comunistas. A chegada do dinheiro foi confirmada por Rogério Buratti, ex-assessor petista.

2 De Brasília, o dinheiro foi levado para Campinas, a bordo de um avião em três caixas de bebida: duas caixas de uísque Johnnie Walker e uma de rum cubano, o Havana Club. Vladimir Poletto, economista e ex-auxiliar de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), admitiu que transportou as caixas com o dinheiro para Campinas (SP).

3 Em Campinas, Ralf Barquete, também ex-auxiliar de Palocci em Ribeirão Preto, pegou o dinheiro no Aeroporto de Viracopos. Barquete, que já morreu, viajou para São Paulo em um automóvel Omega blindado, dirigido por Eder Eustáquio Soares Macedo. Na capital paulista, deixou as caixas no comitê de Lula na Vila Mariana, aos cuidados do então tesoureiro Delúbio Soares.

Dinheiro do Uruguai para o PT

DO ESTADO DE MINAS

Uma operação financeira para o saque de cerca de US\$ 5 milhões, pelo PT, ocorrida em meados de julho, está chamando a atenção de autoridades uruguaias. O saque foi feito por meio de uma sofisticada operação, que envolveu lavadores de dinheiro e "mulas" (transportadores) para que ele pudesse retornar ao Brasil. O dinheiro teria sido sacado para quitar dívidas do PT, logo depois da crise política desencadeada a partir da revelação do pagamento do mensalão. Sem dinheiro para saudar compromissos, dirigentes peritos

lançaram mão da arriscada tentativa de fazer retornar ao país parte de recursos que estavam depositados no Uruguai.

Informações dão conta de que, para esconder a verdadeira origem dos valores sacados, parte do dinheiro seria empregado na compra de uma tradicional empresa de ônibus uruguia, que faz a linha Montevideu/São Paulo, onde está a sede nacional do PT.

O saque foi acompanhado pelas autoridades dos dois países e teve que percorrer um tortuoso caminho. Um grupo de especialistas em lavagem de dinheiro deixou a capital paulista,

de avião, acompanhados de "mulas", até Montevideu. Dali, já de posse do dinheiro, pelo menos dois homens embarcaram num ônibus de carreira até a fronteira brasileira.

O dinheiro estava acondicionado em malas de viagem. No Brasil, a opção foi embarcar em carro particular até São Paulo, seu destino final. Todos os envolvidos ainda estão sendo identificados já que existe forte suspeita do uso de identidades falsas. Outra hipótese das autoridades uruguaias é que tudo não tenha passado da tentativa de aplicar um golpe. Muitos dos suspeitos têm antecedentes criminais.

Piloto detalha vôo da Operação Havana

DA REDAÇÃO

O piloto Alécio Fongaro, que conduziu o Sêneca PT-RSX do empresário José Roberto Colnaghi para trazer três caixas supostamente abarrotadas de dólares cubanos de Brasília para São Paulo, no dia 31 de julho de 2004, confirmou a história, conforme reportagem publicada na revista *Veja* desta semana. Fongaro disse ter feito o vôo que transportou Vladimir Poletto, que foi assessor do ministro Antonio Palocci na época em que ele era prefeito de Ribeirão Preto, de Brasília para Campinas. Ele conta à revista que Poletto levava três caixas de papelão lacradas, nas quais estavam os dólares.

Naquele dia, o pequeno bi-

motor decolou cedo de Penápolis no oeste paulista, para Brasília. Na capital, o piloto ligou para Poletto, que logo apareceu no aeroporto, a bordo de uma van. Perguntou a Fongaro se havia problema em transportar "umas caixas". O piloto consentiu. As caixas foram transferidas da van para o avião por Poletto e um motorista, e acomodadas atrás do banco em que Poletto viria sentado. Em seguida, o Sêneca decolou no rumo do aeroporto de Congonhas.

Mas como São Paulo estava sob mau tempo, o vôo teve de ser direcionado para o aeroporto de Viracopos, em Campinas, onde pousou no meio da tarde. Poletto saiu e retornou alguns minutos depois, pedindo que decolasse

novamente em direção ao aeroporto dos Amarais, que também fica em Campinas, a sete minutos de vôo. Foi neste segundo aeroporto, com infra-estrutura muito mais simples que Viracopos – um aeroporto internacional, onde o desembarque da estranha carga obrigaria à declaração de seu conteúdo – que as caixas de papelão lacradas foram transferidas por Poletto para um Omega preto blindado. O veículo já estava à sua espera.

Cargo de confiança

O carro foi alugado de uma locadora pertencente a Roberto Carlos Kurzweil e era dirigido pelo motorista Éder Eustáquio Soares Macedo, hoje ocupante de um cargo

de confiança na representação do Ministério da Fazenda no Rio, nomeado pelo ministro Antonio Palocci. O empresário José Roberto Colnaghi, por meio de sua assessoria, admite que emprestou o avião naquela data, mas não lembra quem lhe fez o pedido.

A convocação para que Fongaro comandasse o voo foi feita por José Carlos Bico Fabril, piloto contratado de

Colnaghi, que não poderia voar naquele dia. Hoje, Fongaro é piloto do frigorífico Bertin, com o qual Colnaghi dividiu a propriedade um jato Citation, em 2002. Vem daí o conhecimento profissional de Fongaro com o empresário que é dono do Sêneca.

O ex-assessor Vladimir Poletto já foi convocado pela CPI dos Bingos e tem depoimento marcado para terça-feira. A mesma CPI deverá

votar na próxima semana um requerimento do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pedindo a convocação de outros personagens citados no caso, como Colnaghi, Kurzweil, e o diplomata cubano Sérgio Cervantes. Virgílio quer que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares volte outra vez à CPI para dar explicações sobre essa nova denúncia.

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO CUBANA

Amigo de Palocci, Roberto Colnaghi confirma ter emprestado um avião Seneca em 2002, durante campanha de Lula à Presidência

Empresário cedeu avião citado no caso Cuba

CATIA SEABRA

ENVIADA ESPECIAL A PENÁPOLIS

O empresário Roberto Colnaghi confirmou ontem ter cedido, em 31 de julho de 2002, o avião Seneca "citado em reportagem da edição de 2 de novembro de 2005 da revista Veja". Segundo a reportagem, o avião foi emprestado ao PT para o transporte de dólares enviados de Cuba ao Brasil para reforçar os cofres da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Amigo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, Colnaghi fez questão de frisar, através de sua assessoria de imprensa, ter apenas cedido o avião, eximindo-se

de qualquer responsabilidade sobre seu uso.

Em nota ditada à *Folha* por sua assessora de imprensa, o empresário tomou o cuidado de não revelar o beneficiário do empréstimo do avião. Questionada, a assessoria de Colnaghi argumentou que a identidade está implícita na alusão à reportagem da "Veja".

Segundo a revista, Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci, foi o passageiro do avião, saído de São Paulo, com destino a Brasília. Em Brasília, teria sido abastecido com três caixas para serem levadas ao aeroporto de Congonhas. Nessas caixas haveria US\$ 1,4 milhão ou US\$ 3 milhões, segundo a revista.

Por conta do mau tempo, o avião teve de aterrissar em Campinas.

A breve nota também omite o roteiro percorrido. Mas, desde o início da semana, o empresário procurava registro de voo que cumprisse essa rota.

Ao afirmar apenas ter cedido o avião, Colnaghi expressa o desconforto que tem revelado a interlocutores, aos quais alega ter sido surpreendido pelo teor da reportagem. O empresário diz desconhecer o objetivo da viagem. A amigos, alega que não pergunta para quê quando empresta um avião. No início da semana, listas de Penápolis chegaram a produzir esse argumento em uma conversa com ele.

CRISE ÉTICA

Alécio Fongaro conduziu o Sêneca que levou de Brasília para São Paulo o dinheiro cubano que teriam ajudado a financiar campanha do presidente Lula. Dono do avião é o empresário Roberto Colnaghi

O piloto da Operação Havana

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Chama-se Alécio Fongaro a segunda e última testemunha do que vem sendo chamado de Operação Havana, em que dirigentes do PT trouxeram dólares possivelmente de Cuba para pagar despesas da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Fongaro é piloto free-lancer na região de Lins, interior de São Paulo, e teria conduzido o avião Sêneca prefixo PT-RSX no trajeto São Paulo-Brasília-Campinas, em 31 de julho daquele ano. Nesta viagem, o lobista Vladimir Poletto, um antigo colaborador do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em sua época de prefeito de Ribeirão Preto (SP), teria pego três caixas de bebidas e as entregou em Campinas a Ralf Barquette, outro antigo assessor

de Palocci. Quem repassou a encomenda a Poletto foi o diplomata cubano Sérgio Cervantes, amigo de Lula e do ex-ministro José Dirceu desde a década de 80. Parte da história foi testemunhada pelo advogado Rogério Baratti, outro ex-assessor de Palocci.

A Operação Havana foi revelada em reportagem de capa da revista *Veja* desta semana (leia quadro ao lado) e vem sendo contestada pelo Palácio do Planalto, pelo PT e pelo governo cubano. Foi classificada de "fantasia" por Palocci. O próprio Lula teria repetido a opinião de seu auxiliar — versão difundida reservadamente por dois dos ministros que despacham diariamente com ele —, mas negou-se a responder qualquer pergunta sobre o caso.

A informação sobre Fongaro chegou ao Correio pela assessoria

de imprensa do empresário Roberto Colnaghi, dono da Asperbrás — um dos maiores fabricantes de equipamentos de irrigação do país — e do Sêneca usado na Operação Havana. E confirmou ter cedido a aeronave para um voo a Brasília na data informada pela revista, mas não disse para quem ou por quê.

Na cidade de Penápolis (SP), onde Colnaghi nasceu e ainda mantém muitos de seus negócios, diz-se que o Sêneca teria sido pedido pelo prefeito José Luís (PT) para resolver problemas em Brasília. O prefeito não foi encontrado para dar sua versão sobre essa informação.

Testemunha

O nome do piloto é relevante porque acrescenta uma testemunha a uma história que o governo vem tentando desqualificar antes de qualquer investigação mais pro-

funda. E que, se confirmada, pode custar o registro de legalidade dado ao PT pela Justiça Eleitoral. A Constituição brasileira, em seu artigo 174, proíbe que políticos, políticos recebam favores do exterior. Segundo o artigo 174, o presidente da República pode até deixar de existir.

Após a revelação de caso, Vladimir Poletto recebeu um e-mail atendo a reportagem do Correio. Ele já havia sido acusado de crimes, quando a mídia divulgou informações que alugou uma casa em Brasília, em julho de 2003, onde a turma de Roberto Preto se reunia para recreação. O proprietário da casa disse que, no momento em que fechou o negócio — por R\$ 10 mil mensais —, recebeu seis meses adiantados. Detalhe: as notas estavam acondicionadas numa valise. Poletto deporá na CPI do Mensalão na próxima terça-feira.

ENTENDA O CASO

Dólares nas caixas de uísque e rum

No dia 31 de julho de 2002, a história da campanha eleitoral que levou Luiz Inácio Lula da Silva e o PT ao poder, o avião Sêneca prefixo PT-RSX, pertencente ao empresário paulista Roberto Colnaghi, foi o for do aeroporto de Congonhas, perto de São Paulo, por volta das 18h30. A bordo, apenas o piloto e Vladimir Poletto, antigo colaborador do então prefeito de Ribeirão Preto e coordenador da campanha presidencial, Antônio Palocci.

A aeronave decolou rumo a Brasília e pousou no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek próximo das 10h.

Uma hora depois, uma van pegou Poletto e o levou ao apartamento do cubano Sérgio Cervantes, adido da embaixada de Cuba, que lhe entregou três caixas de bebidas — uma de uísque Johnny Walker vermelho preto, outra rótulo vermelho e uma de rum Havana Club.

Tais informações, publicadas na reportagem de capa da revista *Veja* desta semana, são detalhes explosivos do que vem sendo chamado de Operação Havana. Dentro das caixas de bebidas, viajaram dólares — entre US\$ 1,4 milhão e US\$ 3 milhões — que serviram à campanha petista em 2002,

inclusive a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A legislação eleitoral impede partidos políticos de receberem recursos do exterior.

A descrição da operação feita pela *Veja* foi possível a partir do testemunho de duas pessoas: do advogado Rogério Baratti, que à época teria sido consultado sobre como trazer o dinheiro ao Brasil, e do próprio Vladimir Poletto, que pegou as caixas de bebidas das mãos de Cervantes em Brasília.

De acordo com ele, na volta a São Paulo, o Sêneca teve que aterrissar no aeroporto de Vir-

copus, em Campinas, por causa do mau tempo na capital paulista. Lá, por volta das 19h, viajando num Omega preto, alugado ao PT, chegou Ralf Barquette, secretário de Finanças de Palocci em Ribeirão Preto.

Barquette, morto de câncer no ano passado, pegou as caixas de bebida das mãos de Poletto e as guardou no porta-malas do Omega, ajudado pelo motorista Eder Macedo. Ambos entraram no carro e rumaram dali até a sede do PT, no centro da cidade de São Paulo, onde entregaram as caixas de bebida a Delúbio Soares, tesoureiro do partido e caixa da campanha de Lula.

Poleto pede proteção para depor

LÚCIO LAMBRANHO
DA EQUIPE DO CORREIO

O economista Vladimir Poleto, ex-assessor do ministro da Fazenda Antonio Palocci, é um dos principais envolvidos na Operação Havana. Impetrou ontem pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para depor na terça-feira na CPI dos Bingos. A defesa de Poleto acredita que ele deverá ser ouvido como investigado, já que a comissão quebrou seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Os advogados pedem que o STF expeda um salvo-conduto garantindo ao depoente o direito de não ser obrigado a firmar compromisso como testemunha e de permanecer calado diante de perguntas que possam resultar em auto-incriminação. O habeas corpus também pede a garantia de que não possa ser preso em flagrante pelos crimes de desobediência e falso testemunho. O ministro Marco Aurélio Meilo é o relator do habeas corpus.

Poleto disse que transportou o dinheiro de Brasília para Campinas, a bordo de um avião, em três caixas de bebidas. Sua convocação já tinha sido aprovada na CPI dos Bingos, mas para explicar sua participação junto com Rogério Buratti em esquema de tráfico de influência usando a amizade com o ministro da Fazenda. O Mi-

nistério Público de São Paulo e integrantes da CPI dos Bingos estão convencidos de que os diálogos falam de negociações e de encontros com autoridades de Brasília, incluindo o ministro Palocci, que seria tratado como o "chefão". Num dos diálogos, divulgado pelo Correio no mês passado, o economista e consultor do Banco Prosper, chega a comentar com Buratti sobre telefonema re-

cebido da secretária de Delúbio Soares: "Eu recebi uma ligação, que eu tinha que operacionalizar uma coisa, entendeu?", dizia Poleto.

No cruzamento de dados feito pela CPI dos Bingos, Vladimir Poleto aparece como autor de 28 ligações à Jane Mary Corner. O ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, conversou por telefone com a promotora de festas de Brasília entre os meses de julho e novembro de 2003.

Por enquanto, com relação a Operação Havana, a CPI dos Bingos só confirmou o depoimento de Poleto. Mas ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) aceitou a sugestão do vereador Nicanor Lopes (PSDB-SP), de Ribeirão Preto, e vai pedir a abertura de uma subcomissão para investigar a suposta remessa de dinheiro do governo cubano para a campanha do PT, em 2002. A ideia dos tucanos é levar os integrantes da comissão até cidade e tomar depoimentos de outros envolvidos no caso. "A decisão foi tomada depois de uma reunião entre o deputado Carlos Sampaio e com o senador tucano. Se aprovada, a subcomissão terá poder para intimar os envolvidos nas denúncias", disse Lopes.

AUMENTO SEM LICITAÇÃO

Os promotores do Ministério Público de São Paulo — que investigam a gestão do ministro da Fazenda na Prefeitura de Ribeirão Preto — receberam ontem decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que julgou irregular uma renovação de contrato com a empresa Leão Leão para os serviços ao Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto (Daerp). Segundo o promotor Aroldo Costa Filho, o Daerp renovou, em novembro de 2000, sem nova licitação o contrato com a empresa com um aumento de 25%. "O TCE julgou que não havia justificativa para o aumento que gerou um prejuízo de R\$ 7,8 milhões. Estamos estudando uma ação civil pública contra os envolvidos na irregularidade", explicou Costa Filho.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB-ES. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Globo** do dia 6 de novembro do corrente intitulado "Risco real", de autoria da jornalista Miriam Leitão.

A articulista afirma que apesar dos sólidos fundamentos da economia e de o cenário mundial para 2006 ser mais promissor que o de 2002, o período eleitoral dificilmente será de tranquilidade para o país. Os riscos maiores não serão de natureza econômica, mas de duas outras naturezas. Primeiro o de que o país se acostume com o absurdo dos acontecimentos atuais e passe a achá-los naturais. Se isso acontecer, o país

vai consolidar a impressão de que política é "sistematicamente" assim. O segundo risco é de a disputa eleitoral ser uma inútil troca de balanços entre os vários partidos, sem qualquer proposta relevante para a superação das dificuldades reais do país.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COLUNA PANORAMA ECONÔMICO

06/11/2005

Risco real

No mês passado o Banco Central comprou mais de US\$3 bilhões para aumentar as reservas cambiais. Fala-se que o Tesouro fará nova emissão. Em lançamentos recentes, aumentou a proteção cambial para o ano que vem. Dificilmente as turbulências de 2006 serão piores do que as de 2002, mas não será uma eleição tranqüila. O risco real do ano que vem não é econômico, é político.

O Tesouro acha que hoje uma das coisas mais fáceis é se financiar no mercado internacional. Mesmo assim, o secretário Joaquim Levy inicia esta semana um road show que o levará a três continentes. Recentemente ele fez visitas às agências de risco para dar elementos ao movimento, já iniciado, de melhoria da classificação de risco-país. O pagamento antecipado ao FMI e ao Clube de Paris faz parte do processo de fortalecimento do país para o ano que vem.

Houve um momento, na última eleição presidencial, em que o Banco Central não conseguia vender título algum para além de dezembro de 2002, o dólar disparou, as empresas não conseguiam rolar seus empréstimos no exterior. Que risco há de que isso se repita no ano que vem?

É difícil imaginar que haverá a mesma tsunami. O Brasil está com 2% do PIB de superávit em transações correntes, no terceiro ano consecutivo de resultado positivo nessa conta, a moeda subiu 16% no ano, o superávit primário do ano que vem está mantido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 4,25%. Será o oitavo ano de superávit primário. A balança comercial deve ser um pouco menor, mas o país estará no sétimo ano seguido de resultado positivo no comércio. A inflação carregará menos pressão de 2005, pela queda do IGP-M. Mesmo que os reajustes de tarifas tenham razões que a própria inflação desconhece — como se viu agora no reajuste autorizado para a Light — haverá menos pressão de preços administrados.

Em tese, o que é sólido pode se desmanchar no ar rarefeito que deve tomar conta do Brasil nesta disputa eleitoral. Mas não completamente. A economia brasileira está mais forte e a economia mundial continua bem. O risco desta vez não é o mesmo da última eleição. Mas há riscos. O ano que vem será pior do que o de 2005, que poderia ter sido bem melhor do que foi. Haverá momentos de tensão, o dólar ficará mais pressionado e haverá dias de incerteza.

Os riscos maiores são de duas naturezas. Primeiro, o de que o país se acostume com absurdos e passe a achá-los naturais. Se isso acontecer o país vai consolidar a impressão de que a política é "sistematicamente" assim. Segundo risco: o de a disputa eleitoral ser uma inútil troca de balaços entre os partidos, sem qualquer proposta relevante para a superação das dificuldades reais do país. Um debate inútil que enfraquecerá a todos.

O primeiro risco vai se materializar se os crimes ficarem sem punição. Semanalmente aparecem denúncias graves e fortes indícios de irregularidades, mas que são superados por outra linha de investigação mais espetacular, que depois será abandonada para dar lugar a outra novidade.

Na semana passada ficou claro, na acareação entre os doadores e os receptores do valerioduto, que uma parte do caixa dois financiou gastos da campanha presidencial do candidato vitorioso. Em outro momento foram divulgados trechos de conversas telefônicas entre autoridades ligadas diretamente ao presidente, como o chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, com suspeitos do assassinato do prefeito Celso Daniel. Mesmo que as transcrições tenham sido apresentadas fora do contexto, os telefonemas em si eram inconvenientes. Como falar com suspeito de assassinato? Teria sido tentativa de instruir testemunhas? Por tentar instruir testemunha, Maluf e o filho foram presos. A morte de Celso Daniel foi seguida pela morte de sete testemunhas. A idéia defendida inicialmente de que era crime comum é tão verossímil quanto o relatório do coronel Job Lorena sobre o Riocentro.

Esses fatos espantosos foram abandonados pelo novo fato espetacular: teria vindo dinheiro de Cuba? Noves fora o fato de que Cuba não tem onde cair morta, o assunto dominou os ânimos alguns dias até que foi substituído por um festival de supostos grampos que assolou Brasília. Num ataque de infantilidade machista, os políticos ameaçaram resolver tudo no braço. O assunto merecia mais seriedade. Foi por usar a máquina pública para espionar adversários que Richard Nixon perdeu a Presidência.

A semana teve outro fato importante: o fio que liga o dinheiro do Banco do Brasil aos repasses de Marcos Valério ao PT. O Banco do Brasil deve muitas explicações ao país, aos acionistas, aos contribuintes e à CPI. O fato é gravíssimo pelo banco ser o que é, uma empresa com controle do governo e com ações nos mercados interno e externo. Desde o início, as denúncias rondam o Banco do Brasil. Foi lá que Marcos Valério recebeu contratos sem ter participado de concorrência, como no caso do Banco Popular do Brasil. O BB precisa oferecer ao país mais do que suas notas de desmentidos.

Esta semana que começa pode trazer novas espumas, novos valentões, mais uma descoberta espetacular que vai soterrando fatos abrumadores já expostos. Nesse campeonato semanal pela pior revelação, o país vai se acostumando com a sujeira, vai perdendo o fio da meada, vai se cansando e erodindo a fé nas instituições. O risco não será em que ponto estará o risco-Brasil do ano que vem, mas em que nível estará a descrença nacional. Para blindar o país contra esse risco-Brasil real, só apurando seriamente e punindo todos os envolvidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Anestesia moral”, de autoria do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 6 de novembro do corrente.

O ex-presidente comenta, em seu artigo, que “É de lamentar mais ainda a tentativa do governo e de seu partido de não ir mais fundo nas denúncias, investigando-as e, se for o caso, demonstrar que é inocente. Em vez disso, tentam jogar a culpa de tudo

na oposição (que não foi a autora de uma sequer das denúncias que deram origem à crise) e na imprensa (que apenas cumpre o seu dever).

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO MOTTA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Anestesia moral

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo, foi presidente da República

Passei as últimas cinco semanas nos Estados Unidos cumprindo minhas obrigações como professor da Universidade de Brown, como tenho feito nos últimos anos durante o outono do hemisfério norte. Lá, como aqui, a opinião pública foi colhida por uma série de escândalos, coisa que às vezes acontece nas democracias contemporâneas. Com algumas diferenças: os “grandes” escândalos por lá, que seriam considerados por aqui quase “de rotina”, são investigados até o fim e as leis são cumpridas. O resultado é que, com frequência, se descobre que desvios aparentemente “pequenos” não eram tão pequenos assim, ou estavam ligados a uma trama de desvios maiores.

Para que um acusado saia de pressão do governo e trate de se defender como cidadão comum, basta a acusação formal por parte de um procurador (acusação séria e procedimento não espetacular do Ministério Público, naturalmente). O público se preocupa, fazem-se pesquisas de opinião para avaliar os efeitos do que se descobriu e dos impactos sobre o prestígio do presidente. No Brasil, na forma, acontece a mesma coisa. Faz cinco meses que cuidamos de escândalos que envolvem séria alegação de “compra de votos”, do uso de influência para a obtenção de contratos beneficiando pessoas próximas ao presidente, de recursos vindos do exterior para a campanha presidencial e dos demais candidatos e assim por diante.

Não me refiro apenas à última reportagem de *Veja*, cujos desdobramentos ainda estamos por ver, mas às reiteradas declarações de participantes da campanha de 2002 de que receberam no exterior pagamentos de seus contratos de trabalho, provindos em parte de contas também do exterior, como no caso de Duda Mendonça. Mas, se a forma é a mesma, a reação dos atores políticos é diferente. Há uma busca de “ganhar tempo”, na suposição de que o esquecimento resolverá tudo. E, para ganhar tempo, nada como aplicar a lei, tntim por tntim. São tantos os recursos protelatórios cabíveis em nosso formalismo jurídico que se podem postergar decisões até que se esfume o sentimento público em prol da reparação dos danos causados.

Recentemente o próprio Supremo Tribunal Federal passou a ser instrumento (legal, é claro) do jogo político de não deixar que o espírito da lei se cumpra. Quem dá o tom é o próprio governo. Não foi ele que encorajou os deputados acusados a renunciarem para que não fossem excluídos da vida pública por 10 anos, dando-lhes chance de a ela voltarem nas próximas eleições? Ou não é o próprio presidente quem procura minimizar a gravidade das acusações endossando a tese, até mesmo no exterior, de que “sempre foi assim” no Brasil, como se isso absolvesse erros atuais ou o desobrigasse, se sabedor de desvios, de enquadrá-los na lei? Ou não são as lideranças do governo no Congresso e os dirigentes do PT que fazem o jogo da insinuação vaga e vazia, ameaçando investi-

gar a suposta compra de votos para a emenda de reeleição? Pois que a investiguem.

Tanto o PSDB quanto eu já nos declaramos favoráveis à investigação para pôr fim à chantagem da política de escândalos. Trata-se, na verdade, de algo mais profundo. O fundamento da idéia de que a democracia implica um governo sob o império das leis, com escolha popular tanto dos que as fazem quanto dos que governam, não é o formalismo jurídico, nem o jogo de faz de conta, o “jeitinho” brasileiro. O que caracteriza a democracia é o “espírito” dessas leis, como diria Montesquieu. É a crença em valores fundamentais, como a liberdade, a decência, a veracidade, a transparência e, diga-se com clareza, a punibilidade dos que se desviam desses valores a ponto de comprometer sua crença.

No Brasil, a falta crescente de legitimidade das instituições mina-as e as paralisa. O desamor popular pela vida pública, a desconfiança de que todos são iguais na malandragem, são venenos letais para a democracia. O espetáculo da política como vingança é próprio da luta entre clãs que disputam o patrimônio do Estado como se fosse seu.

Trata-se de sintoma claro de uma degradação da vida política em que se perdeu a noção de interesse público. A falta de compromissos com idéias e com palavras faz parte dessa crise. Ou alguém se esquece que o mesmo senhor que hoje preside o PT, ontem, como ministro da Previdência, se bateu pela aprovação de uma reforma que havia combatido anteontem quando deputado

da oposição? E não foi o ex-presidente da Câmara quem disse, supostamente para justificar a mudança de posição, que naquela época estavam empenhados em “fazer a luta política”, como se essa visasse simplesmente alcançar e manter o poder? Para não falar no Presidente que gaba como “sua” praticamente a mesma política econômica que, até 2002, ele dizia pejorativamente ser neoliberal, com a qual o país deveria romper, bravata que caro nos custou no ano das eleições.

É urgente combater a falta de convicções que é cínica e vulgariza a política, da mesma forma como é preciso terminar com a sustentação burocrática dos meandros processuais, que levam à impunidade. Formas democráticas sem os valores que lhes dão sustentação terminam por produzir uma lassidão moral que desmoraliza as instituições. É de lamentar mais ainda a tentativa do governo e de seu partido de não ir mais fundo nas denúncias, investigando-as e, se for o caso, demonstrar que é inocente. Em vez disso, tentam jogar a culpa de tudo na oposição (que não foi autora de uma sequer das denúncias que deram origem à crise) e na imprensa (que apenas cumpre seu dever). O governo bebe com tanta sede no pote da vingança que corre o risco de açular uma divisão profunda do país em dois blocos. Já assistimos a processo semelhante no passado, aqui e em outros países. A vítima maior é sempre a democracia. Cabe ao presidente a responsabilidade maior para evitar nova marcha da insensatez.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ex-assessores que só dão problema”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 6 de novembro do corrente.

A matéria mostra que vários ex-assessores do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, estão envolvidos nos escândalos de corrupção do governo Lula. A matéria publica declaração do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, de que “Ele virou a bola da vez porque tem muitas coisas a explicar,

principalmente o envolvimento de ex-auxiliares e do próprio irmão nas denúncias de corrupção no governo e financiamento ilegal de campanha do PT”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ÉTICA

Oposição tenta centrar fogo em Antonio Palocci, cercado por denúncias envolvendo antigos aliados. Mas o ministro da Fazenda resiste e escapa dos ataques e de convocações das CPIs

Ex-assessores que só dão problema

LUÍZ CARLOS AZEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

Depois da operação de cerco e aniquilamento a José Dirceu, que luta sozinho contra uma cassação em vias de se consumar, a oposição vai partir para cima do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. “Ele virou a bola da vez porque tem muitas coisas a explicar, principalmente o envolvimento de ex-auxiliares e do próprio irmão nas denúncias de corrupção no governo e financiamento ilegal de campanha do PT”, avisa o líder do PFL na Câmara, deputado Rodrigo Maia (RR).

O ministro vem conseguindo evitar a convocação pela CPI dos Bingos e manobras para afastar os peigos que ameaçam o governo Lula e o PT. Mas foi convocado pela Comissão de Finanças da Câmara para prestar esclarecimentos, na próxima terça-feira, sobre o Orçamento da União de 2006, a não liberação de recursos para os governos controlados pela oposição e outros assuntos sob sua responsabilidade. “Se ele deixar de comparecer pode incorrer em crime de responsabilidade”, ameaça Maia. O pefelista argumenta que o ministro também deve melhores esclarecimentos sobre o caso Interbrasil, no

qual seu irmão, Adhemar Palocci, diretor da Eletronorte, estaria envolvido.

As denúncias recentes do relator da a CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que aponta o Banco do Brasil como a origem dos recursos do caixa 2 do PT, acenderam novamente a luz vermelha no governo. O ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, pressiona o presidente da comissão, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), para adiar a audiência de Palocci e busca entendimentos com a oposição para poupar o ministro da Fazenda de constrangimentos.

Ilusão

Palocci é um bom equilibrista na relação com o Congresso, mas também tem alguns abacaxis para descascar. Deve sua blindagem aos agentes econômicos interessados em garantir a estabilidade da moeda e o superávit fiscal. Porém, não está livre de sofrer duras ataques da oposição, conforme as previsões do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Abandonado pelo governo, Dirceu tem alertado que é uma ilusão acreditar que, ao entregar sua cabeça aos inimigos, o presidente Lula conseguirá se livrar das tentativas de desestabilização do governo.

Desde o caso Gtech, que en-

volveu o ex-assessor Rogério Buratti, as denúncias explodem à porta de Palocci. No caso Leão Leão, Palocci enfrentou a situação de peito aberto e, numa única entrevista coletiva, se pôs ao largo do bombardeio. O ministro da Fazenda também conseguiu administrar a tentativa feita pela CPI dos Bingos de convocar seu irmão, Adhemar Palocci, acusado de intermediar contrato com a seguradora Interbrasil, envolvendo as usinas nucleares de Angra 1 e II.

A Interbrasil fez negócios de R\$ 4,6 bilhões com estatais de energia, mesmo com patrimônio de pouco mais de R\$ 50 milhões, após ter contribuído com campanhas petistas, entre elas em Goiás, onde Adhemar foi eleito como secretário de Finanças da prefeitura de Goiânia. Naquela ocasião, Palocci mandou um recado duro à oposição: caso não deixassem seus familiares em paz, pediria demissão do cargo. A blindagem funcionou e a turma do deixa-dis-

so entrou em campo, impedindo a convocação de Adhemar.

Projetos

Apesar do descontentamento de governistas com a lentidão da liberação das emendas parlamentares, o ministro da Fazenda conta com aliados fora da base de apoio do governo no Congresso. O irado líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Netto (AM), sempre foi um defensor de Palocci. Na Câmara, o líder da Minoria, José Carlos Aleluia (PFL-BA), outro combativo oposicionista, é o principal interlocutor de Palocci nas negociações para aprovação dos projetos de interesse da equipe econômica. O deputado tucano Carlos Sampaio (SP) argumenta que as CPIs devem apurar fatos e não suposições. “Ele só deve ser investigado se algo novo envolvê-lo de fato”, afirma.

O problema do ministro da Fazenda, entretanto, é que a lista de pessoas de suas relações envolvidas nas denúncias está crescendo. A maioria foi afastada dos órgãos e empresas subordinados à Fazenda — como o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb e os ex-diretores Ivan

Guimarães e Henrique Pizzolatto, —, mas está virando um grupo de almas penadas. Depois de Rogério Buratti e Vladimir Poletto, ex-auxiliares na prefeitura de Ribeirão Preto, quem mais assombra a equipe econômica é o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolatto, que deve ser indiciado pela CPI dos Correios. Ele sabe muito mais do que já falou sobre o esquema montado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares e Marcos Valério e nunca esteve na órbita de José Dirceu. Era mais ligado ao ex-ministro da Comunicação e Gestão Estratégica Luiz Gushiken, aliado de Palocci contra Dirceu.

Para proteger Palocci, o governo acompanha com lupa a atuação do relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que vem sofrendo pressões de todos os lados. A ala governista do seu partido pede para ele mancar nas investigações contra Palocci. Lideranças do PT no Senado fazem ameaças de retaliação, mas Alves já respondeu que não tem medo do passado. O próprio Palocci tenta agradar o senador e não perde a oportunidade de agradecer todas as vezes que o cauteloso relator da CPI dos Bingos avisa que é cedo para pedir sua convocação.

COLABOROU LÚCIO LAMBRANHO

Leão Leão

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Rogério Buratti afirmou que a empresa Leão Leão, na qual trabalhou, pagava propina para as prefeituras das quais ganhava licitações de recolhimento de lixo. "A comissão era em cima dos contratos. O dinheiro saía da empresa com nota fiscal de prestação de serviço ou então era retirado do caixa da empresa com notas compradas (notas frias)." O advogado foi assessor de Palocci durante a gestão do petista na prefeitura de Ribeirão Preto (1993-1997), mas foi exonerado em 1994 por suspeitas de corrupção. Ao Ministério Público do Estado de São Paulo, Buratti disse que Palocci recebia R\$ 50 mil por mês da empresa de lixo em troca de favorecimento em licitações do município. O ministro negou a acusação.

Interbrazil

A seguradora Interbrazil comprou R\$ 1 milhão em material de campanha para o PT em Goiás, em troca de informações privilegiadas para conseguir contratos com as estatais. Nesta estratégia, a seguradora teria se valido de relações com Adhemar Palocci, ex-secretário de Finanças de Goiânia e irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Mesmo sem tradição no mercado e com pequeno capital, a Interbrazil conseguiu fechar contratos de R\$ 4,7 bilhões com estatais do setor energético, como as usinas Angra I e II. Problemas financeiros, no entanto, obrigaram a Superintendência de Seguros Privados (Susep) a liquidar a empresa em agosto deste ano.

Gtech

O advogado Rogério Buratti é acusado de ter tentado extorquir R\$ 6 milhões da Gtech para garantir à empresa a concessão da exploração das loterias da Caixa Econômica Federal, um contrato no valor de R\$ 650 milhões, acusação já negada pelo advogado. A acusação foi fundamentada pelo cruzamento de informações sobre

reuniões e ligações telefônicas realizadas entre o ex-assessor da Presidência da República, Waldomiro Diniz, o empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a Gtech e Rogério Buratti durante todo o ano de 2003.

Dólares

Segundo a revista Veja, entre agosto e setembro de 2002, o comitê eleitoral de Lula teria recebido US\$ 3 milhões vindos de Cuba. De Brasília, o dinheiro teria sido levado para Campinas (SP), a bordo de um avião Seneca, acondicionado em três caixas de bebida. Quem teria lavado o dinheiro foi Vladimir Poletto, um economista e ex-auxiliar de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Em Campinas, o dinheiro foi apanhado no Aeroporto de Viracopos por Ralf Barquette, também ex-auxiliar de Palocci. Barquette teria chegado a bordo de um automóvel Omega preto, blindado, dirigido por Éder Eustáquio Soares Macedo, amigo de Palocci. O carro foi para São Paulo, para deixar as caixas no comitê de Lula aos cuidados do então tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Banco do Brasil

Segundo a CPI dos Correios, pelo menos R\$ 10 milhões dos R\$ 55 milhões saíram do Banco do Brasil para abastecer o esquema financeiro montado pelo empresário Marcos Valério e Delúbio Soares. Até chegar ao PT, os R\$ 10 milhões passaram por uma operação que envolveu a empresa de publicidade DNA Propaganda, de propriedade de Valério, o BB, o BMG e a empresa Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda. Detentor de 32% do capital da Visanet, o BB tem direito a controlar um percentual equivalente dos recursos de publicidade da empresa. Até 2002, dividia essa verba entre três agências de publicidade que atendiam ao banco. A partir de 2003, quando Henrique Pizzolatto foi nomeado diretor de Marketing do BB, a conta da Visanet foi entregue à DNA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal – OIPC) realizou a 74.^a reunião anual do seu órgão máximo – a Assembléia Geral – entre os dias 19 e 22 de setembro último, em Berlim, Alemanha.

Aberto aos representantes dos 184 estados-membros da organização, o conclave aprovou uma série de resoluções com vistas a incrementar e aprimorar a presença da OIPC-Interpol no combate à criminalidade em todo o mundo, inclusive ao crime organizado para a prática de terrorismo, tráfico de drogas, contrabando de armas, tráfico de seres humanos, abuso sexual de crianças e delitos financeiros, especialmente a lavagem de dinheiro.

Os Escritórios Centrais Nacionais, mantidos pelos estados-membros para representar a Interpol e utilizar os seus meios, receberam informações nas quatro línguas oficiais (árabe, espanhol, francês e inglês), além do alemão, sobre o sucesso do novo sistema de acesso aos bancos de dados daquela que é a maior organização policial existente e da qual o Brasil participa. Os arquivos foram expandidos para registrar dados de DNA, documentos de viagem roubados e abuso de crianças via Internet.

Outros itens da agenda abrangeram a colaboração com a ONU (Organização das Nações Unidas) e o apoio aos governos de países asiáticos para identificação das vítimas do maremoto de 2004.

A Interpol surgiu em 1923 para melhorar a cooperação policial internacional. Atualmente, conta com funcionários procedentes de mais de 70 países. Trabalham lado a lado em sua sede em Lyon, França, e nos escritórios regionais distribuídos por todo o mundo.

A Assembléia Geral decide os rumos dessa complexa organização. É composta por delegados indicados pelos estados-membros e suas decisões afetam a política geral da OIPC, os recursos necessários à cooperação internacional, os métodos de trabalho, as finanças e os programas de atividades. Além disso, elege o Comitê Executivo.

As decisões são tomadas por maioria simples, na forma de resoluções, e cada estado-membro presente representa um voto. A 74.^a Assembléia Geral foi a mais concorrida de sua história, pois participaram delegados de 154 países.

Eu mesmo, durante anos, desde o tempo em que dirigia a nossa Polícia Federal, participei da Assembléia Geral da Interpol, seja como delegado do Brasil, seja como observador designado pelo Senado Federal. Aliás, em 1994, quando fui eleito para o meu primeiro mandato de Senador da República, a Assembléia resolveu transformar em cargo honorário a Vice-Pre-

sidência, que a mim destinara, para que eu pudesse continuar a ocupá-la, mesmo afastado do trabalho policial. Isso me envaidece porque conheço na prática o significado da Interpol como poderoso recurso para tornar o mundo mais seguro.

Desta vez, porém, não pude ausentar-me do parlamento para presenciar o conclave, devido aos graves acontecimentos por todos conhecidos e que motivaram a instalação das comissões parlamentares de inquérito ainda em andamento no Congresso Nacional. Estou certo de que o apoio da Interpol a essas investigações é imprescindível, pois as provas de corrupção já coligidas indicam a existência de fenomenal lavagem de dinheiro, envolvendo instituições financeiras do Exterior. Trata-se do mesmo esquema também à disposição de todos os tipos de crime organizado, do tráfico de drogas ao contrabando de armas.

Agora, recebi as informações necessárias para fazer este relato às Sras. e aos Srs. Senadores, a exemplo dos anos passados, de maneira a colocá-los a par do que aconteceu na 74.^a Assembléia Geral da organização.

O conclave foi aberto pelo Presidente da OIPC, Sr. Jackie Selebi, representante da África do Sul e cujo mandato vigora até 2008. Narrou fatos relevantes que atestam a operosidade da Interpol como centro da cooperação internacional na repressão ao crime. Por exemplo, o sérvio Milan Lukic, procurado pelo Tribunal Criminal Internacional da ONU para a ex-Iugoslávia, Sérvia e Montenegro, sob a acusação de crimes de guerra contra muçulmanos bósnios entre 1992 e 1994, foi capturado em Buenos Aires, no dia 7 de agosto último. A prisão tornou-se possível graças à estreita colaboração entre aquele tribunal, a Secretaria Geral da INTERPOL e os escritórios centrais nacionais da OIPC na Argentina e no Chile. O criminoso usava identidade falsa, mas a OIPC mantinha suas impressões digitais em arquivo.

Ainda no dizer do Sr. Jackie Selebi, a Interpol atingiu uma nova fase em sua parceria com as Nações Unidas contra o terrorismo e outras graves formas de crime transnacional. “Com aprovação do Secretário-Geral da ONU Kofi Anan e suporte total proporcionado pelo Comitê Executivo da Interpol, temos agora um Escritório de Representação no quartel-general das Nações Unidas em Nova York”, acentuou.

Outro discurso muito aguardado foi o do Secretário-Geral da OIPC, o norte-americano Ronald K. Noble, reeleito pela assembléia para um mandato de cinco anos. Lembrou que, 60 anos atrás, o mundo e a Interpol estavam divididos, porém, hoje, vemos “184 forças policiais nacionais unidas sob a bandeira de uma orga-

nização e servindo a um propósito, isto é, proporcionar segurança às pessoas ao redor do mundo.”

O Sr. Noble ressaltou ainda, entre outras coisas, que o atentado praticado pela Al Qaeda contra as torres gêmeas de Nova York em 2001 despertou a atenção mundial para a importância da luta antiterrorista. “Para a Interpol, aquele 11 de setembro foi um momento de reflexão, o momento de decidirmos que tipo de organização internacional de polícia desejamos que a Interpol seja” – afirmou, frisando: “Pode-se dizer que a Interpol renasceu no 11 de setembro de 2001.”

Relativamente aos novos recursos da organização, o Secretário-Geral esclareceu: “Embora pareça incrível, o mais avançado sistema global de comunicações na história policial internacional, chamado I-24/7, começou a funcionar em 2002. Em janeiro de 2003, o Canadá foi o primeiro país a ser conectado. Ontem, conectamos o nosso 167.^o (centésimo sexagésimo sétimo) e o nosso 168.^o (centésimo sexagésimo oitavo) estado-membro. Para dar uma idéia do significado disso, o antigo sistema X-400 foi inaugurado em 1992. Mas, em 11 anos, entre 1992 e 2003, nós conectamos a ele menor número de países do que conectamos ao I-24/7 em menos de 2 anos.”

O Ministro do Interior da Alemanha, Sr. Otto Schily, assinalou que a Interpol é uma “organização indispensável para reprimir a delinquência em escala mundial”. Referiu-se àquele moderno sistema de comunicações: “O sistema garante que toda a informação relacionada com a segurança permaneça à disposição das autoridades policiais de um modo rápido e seguro”.

Por sua vez, o Sr. Jörg Ziercke, Presidente da BKA (Bundeskriminalamt), a polícia federal alemã, acentuou que “a Interpol é a pedra angular de comunicação em escala mundial entre as autoridades policiais nacionais, motivo pelo qual todos os estados-membros devem conectar-se o quanto antes ao sistema I-24/7”. Ele permite às forças policiais acessar dados cruciais para investigações e trocar informações de maneira imediata, além de solicitar a captura de fugitivos internacionais.

A assembleia adotou uma série de medidas destinadas a auxiliar a ONU no combate ao terrorismo e aos seus financiadores. Será criado um novo tipo de “difusão internacional”, isto é, um aviso a ser distribuído eletronicamente toda vez que a ONU solicitar. Assim, as polícias dos estados-membros tomarão conhecimento imediatamente de que a ONU impõe sanções por terrorismo a determinadas pessoas que, por consequência, serão alvo de congelamento de fundos, embargo de armas e proibição de viajar.

Essa difusão soma-se às já existentes, das quais a mais conhecida é a vermelha, relativa a pessoas

procuradas pela justiça em escala internacional. A assembleia resolveu incluir nas difusões ordinárias, quando for o caso, que o procurado é objeto de sanções antiterroristas impostas pela ONU. Tais providências decorrem da resolução n.º 1.617 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada por unanimidade em 29 de julho de 2005. Os principais alvos são a Al Qaeda e os talibãs.

Noutra votação, a assembleia autorizou o acesso temporário da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) à sua rede mundial de telecomunicações e às bases de dados policiais. O mandato de UNMIL determina que seus agentes zelem pela segurança das principais instalações estatais, protejam o pessoal da ONU e ajudem o governo de transição a restabelecer o funcionamento dos serviços policiais liberianos.

Em novembro de 2004, a OIPC nomeou o Sr. Ulrich Kersten como seu primeiro representante especial na ONU. Esse estreitamento de relações entre ambas as instituições resultou também no envio a Beirute, Líbano, de vários funcionários da Interpol para colaborar na investigação das Nações Unidas sobre o assassinato do ex-Primeiro Ministro libanês, Sr. Rafiq Hariri.

As decisões da 74.^a Assembleia Geral demonstram preocupação com o apoio aos estados-membros em sua luta contra o terrorismo e outros tipos de delinquência internacional. Objetivam igualmente preparar uma ação policial uniforme diante dos grandes incidentes e catástrofes naturais de alcance internacional.

O Plenário reconheceu que o acesso à base de dados da Interpol sobre documentos de viagem roubados constitui ferramenta essencial para os policiais de fronteira e os funcionários aduaneiros. Assim, eles podem limitar os movimentos dos delinquentes e terroristas. Destacou ainda, como objetivo prioritário, a descoberta de soluções técnicas para proporcionar acesso imediato das polícias de fronteira àqueles arquivos, que já contam com quase oito milhões de registros.

Os representantes dos estados-membros instaram todos países integrantes da Interpol a promulgar leis que sirvam de ajuda às investigações e ações judiciais sobre *sites* da Internet relacionados ao terrorismo. A Secretaria-Geral da organização convocará uma reunião internacional para o intercâmbio de informações estratégicas relativas ao assunto.

Por sugestão da Alemanha, país anfitrião da assembleia, os delegados aprovaram a criação de uma base de dados internacional sobre pessoas desaparecidas e cadáveres a identificar, com o objetivo de contribuir para a rápida identificação das vítimas de atentados terroristas ou catástrofes naturais.

Anunciou-se no encontro que, com apoio do G8 (grupo das nações mais desenvolvidas), a Interpol deu

início recentemente à última fase de elaboração do seu arquivo sobre imagens de crianças que sofreram violência sexual. Uma resolução aprovada pela assembléia pede a todos os estados-membros que promulguem leis ou aprimorem as existentes para prevenir o uso da Internet para a prática de delitos sexuais contra menores, assim como para identificar os autores.

Paralelamente, a assembléia dirigiu apelo aos Escritórios Centrais Nacionais para que troquem informações sobre redes de delinquentes dedicados ao tráfico de seres humanos e, aos escritórios sub-regionais, para que supervisionem e coordenem esse trabalho. Aí se inclui a exploração do lenocínio em escala internacional.

Outro tema que absorveu grande parte das discussões diz respeito à lavagem de dinheiro. Também nesse campo foi realçada a necessidade de incrementar o fluxo de informações entre os países membros porque aquela atividade criminosa “vai adquirindo uma dimensão cada vez mais mundial”.

A assembléia reconheceu que a quantidade de informações disponíveis “é insuficiente para determinar vínculos e descobrir empresas criminosas internacionais de um modo confiável”. Por isso, na forma de resolução, apelou aos Escritórios Centrais Nacionais para que “autorizem as unidades de informação financeira dos respectivos países ou o organismo nacional encarregado de investigar os delitos econômicos a tratar a informação pertinente aos casos importantes através da Interpol”.

Além disso, de acordo com o documento aprovado, a OIPC deverá “certificar-se de que a entidade autorizada fornecerá informação e, nesse caso, efetuará as verificações necessárias e as investigações suplementares através do Escritório Central Nacional que tenha concedido a autorização.”

Em setembro de 2004, o Comitê de Chefes de Polícia da África Oriental reunido na República de Seicheles destacara a importância de adquirir cães farejadores para a busca de explosivos e, assim, melhorar o papel desempenhado pelos países da África Oriental na luta contra o terrorismo em escala mundial. No mesmo ano, durante a assembléia geral realizada em Cancun, México, o Comitê Executivo da Interpol aprovou proposta da Secretaria-Geral e liberou os fundos necessários à implementação do projeto.

Em maio e julho últimos, com ajuda financeira da Secretaria-Geral e apoio da polícia do Sudão, realizou-se em Cartum o primeiro curso para formação de guias de cães adestrados na detecção de explosivos. Receberam formação 18 participantes, procedentes de Burundi, Etiópia, Quênia, Ruanda, Sudão, Seicheles, Tanzânia,

Uganda e Djibuti. Passaram imediatamente ao serviço ativo com seus cães nos respectivos países.

Agora, em Berlim, a OIPC considerou que o empreendimento obteve sucesso e resolveu expandi-lo. A Secretaria-Geral foi incumbida de encontrar em outras partes do mundo fornecedores de cães especializados, tanto na detecção de explosivos, como na de estupefacientes.

Os delegados concordaram em criar um Fundo Permanente de Ajuda em Caso de Emergência (FPA-CE). Funcionará como uma reserva financeira para permitir à Interpol atuar imediatamente nas situações de crise que se apresentem em qualquer lugar do planeta. Tal fundo terá a dotação inicial de 855 mil euros, em 2006, e permanecerá aberto a contribuições voluntárias dos estados-membros.

Finalmente, a 74ª reunião anual da Assembléia Geral deliberou aceitar os pedidos de adesão apresentados pelo Reino de Butã e pela República de Turcomenistão, nações que passam a participar da Organização Internacional de Polícia Criminal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como afirmou o Secretário-Geral Ronald Noble, aquelas resoluções “mostram que a Interpol nunca foi tão importante nem tão necessária quanto é hoje; constitui uma organização dinâmica, com capacidade de resposta, e sua força continua a provir da diversidade de seus membros e da destinação de seu pessoal para servir aos cidadãos do mundo.”

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o agronegócio brasileiro é um dos mais bem-sucedidos do mundo todos sabemos. Mês após mês, vemos a imprensa divulgar novos records de exportação agrícola, apesar das conhecidas dificuldades enfrentadas por grande parte de nossos agricultores. Eles se dedicam a uma atividade de alto risco, sujeitas a quebras de safra e a vultosos prejuízos, principalmente, num momento em que assistimos a mudanças climáticas sem precedentes em nossa história. Por isso mesmo e, principalmente pela inegável importância que a agricultura possui para todos nós, considero fundamental o papel desempenhado pelo Governo, que, por meio de sua política agrícola, atua como principal avalista do setor, garantindo que o produto de nossa terra chegue sempre à mesa do brasileiro e aos principais mercados mundiais.

Foi a partir do reconhecimento desse fato, Sr. Presidente, que resolvi subir hoje à tribuna para tecer alguns comentários sobre a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e sua relevância para o País.

A Conab é a agência do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Criada em 1990, no governo do então Presidente Fernando Collor, ela se originou da fusão de três outras empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que atuavam em áreas distintas, porém complementares, quais sejam, respectivamente: o abastecimento, o fomento à produção agrícola e a armazenagem. Isso representou, naquela época, um ganho considerável para o País, em termos de redução dos custos operacionais e de racionalização da estrutura governamental.

Decorridos 15 anos desde a sua fundação, hoje a Conab desenvolve diversas ações, nem sempre notadas pelos consumidores, mas fundamentais para o bem-estar e para a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros. Além disso, ela apóia atividades empreendidas por entidades com nítido compromisso social, como é o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep), fundado em 1993, pelo sociólogo Herbert de Souza, nosso inesquecível Betinho.

O Balanço Social da Conab, referente ao ano de 2004, Sr. Presidente, nos traz algumas informações interessantes, que gostaria de compartilhar com este Plenário, as quais demonstram o amplo leque de atividades desempenhadas por aquela companhia:

Em primeiro lugar, a Conab operacionaliza o Programa de Abastecimento Agroalimentar. Esse programa é de fundamental importância, tanto para o produtor rural, quanto para o consumidor. Isso porque, ao mesmo tempo em que procura atenuar as oscilações dos preços pagos ao agricultor, ele forma e mantém estoques reguladores e estratégicos para o País, o que evita especulações e o desabastecimento.

A Conab é também a responsável pela execução de ações diretas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) que, em 2004, beneficiou 50 mil e 300 famílias com investimentos da ordem de 115 milhões de reais, na compra de alimentos. Esse programa é uma ação estruturante do Fome Zero: ao comprar a produção, a Conab assegura preço justo e gera renda para o agricultor, colabora com a redução do preço das cestas de alimentos e facilita o processo de doação para o combate à fome.

Nessa mesma linha de suporte ao Fome Zero, a Conab atua como pólo receptor de doações, por intermédio de sua rede de armazéns distribuídos em todo o País. Somente no ano de 2004, ela recebeu, em donativos, o equivalente a 4 milhões de reais, ou

seja, 131% a mais em relação ao ano anterior. Essas doações foram direcionadas aos carentes, às comunidades indígenas e às vítimas de enchentes, por meio de entidades assistenciais e de bancos de alimentos, municipais e estaduais. Além disso, foi distribuído pela Conab cerca de 1 milhão e meio de cestas de alimentos, beneficiando 3 milhões de pessoas. Esse dado é espantoso, Sr. Presidente, se consideramos que em 2003 foram entregues apenas 254 mil cestas, o que representa um incremento de mais de 530% em relação àquele ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando falamos de agricultura, é importante ressaltar que uma das áreas mais sensíveis é a produção realizada em hortas, pomares e granjas. Por isso, no segundo semestre de 2004, a Conab instituiu o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, o Prohort, visando articular as Centrais de Abastecimento (Ceasas) em todo o Brasil, numa rede destinada a expandir a produção, reduzir os custos da comercialização e dos fretes, minimizar as perdas de produtos hortifrutigranjeiros e aperfeiçoar os mecanismos de formação de preços do Setor.

Além do Prohort, a Conab iniciou um projeto pioneiro, que está sendo testado em Recife, João Pessoa e Natal, e que já conta com mais de mil contratos de adesão firmados. Estou me referindo, Sr. Presidente, à Rede Solidária de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (Refap), criada com o objetivo de integrar os pequenos mercados varejistas, para que realizem compras em conjunto e obtenham melhores preços. Com isso, espera-se ampliar as ações de segurança alimentar, beneficiando os consumidores da periferia, além de promover o desenvolvimento dos pequenos comerciantes.

Nessa mesma linha de fortalecimento dos mercados de pequeno porte, a Conab assinou um acordo de cooperação técnica com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP), destinado a apoiar a infra-estrutura de comercialização no varejo, para pescadores artesanais e aquícultores familiares. É fato, Sr. Presidente, que a pesca artesanal é a responsável por uma parcela significativa do pescado consumido internamente no País. Contudo, um dos grandes obstáculos para seu desenvolvimento é a ausência de uma cadeia produtiva estruturada, com unidades de beneficiamento, armazenagem e comercialização. A falta de gelo e de câmaras frias, por exemplo, impossibilita a conservação do produto da pesca e obriga o pescador a vendê-lo a preços aviltantes, bem abaixo dos valores de mercado. Com essa parceria entre a Conab e a Seap, o que se espera, fundamentalmente, é expandir a participação do pescado nos programas da Conab e recompor os

suportes necessários para a operação das cadeias de produção, distribuição e comercialização de peixes.

Ao lado de sua participação em todos esses programas que acabo de citar, a Conab ainda desenvolve uma série de outras ações de fundamental importância para manter a regularidade do abastecimento de gêneros alimentícios em nosso País. Entre elas, gostaria de mencionar especificamente:

A pesquisa e a avaliação de safras, que procura monitorar o comportamento da produção, a fim de orientar as diretrizes governamentais voltadas ao abastecimento interno, às importações e às exportações dos principais produtos agrícolas;

A manutenção do Cadastro Nacional de Armazéns Gerais que, até 31 de dezembro de 2004, contava com 14 mil e 97 unidades armazenadoras cadastradas em todo o País, com capacidade estática para 100 milhões de toneladas. Ainda no âmbito da armazenagem, a Conab coordena o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que estabelece as condições técnicas e operacionais para a qualificação dos armazéns destinados à guarda e à conservação de produtos agropecuários. Nessa mesma linha de atuação, a Conab estabeleceu uma parceria com o Centro de Treinamento em Armazenagem (Centreinar), com o objetivo de formar técnicos para o mercado. A esse respeito, apenas em 2004, foram capacitados 275 técnicos;

Além disso, de acordo com a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, a Conab atua também na formação e na movimentação de estoques públicos. Nesse sentido, no ano de 2004, foram aplicados 520 milhões de reais na aquisição de produtos agrícolas; por outro lado, ao efetuar a movimentação desses estoques governamentais, a Conab contribui para a estocagem de novas safras, além de posicionar estrategicamente esses estoques e abastecer as regiões mais necessitadas. A esse respeito, quero dizer que, no ano passado, foram removidas 140 mil toneladas de gêneros alimentícios.

Outro ponto relevante a considerar, Sr. Presidente, é a comercialização dos estoques reguladores do Governo, a fim de coibir ou atenuar os movimentos do mercado. Quanto a isso, tenho a dizer que, em 2004, a Conab vendeu, por pregão eletrônico, cerca de 434 mil toneladas de diversos produtos agrícolas. Nesse mesmo sentido, há ainda outros instrumentos previstos na Política Agrícola e executados pela Conab, que também constituem elementos de fortificação do produtor e de equilíbrio de preços. Refiro-me ao Contrato de Opção que, no ano passado, apresentou um volume de negócios de mais de 52 mil documentos, ao Programa de Escoamento de Produtos, que vendeu quase 400

toneladas de mercadorias em 2004, e ao Programa de Vendas em Balcão, voltado para a comercialização de milho em grãos, e que, no exercício passado, atendeu a 2 mil e 700 clientes, representando um volume de operações da ordem de 7 mil toneladas do produto.

Ao concluir meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui registrados meus cumprimentos aos mais de três mil empregados da Conab, por sua contribuição para o progresso e para o desenvolvimento da agricultura do Brasil. A Conab, assim como a Petrobrás e o Banco do Brasil, não são apenas um instrumento deste ou daquele governo. Ela é, antes de tudo, um patrimônio de todos os brasileiros, pela maneira competente com que vem prestando relevantes e indispensáveis serviços à Nação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 1999

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados.*

Pareceres sob nºs 1.367, de 2001, e 1880, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Luiz Pontes, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 731, de 2003): Relator: Senador César Borges, pela rejeição da matéria, com voto vencido, em separado, do Senador Demóstenes Torres.

9**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que *determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

Parecer sob nº 1.645, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando Bezerra, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta.

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul*.

Parecer sob nº 1.664, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 2, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores, que *dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia*.

Pareceres sob nºs 450 e 1.790, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma, favorável; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador Reginaldo Duarte, pela rejeição, com voto contrário do Senador José Maranhão.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 350, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2005 (nº 2.513/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 1.724, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 352, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2005 (nº 756/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 1.725, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 359, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2005 (nº 1.026/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil, resultante da Segunda Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão 56/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 14 de dezembro de 2000*.

Parecer favorável, sob nº 1.726, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aelton Freitas.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 360, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2005 (nº 1.063/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.*

Parecer favorável, sob nº 1.783, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 361, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2005 (nº 3.000/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe – ARCAL, celebrado no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, assinado em Viena, em 25 de setembro de 1998.*

Parecer favorável, sob nº 1.727, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azevedo.

17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 362, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2005 (nº 3.002/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos, celebrada*

em Viena, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, em 5 de setembro de 1997.

Parecer favorável, sob nº 1.728, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azevedo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 28 DE OUTUBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com todo respeito ao Senador Tião Viana, quero discordar desse laudo a distância, dessa peritagem sobre verdade ou mentira, cujo instrumento não esteve presente à acareação realizada no Senado Federal. Ele não pode ser adotado como verdade absoluta.

Por essa razão, o Dr. João Francisco, irmão do ex-Prefeito Celso Daniel, infelizmente assassinado, lançou um repto para que essa solução para o impasse de quem diz a verdade se desse por meio de uma instituição internacional, porque ele não confiaria em instituição brasileira para aferição da verdade nesse episódio em que uns se colocam contra outros. Não há como desconsiderar o que dizem os irmãos do ex-Prefeito Celso Daniel.

No sofrimento e na dor do infortúnio que assaltou a sua família, ambos, com muita convicção, firmeza e postura, afirmam, peremptoriamente, tratar-se de crime político e exigem a investigação. Obviamente, é um direito que lhes assiste, como é direito de todo o povo brasileiro exigir das autoridades responsáveis a elucidação desses fatos que culminaram na morte de sete pessoas, envolvidas direta ou indiretamente nesse deplorável acontecimento.

Enfim, Sr. Presidente, essa é uma responsabilidade do Poder Público. Nós, sem a pretensão de fazer juízo de valor de forma precipitada, estamos tão-somente fazendo coro às expectativas do povo brasileiro, cobrando das autoridades responsáveis a solução para

esse crime até agora insolúvel. É evidente que temos o dever de tirar conclusões de provas materiais – é assim que identifico as gravações de conversas telefônicas –, da tentativa de orientação de testemunhas, do monitoramento de entrevistas à imprensa, do convencimento, por exemplo, do Dr. João Francisco relativamente ao depoimento que faria, com discussão da estratégia, com debate sobre a tática da semana, com a contratação de advogados para o principal suspeito. Enfim, tratou-se de uma ação oficial pré-estabelecida com o objetivo de oferecer a versão que interessava ao Governo ou ao Partido, pois naquele momento não era Governo, mas o disputava e temia o comprometimento da candidatura de Lula a Presidente da República se o crime fosse elucidado em tempo.

Sr. Presidente, o nosso objetivo hoje é outro tema. Apenas respeitosamente quis responder ao discurso do Senador Tião Viana.

Quero abordar uma outra crise no Governo Lula: a crise das agências reguladoras. Elas não teriam importância, Senador Mão Santa? É evidente que sim. Constituem uma estrutura indispensável para que ações administrativas possam ter sucesso.

A sobrevivência desses órgãos reguladores está ameaçada em face do quadro de corte de verbas, do loteamento político – esse maldito loteamento político – e da brutal Oposição do próprio Governo Federal.

Os problemas começaram logo no início da gestão Lula. O Presidente nunca ocultou a sua aversão às agências reguladoras, a ponto de, em fevereiro de 2003, ter dito a um grupo de aliados que elas terceirizaram o Estado, eram um poder paralelo e estavam acima da lei.

O que vale para o Presidente Lula é a partidarização do Governo, não a terceirização de determinadas ações que só conferem eficiência. O Presidente prefere a “patrimonialização” do Estado, a partidarização, com a substituição da qualificação técnica pelo interesse da militância partidária, capaz de robustecer pretensões políticas em projeto de poder de longo prazo.

Desde aquele momento, o Governo Federal deflagrou uma gradual e persistente campanha para aniquilar o poder decisório das agências. Todos sabemos que não há sinalização pior para os investidores. O modelo de regulação só faz sentido se os órgãos funcionam livres da interferência dos Governos de plantão e com recursos suficientes para operar. É inegável que agências desacreditadas afastam o investimento privado, como atestam os dirigentes da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base. São as agências reguladoras, sem dúvida, que garantem

o equilíbrio entre direitos e deveres do Estado e do concessionário público.

Um dos problemas mais agudos é a falta de recursos. Com o contingenciamento de verbas orçamentárias determinado pelo Ministério da Fazenda, até setembro, o caixa das cinco principais agências só recebeu 59% do valor aprovado pelo Congresso Nacional. A proposta de Orçamento para 2006 prevê que receberão 27% menos do que foi autorizado para este ano e a metade do que foi pedido pelos órgãos.

O Presidente da Anatel afirma com todas as letras: “Estamos perdendo eficiência na fiscalização da qualidade de serviços de telefonia”.

Outras agências também têm sentido o efeito do corte de verbas. Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), responsável pela área portuária, a falta de recursos impede até mesmo a realização de visitas periódicas a todos os portos para fiscalização.

Em setembro último, a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (Abrace), em reunião com a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, cobrou do Governo sobre a prometida aprovação (até maio) de uma resolução que reduziria a tarifa de energia, e nada aconteceu.

O próprio Diretor-Geral da Aneel, Jerson Kelman, reconheceu o erro: “A responsabilidade é nossa”, afirmou. “A Aneel não tem funcionado bem. Infelizmente, temos poucas pessoas para cuidar do assunto.”

Na verdade, o episódio envolvendo a Aneel é apenas a ponta desse *iceberg*.

É mister destacar: criadas a partir de 1997 para fazer a interlocução entre os Governos, que têm interesses políticos imediatos, e as empresas privadas, que possuem recursos para investir, as agências reguladoras vivem na gestão do Presidente Lula sob fogo cerrado. Há escassez de pessoal e recursos e abundância de conflitos políticos.

Tenho, Senador Mão Santa, uma relação das principais agências e de seus principais problemas:

Anatel. Sua função é regular e fiscalizar as telecomunicações. Orçamento para este ano: R\$ 377 milhões. Só R\$150 milhões foram liberados. Problema: contingenciamento de recursos prejudica as atividades de fiscalização em todo o País, colocando em risco os projetos para 2006.

Agência Nacional de Energia Elétrica. Sua função é regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Orçamento de R\$120 milhões. Só foram liberados R\$89 milhões.

Há duas vagas não preenchidas de diretores, desde maio. Falta pessoal para tocar as atividades. A saída de funcionários temporários pode paralisar a Agência a partir de janeiro. E estamos na iminência, segundo especialistas, de um apagão de energia por volta de 2.009 ou 2.010, exatamente em função da incompetência administrativa que se verifica hoje.

Agência Nacional do Petróleo. Orçamento: R\$141 milhões. Só R\$80 milhões foram liberados. A Agência está sem Diretor-Geral definitivo desde janeiro. A redução do orçamento coloca em risco boa parte dos contratos e convênios assinados pela Agência. Na área de petróleo, Senador Mão Santa. Não é importante? Parece que para o Governo Lula não há importância, porque coloca em risco parte de contratos e convênios assinados pela Agência. O País sofre as consequências e vai retardando o estágio de se tornar auto-suficiente em petróleo.

Agência Nacional de Transportes Terrestres. Orçamento: R\$142 milhões. Foram liberados: R\$142 milhões. Três dos cinco diretores do órgão foram indicações políticas. A falta de qualificação técnica da diretoria está atrasando várias decisões da Agência. Nesta agência, houve a liberação do valor total estabelecido. Será que por interferência política, já que três dos diretores são indicações de natureza política? Mas não há qualificação técnica. Embora os recursos sejam liberados, as decisões da Agência estão atrasadas por falta de competência administrativa.

Na cruzada para ampliar a o superávit fiscal, o Governo, quando não corta gastos na agricultura, tem dificuldades crônicas para estabelecer um marco regulatório para atrair investimentos privados. Ou seja, quando não corta gastos na agricultura e possibilita a febre aftosa, com prejuízos já de US\$1 bilhão por ano, o Governo não estabelece um marco regulatório para atrair investimentos privados. Não aplica bem os recursos públicos e impede o ingresso de recursos privados para fazer com que a roda da economia possa rodar com maior agilidade e força.

O Projeto de Lei nº 5.296, que institui uma política nacional para o setor de saneamento, está parado no Congresso e sem previsão de votação. Recebeu 862 emendas. O texto proposto pelo Governo é falho em pontos fundamentais, como financiamento e gestão dos investimentos, na avaliação dos empresários.

Mantido o atual ritmo de liberação de recursos, a universalização dos serviços de água e esgoto no País será atendida somente em 2065. Portanto, Senador Mão Santa, estamos aqui nos referindo a setores fundamentais para que a população possa ter boa quali-

dade de vida. Estamos retardando o procedimento em prejuízo da qualidade de vida da população, sobretudo no setor de água e esgoto.

Cerca de 14 milhões de brasileiros não têm acesso a água encanada. Isso é fato que só pode ocorrer realmente em países subdesenvolvidos, em países de Terceiro Mundo, em países de Quarto Mundo. Outros 34 milhões não contam com coleta de esgoto, comprometendo a saúde, e 84 milhões não dispõem de tratamento de dejetos. Sem o investimento necessário, calcula-se que o País desperdice R\$14 bilhões por ano em morbidade e mortalidade infantil. Não há tratamento preventivo; há desperdício de recursos depois. Nesse caso, é em morbidade e mortalidade infantil R\$14 bilhões por ano!

A Associação Nacional de Transportes de Carga estima que, se as estradas apresentassem melhores condições, o País economizaria R\$11,6 bilhões todos os anos. Mas nossas estradas estão abandonadas. O dinheiro continua sendo desperdiçado com a constante quebra de carros e caminhões, com o preço do frete, com o gasto excessivo de combustível para fazer as viagens em rodovias que exigem uma espécie de rali Paris-Dakar aos motoristas que transportam cargas.

Há um dado alarmante: esse número não considera os prejuízos e sacrifícios pessoais com mortes nas estradas. O número de mortos por mil quilômetros rodados no Brasil é de 213, contra 21 na Itália, 14 na Alemanha, 10 no Japão e Reino Unido, e três no Canadá. Esse dado é do Centro de Ensino e Estudos Avançados em Gerência de Negócios da Universidade Federal do Rio de Janeiro*.

Portanto, em razão do descaso do Governo, da incompetência administrativa, do desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...com exclusividade para a recuperação de rodovias por meio da Cide, o Brasil perde vidas preciosas nas rodovias. Morrem 213 pessoas nas rodovias do Brasil, enquanto no Canadá, apenas três. Essa é a grande diferença entre um país que se desenvolve com competência e um País que não se desenvolve com competência em razão da incompetência do Governo.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 7 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República, hoje, pela manhã, no Programa Café com o Presidente, mais uma vez, criticou a Oposição e o comportamento dos oposicionistas relativamente a eventuais feitos do Governo e, sobretudo, no que diz respeito à investigação que se procede, razão direta do grande escândalo de corrupção denunciado a partir do episódio Maurício Marinho dos Correios.

Ao retornar de Mar Del Plata, o Presidente considerou um absurdo a revelação do Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, de que parte dos recursos utilizados no mensalão advinha do Banco do Brasil. Sua Excelência citou especificamente R\$10 milhões transferidos da Visanet para a agência DNA e, dela, para o BMG, o Banco de Minas Gerais; R\$10 milhões do Banco BMG para as contas de Rogério Tolentino e, imediatamente, das contas de Rogério Tolentino para o caixa do Partido dos Trabalhadores. O Presidente considera isso um absurdo.

O que nos espanta é que o Presidente da República se arvora em defensor de atos praticados no seu Governo sem o necessário cuidado de conhecer em profundidade o que realmente ocorreu. É claro que isto surpreende: um Presidente da República que, imediatamente após a denúncia, vem a público defender os denunciados, ou seja, avalizar a prática, tornando-se cúmplice do que ocorreu; e é evidente que um governante é responsável pelos atos praticados pelos seus subalternos, especialmente quando esses atos ocorrem na área dos cargos de confiança que são de livre provimento de quem governa. Todos conhecemos a origem política do Sr. Pizzolatto, responsável até recentemente pela área de Marketing do Banco do Brasil – portanto, o operador dos recursos destinados à publicidade nessa instituição –, a participação na militância partidária e a ocupação de função importante durante a campanha eleitoral na arrecadação de recursos e, evidentemente, a ocupação durante os primeiros anos do mandato do Presidente da República.

Há, portanto, uma conexão explicitada entre o Sr. Pizzolatto e o Presidente Lula; daí o Presidente se apressar em defender as ações desenvolvidas naquela área. De outro lado, não há como compreender a fúria com que se voltaram contra o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Deputado Osmar Serraglio.

Todos devemos nos lembrar de que a Oposição se contrapôs à tentativa governista de impor os nomes para a Presidência e Relatoria da Comissão. O Governo logrou êxito, impôs os nomes que desejou: o Senador Delcídio Amaral e o Deputado Osmar Serraglio. Escolheu, portanto, homens da sua inteira confiança. O Deputado Osmar Serraglio foi escolhido pelo Governo para relatar essa Comissão, na esperança de que pudesse, portanto, contemporizar em relação a eventuais irregularidades praticadas por agentes públicos em nome do Governo Federal. Equivocou-se, porque quem conhece o Deputado Osmar Serraglio sabe que se trata de um homem sério, honesto, preparado tecnicamente para o exercício de função que exige essa qualificação. Tentar desqualificar o Deputado Osmar Serraglio é, sem dúvida, cometer uma injustiça que provoca a revolta daqueles que o conhecem como nós, pois somos do mesmo Estado que S. Ex^a.

Logo, não se justifica essa fúria contra um Parlamentar que, com zelo e dedicação e, sobretudo, com honestidade e qualificação, vem prestando serviços à instituição parlamentar. É evidente que isso deve provocar uma reação dentro dos quadros do PMDB, afinal o PMDB é um Partido que apóia o Governo, que integra a base de apoio do Governo no Congresso Nacional e não pode ficar passivo diante dessas investidas contra um de seus mais ilustres parlamentares, o Deputado Osmar Serraglio. Estamos até aguardando um pronunciamento do PMDB a respeito, estamos esperando um pronunciamento das lideranças do PMDB na defesa do seu filiado: o Deputado Osmar Serraglio.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a acredita em Papai Noel, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não acredito em Papai Noel, Senadora Heloísa Helena, mas creio que é nosso dever fazer esse chamamento ao PMDB, exatamente o PMDB do nosso ilustre Senador Ney Suassuna.

Eu imaginava, sim, que o PMDB pudesse vir em socorro ao Deputado Osmar Serraglio, sobretudo pela lisura dos procedimentos adotados por ele. Não estou fazendo uma provocação ao PMDB, Senadora Heloísa Helena. Estou apenas, no exercício do meu mandato, desejoso de ver a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito concluir seu trabalho com êxito, com um relatório de competência indiscutível, indiciando pessoas, elencando provas documentais, testemunhais, enfim, subsídios importantes para que o Ministério Público possa adotar os procedimentos

para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos. E preservar a figura do Relator, protegê-lo no exercício da sua função é, sem dúvida, uma missão de todos nós. É por esta razão que estou fazendo um apelo ao PMDB, esse grande Partido no Congresso Nacional, para que se alinhe, também, aos esforços desenvolvidos pelo seu ilustre filiado, Deputado Osmar Serraglio, na função de Relator dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Feita essa introdução, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria...

Antes de partir para a segunda fase do meu pronunciamento, ouço o aparte do Senador Sibá Machado, com prazer, por S. Ex^a solicitado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Quero dizer que essas preocupações acerca do Relator, Deputado Osmar Serraglio, são de todos nós. Penso que temos a obrigação de proteger a todos. É o papel da Comissão, do Congresso e desta Casa, especialmente. Mas há visões diferenciadas do papel do Relator. Inclusive, até mesmo naquela época da lista dos doze Parlamentares citados nas duas Comissões, havia visões muito diferenciadas, o que culminava, em alguns casos, em injustiças. Foi o caso de alguns Parlamentares sobre os quais não havia absolutamente nenhuma citação, como Sandro Mabel. Poderia ter havido um linchamento público de uma pessoa que não tinha relação com o caso, comprovada documentalmente. Houve também vazamento de informações, como eu, pessoalmente, denunciei muitas vezes desta tribuna. É constrangedor. Mas não podemos deixar o Relator sozinho, absolutamente. Cada vez mais, temos de tomar cuidado, porque qualquer informação – documento escrito ou palavra verbalizada – do Relator, mesmo que depois se revele enganosa, já foi dita e transforma-se em notícia forte. Talvez seja por isso que, no afã de transmitir uma resposta imediata, por conta de problemas que já ocorreram, tenha havido esse tipo de interpretação. Longe de qualquer pessoa – e acredito que especialmente do Presidente da República – ter interesse em desmoralizar ou criar problemas para a imagem do Deputado Osmar Serraglio. Com certeza, quero estar ao lado de V. Ex^a para ajudar a proteger o Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, quanto à preocupação de V. Ex^a em relação à

defesa do Deputado Osmar Serraglio, eu teria a dizer o seguinte: o Deputado, sozinho, já se defende muito bem, mas é claro que o Partido apóia S. Ex^a. Mas o faz de uma certa forma, porque Relator fala por meio de relatório. S. Ex^a poderia fazer um relatório setorial com as constatações. Eu apóio a atitude dele, pois é um homem que está fazendo um trabalho decente, mas discordo que dê notícias ao jornal. O Relator pode fazer um relatório setorial com todas as informações, colocá-lo em votação na CPMI, para que a responsabilidade seja de toda a Comissão. Inclusive, fico triste porque, quando S. Ex^a abre a guarda e recebe pancadas, quem recebe essas pancadas é o PMDB. Na realidade, o Deputado está correto em seu trabalho, deve continuar a investigação, o que, inclusive, retira a acusação de que seríamos parciais. Não há parcialidade dos membros do PMDB na CPMI. A investigação avança, deve ser feita. No entanto, eu gostaria que tivesse sido feita com relatórios setoriais, que seriam votados. Teria o voto da Senadora Heloisa Helena, o meu e o de todos os integrantes da Comissão. Seria o voto da CPMI, e ninguém se exporia individualmente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço a Senadora Heloísa Helena.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Alvaro Dias, saúdo V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Já tive a oportunidade de dizer nesta Casa, que, depois dos fatos que vivenciei em minha história recente, nunca faço a defesa na totalidade de uma determinada personalidade política. Às vezes, achamos que conhecemos a história da pessoa e nos surpreendemos. Imaginem em casos específicos! Mas eu não poderia deixar – não por espírito corporativo, de defesa em plenitude nem do Congresso Nacional nem da Comissão Parlamentar de Inquérito –, da mesma que V. Ex^a, de prestar solidariedade ao Deputado Osmar Serraglio. Todas as pessoas sérias, que querem realmente investigar, sabem que o Governo estabeleceu uma tática inteligente, sofisticada, mas fraudulenta, que, ao pulverizar as investigações por meio de várias CPIs e de várias sub-relatorias, em vez de descentralizar o procedimento investigatório para agilizá-lo, acabou criando feudos de conhecimentos específicos e um obstáculo gigantesco para os Parlamentares que querem investigar, para a sociedade que quer fiscalizar e para a imprensa que quer acompanhar e informar à sociedade o que está acontecendo. É exatamente por isso que eu dizia ao Senador Ney Suassuna que entendo a posição do Deputado Osmar Serraglio. Acho que foi essencial e fundamental S. Ex^a ter disponibilizado publicamente esses dados, que não

foram trabalhados politicamente, até porque o Relator é membro da Base de Sustentação do Governo. Os dados foram trabalhados pelo Deputado juntamente com outros Parlamentares e especialmente com técnicos competentes, qualificados e independentes para o exercício de uma função como essa. E, ao fazê-lo, ao disponibilizar os dados para a opinião pública, S. Ex^a possibilita e potencializa que a sociedade continue a acompanhar, a fiscalizar, a controlar, a monitorar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que cada vez mais estão difíceis de serem feitos. Portanto, quero saudar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e também deixar a minha solidariedade ao Deputado Osmar Serraglio, que, de forma competente e consequente, disponibilizou à opinião pública dados, facilitando o monitoramento dos trabalhos da CPMI. Condeno e combato com veemência qualquer “operação abafa” que seja feita pela cúpula do Governo Lula e por sua Base de Sustentação no Congresso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Apenas por dez segundos, Senador Alvaro Dias. Recebi agora mesmo um telefonema da Velhinha de Taubaté. Não é verdade, o Veríssimo se enganou: ela está na UTI, mas não morreu. Ela me disse que acredita no Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Para concluir, a Senadora Heloísa Helena destacou algo que considero importante: a interação com a sociedade, a participação ativa dos agentes sociais colaborando com esta instituição no momento da investigação, para oferecer respostas competentes às indagações de toda a sociedade brasileira relativamente ao grande escândalo.

Por isso, fico espantado ao ver o silêncio de algumas entidades. No caso, do Banco do Brasil, eu gostaria de ouvir o Sindicato dos Bancários. Por que será que o Sindicato dos Bancários mantém-se silente, paralisado, em relação à denúncia da maior gravidade que envolve o Banco do Brasil? Nós gostaríamos muito de ver liderança sindicais tão atuantes em determinadas oportunidades, sobretudo quando se trata de reivindicações salariais, também atuantes neste momento, procurando preservar a instituição na sua integralidade, sobretudo desses assaltos que eventualmente – pelo menos, é a suposição que se faz – são praticados contra recursos públicos.

Nós imaginávamos uma ação sempre presente da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil –, que, aliás, reuniu-se hoje pela manhã e, pela primeira vez, discutiu a hipótese de **impeachment** do Presidente da República, concluindo que este não é o momento para esse procedimento.

De qualquer forma, a OAB, por intermédio do seu Presidente, Roberto Busato, manifesta-se diante da crise que se agrava. É uma crise política, sim; é, sobretudo, uma crise de identidade do Estado brasileiro, que está a exigir...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, peço um aparte de apenas dez segundos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... que está a exigir uma ação eficiente de mobilização pública por meio das entidades representativas.

Sei que o Sr. Presidente vai me permitir conceder os 10 segundos ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, ontem, eu estava assistindo à uma missa no Piauí, na primavera, e, ao sair, encontrei um jornalista, Tomás Teixeira, ex-presidente do PMDB, ex-secretário de governo, ex-deputado. É um filhote político do Senador Alberto Silva, nosso líder. Na saída, ele se manifestou um fã ardoroso da posição do Senador Alvaro Dias, da maneira contundente como se comporta, ajudando a democracia. Então, é aquilo que adverti ao seu Partido, que só pensa naquela idéia antiga, superada – cadê o FHC, que é professor? –, do café-com-leite, São Paulo e Minas. Deveria sair como candidato V. Ex^a, o Senador Arthur Virgílio, uma novidade, um *cappuccino*, um negócio diferente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Vou concluir, meu caro Presidente Tião Viana, dizendo que há uma indignação popular latente que não tem encontrado consequência na ação organizada. Lembro sempre daquela imagem que ficou na nossa memória, de forma indestrutível, aquela passeata pela Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional para que se entregasse à Mesa da Câmara dos Deputados o pedido de **impeachment** do Presidente Collor. Não estamos provocando isso, não é uma provocação no sentido de que se promova o *impeachment*, mas estamos sentindo a ausência das entidades organizadas neste momento difícil que atravessamos, uma crise sem precedentes, que está a exigir a colaboração de todas as forças vivas da nacionalidade. É imprescindível, dessa forma, uma participação ativa das entidades organizadas.

**ATA DA 100ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM
30 DE JUNHO DE 2005**

(Publicada no Diário do Senado Federal, de 1º de julho de 2005)

RETIFICAÇÃO

À página nº 21563, no cabeçalho da ata, no horário de início da sessão,

Onde se lê:

**Ata da 100ª Sessão Deliberativa Extraordinária,
em 30 de junho de 2005**
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(ÀS 15 HORAS E 34 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS
SRS. SENADORES):

Leia-se:

**Ata da 100ª Sessão Deliberativa Extraordinária,
em 30 de junho de 2005**
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(ÀS 15 HORAS E 49 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS
SRS. SENADORES):

ATA DA 159ª SESSÃO ESPECIAL, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 147, de 16 de setembro de 2005)

RETIFICAÇÃO

À página nº 31053, inclua-se, por omissão, o horário de início da sessão,

ATA DA 159ª SESSÃO ESPECIAL, EM 15 DE SETEMBRO DE 2005
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

Inicia-se a sessão às 11 horas e 59 minutos

**AGENDA DO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

9-11-2005

quarta-feira

9:00 - Sessão do Congresso Nacional

Plenário do Senado Federal

10:30 - Senhor Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

12:30 - Senador Ney Suassuna, acompanhado do Deputado Aminu Bello Massari, Presidente da Câmara dos Deputados da República da Nigéria

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

13:00 - Conselheiro José de Moraes Correia Neto, Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, acompanhado do

Desembargador Luiz Zweiter. Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal.

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 46/2005-CN**

**MENSAGEM
N.º 0120, de 2005 – CN
(Nº 0684/2005, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 22.488.235,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais) para os fins que especifica.”

Índice de Emendas **PLN: 046/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

ANIVALDO VALE	00001	1
AUGUSTO BOTELHO	00002	1
JAIME MARTINS	00007	1
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00013 a 00017	5
JOSÉ CARLOS MACHADO	00010 a 00012	3
JOSÉ DIVINO	00003 e 00004	2
LAEL VARELLA	00008	1
WELINTON FAGUNDES	00009	1
WILSON SANTIAGO	00005	1
ZÉ GERARDO	00006	1

Total de Emendas: 17

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 47/2005-CN

MENSAGEM

**N.º 0121, de 2005 – CN
(Nº 0685/2005, na origem)**

Ementa: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 88.192.142,00 (oitenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, cento e quarenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Índice de Emendas **PLN: 047/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

BISMARCK MAIA	00026 a 00028	3
CARLOS SOUZA	00056	1
EDUARDO SCIARRA	00025	1
GERALDO RESENDE	00055	1
GONZAGA PATRIOTA	00048	1
GUSTAVO FRUET	00029	1
INALDO LEITÃO	00047	1
JOÃO MAGALHÃES	00023	1
JOSÉ DIVINO	00037 a 00041	5
JOSÉ ROCHA	00054	1
LUIZ BITTENCOURT	00003 a 00022	20
LUIZ CARREIRA	00024	1
NATAN DONADON	00052	1
PEDRO NOVAIS	00001 e 00002	2
RICARDO BARROS	00053	1
ROGÉRIO TEÓFILO	00051	1
ROSE DE FREITAS	00030 a 00036	7
RUBENS OTONI	00049	1
SERGIO CAIADO	00046	1
WELLINGTON ROBERTO	00044 e 00045	2
WILSON SANTIAGO	00042 e 00043	2
ZÉ GERARDO	00050	1

Total de Emendas: 56

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 51/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0125, de 2005 – CN
(Nº 0689/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 18.648.000,00 (dezoito milhões, seiscentos e quarenta e oito mil reais), para os fins que especifica.”

Índice de Emendas **PLN: 051/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

RICARDO RIQUE

00031

1

ROSE DE FREITAS

00019 a 00024

6

RUBENS OTONI

00066 a 00068

3

SÉRGIO CAIADO

00054 a 00056

3

VIRGÍLIO GUIMARÃES

00094

1

WASNY DE ROURE

00103

1

WELINTON FAGUNDES

00082 a 00085

4

WELLINGTON ROBERTO

00037

1

WILSON SANTIAGO

00032 a 00035

4

ZÉ GERARDO

00072 e 00073

2

Total de Emendas: 104

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 52/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0126, de 2005 – CN
(Nº 0690/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 10.478.050,00 (dez milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e cinquenta reais) para os fins que especifica.”

Índice de Emendas **PLN: 052/2005 - EMENDA**

		Total por Parlamentar
ALEX CANZIANI	00061	1
BISMARCK MAIA	00001 a 00017	17
CARLOS SOUZA	00063 e 00064	2
EDUARDO SCIARRA	00052 e 00053	2
GASTÃO VIEIRA	00057 e 00058	2
GERALDO RESENDE	00062	1
GONZAGA PATRIOTA	00039 a 00045	7
JAIME MARTINS	00035	1
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00065 a 00073	9
JOSÉ CARLOS MACHADO	00059 e 00060	2
JOSÉ DIVINO	00024 a 00027	4
LUIZ BITTENCOURT	00031 e 00032	2
RICARDO BARROS	00056	1
ROSE DE FREITAS	00018 a 00023	6
RUBENS OTONI	00046 a 00048	3
SERGIO CAIADO	00036 a 00038	3
WELINTON FAGUNDES	00054 e 00055	2
WELLINGTON ROBERTO	00033 e 00034	2
WILSON SANTIAGO	00028 a 00030	3
ZÉ GERARDO	00049 a 00051	3

Total de Emendas: 73

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 53/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0127, de 2005 – CN
(Nº 0691/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil reais), para os fins que especifica.”

Índice de Emendas **PLN: 053/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

ALEX CANZIANI

00013 e 00014

2

GONZAGA PATRIOTA

00004 a 00010

7

JAIME MARTINS

00015

1

JOSÉ DIVINO

00002

1

ROSE DE FREITAS

00001

1

WILSON SANTIAGO

00003

1

ZÉ GERARDO

00011 e 00012

2

Total de Emendas: 15

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 55/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0129, de 2005 – CN
(Nº 0693/2005, na origem)

Ementa: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 118.148.707, 00 (cento e dezoito milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas **PLN: 055/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

DEVANIR RIBEIRO		
	00004	1
EDUARDO SCIARRA		
	00007 e 00008	2
GUSTAVO FRUET		
	00009	1
JOSÉ CARLOS ALELUIA		
	00015	1
JOSÉ CARLOS MACHADO		
	00014	1
JOSÉ DIVINO		
	00005	1
MARCELO CASTRO		
	00002	1
MILTON MONTI		
	00001	1
	00003	1
RICARDO BARROS		
	00013	1
	00016	1
ROGÉRIO TEÓFILO		
	00010 a 00012	3
WILSON SANTIAGO		
	00006	1

Total de Emendas: 16

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 56/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0130, de 2005 – CN
(Nº 0694/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$ 50.078.000,00 (cinquenta milhões, setenta e oito mil reais), para os fins que especifica.”

Índice de Emendas PLN: 056/2005 - EMENDA

		Total por Parlamentar
ANÍBAL GOMES	00007	1
BISMARCK MAIA	00004 e 00005	2
CARLOS MELLES	00039	1
EDUARDO SCIARRA	00033	1
ELISEU RESENDE	00001	1
GASTÃO VIEIRA	00038	1
GERALDO RESENDE	00041 a 00044	4
GONZAGA PATRIOTA	00028	1
JAIME MARTINS	00023 e 00024	2
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00045	1
JOSÉ DIVINO	00009 a 00013	5
	00026 e 00027	2
JOSÉ PRIANTE	00040	1
JOSÉ SARNEY	00037	1
LAEL VARELLA	00002 e 00003	2
	00014 e 00015	2
PEDRO CHAVES	00008	1
	00019 a 00021	3
PHILEMON RODRIGUES	00036	1
ROGÉRIO TEÓFILO	00032	1
ROSE DE FREITAS	00006	1
SANDRO MABEL	00025	1
WELINTON FAGUNDES	00034 e 00035	2
		Total por Parlamentar
WELLINGTON ROBERTO	00022	1
WILSON SANTIAGO	00016 a 00018	3
ZÉ GERARDO	00029 a 00031	3

Total de Emendas: 45

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 57/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0131, de 2005 – CN
(Nº 0695/2005, na origem)

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 39.242.218,00 (*trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e dezoito reais*), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Índice de Emendas **PLN: 057/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

ANIVALDO VALE	00008 a 00010	3
BISMARCK MAIA	00001 a 00003	3
CARLOS MELLES	00033	1
CORONEL ALVES	00027 e 00028	2
INALDO LEITÃO	00024	1
JAIME MARTINS	00021 e 00022	2
JOÃO CALDAS	00004 a 00006	3
JOÃO GRANDÃO	00007	1
JOÃO RIBEIRO	00018 a 00020	3
JOSÉ DIVINO	00011 e 00012	2
JOSÉ PRIANTE	00032	1
LAEL VARELLA	00013	1
PEDRO CHAVES	00017	1
SANDRO MABEL	00023	1
WELLINGTON FAGUNDES	00029 a 00031	3
WILSON SANTIAGO	00014 a 00016	3
ZÉ GERARDO	00025 e 00026	2

Total de Emendas: 33

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 59/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0133, de 2005 – CN
(Nº 0697/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.162.585.075,00 (um milhão, cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Índice de Emendas **PLN: 059/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

CARLOS SOUZA	00045 e 00046	2
EDUARDO SCIARRA	00001 a 00003	3
	00040	1
ENIVALDO RIBEIRO	00036 e 00037	2
JOSÉ CARLOS MACHADO	00043	1
JOSÉ ROCHA	00042	1
LUIZ BITTENCOURT	00016 a 00035	20
LUIZ CARREIRA	00004	1
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	00044	1
MILTON MONTI	00005	1
RICARDO BARROS	00041	1
Rodolpho Tourinho	00038	1
ROGÉRIO TEÓFILO	00039	1
ROSE DE FREITAS	00006 a 00014	9
WILSON SANTIAGO	00015	1

Total de Emendas: 46

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 61/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0135, de 2005 – CN
(Nº 0699/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.269.745.526,00 (um milhão, duzentos e sessenta e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.”

Índice de Emendas **PLN: 061/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

ANÍBAL GOMES	00044	1
ANIVALDO VALE	00045 a 00049	5
BENJAMIN MARANHÃO	00080	1
BISMARCK MAIA	00033 a 00035	3
CARLOS SOUZA	00189 a 00191	3
DOMICIANO CABRAL	00086	1
EDUARDO SCIARRA	00005 a 00007	3
	00114 e 00115	2
ENIVALDO RIBEIRO	00081	1
FLEXA RIBEIRO	00057 e 00058	2
GERALDO RESENDE	00184 a 00187	4
JAIME MARTINS	00089 a 00096	8
JOÃO LEÃO	00029	1
JOÃO MAGALHÃES	00027 e 00028	2
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00192	1
JOSÉ CARLOS MACHADO	00160	1
JOSÉ DIVINO	00050 a 00053	4
JOSÉ PRIANTE	00181	1
	00183	1
	00188	1
JOSÉ ROCHA	00155	1
JOSÉ SARNEY	00156 a 00159	4
LAURA CARNEIRO	00116 a 00134	19

Índice de Emendas

PLN: 061/2005 - EMENDA

Total por Parlamentar

LUIZ BITTENCOURT	00008 a 00026	19
LUIZ CARREIRA	00031	1
LUPÉRCIO RAMOS	00032	1
MARCELO CASTRO	00038 a 00041	4
MILTON MONTI	00036 e 00037	2
	00043	1
NATAN DONADON	00106 a 00113	8
OLAVO CALHEIROS	00042	1
PASTOR PEDRO RIBEIRO	00197 e 00198	2
PAUDERNEY AVELINO	00161 a 00180	20
PEDRO CHAVES	00059 a 00078	20
PEDRO NOVAIS	00001 a 00004	4
RICARDO BARROS	00193 a 00196	4
ROGÉRIO TEÓFILO	00097 a 00099	3
ROSE DE FREITAS	00135 a 00154	20
WELLINGTON ROBERTO	00030	1
	00079	1
WILSON SANTIAGO	00054 a 00056	3
	00082 a 00085	4
	00100 a 00105	6
ZÉ GERARDO	00087 e 00088	2
	00182	1

Total de Emendas: 198

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 62/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0136, de 2005 – CN
(Nº 0700/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 214.953.182,00 (duzentos e quatorze milhões, novecentos e cinquenta e três mil e cento e oitenta e dois reais) e deduz o Orçamento de Investimento, de diversas empresas, no valor global de R\$ 1.295.213.312,00 (um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões, duzentos e treze mil e trezentos e doze reais), para os fins que especifica”.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**Índice de Emendas
PLN: 062/2005 - EMENDA**

	<i>Total por Parlamentar</i>
ANIVALDO VALE	
00003 a 00008	6
JOÃO CALDAS	
00002	1
JOÃO MAGALHÃES	
00001	1
JOSÉ DIVINO	
00009 e 00010	2
JOSÉ SARNEY	
00013 a 00016	4
PEDRO CHAVES	
00011 e 00012	2
Total de Emendas:	16

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 63/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0137, de 2005 – CN
(Nº 0701/2005, na origem)

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 86.055.215,00 (oitenta e seis milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e quinze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Índice de Emendas
PLN: 063/2005 - EMENDA**Total por Parlamentar**

BENJAMIN MARANHÃO	00039	1
BISMARCK MAIA	00041	1
CARLOS SOUZA	00061	1
CLAUDIO CAJADO	00052	1
GERALDO RESENDE	00060	1
INALDO LEITÃO	00040	1
JOÃO RIBEIRO	00035	1
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00062	1
JOSÉ CARLOS MACHADO	00058 e 00059	2
JOSÉ DIVINO	00029 e 00030	2
JOSÉ JORGE	00057	1
JOSÉ ROCHA	00053 a 00055	3
LAEL VARELLA	00031	1
LUIZ BITTENCOURT	00001 a 00020	20
LUIZ CARREIRA	00021	1
LUIZ PIAUHYLINO	00042	1
MILTON MONTI	00022 e 00023	2
RICARDO BARROS	00063	1
RICARDO RIQUE	00032	1
ROGÉRIO TEÓFILO	00048 a 00049	2
ROSE DE FREITAS	00024 a 00028	5

Índice de Emendas

PLN: 063/2005 - EMENDA

Total por Parlamentar

RUBENS OTONI

00043 a 00045

3

SERGIO CAIADO

00036 a 00038

3

VIRGÍLIO GUIMARÃES

00056

1

WELLINGTON FAGUNDES

00050 e 00051

2

WILSON SANTIAGO

00033 e 00034

2

ZÉ GERARDO

00046 e 00047

2

Total de Emendas: 63

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 65/2005-CN

MENSAGEM

**N.º 0139, de 2005 – CN
(Nº 0703/2005, na origem)**

Ementa: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 84.885.185,00 (oitenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Índice de Emendas

PLN: 065/2005 - EMENDA

Total por Parlamentar

LUIZ CARREIRA

00001 a 00003

3

Total de Emendas: 3

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 66/2005-CN

MENSAGEM

**N.º 0140, de 2005 – CN
(Nº 0704/2005, na origem)**

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 131.300.687,00 (cento e trinta e um milhões, trezentos mil, seiscentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Índice de Emendas **PLN: 066/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

JOSÉ CARLOS ALELUIA

00003

1

WELINTON FAGUNDES

00002

1

ZÉ GERARDO

00001

1

Total de Emendas: 3

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 68/2005-CN

MENSAGEM
N.º 0142, de 2005 – CN
(Nº 0706/2005, na origem)

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 422.272.976,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Índice de Emendas **PLN: 068/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

JOSÉ ROCHA

00003

1

LUIZ CARREIRA

00001

1

WILSON SANTIAGO

00002

1

Total de Emendas: 3

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 69/2005-CN

MENSAGEM

**N.º 0143, de 2005 – CN
(Nº 0707/2005, na origem)**

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de Operações Oficiais de Crédito e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 826.471.725,00 (oitocentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Índice de Emendas **PLN: 069/2005 - EMENDA**

Total por Parlamentar

ANÍBAL GOMES	00003 a 00009	7
BISMARCK MAIA	00017 a 00024	8
GILBERTO MESTRINHO	00013 e 00014	2
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00036 a 00041	6
JOSÉ CARLOS MACHADO	00034	1
JOSÉ DIVINO	00010	1
LUIZ BITTENCOURT	00027 e 00028	2
NATAN DONADON	00032	1
ROGÉRIO TEÓFILO	00029 a 00031	3
RUBENS OTONI	00025 e 00026	2
SERGIO CAIADO	00015 e 00016	2
VALDIR RAUPP	00001 e 00002	2
WELINTON FAGUNDES	00033	1
WILSON SANTIAGO	00011 e 00012	2
ZÉ GERARDO	00035	1

Total de Emendas: 41

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 70/2005-CN

MENSAGEM

**N.º 0144, de 2005 – CN
(Nº 0708/2005, na origem)**

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, d Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 422.037.761,00, (quatrocentos e vinte e dois milhões, trinta e sete mil , setecentos e sessenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Índice de Emendas
PLN: 070/2005 - EMENDA**Total por Parlamentar**

ALEX CANZIANI	00079	1
ANÍBAL GOMES	00016 a 00022	7
BISMARCK MAIA	00009 a 00014	6
EDUARDO SCIARRA	00063 e 00064	2
FLEXA RIBEIRO	00028 a 00030	3
GERALDO RESENDE	00081	1
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00082 e 00083	2
JOSÉ CARLOS MACHADO	00077 e 00078	2
JOSÉ DIVINO	00023 a 00026	4
LUIZ BITTENCOURT	00031 a 00049	19
LUIZ CARREIRA	00001 a 00008	8
MILTON MONTI	00015	1
ROGÉRIO TEÓFILO	00054 a 00058	5
ROSÉ DE FREITAS	00065 a 00076	12
RUBENS OTONI	00052 e 00053	2
SERGIO CAIADO	00050 e 00051	2
TASSO JEREISSATI	00059 a 00062	4
WILSON SANTIAGO	00027	1
ZÉ GERARDO	00080	1

Total de Emendas: 83

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº. 162 de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que alterou o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Prorrogar por 90 (noventa) dias os trabalhos da Comissão Técnica Especial, instituída pelo Ato nº 115, de 17/10/2001, do Diretor-Executivo da Secretaria Especial de Informática – Prodasen, com vistas a concluir a implantação do novo sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal.

Senado Federal, em 09 de novembro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 163 , DE 2005**

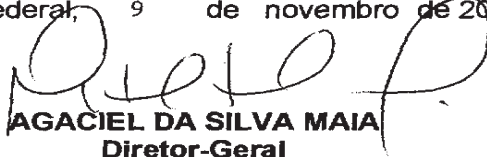
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 88 de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 001270/04-4.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 9 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 3954 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor MIGUEL JOSÉ DA SILVA, matrícula 20841, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 09 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 3955 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor ANTÔNIO TORRES DE SOUZA, matrícula 21468, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 09 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3956 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor MANOEL REIS DA SILVA, matrícula 23374, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 09 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3957 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor PAULO MARIA CAMPOS, matrícula 26016, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 09 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3958 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor **HENRIQUE BALBINO DA SILVA**, matrícula 23271, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 09 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3959 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017105/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora **DALVA QUITÉRIA RANGEL LIMA**, matrícula 47949, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, a partir de 01 de novembro de 2005, e lotá-la na Secretaria de Recursos Humanos, a partir da mesma data.

Senado Federal, 9 de novembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3960 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017477/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor LEONARDO CORTES ALMEIDA, matrícula 27010, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Instalações de Ar-Condicionado da Subsecretaria de Instalações Prediais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 9 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3961 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017461/05-7,

RESOLVE dispensar o servidor DORACY CARVALHO REIS, matrícula 13435, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 07 de novembro de 2005.

Senado Federal, 9 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3962 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.566/05-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2295, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3240, de 25/05/2005, que nomeou **LINAURA FERNANDES MAIA SERAFIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria, em virtude de não ter entregado Declaração de Ajuste Anual de Bens e Rendias, conforme exigido no artigo 3.º, da Lei n.º 8.730, de 1993.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3963 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017.495/05-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **SILVIA MONTEIRO E SILVA**, matrícula n.º 155310, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3964 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017563/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VALÉRIA VIEIRA DE MORAES**, matrícula n.º 180789, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.

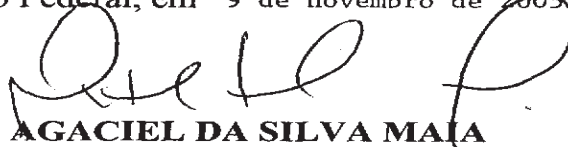

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3965 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017566/05-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FABRICIO DOS SANTOS FERNANDES**, matrícula n.º 174169, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3966 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017.564/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **KARLA BANDEIRA BARCELOS**, matrícula n.º 185337, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.

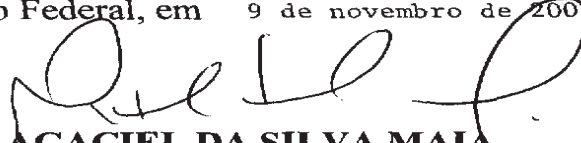

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3967 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017.561/05-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GERALDO ANDRADE DE SOUZA**, matrícula n.º 189641, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3968 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017.449/05-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DIEGO CARVALHO CURCINO**, matrícula n.º 177626, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3969 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017.449/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANYELLA CURCINO RIBEIRO OLEBAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.

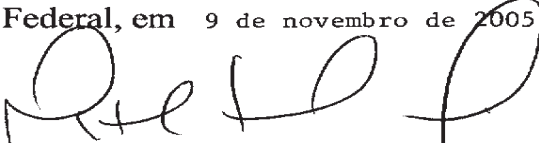

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3970 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017562/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NORMA LILIAN HELIODORO SILVA BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.

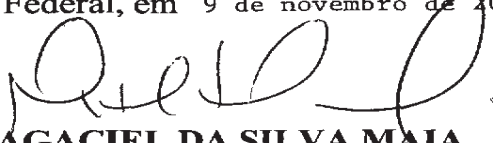

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3971 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017.481/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÉLIO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 268 PÁGINAS